

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**Política, Sociedade Civil e Opinião Pública: o Plano
Colômbia no Equador**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: **Prof. Dr. Marcello Baquero**

Orientando: Fredy Lobato Fuentes

Porto Alegre
2003

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Marcello Baquero Jácome – Orientador.

Profª. Dra. Jussara Reis Prá
(Professora do PPG em Ciência Política, UFRGS).

Profª. Dra. Lúcia Silva e Silva
(Professora do PPG em Ciência Política, UFRGS).

Prof. Dr. Henrique Carlos de Castro
(Professor da UnB)

Para os meus pais, a quem dedico este trabalho que é a culminação do meu esforço e de mais uma etapa de minha vida acadêmica. Eles me ensinaram a vocação pelo estudo e a superação. Por esse apoio e paciência este trabalho é para vocês.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho quero agradecer....

... a todos os meus amigos do Brasil, em especial Rosana Soares, que com sua amizade, souberam me apoiar no presente período de estudos: nada melhor que esse apreciado valor de coleguismo para que esta etapa tenha sido bem sucedida;

... a Everton da Costa, quem com muita paciência contribuiu e acompanhou boa parte do projeto e principalmente esta última etapa, que foi a decisiva. Sua ajuda material nunca vai ser esquecida. Muito, mas muito obrigado querido “Japa”;

... ao programa de Pós-graduação em Ciência Política do IFCH-UFRGS e seus professores, pelos ensinamentos proferidos durante estes fecundos dois anos e seu apoio moral para a continuidade dos meus estudos no Brasil;

... aos professores Marcello Baquero e Jussara Reis Prá que seguiram passo a passo a conclusão deste trabalho e me estenderam uma mão amiga para suprir as deficiências técnicas da sua elaboração;

... aos colegas da Casa do Estudante Universitário, que com solidariedade, contribuíram para que este trabalho final fosse concluído com sucesso. Sua força foi valiosa.

RESUMO

Esta dissertação aborda o tratamento que a mídia escrita dá ao discurso político-militar e a ligação que esta estabelece com a sociedade civil, para construir o que se conhece como opinião pública. Em particular, analisa o discurso ao redor do Plano Colômbia durante sua aplicação, o que vai inovar a relação mídia/política e também o manejo dos recursos midiáticos por parte dos setores do poder e das elites políticas, incluída aí a sociedade civil organizada do Equador. O estudo acompanha também a importância, o peso e a influência dos estamentos militares não só como estrategistas num conflito, senão como deliberantes em outros âmbitos civis e políticos.

Os argumentos teóricos para fundamentar esta abordagem se encontram nos estudos recentes sobre o papel da mídia em situações de conflito e em processos eleitorais. Nessa perspectiva, o Plano Colômbia teve, por meio dela, um processo de construção no imaginário coletivo, apesar de que no Equador ela esteve pouco preparada para confrontar o programa geopolítico estadunidense que, além de intervir nos destinos da vizinha Colômbia, causa seqüelas diretas na vida do país.

A mídia do Equador, dado o seu papel estratégico (transparência e construção de consenso nacional) no tratamento dos conflitos bélicos com o Peru, tem agora o desafio de testar a sua capacidade de intermediar o sentimento da opinião pública em relação ao discurso oficial. Nesse cenário, o estudo examina a luta das lideranças políticas de organizações sociais civis e locais (da periferia), por um espaço de expressão e pela geração de discursos que sugeriram decisões a tomar, para além de poderes tradicionais como o legislativo.

O seguimento pela Internet das notícias relacionadas ao Plano Colômbia pretende revelar as limitações do discurso político oficial do Equador para a construção de uma noção de Estado-Nação sólida, assim como a falta de estratégias de junção do campo político com a sociedade civil tendo como instrumento a mídia. Mas também, revela a limitação de mobilidade e cobertura midiática o que provoca manifestações intencionais ou não de auto-censura e dependência de fontes externas para informar inclusive fatos locais.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade civil organizada. Militares e política. Mídia e política..

RESUMEN

Esta disertación aborda el tratamiento que los medios escritos dan al discurso político-militar y la relación que esta establece con la sociedad civil, para construir lo que se conoce como opinión pública. En particular, analiza el discurso alrededor del Plan Colombia durante su aplicación, lo que va a innovar una relación medios/política y también el manejo de los recursos mediáticos por parte de los sectores del poder y de las élites políticas, incluida ahí la sociedad civil organizada del Ecuador. El estudio acompaña también la importancia, peso y influencia de los estamentos militares no solo como los estrategistas de este conflicto, sino también como deliberantes en otros ámbitos civiles y políticos.

Los argumentos teóricos para fundamentar este abordaje se encuentran en los estudios recientes sobre el papel de los medios en situaciones de conflicto y en procesos electorales. En esa perspectiva, el Plan Colombia tuvo, por medio de ellos, un proceso de construcción en el imaginario colectivo, a pesar de que en Ecuador ellos estuvieron poco preparados para confrontar ese programa geopolítico estadounidense que, además de intervenir en los destinos de la vecina Colombia, tiene secuelas directas en la vida del país.

Los medios del Ecuador, dado su papel estratégico (transparencia y construcción de consensos nacionales) en el tratamiento de los conflictos bélicos con el Perú, tienen hoy el desafío de testar su capacidad de intermediar el sentimiento de la opinión pública en relación al discurso oficial. En ese escenario, el estudio examina la lucha de las lideranzas políticas de organizaciones sociales civiles y locales (periféricas) por un espacio de expresión y por la generación de discursos que sugieren decisiones a ser tomadas por encima de los poderes tradicionales, como el legislativo.

El seguimiento por el internet de las noticias relacionadas al Plan Colombia pretende revelar las limitaciones del discurso político oficial del Ecuador para la construcción de una noción de Estado-Nación sólida, así como la falta de estrategias de conjunción del campo político con la sociedad civil teniendo como instrumento, los medios. Mas también, revela la limitación en su movilidad y cobertura, lo que provoca manifestaciones intencionales o no de autocensura y dependencia de fuentes externas, inclusive para informar hechos locales.

PALABRAS-CLAVE: Sociedad civil organizada. Militares y la política. Medios y política.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	v
RESUMEN	vi
INTRODUÇÃO	11
PRIMEIRA PARTE	16
CAPÍTULO 1 – O PLANO COLÔMBIA: UM TEMA POLÍTICO E EVENTO MIDIÁTICO	16
1.1 Estratégias e troços do Plano.....	19
1.2 Cifras do Plano Colômbia.....	21
1.2.1 Iniciativa Regional Andina.....	23
1.2.2 Base de Manta, o “olho visor” do Plano Colômbia.....	24
1.3 A visão colombiana da fronteira com o Equador.....	26
CAPÍTULO 2 – PANORAMA HISTÓRICO RECENTE	29
2.1 O papel da mídia no conflito e paz com o Peru.....	29
2.2 Dados da realidade equatoriana.....	31
2.2.1 Governo Mahuad – Noboa:.....	32
2.2.3 Governabilidade, regionalismo e poder político no Equador.....	36
2.2.4 A zona de conflito.....	44
2.3 Dados da Colômbia:.....	47
2.3.1 Origem da violência; o Bogotazo.....	47
2.3.2 Guerrilhas e Paramilitares.....	48
2.3.3 Narcotráfico e cultivos, a debilidade do Estado.....	53
2.3.4 Pastrana e a paz. A eleição de Uribe.....	57
CAPÍTULO 3 – OS JORNAIS ANALISADOS	61
3.1 História e descrição dos jornais pesquisados.....	62
3.1.1 El Comercio.....	63
3.1.2 El Universo.....	65
3.2 Contexto regional dos jornais e da mídia no Equador.....	67
3.3 Dados básicos dos jornais <i>on line</i>	70
CAPÍTULO 4 – MARCO TEÓRICO	73
4.1 Conceitos de esfera pública.....	73
4.1.1 Espetacularização e encenação político-midiática.....	76
4.2 Conceitos sobre opinião pública.....	78
4.2.1 A mídia entre a política e o “consumidor”.....	80
4.3. Conceitos sobre o uso e pesquisa na internet.....	81
SEGUNDA PARTE	85
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA DE DADOS	85
5.1 Os assuntos mais noticiados.....	88
5.2 As seções dos jornais.....	101
5.3 As fontes mais consultadas.....	102
5.4 Editoriais e Colunistas dos jornais.....	111
5.5 O peso das agências de notícias.....	116
CAPÍTULO 6 – O DISCURSO EDITORIAL DOS JORNAIS SOBRE O PLANO COLÔMBIA	119
6.1 Semântica jornalística em relação ao Plano como fato político.....	119
6.1.1 O conteúdo semântico nas manchetes, as notícias e as reportagens.....	120
6.1.2 O discurso político do governo e a imagem do Estado.....	128
6.1.3 O discurso dos editoriais em relação ao Plano Colômbia.....	134
6.1.4 Personagens e instituições no cenário do Plano Colômbia.....	140
CAPÍTULO 7 – O PLANO COLÔMBIA E A MÍDIA NA TEORIA POLÍTICA	162
7.1 Esfera pública e Plano Colômbia.....	163
7.2 Opinião Pública e o Plano Colômbia.....	167
7.2.1 Opinião pública, mídia e classe social.....	170
7.3 Questões da geopolítica.....	172
CONCLUSÕES	175
REFERÊNCIAS	180

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 01 – Doadores do Plano Colômbia	22
Quadro 02 – Fundos dos EUA ao Plano Colômbia	22
Quadro 03 – Proposta do Plano Colômbia	22
Quadro 04 – Colômbia/Iniciativa Andina ^(*)	23
Quadro 05 – Brasil/Iniciativa Andina ^(*)	24
Quadro 06 – Equador/Iniciativa Andina	24
Quadro 07 – Iniciativa Andina: resto de países	24
Quadro 08 – Blocos das FARC	49
Quadro 09 – Principais meios impressos do Equador ^(*)	68
Quadro 10 – Principais redes de TV do Equador ^(*)	68
Quadro 11 – Editoriais e colunas	111
Quadro 12 – Colunas El Comercio	114
Quadro 13 – Colunas El Universo	114
Quadro 14 – Estratégias Ação Ecológica	143
Quadro 15 – Estratégias CONAIE	143
Quadro 16 – Estratégias nas Províncias	144
Quadro 16 – Estratégias ONGs de Direitos Humanos	144

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01 – Eleições 1998 1º Turno.....	33
Tabela 02 – Eleições 1998 2º Turno.....	33
Tabela 03 – Os assuntos mais noticiados.....	89
Tabela 04 – Abril 2001a.....	90
Tabela 05 – Abril 2001b.....	90
Tabela 06 – Maio 2001a.....	91
Tabela 07 – Maio 2001b.....	91
Tabela 08 – Junho 2001a.....	92
Tabela 09 – Junho 2001b.....	92
Tabela 10 – Julho 2001a.....	93
Tabela 11 – Julho 2001b.....	93
Tabela 12 – Agosto de 2001a.....	94
Tabela 13 – Agosto de 2001b.....	94
Tabela 14 – Setembro de 2001a.....	94
Tabela 15 – Setembro de 2001b.....	94
Tabela 16 – Outubro de 2001a.....	95
Tabela 17 – Outubro de 2001b.....	95
Tabela 18 – Novembro de 2001a.....	95
Tabela 19 – Novembro de 2001b.....	96
Tabela 20 – Março de 2002a.....	96
Tabela 21 – Março 2002b.....	96
Tabela 22 – Abril 2002a.....	97
Tabela 23 – Abril 2002b.....	97
Tabela 24 – Maio/Junho 2002a.....	97
Tabela 25 – Maio/Junho 2002b.....	98
Tabela 26 – Agosto 2002a.....	98
Tabela 27 – Agosto 2002b.....	98
Tabela 28 – Seções dos jornais.....	101
Tabela 29 – Fontes mais consultadas/Geral.....	103
Tabela 30 – Fontes abril 2001.....	106
Tabela 31 – Fontes maio 2001.....	106
Tabela 32 – Fontes junho 2001.....	106
Tabela 33 – Fontes julho 2001.....	107
Tabela 34 – Fontes agosto 2001.....	108
Tabela 35 – Fontes setembro 2001.....	108
Tabela 36 – Fontes outubro 2001.....	108
Tabela 37 – Fontes novembro 2001.....	108
Tabela 38 – Fontes março 2002.....	109
Tabela 39 – Fontes abril 2002.....	109
Tabela 40 – Fontes maio 2002.....	110
Tabela 41 – Fontes agosto 2002.....	110
Tabela 42 – Prioridades da população na eleição de 1998.....	168
Tabela 43 – Prioridades da população na eleição de 2002.....	168

ÍNDICES DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Meses Pesquisados.....	86
Gráfico 02 – Notícias e colunas:.....	87
Gráfico 03 – Frequência dos personagens.....	104
Gráfico 04 – Editoriais e colunas.....	113
Gráfico 05 – Agências de notícias.....	117

INTRODUÇÃO

A formulação do Plano Colômbia enquanto objeto de pesquisa, e do tratamento jornalístico dado a ele, se enquadra na expectativa da incidência da mídia no cenário político. Isto porque se considera haver uma relação direta, intrínseca e indissolúvel entre mídia e política. A política precisa da mídia para fazer a sua encenação dentro da esfera pública; e a mídia necessita da política pela riqueza de informação que ela representa para seus consumidores – eleitores. No que diz respeito ao Plano Colômbia há também, por parte da mídia, uma coincidência na informação com interesses políticos e geopolíticos nele envolvidos. Diante disso, os meios de informação exercem um papel importante para os grupos em disputa. É peculiar o acompanhamento dos atores políticos, militares e sociais na sua tentativa de protagonizar um papel na nova etapa da história e da política latino-americanas, que ainda não se sabe como será concluída e cujo desenvolvimento para muitos ainda é uma incógnita.

Nesse prisma, o Plano Colômbia vem a ser uma nova experiência político – militar dos Estados Unidos na América Latina, embora perante a conjuntura atual internacional (o conflito no Golfo Pérsico) esteja diminuída a sua intensidade no tratamento midiático que gira em torno da agenda estabelecida pelas grandes potências, o dinheiro e as multinacionais da mídia. Fato observado inclusive em foros de debate político como foi o III Fórum Social Mundial.

É importante referir que pelas características – magnitude de ajuda, investimento e componente militar – a América Latina da década dos anos 60 já conheceu um plano semelhante ao Plano Colômbia: a Aliança para o Progresso. Esta Aliança significou toda uma estratégia geopolítica estadunidense com fortes componentes militares, econômicos e que incluía a influência nas mídias locais e setores da população do continente. Sob a cobertura da Aliança para o Progresso e com a justificação de um papel público ampliado nos esforços de desenvolvimento latino-americanos, “os EUA mostraram uma nova tendência ao entregar aos governos latino-americanos grandes somas de ajuda econômica direta” (FOX, 1989 p.32).

Baseado nas políticas de irmandade e assistência social do Roosevelt, que na época de pré – guerra, por intermédio de instituições beneficentes como o Lion’s Club ou o Rotary’s, forneceram assistência social em todo o continente mediante aliados locais e da participação de cidadãos com representatividade social, para evitar o engajamento nas camadas de emigrantes europeus do cone sul latino-americanos, dos grupos nazistas. A ajuda econômica hoje, como em outros casos, parte da iniciativa do governo dos EUA e com a benção e aprovação do Congresso e Senado Federais desse país, por tratar-se de dinheiro público do contribuinte estadunidense. Dessa forma, os Estados Unidos organizaram uma institucionalidade burocrática ao redor da Aliança para o Progresso, para comprometer e controlar os fundos, que ao final de contas também virariam dívida externa para os países latino-americanos. Organismos financeiros e de cooperação como a Agência Interamericana de Desenvolvimento (AID); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e, inclusive instituições e programas de intercâmbio, como as manobras militares conjuntas UNITAS; a Comissão Fulbright – de bolsas educativas; a Rádio “Voz de América” (VOA) – que oferece programação cultural e informativa às emissoras locais; o Corpo de Paz – que oferecia intercâmbios culturais de jovens dos EUA na América Latina; e, inclusive, a chegada de seitas religiosas das mais diversas índoles. O objetivo: fortalecer o Estado e sua institucionalidade nos países da América Latina, mas também e, sobretudo, afastar do continente os fantasmas do comunismo e o discurso do socialismo europeu, que além de ter conseguido uma revolução triunfante na Cuba de Fidel Castro, estavam conseguindo cada vez mais adeptos e simpatizantes nos setores intelectuais, políticos, acadêmicos e até militares, no continente.

É curioso notar como, neste processo de intercâmbio, a “fama” da maconha colombiana atingiu aos jovens do Corpo de Paz designados para aquele país, na década de 60. Essa fama chegou às máfias nova-iorquinas que “estabeleceram laços de conexão com os produtores locais colombianos, que resultou numa redenção aos agricultores de coca do norte desse país” (CASTELLS, 1996, p. 234).

O complexo estabelecimento de políticas sociais e culturais envolveu também o âmbito comercial – recentemente, os países da região Andina ficaram mais dependentes dos EUA, por causa da interdição às drogas. Uma dessas políticas assistenciais estadunidenses é a ATPA (Andean Trade Preference Act) ou Ata Andina de Preferências Comerciais que há “10 anos procura ajudar à região contra as drogas e seus cultivos e o desenvolvimento alternativo” (GILMAN, 2001, p. 02), com a concessão de preferências comerciais a determinados

produtos agrícolas que exporta a região para o mercado estadunidense em economias que estavam cada vez mais dependentes do cultivo de drogas.

A AID (*Agency of Interamerican Development*) promoveu programas de desenvolvimento alternativo na Bolívia e no Peru, bem sucedidos – segundo o governo dos EUA – com a finalidade de erradicar as drogas e os cultivos ilícitos de coca. Daí que, um outro programa inicialmente de assistência, “se busca replicar na Colômbia, com o Plano Colômbia” (MACK, 2001, p. 03). É claro, que o componente militar – como cenário de guerra – não está excluído, e é o mais importante em fundos de doação (Capítulo 1), só que, em princípio, o discurso do governo estadunidense foi o da cooperação e luta antinarcóticos.

A Aliança para o Progresso foi um primeiro passo na direção do Plano Colômbia, porque já na década de 90, a I Reunião de Presidentes das Américas, em Miami (1996), estabeleceu novos compromissos liderados pelo anfitrião EUA, com a finalidade de consolidar o sistema interamericano de democracia liberal e a tutela do chamado quintal traseiro, mediante o comércio e o estabelecimento de regras comerciais de livre mercado e intercâmbio. É assim que a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) surge como um compromisso dos presidentes que participaram da referida reunião.

Para fins deste estudo isso faz sentido quando se considera a observação do pensador alemão Heinz Dietrich (2002), de que a ALCA não é mais que a causa original do Plano Colômbia. A estratégia dos EUA, segundo este pensador, tem a ver com o fortalecimento europeu como comunidade política e econômica, a qual está em igualdade de condições com os Estados Unidos para investir na América Latina. O autor sugere que o controle político e militar da Colômbia é necessário para os EUA, pois o conflito colombiano está focalizado numa zona onde se gera 40 por cento do oxigênio do mundo, 30 por cento da água doce do planeta e possui reservas petrolíferas ainda não exploradas, por causa da forte presença guerrilheira. Ressalve-se todavia que o Plano Colômbia pretende também, por meio de programas complementares, o fortalecimento dos Estados da região e em particular o colombiano, em áreas onde o centralismo burocrático e militar deixaram um vazio que foi aproveitado pelos grupos rebeldes em disputa.

Já a ALCA, como programa comercial e político, envolve um discurso ecoado pela tecnocracia de governos neoliberais e certos formadores de opinião das mídias locais. Alguns deles, como diz Dietrich (Idem: 03), têm-se transformado numa espécie de “Cônsul do

Império” (porta-voz) que todos os dias, cada manhã e nas páginas dos jornais, fazem propaganda a favor do livre mercado, a eficiência e a competência. É como dizer que “um Mike Tyson lute com um adolescente fraco e o mate e se ache justo, por ambos terem tido as mesmas regras de competência e as mesmas possibilidades de vencer” (p. 04). É que a ALCA prega um sistema de livre intercâmbio comercial sem barreiras protecionistas, mas que vai exigir muita competência e habilidade das pequenas economias, perante a dos EUA. E numa zona conflitiva como a nossa, as economias mais fracas ficariam dependentes de monopólios estadunidenses em pouco tempo. A existência do Plano Colômbia, então, não é uma ajuda em singular, ela nasceu como uma necessidade dos EUA que, como principal consumidor de drogas e principal doador de fundos para o combate à sua produção, impuseram seus interesses e prioridades sobre as da Colômbia. Este país, embora esteja em guerra interna, tem uma importância econômica e política para os EUA:

é uma democracia amiga; o segundo país mais populoso da América do Sul. O quinto mercado para as exportações dos EUA na América Latina (US\$11 bilhões por ano); Colômbia exporta US\$3,5 bilhões de petróleo por ano aos EUA sendo o sétimo maior fornecedor do mercado estadunidense. Os EUA têm investimentos na Colômbia de US\$4 bilhões. (GROSSMAN & BEERS, 2001, p. 02).

Eis que a proposta de ajuda dos Estados Unidos para o Plano Colômbia seja mais um jogo de interesses que sobrepõe os interesses dos EUA sobre os da sociedade civil colombiana e da região. Emblemático dessa situação foi o discurso que o ex-presidente Bill Clinton (2000) fez do “Plano Colômbia” no Congresso dos Estados Unidos em 11 de janeiro de 2000:

Colômbia e seu governo eleito democraticamente enfrentam uma crise urgente que tem dimensões de narcotráfico, militares e econômicas. Colômbia é a fonte ou zona de trânsito de aproximadamente 80 por cento da cocaína consumida nos Estados Unidos. (...) Pôr um freio ao comércio colombiano de narcóticos e levar mais paz e estabilidade à região Andina são os interesses tanto dos Estados Unidos como da Colômbia. (...) Em resumo, este pacote pretende responder de uma maneira equilibrada aos problemas sociais, econômicos, governamentais e narcóticos da Colômbia, ao mesmo tempo em que avançam os interesses estadunidenses.

Vistos estes antecedentes é importante o estudo político do Plano Colômbia e o presente estudo examina esse tema desde a perspectiva do discurso midiático e dos atores que giram em torno do debate sobre a aplicação do Plano. A realidade construída pela mídia pretende criar um cenário propício à ação política. Os textos analisados na pesquisa e relacionados ao tema apontam diretamente ao âmbito geopolítico e militar, mas a ligação com a opinião pública, o grande juiz deste, como de tantos outros conflitos que envolvem grandes

interesses, não tem sido investigada de perto no Equador, até para conhecer as posições assumidas pelos meios de comunicação que orientarão à opinião pública e aos governantes a optar pelas soluções ou ao agravamento do conflito.

Para alcançar o objetivo proposto, esta dissertação está estruturada em duas partes: na Primeira Parte há quatro capítulos. No primeiro capítulo uma introdução, os objetivos e a visão geral do Plano Colômbia e seus programas anexos, que abordam mais a fundo a composição do Plano como instrumento de controle político e militar, assim como um suposto instrumento de cooperação econômica. O segundo capítulo é uma visão histórica do Equador e da Colômbia dos últimos seis anos, para entender o contexto social e político de ambos os países antes e durante a aplicação do Plano. E o terceiro capítulo apresenta os jornais pesquisados durante esta etapa de estudo, problematizando suas origens e desenvolvimento. O quarto capítulo descreve o marco teórico relacionado aos conceitos da ciência política e da comunicação no que se refere ao objeto de estudo.

A Segunda Parte está dividida em três capítulos. Em seqüência, no quinto capítulo, examinam-se os resultados numéricos da pesquisa em tabelas, gráficos e quadros, organizados a partir da frequência dos diferentes fatores que compõem as notícias ao redor do objeto de estudo. O sexto capítulo analisa o discurso editorial e noticioso dos jornais com relação ao Plano. E, finalmente, no sétimo capítulo, a interpretação teórica desses resultados é levada a cabo de forma sinérgica, incorporando conceitos da ciência política, de comunicação e de geopolítica aplicados à temática da dissertação.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1 – O PLANO COLÔMBIA: UM TEMA POLÍTICO E EVENTO MIDIÁTICO

Com o pretexto do fortalecimento do Estado colombiano nas zonas de predomínio guerrilheiro, a presença do exército com a assessoria militar dos EUA, está aumentando. A ofensiva militar antiguerrilheira aumentou depois dos atentados do 11 de setembro e após o fim das negociações de paz em fevereiro de 2002. Fazendo uma comparação, a estratégia do Plano Colômbia tem a mesma retórica da Aliança para o Progresso, como consta na introdução. A ajuda para projetos sociais vem a ser uma espécie de cortina de fumaça ao redor do dinheiro entregue à Colômbia em sua luta contra o narcotráfico; porém o aspecto da segurança ideológico militar driblou o social e o ambiental. Por momentos, na Colômbia persiste o que se pode chamar de uma “tendência a um ‘*New Deal*’ ou uma ‘guerra à pobreza’, uma rigorosidade dos estatutos contra a criminalidade e da sua aplicação” (EDELMAN, 1991, p.24). O narcotráfico por ser considerado legalmente um crime que devastou à Colômbia, transforma o Plano, num “*New Deal*” e é tratado assim, no início, pela mídia colombiana¹, só que no decorrer da sua aplicação, não obtém grandes resultados, pelo contrário, está gerando problemas sociais, como o constata a própria mídia.

Dadas essas considerações, o Plano, do ponto de vista da informação será tratado como um “tema”. Por quê? Segundo o conceito de Gomes (1994) por “temas” entendem-se as “noções concisas” enquanto “objetos de discurso” e da atenção dos indivíduos em sua “prática comunicativa cotidiana”. O “tema Plano Colômbia”, vem a ser não só o material jornalístico ou fato-notícia, senão também o objeto de fala e discussão das pessoas, um evento cotidiano que engloba outros assuntos a ele relacionados.

¹ As explicações superficiais do Plano deram luzes às opiniões positivas dos colombianos sobre a estratégia. Uma pesquisa, publicada o 22 de agosto de 2000 com pessoas de 18 a 40 anos, indicava que o 62% tinha uma posição positiva do Plano.

Existem vários conceitos da Comunicação e da Política para explicar o tema em estudo, e para medir a importância de que foi o assunto mais relevante para os jornais entre os tantos que envolveram o tema Plano Colômbia e as fontes oficiais que eles mais consultaram. “O poder dos meios de comunicação aparenta residir não na capacidade de persuadir, mas em ações menos perceptíveis, como guiar a atenção do público e estabelecer os critérios pelos quais as pessoas julgam o desempenho dos políticos”. (IYENGAR&KINDER, 1987, p. 33).

O Plano Colômbia como política pública, está sujeito às observações públicas e o melhor cenário para que a opinião pública o critique vai ser a mídia. Nos Estados contemporâneos, a política cada vez mais se acomoda à lógica dos *mass media*. Como explica Gomes:

Se a política precisa dos meios, mas parece ser inadequada a eles na forma atual, então, que se proceda a sua atualização, a sua adaptação ao novo estado das coisas (...) o que se verifica hoje é a política obrigada a 'negociar' com a lógica mass midiática. Em alguns casos, uma negociação naturalmente orientada por cálculos e benefícios; a política transige, mas faz estrategicamente. Em outros casos, uma transigência que é uma submissão realizada fora do controle da política; nesse caso é a política que é dobrada aos cálculos de ganhos dos meios de comunicação. (1994: 10).

Tal situação pode ser vista na adaptação dos roles políticos às lógicas midiáticas da sintonia ou do ibope. É o caso dos eventos organizados e acoplados estrategicamente para que a mídia os transmita ao vivo ou em horário nobre, ou em sintonia marcada para serem comodamente processados nos noticiários da mídia audiovisual.

No Plano Colômbia, o referido anteriormente não é uma regra, porque como conflito não estabeleceu essa lógica, que teve, no entanto, um problema mais perene e com uma pauta às vezes imprevista. Foi então, a procura pela informação dos acontecimentos já produzidos, para recriá-los com uma câmera ou com uma redação descritiva em tempo real. Podem mencionar-se os seqüestros de pessoas com certa relação política ou econômica em lugares inóspitos ou nas urbes. Os assaltos guerrilheiros imprevistos nos lugares menos pensados; e o deslocamento de civis por causa da violência, entre outros.

Nessa dinâmica, os fatos aconteceram longe dos olhos da grande mídia do Equador, que é incapaz de manter um trabalho contínuo e permanente nas zonas periféricas, ou de manter um seguimento noticioso, com correspondentes credenciados e a tecnologia necessária e descentralizada – que significa uma inversão de longo prazo – para ter uma cobertura dos

lugares mais sensíveis aos eventos fronteiriços além das demandas informativas das regiões afastadas que também integram o país.

Insinuo aqui a lógica econômica de certa mídia – porque ela abrange mais e acaba influenciando o público das sociedades de massa – que aparentemente vê os fatos relacionados com o Plano Colômbia, como marginais, longínquos, que atingem somente à periferia. O que pode criar uma desigualdade nas prioridades dos poderes políticos. A mídia que encurta distâncias, neste caso parece alongá-las demais.

Para Gomes (2001) a chamada política midiática é organizada segundo a lógica dominante da mídia, transformando-se por tanto numa “política espetacular”, organizada segundo princípios de sedução, escassamente argumentativa e teatral. No tema Plano Colômbia houve um divórcio dessa lógica por parte de quem institui as políticas públicas, pois a sedução à mídia foi provocada pelo contra-poder oposto ao Plano.

Emblemático dessa situação foi o que aconteceu no jornal *El Nuevo Herald*², periódico hispano dos EUA que usou recursos pouco éticos para espectacularizar uma suposta estréia do Plano e engendrar uma imagem positiva, embora difusa, sobretudo no Equador. E para explicá-lo ao leitor, os recursos informativos foram ainda mais pobres para o governo e para a própria mídia, que, de forma improvisada, não soube nem imaginar o uso de um plaguicida, o *Fusarium Oxysporum Erothroxily s.p.*, que é um fungo de laboratório que ataca a planta de coca e a mata³. Mas, a crítica não vai só a esse ponto, senão a que a mídia nunca deslocou um jornalista à selva amazônica para pesquisar o assunto, nem a TV mostrou imagens do suposto – até para desmentir ao Herald. Assim foi como o Plano entrou em cena no Equador.

É nesse sentido que se desenvolve o escasso debate público nas decisões públicas do poder, como será visto mais em diante com o Plano e a Base de Manta – no caso do Equador – que como políticas públicas, partiram do privado (do próprio setor público), e sem um debate adequado; daí que o Gomes (1997) na sua crítica a Habermas, reprova o conceito de esfera pública como ele vinha sendo usado. Habermas não reconheceu que “temos na política uma racionalidade orientada por cálculos de ganho, que não se traduz em valores, mas em

² Que difundiu uma nota com uma foto de arquivo informando uma suposta fumigação de Plano na Amazônia do Equador.

³ O jornal Expreso de Guayaquil chegou ao extremo de graficar o fungo, com um cogumelo atômico na capa do jornal.

estratégias” (p.04). A estratégia orientada pelo poder – dos EUA neste caso – funcionou encima de dois poderes públicos, no Equador e na Colômbia.

1.1 Estratégias e tropeços do Plano

Uma ex-funcionária da luta Antidrogas do Departamento da Defesa dos EUA, criticou o isolamento que supostamente sofre a Colômbia por parte dos países vizinhos, após o Plano Colômbia ter sido anunciado e posto em prática.

os países vizinhos dão as costas à Colômbia. Essa rejeição deve-se a que há temores de que o Plano tenha como resultado, que o narcotráfico e a violência contagiem o Equador, o Peru, o Panamá, a Venezuela e o Brasil. (...) Mesmo controverso e questionado, que queriam esses países? Que a Colômbia ficasse de braços cruzados perante a destruição e morte? (SALAZAR, Ana Maria, 2001).

A funcionária que trabalhou também na elaboração do Plano reaciona às posições contrárias e de receio dos países vizinhos. Embora ela não postule uma posição gratuita, segundo Lucas (2000), o Plano apresentado era totalmente desconhecido na própria opinião pública da Colômbia, “era um segredo que o Pastrana e seu embaixador em Washington, guardavam com zelo” (p. 04 – 18).

Luis Fernando Ramírez, ex-ministro da Defesa da Colômbia, citado por Lucas, declarou que o verdadeiro perigo de que o flagelo do narcotráfico se expanda a países vizinhos “é ficar de braços cruzados. Então quando a guerrilha fique convencida de que não pode chegar ao poder pelas armas, encontrará que a negociação política é o caminho para ganhar. (...) o fortalecimento das forças do Estado impedirá que os grupos rebeldes possam crescer”. (Idem: 18). A declaração esclareceria o papel militar do Plano: uma luta, não só contra o narcotráfico, senão uma estratégia de guerra que impedirá o avanço das Forças rebeldes além da Colômbia, no resto da América.

A idéia se complementa com o discurso das guerrilhas, que aparentemente vinham trabalhando com setores do governo venezuelano. Andrés París, porta-voz das FARC, mencionou que “o sentido contra-insurgente do Plano também tinha a ver com o caráter antiimperialista da revolução “*bolivariana*” de Hugo Chávez na Venezuela, a permanente instabilidade do Estado no Equador e a entrega da zona do Canal no Panamá” ao próprio Panamá. Daí que pouco a pouco o pensamento latino-americano constrói um conceito geopolítico do Plano: “o objetivo é exercer o controle territorial, militar econômico, político e social na bacia andino-amazônica, devido aos recursos naturais estratégicos: petróleo, ouro,

pedras preciosas, madeiras, água doce, biodiversidade genética e culturas ancestrais” (CABIESES, Hugo, 2001, p. 01).

Da sua parte, o ex-presidente dos EUA Bill Clinton (p.02), especificava que o programa iria custar US\$7,5 bilhões para ser implementado, enquanto que Andrés Pastrana ex-presidente da Colômbia buscaria US\$3,5 bilhões adicionais, em ajuda estrangeira (Europa principalmente). Sob esse parâmetro, o Plano apresentava quatro elementos estratégicos:

1. Incrementar fortemente os esforços antinarcóticos;
2. Fortalecer a capacidade dos governos nacionais e locais da Colômbia;
3. Empurrar a recuperação econômica; e,
4. Ajudar o processo de paz.

Desde seu início, o cenário do Plano envolvia os departamentos amazônicos de Caquetá e Putumayo, e Nariño na Serra sul colombiana, “onde se crê que há 77 mil hectares de coca das 175 mil cultivadas em todo o país” (LUCAS, p. 17), e que fazem fronteira com o Equador, o Brasil e o Peru; e onde os riscos de deslocamento guerrilheiro ameaçam converter o Plano num cenário internacional de guerra no meio da Amazônia, lugar geográfico complexo e de difícil acesso.

Como o Plano prevê a luta antinarcóticos se menciona que os EUA entregaram recursos para a formação e treinamento de três batalhões especializados com mil homens cada. “Um está pronto para os combates e outro está treinando no Comando Sul dos EUA” (Idem: 17). As práticas de combate são as utilizadas nos Bálcãs, que para esta região inóspita da Amazônia, não se limitarão à guerra aérea. Os grupos especializados já estariam atuando na Colômbia: mercenários internacionais, soldados especializados em alta tecnologia. A DYNACORP, “empresa conhecida pelos EUA para estes trabalhos, tem sempre disponíveis até 30 pilotos, veteranos de guerra, para enviá-los onde forem solicitados” (Idem: 140). Esta companhia já trabalhou em Kosovo e Croácia.

Embora, o argumento esboçado no Plano sobre a focalização da guerra nas áreas de cultivos ilícitos há comparações necessárias a serem feitas como as que estabelece Vargas Meza (2000):

Se um quilo de base de coca é cotado hoje em US\$1.000 e se vende ao '*menudeo*' o quilo de cocaína em US\$ 150.000, quer dizer que o aspecto nodal do negócio radica na capacidade do crime organizado de introduzir estas substâncias no interior dos mercados europeus e dos

EUA. No entanto, o campesino participa – sem restar os custos de produção – do 0,67 por cento desse preço de venda. Em contraste e para dar um só indicador, no pacote de 'ajuda' proposto pela administração Clinton ao Congresso, o 82 por cento dos custos da guerra se dirigem a garantir ações integrais de força focalizadas nas regiões dependentes dos cultivos ilícitos.

Com esses questionamentos, os países da região andina negaram apoio direto ao Plano. Já o suposto uso de herbicidas para fumigar causou a rejeição na própria Colômbia como a imprensa o delatou: “Andrés Pastrana negou-se a permitir mais fumigações com herbicidas no coração da produção de cocaína, pois esta prática deslocava a comunidades pobres, estava destruindo cultivos legais e não só ilegais, e colocava em perigo o meio ambiente” (DE LA GARZA&ADAMS, 2001 p. 01). Se bem esta foi uma posição inicial do Pastrana, por causa dos protestos dos grupos indígenas e pressionado pelos informes de suas autoridades ambientais, as pressões dos EUA pesaram mais.

Esses tropeços iniciais do Plano fizeram com que os EUA ampliassem os objetivos não só ao combate, senão também à ajuda social e o desenvolvimento alternativo, e não só à Colômbia, mas também aos países vizinhos. A política assistencialista da Casa Branca se denominou Iniciativa Regional Andina, que foi a estratégia para comprometer mais os países oponentes. De fato, era “uma maquiagem para impor a estratégia estadunidense aos outros países” (DIETRICH: 03).

Mas os inconvenientes também se deram dentro de casa, se consideramos que a Oficina de Contas do Congresso dos EUA (GAO), tinha recomendado ao Congresso não autorizar mais fundos para a Colômbia (*El Tiempo*, Política, 26/02/02) até que a Agência dos EUA para o Desenvolvimento AID, demonstrasse progressos quantificáveis, pois estes não estariam aparecendo. Segundo os argumentos da GAO, o crescimento de cultivos de coca não parou, apesar dos recursos doados. Na mesma nota, um congressista republicano – Sonny Callahan – também ameaçou com pedir a suspensão do Plano diante dos resultados considerados insuficientes.

1.2 Cifras do Plano Colômbia

Quando o Plano foi anunciado na Colômbia, ele seria financiado assim:

- US\$ 4 bilhões da Colômbia;
- US\$ 1,57 bilhões dos Estados Unidos;

- US\$ 1 bilhão da Comunidade Européia;
- O resto se complementava com o apoio de organismos financeiros⁴.

Mas, com a inclusão direta dos Estados Unidos, o Plano mudou de forma. O valor permaneceu em US\$7.558 milhões e o principal programa seria a defesa nacional colombiana: “entendida como a segurança e modernização da justiça, que somam 64 por cento dos recursos” (CÓRDOBA, Piedad, 2000). Os doadores se distribuíam assim:

Quadro 01 – Doadores do Plano Colômbia

ORIGEM:	VALOR: US\$miles de milhões
Estados Unidos	1.600
FMI *	2.700
B.I.D./Banco Mundial**	3.000
Outros ***	258
TOTAL	7.558

*Aprovado por pedidos dos EU. **Empréstimo que solicitara a Colômbia

***Prováveis empréstimos da Europa e Ásia.

Quadro 02 – Fundos dos EUA ao Plano Colômbia

RUBRO	TOTAL	2000	2001
Ofensiva no sul da Colômbia	599	512	88
Interdição do narcotráfico	341	238	102
Aporte a Polícia Nacional Colombiana	95	68	28
Desarrollo econômico	145	92	53
Aumentar a capacidade para governar	93	45	48
Subtotais	1.273	954	318
Ajuda atual para Colômbia	300	150	150
TOTAL	1.573	1.104	468

Fonte: Via Alterna.Com, 2001.

Quadro 03 – Proposta do Plano Colômbia

Com a meta de reduzir até 50 % o cultivo, processamento e distribuição de coca, o Plano propõe:
1. Militarizar a erradicação das plantações de coca (sem a polícia)
2. Fortalecer o sistema judicial da Colômbia
3. Neutralizar as finanças dos “narcos” e a guerrilha
4. Incorporar medidas anti-sequestro
5. Neutralizar os aliados dos ‘narcos’: guerrilha e ‘cocaleiros’
6. Realizar operativos conjuntos com os EUA

Fonte: Lucas, 2000: 10

⁴ Cf. LUCAS, 2000, p. 10.

1.2.1 Iniciativa Regional Andina

A versão da Casa Branca era que “nos dois primeiros anos do Plano Colômbia – que já transcorreram – as atividades se concentraram no sul da Colômbia com bons resultados” (MACK, 2001, p.02). Só que, além das críticas mencionadas – e dos poucos resultados iniciais – dentro do Congresso estadunidense se questionava a elevada ênfase militarista em detrimento dos programas sociais, de desenvolvimento e reforma do Estado; e que a ajuda se concentrava demais na Colômbia, esquecendo os demais países vizinhos.

Sob essa perspectiva e para evitar uma eventual expansão dos problemas colombianos, o governo dos Estados Unidos decidiu lançar a *Iniciativa Regional Andina* IRA, que seria executada pelo Departamento de Estado, com um orçamento de US\$882,29 milhões e baseada em dois eixos de trabalho:

1. **Econômico-social**: que compreende entrega de fundos para subitens como: Fortalecimento à Democracia entendida como o Desenvolvimento alternativo; a Assistência emergente aos deslocados; e as Reformas a leis como o Código Penal e Civil.
2. **Narcóticos e Segurança**: subdividido em: treinamento e equipamento das Forças de segurança; o Apoio aéreo; o Apoio na infra-estrutura e logística; o Apoio nas tarefas de interdição; e, o Apoio nas tarefas de erradicação.

Novamente a nuance do programa é que desse total de dinheiro entregue, 54 por cento, inicialmente, seriam destinados a programas de desenvolvimento alternativo. E se menciona a ALCA como “um instrumento integrador através dos crescentes investimentos e geração de emprego previstos” (MACK, p. 03). Porém, o componente militar fica confuso na versão das próprias autoridades estadunidenses que indicam que dos US\$882 milhões, 50 por cento são para atividades antinarcóticos e programas de desenvolvimento; e um primeiro depósito de US\$731 milhões será distribuído em escala 60/40: 60% atividades antinarcóticos; 40% programas de desenvolvimento/ democracia (sic), (Idem: 03).

Os países beneficiados – além da Colômbia – o Brasil, o Equador, o Peru, a Bolívia, o Panamá e a Venezuela recebem fundos, distribuídos assim:

Quadro 04 – Colômbia/Iniciativa Andina^(*).

Econômico - Social	US\$146,5 milhões
Narcóticos e Segurança:	US\$ 252,5 milhões

Quadro 05 – Brasil/Iniciativa Andina^(*).

Econômico–Social: US\$11,8 milhões como apoio aos temas de meio ambiente em zonas de risco – aquelas propensas a cair no narcotráfico: educação ambiental, intensificação agrícola, manejo florestal comunitário, oportunidades de mercado madeireiro sustentável. Na saúde, apoio na luta contra a AIDS e tuberculose nas zonas e áreas de risco e intenso tráfico de drogas.

Segurança e narcóticos: US\$15 milhões, em treinamento e equipamento às forças de controle dos narcóticos na fronteira com a Colômbia; a prevenção e educação no consumo de drogas.

^(*) Fonte: *Via Alternativa.Com*, abril 2000.

Quadro 06 – Equador/Iniciativa Andina

Total: US\$ 76,48 milhões ^(*)^(**)

Econômico Social: US\$56,48 milhões para o fortalecimento da Democracia: a luta contra a corrupção e ajustes nas contas públicas; a redução da pobreza com o apoio a microempresas, infraestrutura de serviço social; o crescimento econômico nas zonas de fronteira e desenvolvimento (produzindo alternativas às atividades ilícitas); e meio ambiente (assistência na fronteira norte, às áreas protegidas sensíveis da fronteira e manejadas pelas comunidades indígenas). Medidas paliativas para diminuir o impacto do Plano Colômbia no país.

Narcóticos e segurança: US\$20 milhões, para segurança na fronteira norte no fortalecimento logístico e treinamento conjunto às Forças Armadas e à Polícia Nacional. No reforço legal: fortalecimento da presença do Estado nas zonas de fronteira com a Colômbia, nos pontos chave e de controle; na interdição nas rodovias e estradas. Controle marítimo e aeroportuário: no reforço à presença policial nos portos. Assistência e segurança: na assistência para os militares no trabalho operativo entre as províncias que fazem a divisa com a Colômbia; treinamento; apoio nas comunicações e equipamento, e construção de pontos de vigia.

^(*) Fonte: *Via Alternativa.Com*, abril 2000.

^(**) US DEPARTMENT OF STATE, 2000.

Quadro 07 – Iniciativa Andina: resto de países

Bolívia:	US\$ 143,48 milhões
Panamá:	US\$ 20,5 milhões
Peru:	US\$ 206,5 milhões
Venezuela	US\$ 10,5 milhões

Fonte: *Via Alternativa.Com*. abril 2000.

1.2.2 Base de Manta, o “olho visor” do Plano Colômbia

Os fundos entregues têm dois administradores; nos casos acima sinalados é o Departamento de Estado quem controla; porém há outro fundo, dentro do Plano Colômbia que é administrado pelo Departamento da Defesa e que no caso do Equador, “estará encarregado da Base de Manta. Nesse caso, o Equador, receberá US\$5 milhões para o melhoramento da pista” (LUCAS: 111).

É importante o papel estratégico da base de Manta para os EUA dentro do programa de combate às drogas. Jorge Brito, um dos coronéis rebeldes do 21 de janeiro de 2000, diz: “A

Base de Manta é como os olhos e os ouvidos do Plano Colômbia (...) a base proporciona os dados de inteligência em tempo real, sobre os movimentos da guerrilha das FARC, seguidas pelos três batalhões contra-insurgentes treinados pelos EUA na Colômbia”. (LUCAS: 113).

Mas a Base de Manta e a participação equatoriana no conflito colombiano também têm algumas razões econômicas. Charles Colomiris (1999, apud. LUCAS 2000, p. 115) constatou que o Equador foi pressionado economicamente para envolver-se no Plano, com os empréstimos do FMI tão promovidos durante o ano 1999 – durante a crise bancária. Os empréstimos foram então um meio para enviar subornos políticos ao governo equatoriano em momentos em que os EUA queriam ter certeza de que poderiam seguir usando as bases militares equatorianas para, supostamente, vigiarem o narcotráfico.

Assinado, segundo Larrea (2002) o 25/11/99, o Convênio da Base de Manta é visto pelos críticos, como o pior investimento em política exterior do governo Mahuad-Noboa. Este fato é pertinente pois Jamil Mahuad, junto com, o ex-ministro das Relações Exteriores, Bejamín Ortiz Brennan e o ex-presidente da Comissão de Relações Internacionais do Congresso, Heinz Möeller – sucessor de Ortiz no governo Noboa – assinaram o documento que não foi debatido pelo Congresso e muito menos conhecido pela cidadania equatoriana. Eis que há o consenso de que o Plano é inconstitucional⁵. O tratado se assinou violentando essas normas e sem a existência de um tratado bilateral discutido e analisado com a participação cidadã ou da opinião pública.

Mas, há também outro convênio firmado em 02/06/00 com os EUA no governo Mahuad, chamado de *Convênio Operativo*. Vargas Pazzos (2001) analisa o documento como parte do plano de guerra, pois ele foi firmado pelo general Luis Iturralde, chefe de Operações Militares da Força Aérea do Equador. É um convênio de longo prazo, segundo Vargas, onde, se estabelece o Posto Avançado de Operações (*Foreign Operation Locations*, FOL) e que tem como objetivo regulamentar os procedimentos em bases militares como estabelecido no primeiro convênio da Base de Manta.

Não é um convênio de tipo governo-governo ou entre entidades civis do Estado, nem dos EUA, nem do Equador, senão dos militares; é um convênio de operação, é militar; o Pentágono e não a DEA (Drug Enforcement Agency) dos EUA, estão trás deste convênio, os mandos no documento são militares, não a DEA ou a INTERPOL.

⁵ Segundo a Constituição política do Equador: o artigo 162, numeral 2, estabelece que o Congresso em pleno é o que aprova ou desaprova os tratados e convênios internacionais que estabeleçam alianças políticas e militares.

Embora isso coloque o Equador dentro do Plano de maneira ativa, as autoridades militares do país são lacônicas. Oswaldo Domínguez, comandante da Força Aérea manifestou que “não é apropriado aderir ao Plano, porque o Equador não tem porquê envolver-se em problemas que não são dele” (LUCAS, p.01). Porém, incrementa que só para evitar surpresas “o governo enviou 10 mil soldados e policiais equatorianos para custodiar os 600 quilômetros de fronteira entre Equador e Colômbia” (*ViaAlternativa.Com*, 2001).

A base tem a mesma função que cumpria na América Latina a Base aérea de Howard no Panamá. Manta, porto localizado no litoral centro “tem sua base muito próxima ao paralelo zero, está a vinte minutos de vôo das zonas candentes do conflito colombiano e numa posição estratégica para o controle militar conjunto do Pacífico Sul, do Canal do Panamá e Centro – América” (LARREA, p. 01).

A implantação da Base conta ainda com o apoio de setores empresariais de Manta, que se pronunciaram a favor do convênio com os EUA; e alguns grupos locais beneficiários dos contratos de remodelação da Base consideram que ela favorecerá à economia da cidade (Idem, p. 01). Os EUA criaram assim, aliados locais e não é coincidência que pela presença da Base, acontece a constante chegada de barcos cruzeiros dos EUA carregados de turistas. Tal atividade é saudada e publicizada pela mídia local e a opinião pública de Manta⁶. O porto, que paradoxalmente enriqueceu com o atum que pesca e processa para exportá-lo – principalmente aos EUA – não contou com o apoio do Senado desse país que, pelo contrário, o excluiu (o atum) dos produtos beneficiados pela ATPA, em março do ano 2002.

1.3 A visão colombiana da fronteira com o Equador

É importante incluir neste capítulo uma análise da visão que a Colômbia tem de seu vizinho mais próximo, o Equador. Embora os dois países estejam fraternalmente juntos e integrados no comércio e intercâmbio, e livre trânsito de pessoas, os limites políticos só uniram à zona andina e pouco integraram zonas geográficas como o Litoral e a Amazônia, ambas duas com uma geografia complexa.

⁶ *El Comercio*, seção Colunistas, 10/09/01.

Atualmente, além da ponte Internacional de Rumichaca em Carchi existe a ponte Internacional sobre o rio San Miguel na selva amazônica, inaugurada pelos presidentes Gustavo Noboa e Andrés Pastrana em setembro de 2000 com o objetivo de aumentar as possibilidades de intercâmbio⁷. Porém o fato da presença das guerrilhas no setor afeta muito o tráfico de pessoas e o comércio legal de produtos. A inauguração da ponte só facilitou o transporte de armamento e o comércio de alimentos e de sustento para as guerrilhas; aliás, o livre ingresso desses grupos que ingressam ao Equador a roubar veículos usados para seqüestros ou simplesmente para transporte dos guerrilheiros na Colômbia.

A Colômbia acha o tráfico de pessoas, um ponto ácido nas relações com o Equador, tema que se apreciou na pesquisa durante o polêmico fechamento da ponte internacional de Rumichaca na fronteira andina, ordenado pelo governo do Equador. As facilidades de migração – não há requerimento de passaporte nem de visto – fazem com que cada vez um número maior de deslocados pelo conflito, chegue ao país. A Colômbia vê com receio que as autoridades de segurança equatorianas têm confrontado essa situação até com o uso da força⁸.

Segundo o governo da Colômbia o fluxo ilegal de colombianos para o Equador está gerando um problema para as autoridades do país. Mesmo sem estatísticas exatas, acredita-se que em províncias como Carchi, moram aproximadamente 11 mil colombianos; em Imbabura aproximadamente dois mil entre documentados e não documentados⁹. As migrações flutuantes são difíceis de contabilizar e as que se fazem pela Serra são mais formais do que as que acontecem na Amazônia, pelo Putumayo. Os colombianos que migram para o sul, geralmente têm dificuldades para obter trabalhos bem remunerados e cumprem atividades como jornaleiros na agricultura.

O livre passo de produtos nas fronteiras permite gerar uma dinâmica econômica que a Colômbia crê importante para combater o tráfico de estupefacientes. Os acordos Binacionais permitiam agilizar outros sobre migração, intercâmbio aéreo e comercial, cooperação policial e militar. Todo um programa de desenvolvimento binacional em conjunto com o combate aos cultivos de coca, no marco do Plano Colômbia¹⁰.

⁷ MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE COLOMBIA. *Dinámica fronteriza*, 2000.

⁸ Op. Cit.: 01

⁹ Idem: 01

¹⁰ Idem: 05, 06.

As relações políticas, tanto como as econômicas, com a Colômbia nos últimos três anos giraram em torno do apoio ao Plano Colômbia. Em agosto de 2000 os presidentes Noboa e Pastrana assinaram uma declaração na qual o Equador se comprometia a apoiar o Plano. Só que “desde junho de 2000, o governo colombiano apoiado pelos EUA, parece preparar-se para um desenlace de conseqüências imprevisíveis que poderia envolver os países vizinhos” (LUCAS, p.11).

Por enquanto o tema mais complicado é o dos deslocados. Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censos do Equador INEC, em 1997, 162 mil colombianos deslocados teriam ingressado ao país; deles 114 mil, equivalentes ao 70 por cento ficaram. Só na província de Sucumbíos vivem oito mil famílias colombianas; porém 7.200 não estão registradas em nenhuma dependência de migração. O ano passado, Equador começou a exigir o histórico policial como requisito de ingresso aos colombianos, com a finalidade de controlar os visitantes, mas essa medida gerou polêmica. Como retaliação, a Colômbia também começou a exigir histórico policial aos equatorianos. Para distensionar o clima, ambas nações desistiram da medida.

As relações dos dois países parecem ter doravante um pivô básico: os Estados Unidos. Equador não é produtor de coca nem de maconha. Só é país de trânsito. E a aplicação do Plano, no caso dele atingir a tranquilidade do Equador, também gerou debate nesse país, segundo o manifestou um senador estadunidense assim:

Devemos ajudar aos vizinhos da Colômbia, como o Equador (...) que enfrentam a ameaça do rebote típico da luta anti-drogas. Equador tem permitido a instalação de uma Base operativa depois que saímos do Panamá, merece nosso sólido apoio, em especial, em momentos em que enfrenta a uma insurgência das FARC remozada e treinada¹¹.

¹¹ Cf. GILMAN, Benjamin, 2001.

CAPÍTULO 2 – PANORAMA HISTÓRICO RECENTE

2.1 O papel da mídia no conflito e paz com o Peru

Como parte da introdução ao tema de pesquisa sobre o Plano Colômbia, é relevante examinar a história do Equador no período mais recente: o encerramento do conflito bélico com o Peru, em 1998. Conflito que levou os dois países a uma disputa territorial que se arrastou por mais de 160 anos, desde a proclamação da República. As crenças populares indicam que essa disputa nasceu na época pré – colonial, quando os Incas chegaram a conquistar os territórios do norte, dos *Quitus*. O certo é que nos últimos 50 anos a única fronteira que representava problemas para o Equador era a fronteira sul. A convivência com o Peru foi muito difícil e acidentada por causa das antigas guerras de disputa, sempre mal encerradas e que deixaram os espíritos de ámbos países muito sensíveis.

Mas, além de ganhadores ou perdedores, esse conflito bélico deixou lições ainda pouco estudadas para os expertos sobre temas como a comunicação e as estratégias traçadas durante o conflito entre os dois exércitos em 1995. Os críticos sempre apontaram uma falta de estratégia e preparação dos militares equatorianos para fazer frente a uma guerra. Mas, nas duas últimas décadas de retorno à democracia representativa os militares, que deixaram o poder político, se dedicaram a preparar-se para um eventual novo conflito.

As novas tecnologias de guerra que o mundo conheceu no conflito do Golfo Pérsico estavam longe de serem aplicadas na selva amazônica, mas o mundo pôde ver de perto essa guerra nos seus televisores e, em certa medida, os métodos de informação usados pelos EUA foram aplicados no conflito Equador-Peru. O embate dos exercícios na Guerra do Golfo (1990-91), permitiu avaliar, com mais realismo, a perenidade das lógicas militares: uma paisagem comunicacional. A guerra do Golfo pode ser caracterizada pela adoção de estratégias de informação do Pentágono (o Ministério da Defesa dos EUA):

A formação de *pools* de jornalistas escolhidos com extrema cautela, que iam para o campo, acompanhados de um oficial, que escolhia e preparava às tropas a serem entrevistadas, controlava as filmagens para a televisão, examinava as fotos, e revisava as reportagens escritas, não hesitando em suprimir algo, sempre que qualquer informação fosse julgada ‘delicada’ para alterar logo sua redação (MATTELART, 2000, p.146).

Esse foi o padrão adotado para o conflito bélico entre o Equador e o Peru em 1995 pelos militares equatorianos. A estratégia dos *pools* permitiu que redes como a CNN se convertessem sem pensar, em aliadas, pois, além disso, a proximidade aérea de Quito com o cenário do conflito foi uma vantagem para os deslocamentos dos *pools* jornalísticos, do que fazê-lo desde Lima até a zona inóspita que representava o lado peruano da batalha. O objetivo era filmar o cenário de guerra do lado do Equador, e as informações capturadas e filmadas em primeira mão foram as imagens da “agressão peruana”. Essa versão foi publicada pela rede ao mundo inteiro. No país, a sensação, por vez primeira, foi a de que o Equador ‘ganhou’ a guerra, o que permitiu subir o ânimo das tropas na fronteira e a auto-estima do país.

Não que o Peru não tivesse tido uma estratégia de comunicação, porém esta não foi efetiva. O presidente Alberto Fujimori – agora envolvido em denúncias de tráfico de armas – e seu governo também entraram nessa guerra de informação, porém muito centralizadas em Lima, o que contrastou com o Equador, onde a estratégia dos *pools* de jornalistas permitiu ainda que muitos deles ficassem hospedados perto da base militar que servia de Centro de Operações e de onde cada manhã saíam os vôos de helicópteros carregados de jornalistas em horário marcado para fazerem levantamentos. O material também era controlado – censurado previamente – antes que fosse publicado. Às vezes, as fitas gravadas eram transportadas em vôos diretos a Quito pelos helicópteros militares, sem custo. Foram tantas as facilidades de deslocamento, e, sobretudo para jornalistas estrangeiros e correspondentes, que muitos jornalistas peruanos trasladaram-se a Quito para fazer uma cobertura dos eventos¹².

O mais recente confronto com o Peru gerou uma atitude no comportamento dos equatorianos em relação ao que significava o Peru. A defesa do território como identidade nacional foi usada pelos militares para construir um orgulho e uma razão de ser como instituição, e na população um motivo de coesão política e regional. Ser peruano, no entanto, significava tudo o que o equatoriano não podia ser. Isso possibilitou aflorar seu sentimento de identidade e pertencimento a um país. Naturalizou-se uma racionalidade própria da vítima ou afetado que tem que se defender do inimigo que o agredia. Processo semelhante observa-se hoje nos EUA, contra o “terrorismo”, depois dos atentados do 11 de setembro, onde os

¹² Na rede de TV onde prestava meus serviços, *TC Televisión*, dois jornalistas peruanos da Panamericana TV de Lima, trabalharam em Quito, usando como base a rede e os aparelhos de edição sem custo, por pedido de inteligência militar. Além da óbvia vigilância militar a esses jornalistas, quiçá esta seja uma das poucas estratégias informativas de guerra, onde os *pools* jornalísticos do inimigo trabalharam protegidos na casa do rival e com certas facilidades.

discursos políticos e a encenação midiática criaram uma imagem do inimigo “natural” – ou conjuntural – e inclusive, no caso dos estadunidenses, da liberdade.

Ser peruano no Equador era motivo de marginalização, suspeita e preconceito, por causa do discurso motivado no conflito militar e espalhado pela mídia e o sistema educativo – especialmente impregnado nos livros de história. A classe política e o poder, no entanto, estabeleceram os discursos patrióticos e nacionalistas adequados e criaram os espaços para cultivar os heróis militares de guerra, que morreram lutando contra o “inimigo” ou “invasor”. Os conflitos armados contra o Peru foram sempre mais lembrados do que as lutas independentistas. Isso parece estar mudando.

O ambiente hostil durou até que o cenário para a firma da paz fosse criado. A necessidade de uma paz em nome do desenvolvimento e como uma exigência das novas gerações que viam no conflito uma briga desnecessária, foi o caminho para que, no meio das duras negociações, a paz definitiva chegasse e o tratado de paz fosse assinado em Brasília, em 26 de outubro de 1998. Atualmente as relações com o Peru são ótimas e o lento desenvolvimento das cidades de fronteira vê acompanhado esse processo de paz binacional no comércio fronteiro entre cidades próximas, o aumento do turismo e o livre trânsito de relação entre cidadãos de ambos países.

Era nesse ambiente que as relações entre o Equador e a Colômbia se estabeleceram. Mesmo com uma guerra interna prolongada, o clima viu-se completamente alterado nos últimos dois anos, após o início do Plano Colômbia nesse país; o fim das negociações de paz com a guerrilha; a constante onda de violência armada e da delinquência nas zonas de fronteira; e, a pressão estadunidense para que o Equador participe mais ativamente do Plano. Hoje um crescente sentimento de anti-colombianismo, rodeia as expressões dos cidadãos e da própria mídia (*El Comercio*, 23/08/02) perante cada ameaça e evento noticioso relacionado ao Plano.

2.2 Dados da realidade equatoriana

Para entender o contexto em que o Plano Colômbia vai acontecer no país, vou destacar a espiral de acontecimentos na crítica vida política, econômica e social do Equador dos últimos seis anos. Tomarei como referência o ano de 1998, ano em que o Plano é anunciado pelo presidente da Colômbia, Andrés Pastrana. O objetivo também é mostrar os eventos

noticiosos que o Plano teve que compartilhar nas páginas dos jornais e na mídia equatoriana em geral. O período relatado é 1998, até a transição do governo para o presidente eleito Lúcio Gutiérrez, em janeiro de 2003.

2.2.1 Governo Mahuad – Noboa:

O ano de 1998 foi marcado para ser o ano de eleições presidenciais, fato não previsto dois anos atrás quando o Equador elegeu de maneira sucessiva seu quarto governo constitucional, em 18 anos de retorno à democracia. Abdalá Bucaram o último presidente eleito democraticamente em 1996 devia, segundo a Constituição, permanecer no cargo até agosto de 2000. Com o trauma político da sua queda, por denúncias de corrupção e uma declaração de incapacidade mental por parte do Congresso, a classe política entrou numa fase de crise dos partidos políticos e afetou a estabilidade econômica. A própria eleição do Bucaram já foi um antecipo dessa crise na classe política, pois o país conhecia bem o jeito extrovertido do Bucaram e por ter confrontado ordens de prisão por corrupção e difamação aos militares, anos atrás. Ele apareceu como um político pouco convencional e diferente – mesmo que conhecido¹³ – dos políticos tradicionais e isso lhe proporcionou a vitória sobre os candidatos dos velhos partidos.

A decisão do Congresso de destituir a Bucaram, só teve respaldo legal, quando um plebiscito realizado em julho de 1997 ratificou a dita destituição e convocava esse mesmo ano uma Assembléia Constituinte para reformar a Carta Maior. Em 1998 foram convocadas as eleições presidenciais sob esse novo marco legal. Assim, com apenas seis candidatos presidenciais, o menor número de postulantes desde o retorno à democracia, se desenvolveu “a campanha mais apática, a que menos mobilizou gente, a de maior desinteresse e menores expectativas” (SÁNCHEZ PARGA, 1999, p. 455). Na particularidade eleitoral do Equador¹⁴, apenas um candidato inscrito pertencia ao Litoral, o homem mais rico do Equador Álvaro Noboa, candidato pelo partido de Bucaram, o *Roldosista* PRE. O resto pertencia aos grupos e partidos políticos mais representativos da Serra: Jamil Mahuad, prefeito de Quito, da *Democracia Popular* (democracia-cristã); Rodrigo Borja ex-presidente, do social-democrata *Izquierda Democrática*; Freddy Ehlers, do independente *Movimiento Ciudadano Nuevo País*

¹³ Bucaram participava pela terceira vez como candidato à presidência

¹⁴ Em cada campanha eleitoral, há um equilíbrio regional de candidatos da Serra – Quito e do Litoral – Guayaquil

em coligação com o indigenista *Movimiento Pachakutik*, e, por primeira vez duas mulheres candidatas à Presidência da República: Rosalía Arteaga, ex-vicepresidenta de Bucaram do *Movimiento Independiente República Autêntica*, sem tendência; e, María Eugenia Lima do esquerdista *Movimiento Popular Democrático*, MPD. Os resultados das eleições foram os seguintes:

Tabela 01 – Eleições 1998 1º Turno

1º. Turno	%
Jamil Mahuad	36
Álvaro Noboa	25
Rodrigo Borja	17
Freddy Ehlers	15
Rosalía Arteaga	5
Ma. Eugenia Lima	2

Fonte: Sánchez Parga, 1999: 452

O equilíbrio regional marcou os resultados eleitorais. Mas o apoio esmagador ao candidato de Bucaram, Álvaro Noboa, mais do que um prêmio ao “loco”, foi um mérito do próprio milionário. Noboa não era precisamente um bom retórico de palanque, nem um homem cheio de qualidades intelectuais, tudo o contrário. Mesmo assim, o marketing eleitoral garantiu sua presença no segundo turno.

Definidos os dois finalistas, a vantagem do Mahuad era óbvia, pois ele chegou a somar apoios políticos a sua candidatura de parte de todos os partidos políticos, que viam em Noboa o reprise de Bucaram. Mas o milionário conseguiu com um discurso simples, porém bem publicitado, crescer sem nenhum respaldo político significativo e quase ganhar no segundo turno, o binômio Jamil Mahuad - Gustavo Noboa:

Tabela 02 – Eleições 1998 2º Turno

2º. Turno	%
Jamil Mahuad	51.16
Álvaro Noboa	48.84

Fonte: Sánchez, 1999: 453

Por coincidência, Mahuad assumiu o poder três dias após a posse do presidente colombiano Andrés Pastrana. A seguir apresenta-se uma síntese do governo Mahuad, desde agosto de 1998, até sua queda em janeiro de 2000:

- 10/08/98: Mahuad assume o poder.
- 31/08/98: Começa a quebra de bancos; quebra o Banco de Préstamos.
- 26/10/98: Fim das negociações se firma a Paz com o Peru, o Brasil é país garante.
- Set. 98: Começa a maior crise econômica em 60 anos; o Filanbanco o maior do país, entra em falência. O Estado assume sua carteira.
- Dez. 1998: Anunciado o Plano Colômbia em Bogotá.
- 11/03/99: Congelamento de contas bancárias (“*corralito*”).
- Março 1999: Crise do *Banco del Progreso* o poder político e econômico de Guayaquil sai às ruas; mais quebras de bancos.
- Maio 1999: Greves (“*paros*”) de empresários em Guayaquil a marcha dos “*Crespones negros*”.
- Junho 1999: Greve dos índios, dos taxistas e dos burocratas contra o incremento das gasolinas.
- 12/11/99: Firma-se o Convênio da Base de Manta com os Estados Unidos.
- 09/01/00: Devaluação do sucre a 25.000 por 1 dólar. Dolarização do país.
- 21/01/00: Levantamento dos índios da CONAIE com coronéis rebeldes, queda de Mahuad.

Se fizermos uma comparação nas quedas de Bucaram e Mahuad, pode-se dizer que as circunstâncias são parecidas, mas a forma foi diferente. Bucaram caiu pela força das manifestações populares no país inteiro, mas ele ainda tinha poder de manobra política. Mas é o Congresso que precipita sua queda e o destitui com argumentos legais pouco claros¹⁵ e os militares se tornaram o fiel do balanço, quando depois de cinco dias de crise política e a transição com a vice-presidenta Arteaga autoproclamada presidenta, finalmente os militares acabaram por aceitar as decisões do parlamento, entre elas a indicação de Fabián Alarcón como presidente interino.

Deve-se ressaltar que Mahuad foi deposto também, em virtude das circunstâncias político-econômicas que acompanhadas do levantamento indígena só acabaram quando os

¹⁵ Bucaram gostava que o povo o chamasse de *loco*. Daí, o Congresso argumentou que em vista do próprio reconhecimento do presidente em dizer que está louco, a Constituição previa a cassação dos presidentes, por incapacidade mental. O Congresso encontrou assim a forma de tirá-lo do poder, embora a demanda popular pela saída do Bucaram, era por causa das medidas econômicas, a corrupção e a prepotência do seu governo.

próprios militares de segundo escalão se rebelaram e no mesmo dia a alta cúpula militar retirou-lhe seu apoio. Em ambos casos os militares foram chaves para o processo de instabilidade e continuidade do frágil sistema democrático. Mas também foi chave a participação discreta da embaixada dos EUA no processo para reverter a situação e evitar que um golpe militar substituísse o regime democrático e menos ainda, que uma revolta militar de cor vermelha ficasse no poder.

Uma das origens da crise bancária cujo peso teve que suportar Mahuad encontra-se na Lei geral de Instituições Financeiras (12/03/94) do governo Sixto Durán Ballén (1992-1996), que autorizava aos bancos nacionais a investir na banca *off-shore*, ou seja, sem o controle da Superintendência de Bancos. Só que os acionistas aproveitaram das facilidades dessa Lei para a obtenção de empréstimos a eles mesmos. Quer dizer, um acionista de banco podia obter empréstimos de até o 50 por cento do patrimônio técnico do banco. O resultado desta reforma legal foi “a generalização da corrupção dos banqueiros e a ampliação do controle de fato da banca guayaquilenha sobre a economia nacional”, (FONTAINE, 2002, p. 02).

Um dos casos mais escandalosos foi a do banqueiro Fernando Aspiazu, quem usou como ‘laranjas’ os empregados de seu banco (*El Progreso*) para favorecer suas empresas com empréstimos milionários. Sem liquidez, e sem o apoio de Mahuad, Aspiazu fechou o banco (09/03/99) e acusou Mahuad de regionalista. Foi preso num operativo militar espetacular trás denunciar-se as irregularidades (06/99), mas dentro da prisão cobrou de Mahuad uma doação de campanha de US\$ 3 milhões, nunca bem declarados pelo partido às autoridades eleitorais. Esta crise seria o começo do fim do governo Mahuad.

Nesse período, quatorze bancos fecharam, e entraram na Agência de Garantia dos Depósitos AGD (entidade criada para garantir a devolução do dinheiro aos clientes) a um custo de US\$ 5 bilhões para o Estado equatoriano mediante o aumento da dívida externa. “O fracasso da reforma bancária de 1994 teve repercussões no fracasso do governo Mahuad, não só econômica mas também, politicamente” (Idem, p. 03). Mas, a continuidade democrática garantida pela Embaixada e a alta cúpula militar, que não apoiou o golpe dos coronéis e dos índios, levaram ao poder ao vice-presidente Gustavo Noboa como claro sucessor constitucional¹⁶.

¹⁶ Os militares que não apoiaram mais a Mahuad, declararam depois que o presidente abandonou o cargo e sob essa premissa o vice assumia o governo.

Coube ao governo Noboa a tarefa de estabilizar a crise, sem maioria no Congresso. É neste cenário que começam a aparecer as primeiras manifestações das conseqüências do Plano Colômbia.

- 22/01/00: Posse como presidente de Gustavo Noboa; fracassa o golpe dos coronéis.
- 22/01/00: Dolarização é mantida. Início das mesas de diálogo direto, governo com indígenas
- Fev - Mar. 2000: Diminuição contínua dos conflitos sociais
- 19/07/00: O *Miami Herald* anuncia supostas fumigações com químicos na Amazônia do Equador.
- Set. 2000: Início do Plano Colômbia, segundo a imprensa colombiana.
- Nov. 2000: Incremento das ações violentas na fronteira norte; deslocados chegam ao Equador.
- Maio - Jun. 2001: Militares da fronteira sul se trasladam ao norte.
- 11/09/01: Atentados em Nova York, Bush declara guerra ao terrorismo.
- 10/10/01: FARC declaradas terroristas pelos EUA.
- 20/02/02: Fim ao processo de Paz na Colômbia.
- Jun. - Jul. 2001: Incrementa-se a insegurança na fronteira com Colômbia.
- Agosto 2002: A Ponte Rumichaca é fechada.
- Set. - Dez. 2002: Estagnação do processo. O Equador recebe menos dinheiro do oferecido pelo Estados Unidos dentro da Iniciativa Andina (Quadro 06, p. 24).

2.2.3 Governabilidade, regionalismo e poder político no Equador

Há duas premissas para analisar a ingovernabilidade no Equador como conseqüência do Plano Colômbia. Guillaume Fontaine (2002) fala que a crise de governabilidade no Equador está estreitamente ligada com as divisões históricas que opõem a Serra e a Costa (Litoral), principalmente Quito e Guayaquil. Na perspectiva da teoria do Adam Przeworski (1988 apud FONTAINE, 2002, p. 06) sobre a conjuntura política da América Latina, a crise de governabilidade do Equador é agravada pela convergência de três fatores chave: uma crise econômica e institucional patente; uma forte capacidade demonstrativa dos movimentos populares e indígenas; e a presença permanente, porém indireta, dos militares na vida política.

A combinação desses fatores através das divisões regionais, como um eixo horizontal de outros fatores como: a capacidade demonstrativa dos movimentos indígenas, que tocará a crise dos partidos; a presença permanente dos militares; e a crise econômico-institucional, que

vai falar da conjuntura de dolarização atual, é que vamos tentar explicar a crise da governabilidade no Equador.

Divisão regional:

Uma análise nesse sentido não precisa ir longe nas explicações históricas, vamos ver simplesmente o que significam as duas cidades no cenário atual, que além de histórico, influi nas decisões políticas do governo, nas eleições e nas dinâmicas econômicas e nos processos sociais do Equador:

Quito: poder político - burocrático, petroleiro e militar. Antigamente mais conservadora hoje mais liberal e apegada aos conceitos de esquerda moderada, pela alta presença do sindicalismo e o funcionalismo estatal. O poder dos antigos terratenentes se radicava na capital. Guayaquil: poder bancário, político - ‘*caciquista*’, agro-exportador e comercial. Historicamente liberal, porém com o crescimento econômico agro-exportador e industrial, virou berço do populismo nas grandes favelas e da direita conservadora na banca e no comércio. O resto do país está sujeito à dinâmica política e econômica das duas cidades, tornando cada uma como a cabeça de cada região. Guayaquil = Litoral; Quito = Serra. Há poderes coadjuvantes em províncias como Manabí no Litoral, por causa da dimensão populacional e econômica; e Azuay na Serra por razões histórico - políticas e intelectuais.

A capacidade demonstrativa dos movimentos sociais. A crise dos partidos políticos:

A alta migração de pessoas do interior está mudando a atitude política destas duas cidades, como o populismo o fez nos anos 60 e 70. As camadas de migrantes vindas do interior influem com seus votos as eleições presidenciais; o regionalismo vai perdendo força nos setores populares, de grandes favelas e bairros pobres, mas ganha força no discurso das elites¹⁷. Nesse cenário muitas crises políticas cresceram e amadureceram historicamente e nem as ditaduras e a nova democracia as apagaram, elas só se aprofundaram. Nas crises que culminaram com as quedas de Bucaram e Mahuad, houve muito discurso regionalista nas

¹⁷ Resultado das três últimas eleições onde candidatos como Bucaram ganharam na província de Pichincha, porém perdeu em Guayas, seu reduto eleitoral natural (Eleições '96); Mahuad perdeu por pouco em Guayas, reduto de Álvaro Noboa (Eleições '98); Lucio Gutiérrez, amazônico, chegou a ter um deputado em Guayas e ganhar em duas províncias do Litoral (TSE-El Universo 25-11-02), e é o primeiro presidente vindo dessa região, alheia das castas políticas tradicionais e poderes econômicos serranos e litorâneos.

elites políticas e nos partidos. Os próprios partidos representam lideranças regionais, que casualmente estão ligadas aos antigos presidentes do país e não a uma estrutura popular ou social organizada em ideais, só em interesses de grupo e região.

A seguir são listados os principais partidos políticos do país:

O *Partido Social Cristiano* PSC, é o maior e sua base está em Guayaquil, integrado por empresários e caciques políticos; seu líder é o ex-presidente León Febres Cordero. O *Partido Roldosista Ecuatoriano* PRE, é o segundo maior, sua base e força são Guayaquil e o Litoral, integrado por empresários de origem árabe e de comerciantes do varejo; seu líder é o ex-presidente Abdalá Bucaram. A *Izquierda Democrática* ID, terceira força política, a maior em Quito e em algumas províncias serranas, integrado por profissionais de classe média; seu líder é o ex-presidente Rodrigo Borja. A *Democracia Popular* DP, quarta força eleitoral com base em Quito, outras cidades da Serra, e esporádicos triunfos no Litoral, o perfil de sua militância é similar à ID; há pouco seus dois líderes, os ex-presidentes Osvaldo Hurtado e Jamil Mahuad, deixaram a DP. O *Movimiento Pachakutik* é a quinta força política e representa os grupos indígenas da Serra e da Amazônia e das antigas esquerdas moderadas; está no poder atualmente em coligação com o presidente Lúcio Gutiérrez, cujo partido *Sociedad Patriótica*, ainda está em estruturação; seu futuro vai depender do sucesso no governo; formado por militares da reserva, sua base política está espalhada nas três regiões. O *Partido Renovación Institucional* PRIAN, do magnata Álvaro Noboa com base no Litoral, está no mesmo processo que o partido do Gutiérrez. Os outros partidos e movimentos não alcançam o cinco por cento dos votos e estão espalhados na Serra e o Litoral.

Como vemos o Litoral é disputado pelo PSC e PRE; enquanto que a ID e a DP estão na Serra. As novas agrupações não tradicionais ou conjunturais também disputam este espaço: *Pachakutik* e *Sociedad Patriótica* na Serra e o PRIAN no Litoral. Os três últimos partidos mencionados, por exemplo, se materializam em virtude da crise política dos últimos seis anos e quatro da crise econômica. Esses partidos ou novos movimentos conjunturais, não são sociais, pois não representam uma intermediação social ampla, mas só uma estrutura de reivindicação pontual de dádivas, clientelismo e de organização eleitoral.

Sanchez Parga (1999) considera que a redução de tempo de campanha para dois meses – segundo a nova constituição – significou um menor desgaste social e político para o país e a rentabilidade de recursos investidos nela. A vitória eleitoral esmagadora no primeiro turno da

Democracia Popular, do candidato Mahuad parecia o início de um novo tempo, após o ineficiente governo de Bucaram e dos três governos que disputaram o poder num único dia. Nunca antes um presidente teve a seu favor numa eleição de governo, tanto êxito e sem maiores oposições como Mahuad. Sem dúvida, isso pode ter contribuído a um “efeito cascata” de otimismo, que Mahuad provocou nos eleitores no momento de eleger o Congresso. Não há que descartar que uma elevada porcentagem de eleitores “opinou por uma sorte de ‘realismo político’, e orientados por um critério ambíguo de governabilidade, que deram a Mahuad a maior força parlamentar possível” (Idem: 454).

Porém a incapacidade de Mahuad o impediu de concretizar essa governabilidade. Sua queda pode ter sido vista até como muito simples ou tola, impensável para os militares e índios levantados em ato de rebeldia. Só que a fragilidade do regime bem como sua precária sustentabilidade política partidária e popular, fizeram com que o *establishment* político, não o defendesse. Aliás, ninguém se sentia representado pelo governo.

É de se concordar com Sánchez Parga (p. 455) quando afirma que o povo equatoriano parece ter começado a desconfiar da democracia, porém é discutível sua apreciação de que o mesmo povo está acabando por desesperar-se frente aos câmbios de governo e os novos presidentes. A queda de Mahuad foi inusitada, já que o desânimo cidadão foi a expressão dessa crise nos momentos antes da queda. As únicas manifestações contrárias, no país nesses dias, eram dos índios – diferente das manifestações contra Bucaram. Mahuad provocou até o desgaste na classe média, desencantada com a política. O Equador há três anos atrás chegou a ser “o país com a menor credibilidade na democracia” (Idem p. 456).

Atualmente, a nova face da dirigência política é a indígena que emerge junto com diversos setores políticos, sociais e setores militares mestiços de segundo escalão. As dirigências indígenas e sociais não têm sofrido uma perda de legitimidade como resultado de sua intentona golpista de janeiro de 2001. Amplos setores da opinião pública estiveram convencidos que “suas tendências anticonstitucionais e putativamente antidemocráticas, não constituem motivo de escândalo. O sistema contra o qual atentaram não é visto por muitos como genuinamente representativo” (BUSTAMANTE, 2000, p. 47).

O que causou temor nos grupos da elite política tradicional foi a perspectiva da vitória e ascensão de uma coalizão “plebéia” que “possa socavar sua hegemonia sócio – política, até agora pouco questionada”. Além do regionalismo, o surgimento dos prejuízos sociais parece

ter-se convertido em justificativa para as elites, de que seu poder não devia ser suprimido. Basta lembrar manchetes da época citados por Bustamante: “Triunvirato de ponchos indígenas” ou “Baionetas mestiças dos militares rebeldes”. Porém foi significativo que as elites se abstiveram cuidadosamente de perseguir os dirigentes da reviravolta de janeiro de 2001. Semanas depois do intento revolucionário, se tentou desarticular às organizações sociais, pois é pouco comum em qualquer país do mundo que “golpistas” como foram Antônio Vargas presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas CONAIE e Carlos Solórzano – integrantes do triunvirato – “pudessem circular livremente e seguir dedicados às suas atividades políticas normais” (Idem, p. 50). O movimento indígena para Fontaine (Idem, p. 08) “adquirira uma ampla audiência em 1994 durante as negociações da Lei de Reforma Agrária, graças às cotidianas transmissões televisivas dos debates”. Sua separação dos partidos de esquerda e centro – que os aceitavam como indivíduos e até como grupos desagregados –, fez com que no final da década de 1980 e início da década de 90, as lideranças indígenas criassem uma organização não partidária, com uma hierarquia democrática de eleição de líderes e estruturação de comissões internas: a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador CONAIE. Cinco levantamentos indígenas, desde 1990, a impulsão e criação de um Conselho de Assuntos Indígenas em 1994; a criação espúria de um Ministério Indígena em 1996, e a proximidade com o poder a partir do golpe de Mahuad – junto aos coronéis rebeldes – fazem da CONAIE e seu braço político, o Pachakutik, a agrupação político-social com o crescimento mais sustentável na política do país e exemplo das outras agrupações indígenas da América.

Fontaine (p. 09) é crítico e aponta que “resulta mais fácil parar o país, bloqueando as principais vias de comunicação, que elaborar uma proposta de modelo de sociedade”. Que o movimento indígena parece alucinado pelos seus logros e conquistas e sentencia que ele pode sofrer o “síndrome de um adolescente que cresceu rápido demais: seus músculos são débeis e seu corpo hesita”. Mas ele chegou ao poder e agora nele suas fraquezas podem estar a prova no cenário público, quando sua concepção de poder e de governabilidade estejam no topo do debate público e até filosófico; e, que, aliás, podem ser parte das disputas de poder com a mesma força de antes, mas com novos protagonistas e concorrentes políticos: o povo, que não é parte da elite política e que não participa das decisões do governo, muito mais perigosa para a CONAIE é uma reação adversa baseada, segundo Bustamante (Idem: 47), em outros dois

tipos de valores cívicos “realmente existentes na cultura política equatoriana: o classicismo e o racismo”.

A presença dos militares na vida política:

Uma das tantas causas da queda do Mahuad teria sido o ressentimento de alguns militares de classe inferior que combateram na fronteira sul, em 1995. A raiz da última campanha armada com o Peru se desenvolviam conversações para negociar uma solução pacífica ao conflito fronteiriço. Não qualquer negociação e solução satisfaria às Forças Armadas, como diz Sánchez (p. 382). Eis que a paz assinada em Brasília, não teria agradado muito aos militares inconformes com ter aceito a entrega do território que defenderam, mas também porque a paz trouxe a debate na opinião pública: qual seria o novo papel das Forças Armadas no país? Mahuad, aliás, cometeu outro erro: depreciou o salário dos militares que, com a crise, viram diminuir seu poder aquisitivo. As mordomias que na época de guerra tiveram os fardados foi sistematicamente reduzida após os acordos de paz.

A intervenção dos militares na política deve-se a um projeto de fortalecimento da noção de Estado – Nação durante as ditaduras dos anos 60 e 70, porém o retorno à democracia na década de 80 só deteriorou esse conceito pela divisão histórica entre as elites do Litoral e a Serra. Mas, deve-se contrapor o engano de Fontaine, quando chama de “presença indireta dos militares na vida política do país”. Eles, como instituição, têm um poder político e até econômico, acumulado nas últimas três décadas e agora inserido no cotidiano nacional, pelas novas funções estabelecidas na última Constituição política. A classe política justificou sua função de co-partícipes no desenvolvimento do país por sua disciplina, mão de obra barata – da milícia – e baixos custos. Sentem-se responsáveis morais e protetores do país. São cada vez menos cúmplices da politicagem e corrupção dos governos. No Equador, uma alta composição mestiça e índia nos oficiais e na tropa, respectivamente, fazem com que uma forte identidade ligada às classes populares vá-se construindo nas duas últimas décadas de democracia formal. Coincide, aliás, que a grande maioria de oficiais do Exército é serrana. Os militares, por legação do Estado civil e após a assinatura da Paz com o Peru, vêm participando cada vez mais de atividades sociais de desenvolvimento: construindo rodovias, programas de habitação popular indígena, programas de desenvolvimento comunitário rural, resguardo e

policiamento às zonas ecológicas protegidas pelo Estado e aos recursos ambientais não renováveis, como bosques de mangue e floresta tropical.

Porém, para realizar essas funções, as Forças Armadas do Equador, possuem um *holding* empresarial que atende suas necessidades e de suas famílias: fábricas de roupa e sapatos militares; de equipamento e arsenal de guerra; empresas de seguros de vida; INSS militar; hospitais militares; supermercados de alimentos e lojas de produtos importados para os militares, isentos de impostos; clubes sociais; um clube de futebol; um banco; uma empresa marítima; uma companhia aérea; uma universidade paga e vários centros de educação de primeiro e segundo graus – não gratuitos por certo – espalhados pelo país. Mordomias e facilidades no uso de aeroportos, passagens aéreas, pedágios rodoviários e portos. Empresas de construção; participação acionária em montadoras de veículos, de fábricas de aço, indústrias de camarão, fazendas agrícolas, etc. Ou seja, todo um complexo império social e econômico aparte, que, se por um lado movimentava a economia, por outro, também envolve dinheiro e capital entendido como público, por pertencer às Forças Armadas.

Politicamente têm uma importante participação nas decisões estratégicas do país: os militares formam parte dos Conselhos Executivos de instituições e empresas do Estado civil, como a Petroecuador, maior empresa do país, o “Instituto de Seguridad Social” IESS¹⁸, Conselhos de empresas e instituições como Parques Nacionais, Recursos Hídricos, Amazônia, Eletricidade, Modernização do Estado, Aviação Civil, Aduanas e Telecomunicações. Se isso não é ter um poder, Fontaine errou na apreciação. O seu representa um poder que vem a ser um eixo horizontal que atravessa todos os aspectos da vida do país. Presentemente, com a eleição do coronel da reserva Lucio Gutiérrez como presidente, há alguns militares da reserva dirigindo Ministérios e áreas estratégicas.

Que grupo político civil vai poder tirar esse poder e essas mordomias de uma instituição que agora está ligada ao poder político também pelo voto popular?

Crise econômica e institucional:

Os problemas de governabilidade no país tornam qualquer decisão econômica em política, e em ponto de convergência de polêmicas discussões que envolvem uma espiral de

¹⁸ Equivalente ao INSS do Brasil.

crise, pelos interesses que estas implicam. Przeworski (1988 apud FONTAINE, 2002, p. 07) se perguntaria “se o Equador não representa um caso limite de crise de governabilidade, confrontado até a impossibilidade de assumir a ‘democracia de mercado’”, difundida como uma transição das forças particulares para entrar em esta transição e aderir a ela, pois depende do projeto que esteja na sua base.

Porém como Fontaine (2000) afirma, a economia equatoriana foi “envolvida num processo de dolarização de fato, devido à falta de estabilidade da sua moeda e à forte dependência externa” (p.03). O processo, apresentado por muitos analistas do mercado local como a bóia de salvação da economia inflacionaria, e impulsionada na opinião pública por tecnocratas e setores do comércio, foi tomado segundo Bustamante (p. 46), quase como “uma espécie de suicídio de classe visando impor e submeter-se a uma racionalidade sistêmica férrea, impessoal e brutalmente seletiva que não tem provocado grandes mudanças nos programas macroeconômicos dos governos”. As medidas fundo-monetaristas continuam e a inflação só mudou de moeda, pois esta continua, e o encarecimento dos produtos somado à constante dependência das importações baratas, está matando a indústria local e as exportações.

O país não saiu do saldo em contra na balança comercial, nos sete últimos meses de 2002. Os exportadores pouco puderam fazer para levar seus produtos ao exterior. A dolarização fez do Equador um país pouco competitivo pelo alto custo da vida e dos produtos nacionais. É mais barato adquirir e importar produtos, inclusive agrícolas, do que aqueles que o país produz. Como consequência, mais dólares saem do país ao exterior. E o modelo agro-exportador depende do mercado internacional de preços, como a banana, o cacau, o camarão, o atum, as flores e também o petróleo, principal fonte de ingresso em divisas do país. O segundo maior ingresso de rubros ao país, paradoxalmente, é o dinheiro de remessas do exterior, enviadas por equatorianos emigrantes nos Estados Unidos, na Espanha e na Itália. Chega a mais de US\$ 1 bilhão por ano¹⁹.

Para concluir, tradicionalmente o Equador se caracterizou por um baixo nível de institucionalização política e uma instabilidade governamental que, segundo Robert Kaufman e Stephan Hagaard (1991 apud FONTAINE, 2002, p. 04), impedem uma política econômica coerente a longo prazo. É um círculo seqüencial que se vai repetindo e produz um efeito

¹⁹ *El Comercio*, seção Economia, 07/12/02.

dominó, que afeta outras áreas da sociedade e da esfera institucional e política do Equador. Essa debilidade institucional, por sua vez, aumentou com o enfraquecimento do Estado e as divisões regionais e político – partidárias. A divisão das regiões que disputam o poder político do país – além de Quito e Guayaquil –, criou uma rivalidade no discurso que – como vimos – nasce dos pleitos político-eleitorais e do caciquismo de alguns líderes, que só contribuem para manter débil o projeto de Estado–Nação.

2.2.4 A zona de conflito

Cerca de 600 quilômetros é a extensão da fronteira do Equador com a Colômbia, que abrange três zonas ecológicas. De leste a oeste: a Amazônia, que abrange a metade de extensão da fronteira; os Andes que corresponde à cordilheira; e, a floresta úmida do Chocó até o Pacífico, em iguais proporções. Aliás, três zonas ricas em biodiversidade. É importante referir que das três, a mais conflitiva por sua característica geográfica inóspita e de difícil acesso, é a Amazônica; justamente a zona que faz divisa com o departamento do Putumayo, lugar onde se está executando o Plano Colômbia e onde o movimento do narcotráfico e as guerrilhas têm suas características mais profundas.

As regiões andina e do Chocó têm outras características não tão complicadas, mas que durante a pesquisa revelou o protagonismo e influência dos atores locais como um contrapeso ao Plano Colômbia no Equador, e como referentes válidos dessa posição perante a mídia. Sucumbíos, Carchi e Esmeraldas são as três províncias equatorianas atingidas pela violência interna na Colômbia; e a contínua presença de guerrilhas e de delinqüentes do país vizinho fez com que o problema ultrapasse a fronteira e se constituísse em debate público e midiático, como se observou no decorrer da pesquisa.

Mas as três regiões foram atingidas, sobretudo pela pobreza como uma conseqüência do centralismo do Estado e inclusive dos meios de comunicação. “Pobreza que também é privação da informação e por essa via, uma forma de marginalidade em relação aos movimentos de conformação e expressão da opinião pública”, (BRUNER, 1996, p. 10). Uma notícia que traz o jornal *El Universo*, no dia seguinte da posse do novo governo, é patente:

Las provincias orientales de Orellana y Sucumbíos no pudieron observar la ceremonia de transmisión de mando presidencial debido a los continuos apagones que sufren y que desestabilizan el servicio de las antenas repetidoras de las redes Teleamazonas y Gamavisión, las únicas que se captan en la zona... (*El Universo*, 16/01/03).

A história da região amazônica, a mais afetada pelo Plano Colômbia, é diferente das regiões do Litoral e da Serra. Desde inícios dos anos 70 a empresa Texaco Petroleum Company descobre petróleo na região, hoje Lago Agrio, capital de Sucumbíos. O primeiro barril do “ouro preto” foi levado a Quito em cerimônia especial e louvado pelo povo num desfile pelas ruas da capital. Era a redenção econômica do país; porém quem conheceu de perto os milagres do petróleo foram a Serra, em especial Quito, e o Litoral. A Amazônia, apesar de ser o ponto de extração, era ainda um lugar inóspito e selvagem. De todas maneiras seu crescimento não pôde ser evitado, porque as necessidades que a exploração e o traslado de pessoal de trabalho desde a capital, trouxeram outras necessidades. A migração, pelas oportunidades de trabalho nesta região, aumentou.

Mesmo assim, Lago Agrio ou Nueva Loja – como se chama oficialmente – teve um desenvolvimento muito precário. O centralismo atrasou seu progresso até porque a riqueza que gerava não era investida para organizar a cidade e a província – por então pertencente à Napo. E justamente a comunicação foi uma dessas falências. Daí a necessidade de uma infraestrutura de comunicação adequada que possa abranger todo o território do país. No caso do Equador, essa infraestrutura é fraca, sobretudo no que se refere à televisão. A TV nacional não tem uma cobertura ampla da geografia equatoriana. A Amazônia é uma espécie de “Cinderela”, apesar de ser a zona estratégica e rica.

Foi logo após o conflito bélico com o Peru, que tanto o Estado, como as empresas de comunicação Gamavisión e Teleamazonas (redes de Quito) chegaram com seu sinal a uma parte do território amazônico, graças à infraestrutura de comunicações da empresa petroleira Petroecuador (do Estado). Mediante negociações e condições com o Estado a televisão chegou à zona, considerada estratégica em tempos do conflito, por fazer divisa com o Peru. As justificativas das empresas midiáticas para não terem investido antes, foram a falta de motivos comerciais²⁰ e a pouca população espectadora – a Amazônia representa apenas o 15% da população nacional. Justificativa não válida se na região é fácil sintonizar redes colombianas e peruanas. Havia então, uma falta de identidade alimentada pela ausência de referentes e símbolos nacionais entregues, mesmo que espúrios, pela televisão do Equador à população daquela região.

²⁰ Na época, a rede TCTV argumentou, como o motivo para não abrir sinal na região, os altos custos de manutenção das antenas repetidoras.

Ainda hoje é difícil chegar de avião à Amazônia por motivos meteorológicos, e as estradas e rodovias são muito precárias. Nessas condições a mídia do país dificilmente arriscar-se-ia a investir. Thompson (2000) diz que há competitividade entre as empresas jornalísticas que visam fazer seu trabalho, segundo a demanda do mercado leitor, usando tecnologia avançada para esse fim: informar rápido. Só que, na região, as únicas tecnologias de comunicação existentes atualmente são as das empresas petroleiras e as militares, por tratar-se agora de zona de risco. Lago Agrio recebe com dificuldade os jornais El Comercio, El Universo, Expreso e Hoy de Quito e Guayaquil, que chegam por avião. Os dois primeiros têm correspondentes permanentes na província que são geralmente jornalistas que partilham seu trabalho com outras responsabilidades ou em pequenos meios de comunicação locais. A cidade tem apenas um semanário e três emissoras, uma delas – a maior – pertence à igreja católica local.

Sucumbíos é a província número 21 do país, criada em maio de 1992, porém a mais populosa da Amazônia, e a que possui o maior índice de população flutuante, entre eles técnicos das empresas petroleiras, que só se deslocam de Quito à região por trabalho. Junto com outras cinco províncias, a Amazônia do país não é atrativa para os investimentos da grande mídia de TV no Equador. Sua importância política começou a ampliar-se, justamente pelo crescimento político – o aumento de províncias implicou no aumento de vagas parlamentares, e, portanto, da pressão política para o atendimento do poder central. A chegada do primeiro canal de TV equatoriano foi celebrada com festa nas populações locais e ainda com a presença do presidente interino da República na época, Fabián Alarcón.

Em 1999, após o anúncio das fumigações como parte fundamental do Plano Colômbia no Equador, aparece a *Red Civil de Monitoreo de los Impactos del Plan Colombia* no Equador, entidade que coordenará as ações civis de vigilância ao redor do Plano, como se observará no decorrer da pesquisa. Alexis Ponce (2002), um dos criadores desta rede, sustentou que os Andes se preparavam para viver uma ‘edição especial’ das modernas guerras de baixa e média intensidade, e que o Plano Colômbia deveria chamar-se Plano Andino – Amazônico, porque toda a região seria cenário de interesse geopolítico das potências hegemônicas, durante a primeira metade do século XXI.

2.3 Dados da Colômbia:

2.3.1 Origem da violência; o Bogotazo

As características do conflito colombiano têm seus antecedentes em outros conflitos que datam de 1830, quando ocorreram nove grandes guerras civis locais: duas guerras internacionais, ambas com o Equador; três golpes de quartel e uma conspiração fracassada. As causas destes conflitos, como explica Villamizar (2000), foram: disputa pela posse de terras, pugnas religiosas e pugnas pelo controle dos poderes do Estado – o federalismo e o centralismo – em particular a educação.

O século XIX culminou, no entanto, com a Guerra dos Mil Dias (1.141 exatamente) que provocou a morte de 150 mil pessoas. A paz veio com a assinatura de um Tratado num barco estadunidense chamado Wisconsin. Os Estados Unidos interviriam então pelo interesse que tinham em construir o canal do Panamá, que, um ano depois, se separou da Colômbia. Villamizar (2000) sinala o paradoxo de que a Colômbia começou o século XX sob a tutela dos EUA e acabou o mesmo, sob a mesma tutela, e novamente num conflito interno.

Desde o início do século XX até a década dos anos 30, “Colômbia teve uma sucessão de governos conservadores, conhecida como a época da ‘hegemonia conservadora’. Desde 1930 até 1946 houve a ‘hegemonia liberal’, ambos com suas respectivas formas de violência e luta interna pelo poder” (Idem, p.02). Só que essa luta piorou quando em abril de 1948 é assassinado Jorge Eliécer Gaitán, líder do Partido Liberal e o candidato com maior opção de triunfo à presidência da Colômbia, o que provocou o chamado ‘Bogotazo’, que deixou cinco mil mortos na capital. Com isto se iniciou o período de violência que dura até hoje, segundo Villamizar.

Para referendar o fim desta luta fratricida, instalou-se no ano de 1953, o governo de Rojas Pinilla, com a instituição do sistema de bipartidarismo no poder: conservadores e liberais. So que a referida fórmula de solução, só deixou um modelo de exclusão: Governo-oposição, que provocou a forma de rebeldia atual. É importante lembrar, que entre 1985 e meados dos anos 90 foi levado a cabo um genocídio político que teve como vítimas a 3.000 militantes da Unión Patriótica, agrupamento que poderia representar a ruptura do bipartidarismo, mas que a violência a deixou sem seus líderes principais. Durante este período também foram eliminados 1.500 membros da Central Unitária de Trabalhadores. Em 1998 “o número de

homicídios políticos foi de 1.388 e o de desapareções forçadas, de 240” (CÓRDOBA, 2000, p.112).

Villamizar considera que o conflito armado na década dos anos 80 foi de baixa intensidade. Porém, o conflito atual, nas circunstâncias de violência, é um conflito de intensidade média. Estima-se que cada ano morrem três mil colombianos por causa da violência armada e, nessa mesma proporção se produzem seqüestros de pessoas a cada ano.

2.3.2 Guerrilhas e Paramilitares

O Bogotazo foi o estopim que pôde ter iniciado o surgimento dos primeiros movimentos guerrilheiros na década dos anos 50. Mas não aparecem por influência ou vínculo com as ações de Moscou, ou o triunfo da revolução comunista de Beijing, ou a revolução castrista de Cuba, pois todas elas foram posteriores. Naquela década, nasceu o primeiro grupo de autodefesa campesina, no qual já participava o lendário Manuel Marulanda Vélez, “Tirofijo”, hoje comandante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, FARC. Para Villamizar (p. 02) a concepção errônea do governo em manejar o conflito armado interno, levou ao crescimento destes grupos nas décadas seguintes, 60 e 70.

O autor refere também que as guerrilhas apresentam um incremento no território colombiano, pois acredita que existem além dos grupos maiores como as FARC e o ELN, entre 18 e 30 grupos a mais. Os de maior importância: *Ejército Popular de Liberación*, EPL; *Movimiento Jorge Eliécer Gaitán* (no centro, oeste e sudeste da Colômbia); o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (em Tolima e Quindío) e outros que não ultrapassam 1.500 homens, segundo a inteligência da Polícia.

O ELN é considerado como uma guerrilha de segunda e com oportunidade de reação. Nas negociações de paz de 1998 teve importantes aproximações com o Estado. Até porque seus confrontos com as AUC e suas disputas de território com as FARC o debilitaram, porém “ainda tem capacidade de resposta e de ofensivas surpreendentes”, explica Villamizar. Caracterizou-se por dinamitar tubos do oleoduto da empresa petroleira Oxy dos Estados Unidos, uma das impulsionadoras do Plano Colômbia.

Em toda sua história os grupos guerrilheiros de esquerda colombianos ‘foram autônomos’ e não dependeram de forças de poder econômico. O conflito armado tem “a

tendência a degradar-se e estender-se a grupos não intervenientes como a sociedade civil, o que potenciaria o risco de intervenção de uma potência de fora como os EUA”, diz Villamizar. Os recursos destes grupos provêm de doações voluntárias e forçadas, do seqüestro e do narcotráfico. “Tudo isso, permitiu conformar estruturas de exército, com suas autoridades e hierarquias, entre civis e militares em algumas regiões do país. Esses grupos são responsáveis por 30 por cento das violações aos direitos humanos na Colômbia” (p. 03).

Para que se tenha uma idéia da organização das FARC, no Quadro 08 se apresentam alguns dados sobre sua estrutura:

Quadro 08 – Blocos das FARC.

Bloco Oriental:	4.470 efetivos	Jorge Briceño, “Mono Jojoy”
Bloco Nor - Ocidental:	1.750 “	Luciano Marín, “Joaquín Márquez”
Bloco Sul:	1.386 “	Milton Toncela, “Joaquín Gómez”
Bloco Caribe:	1.000 “	Hermilio Cabrera, “Bertulfo”
Bloco Central:	820 “	Guillermo Sáenz, “Alfonso Cano”
Bloco Magdalena Medio:	610 “	Félix Muñoz, “Pastor Alpe”
Bloco Ocidental:	590 “	Miller Munar, “Gustavo López”
Total	10.626 “	Manuel Marulanda, “Tirofijo”

Fonte: *El Universo*, 20/02/02²¹

Em fevereiro de 2002 durante a ruptura das negociações de paz houve uma troca de acusações entre os atores e a sociedade civil organizada. O ex-presidente Pastrana acusou as FARC usando estas expressões: “Hoje as nações do planeta sabem que não são ‘robin hoods’ que lutam pelo povo oprimido, senão pessoas sem escrúpulos que não têm problema em assassinar crianças para conseguir seus fins” (PASTRANA, Andrés, 2002). Os atentados das FARC, pouco antes do fim das negociações, segundo Pastrana, alcançaram o número de 117 em somente 30 dias. Quatro carros bomba; sete campos minados; cinco ataques a instalações do Estado; vinte civis mortos (mulheres, crianças incluídos); trinta e três torres elétricas destruídas; dois tubos do oleoduto destruídos; três pontes dinamitadas e outros, como atentados ao serviço de água potável e o seqüestro de um avião em pleno vôo e de cinco congressistas (Idem, p.03), o que obrigou ao governo ao rompimento definitivo.

Na zona de distensão, entregue por Pastrana como medida de confiança e que abrangia 42 mil quilômetros quadrados, as FARC construíram, de acordo com Pastrana, estradas no meio da selva, ampliaram pistas de aviões, com fins ilícitos; bem como aumentaram a

²¹ Porém para os analistas militares, as FARC teriam 17 mil soldados.

produção de coca. Mas as FARC contra argumentaram que “só fizeram obras públicas, tais como rodovias e pontes em cinco municípios do país, e pavimentação de ruas em San Vicente del Caguán, zona de despeje”²².

A expectativa criada nos grupos civis deixou um ânimo de decepção, pois eles responsabilizaram tanto o governo como as FARC pela ruptura das negociações. “Em 3 anos eles não avançaram em temas essenciais – como emprego, educação, pobreza, e saúde – mas só em assuntos formais: como a ampliação do tempo na zona de despeje”²³.

Enquanto as guerrilhas das FARC, e do ELN “atemorizam a classe média urbana com seqüestros e extorsão para apoiar sua insurgência, as Autodefesas Unidas de Colômbia AUC, no entanto, se auto denominam como defensores dessa classe” (CARRIGAN, 2001 p. 01). Os paramilitares são forças paralelas que nasceram com o financiamento de terratenentes, políticos e militares. Eram chamadas de guerrilhas brancas ou pássaros, na década dos anos 50. Hoje há uma estratégia paramilitar auspiciada por criadores de gado, fazendeiros, políticos e autoridades locais, ou membros militares em algumas brigadas, que se financiam legal e ilegalmente, segundo as economias regionais, na visão de Carlos Castaño comandante das AUC. Também se estima que há nove grupos paramilitares; entre os mais importantes se destacam: as *Autodefensas de Córdoba e Urabá*; as *Autodefensas Unidas de Santander*; as de *Casanare*; os *Maceteros* e outros menores. A maioria delas atua em coordenação com as AUC, segundo Villamizar (p. 04). Mas também a finalidade política dos grupos parece uma incógnita, o que levanta indagações sobre sua origem.

A versão de Jaramillo&Franco (1999) é que em finais da década dos anos 1980 apareceram os grupos de autodefesa, os quais realizaram em algumas zonas, alianças com os narcotraficantes como o Cartel de Medellín, que liberou uma cruenta guerra ao Estado – desde princípios da década dos anos 80 até começos dos anos 90 – que afetou de maneira decisiva a atividade política.

Dietrich (2002), por sua vez, argumenta que o procedimento dos paramilitares colombianos é exatamente o mesmo dos mercenários que na Nicarágua eram conhecidos como os “Contras”. Não atacam à guerrilha, pois os paramilitares não vivem em acampamentos – como a guerrilha faz –, senão nos povoados. Sua função não é destruir a

²² Cf. Comunicado de Prensa das FARC. 20/02/2002.

²³ Cf. Comunicado de Prensa, Asamblea Permanente de la Sociedad Civil, 20/02/2002.

guerrilha senão sua base social: cultivar a cultura do terror e o medo nas populações camponesas usando métodos cruéis.

É incerto o número de violações provocadas pelos “paras”. Villamizar crê que “elas são as responsáveis pelo 70 por cento das violações aos direitos humanos em 2000” (p. 04); entando Carrigan aponta 80 por cento “em relação aos assassinatos políticos e massacres ou chacinas no mesmo ano” (p. 03). As chacinas dos esquadrões da morte das AUC em pequenos povoados buscam matar os chamados “auxiliares das guerrilhas”, que são: 1) pessoas que venderam algo aos guerrilheiros; 2) pessoas que têm ensinado a jovens que logo ingressaram as filas das FARC; 3) quem veste de forma não devida; 4) quem perdeu documentos de identidade. Os “paras” levam-nos em grupo e o resto de testemunhas, familiares e vizinhos são obrigados a assistir, a matança. Os métodos são atroztes: a) com moto-serra extraem as vísceras; b) decapitação com machado; c) mutilação das vítimas; d) estupros, estrangulamentos; e) saqueios e incêndios de casas. O objetivo das chacinas, segundo Carrigan, é criar terror na população salva, para ela não engrossar as guerrilhas e ajudá-las com alimento e dinheiro. Mas também para deixar livre o caminho aos seus seguidores e simpatizantes a ocupar os povos e impor a sua lei.

Operam em 26 dos 32 departamentos colombianos = 70 por cento do território. Nos dois últimos anos as AUC teriam duplicado de quatro mil a oito mil homens (ano 2000). Analistas militares – citados por Carrigan (Idem: 01) – acham que continua crescendo daqui em pouco tempo ultrapassarão o Exército camponês das FARC de 17 mil homens. Enquanto a pobreza alcança patamares recorde e o desemprego rural empurra os jovens camponeses a unir-se às guerrilhas tanto de esquerda como de direita. Ganham de US\$ 200 a US\$ 450 no mês.

Através de uma fundação, a FUNDIPAZ, criada há três anos e financiada pelo narcotráfico, as AUC governam essas zonas, onde se elege a dedo às autoridades e candidatos a eleição: deputados e governadores. Financia a construção de rodovias; colégios e abrigos, brinquedos, brigadas militares gratuitas, medicamentos subvencionados, estrutura pública, escolarização para meninos e adultos. Assim “enche o vazio grande deixado pelo Estado insuficiente”. (Idem: 05).

Os povos dominados pelas AUC, têm um estilo de vida fascista italiano da II Guerra: pistoleiros patrulhando as ruas; medo desconfiança, todo mundo se vigia, ninguém opina sobre nada em apartadas cidades na costa norte de Urabá. Os homens não levam brincos nem cabelo

cumprido e as mulheres não vestem mini-saia, nem calça justa; não se estuda filosofia nas escolas; só certo tipo de música pode ser escutada nas discotecas; os festivais étnicos e culturais estão proibidos assim como certos cerimoniais religiosos. (*Miami Herald*, América Latina, 30/07/01).

Num momento determinado, Castaño usou à mídia para dar entrevistas e ganhar fama e certa popularidade. A população chegou a mudar de opinião sobre ele e as AUC, de acordo com Carrigan. Vestido casual elegante e justificando as matanças, como salvador da pátria; grande leitor de autores como Fallaci, Garcia Márquez e Benedetti. “Nosso único inimigo são as guerrilhas que converteram a classe média em objetivo militar”, afirmou. De gangster virou estrela midiática, pois depois de sua primeira entrevista, uma rede concorrente o procurou para entrevistá-lo de novo. Se especula que essa foi uma estratégia sinérgica que “ajudou a abrir passo a Álvaro Uribe ao poder; daí que pouco depois, pela internet, anunciou seu retiro das AUC”, (*El Comercio*, Mundo, 27/05/02).

A visão de terrorismo da Casa Branca em América Latina.

A raiz dos atentados em Nova York, a Casa Branca mudou seu discurso sobre os grupos guerrilheiros. Pois em meio de uma negociação de paz com o governo colombiano, dificilmente um grupo rebelde poderia estar sentado na mesa de discussão enquanto esse governo estiver recebendo dinheiro dos EUA, para combater o narcotráfico e os cultivos. Razão pela qual, após a classificação dos grupos “terroristas” no continente, a Casa Branca pressionou a Pastrana a romper o diálogo. O governo dos EUA considera as FARC como o grupo terrorista internacional mais perigoso neste hemisfério. Formam parte da lista de Organizações Terroristas Internacionais do Departamento de Estado.

O fenômeno terrorista para o governo dos EUA tem sido por 20 anos ou mais, parte da vida dos países da América como Colômbia e Peru. Mas para Taylor (2001) o “terrorismo” moderno teve origem em nosso hemisfério, quando os movimentos revolucionários começaram a formar-se ao longo das Américas. No ano de 1969, o primeiro seqüestro “terrorista” de um embaixador estadunidense teve lugar no Brasil. “O embaixador Burke Elbrick foi tomado refém por grupos revolucionários” (Idem, p. 01).

A apreciação das FARC para Taylor, funcionário estadunidense do Departamento de Estado, no que diz respeito a eventos recentes acontecidos na Colômbia contra estadunidenses, foi a seguinte: “As FARC assassinaram 13 estadunidenses desde 1980;

seqüestraram mais de 100, incluindo três missioneiros em 1993, que consideramos, estão mortos” (p. 01).

A diplomacia dos EUA admite que o maior perigo, representam os paramilitares, vinculados ao Exército da Colômbia, que luta de maneira vaga e só de vez em quando, contra os paramilitares; geralmente pela pressão dos EUA. Mas também advertiram que “as AUC são uma ameaça maior na democracia colombiana” (CARRIGAN, p. 01), do que “representam a guerrilha, os ‘narcos’ ou outros delinqüentes” (ROMERO, 2002 p. 02).

Como dado complementar se inclui a lista das organizações terroristas na América, segundo Taylor (p. 02):

- FARC (que estariam interligados segundo o Departamento de Estado, com o IRA [Irish Republican Army], e o ETA [Exército Separatista Basco]), ELN e AUC, colombianos.
- Sendero Luminoso, peruano, embora enfraquecido, ainda ativo.
- A tríplice fronteira, Argentina-Brasil-Paraguay onde há atividades de grupos islâmicos, em particular o Hizbullah e provavelmente Al Qaida.

2.3.3 Narcotráfico e cultivos, a debilidade do Estado

Colômbia viveu e vive ainda a contaminação do narcotráfico nos estamentos e hierarquias políticas, militares, judiciais e até jornalísticas. Já o triunfo de Ernesto Samper nas eleições presidenciais de 1994 foi acompanhado pelas “acusações sobre o financiamento da sua campanha com dinheiro do narcotráfico” (JARAMILLO&FRANCO, 1999, p. 210). No período presidencial de Ernesto Samper (1994-1998) houve distintos processos penais adiantados contra congressistas e membros da elite política que “fizeram evidente para o país, os nexos existentes entre a política e a máfia do narcotráfico” (p.211). Com estes antecedentes os EUA acompanharam os processos de “certificação” do país, chamado assim para dar um certidão de boa ou má conduta aos países que ajudavam ou não no combate ao narcotráfico, por tanto não factíveis de conseguir ajuda econômica dos EUA.

O ex-presidente Bill Clinton (2000) ao lançar o Plano em 11 de janeiro de 2000 justificou essa ajuda por ser de mútuo interesse para os dois países e suficiente para impulsionar as políticas de controle.

O cultivo de coca na Colômbia se duplicou, passando de 50.000 hectares (125.000 acres) no ano 1995, a 100.000 hectares (247.000 acres) no ano 1998. O cultivo de papoula tem aumentado de quase nada a 6.000 hectares (quase 15.000 acres), produzindo suficiente heroína de alta qualidade para satisfazer um 50 por cento da demanda estadunidense, (p. 02).

Um mapeamento histórico-geográfico dos cultivos explicado por Darío Villamizar (Idem: 04) nos dá uma melhor idéia da distribuição dos cultivos:

Marihuana: na década dos anos 60 apareceu na Colômbia o cultivo da maconha. Atualmente é cultivada na região do Magdalena, Santa Marta, a Guajira, o Cauca. Estima-se que um hectare produz 375 quilos por colheita anual.

Amapola: o cultivo da papoula apareceu em finais da década dos anos 80 no maciço colombiano ou “bota caucana”: Cauca, Putumayo, Caquetá. Calcula-se que o rendimento médio por hectare da papoula estaria em 6 quilos, contando com duas colheitas por ano.

Coca: aparece na década dos anos 70; as zonas de cultivo são os departamentos de Putumayo, Bolívar, Cesar, Meta, Guainía, Guaviare. A coca por hectare rende 1.250 quilogramas de folha cada 100 dias (há três cultivos grandes cada ano). E para produzir um quilo de pasta são requeridos uns 568 quilos de folha, ou seja uma média de 2,2 quilos de pasta por hectare em cada uma das colheitas anuais. Inicialmente os cultivos iam acompanhados de processo de colonização de terras. Têm-se usado não menos de três hectares para cultivos artesanais.

E com o cultivo e colheita, também chegam as ganâncias, Villamizar calcula que à Colômbia chegaram nos últimos 20 anos ao redor de US\$ 50 bilhões (US\$ 2 bilhões por ano) por causa do narcotráfico. Isso explica de certa maneira que apesar de catastrófica e grave crise econômica que afetou e afeta ainda aos países Andinos, a Colômbia é o único país da região com estabilidade econômica e financeira. Mas, o grande consumo, os precursores químicos, as aeronaves, os bancos – e contas bancárias –, tudo o que é utilizado para o tráfico ilícito vêm dos países ricos. Dos quase US\$ 500 bilhões que gera o tráfico por ano, 80 por cento fica nos países ricos nas contas de bancos estadunidenses ou de paraísos fiscais²⁴.

Paradoxalmente, os EUA que supostamente lideram a luta contra o tráfico de drogas, faz pouco para reduzir o consumo e fiscalizar as contas bancárias. Indagado um Senador republicano dos EUA, sobre as medidas políticas que seu país tomou para erradicar o consumo, disse:

²⁴ Cf. VARGAS PAZZOS, René, 2000.

Estamos na primeira etapa da administração e ainda não temos conformado a cabeça da política anti-narcóticos e controle. Estamos no processo de organização nesse sentido. (GROSSMAN&BEERS, 2001).

Outra visão crítica a dá o senador Paul Wellstone (D-Minn.):

A respeito do tema da guerra contra as drogas, não só penso que seria mais útil investir dinheiro na redução da demanda em nosso país; há uma razão para o comércio da Colômbia de 300 toneladas métricas de cocaína, e é a demanda nos EUA todos os anos (...) Pode-se fumar aqui ou acolá e o único que conseguiremos é que os cultivos se desloquem de um lado para outro. (WELLSTONE, Paul. 2001).

A pergunta é óbvia: Como os EUA têm um plano estruturado, financiado e operacionalizado de luta contra as drogas e narcotráfico e não têm, na mesma intensidade e medida, um plano para erradicar o consumo no maior mercado comprador e financeiro das drogas, como são os próprios EUA?

Outra polêmica na Colômbia é o uso que o Governo já fez muito antes do Plano Colômbia em planos de erradicação, de herbicidas como o parajuat e glifosato para os três tipos de cultivos de maneira intensiva e extensiva, mas sem sucesso. Villamizar (Idem: 04) indica que a ONU estabeleceu planos de erradicação entre 1994 e 1998 de 161.759 hectares de coca, porém entre 1995 e 1998 os cultivos cresceram de 50.900 hectares a 101.000.

Em Putumayo, fronteira com o Equador, historicamente abandonada pelo poder é onde se encontra uma alta porcentagem de cultivos ilícitos. Isso facilitou que desde a década dos anos 70 se fortaleçam os fenômenos de ilegalidade, tais como as guerrilhas das FARC, os paramilitares, e os cultivos de coca, considerados pelos camponeses como uma redenção. A este respeito, Villamizar afirma que os cultivos chegam a ocupar 56.000 hectares, equivalente ao 46,4 por cento do que é cultivado na Colômbia; considerando-se que o 96 por cento dos cultivos são industriais – não artesanais.

Putumayo é hoje o principal cenário do conflito e por encontrar-se na divisa com o Equador, a população está desamparada e fugindo ao sul do país, principalmente a população indígena, que corresponde a nove etnias e composta de aproximadamente 27.000 pessoas dos 332 mil habitantes que tem o departamento. Daí que já se fala dos traslados de cultivos de coca às províncias amazônicas fronteiriças do Equador com a Colômbia. Camponeses da província de Sucumbíos “recebem ofertas para cultivos com boa rentabilidade e cursos para

saber manejar os cultivos de coca” (LUCAS, 2001 p.01). Para os camponeses o cultivo de coca é mais fácil e rentável do que plantar café.

Os cultivos do Putumayo são protegidos ou diretamente administrados pelas guerrilhas e paramilitares, mesmo que eles o desmintam. As FARC, por exemplo, tentaram desvincular-se do cultivo de coca quando responderam às acusações do presidente Pastrana durante a ruptura das negociações de paz, explicando que os cultivos encontrados na zona de distensão pertenciam aos camponeses pobres, que esquecidos pelo Estado, têm que recorrer a essa prática para subsistir²⁵.

O Estado em tal cenário tenta impor ordem na referida zona, após o incremento dos conflitos e disputas pelo seu controle. A ausência do Estado não pode ser atribuída diretamente aos aspectos mencionados: interferência do narcotráfico, o conflito armado interno e outros, que são, na verdade, expressões dramáticas de uma crise político-social mais ampla. Villamizar sintetiza da seguinte forma os graves problemas estruturais:

a ausência do território e perda de legitimidade do Estado, a impunidade, perante a Lei, dos poderosos e o enfraquecimento da mesma; a corrupção e outras expressões de subordinação do público a favor de interesses individuais; a fragmentação e aculturação das camadas sociais; a crise dos partidos políticos; o uso da força para dirimir assuntos familiares, trabalhistas e políticos; e outras injustiças típicas de países latino-americanos (Idem: 02).

Todas essas debilidades são similares às do Equador. Embora a diferença seja muito maior, pois o cenário do conflito armado colombiano ocupa todo o território continental, com exceção da ilha de Marbelo (Pacífico norte) e as ilhas San Andrés (mesmo que este seja ponto de tráfico de armas) e Providencia.

A ausência do Estado é constatada no grau de violência e morte dos cidadãos colombianos desde tempos antigos²⁶. Dados de Jaramillo&Franco (1999) sobre direitos humanos e violência sócio – política na Colômbia, no período 1990-1998, revelam que por ano morrem na Colômbia, “uma média de 30 mil pessoas (83 pessoas por dia). E nem as autoridades políticas se sentem seguras, pois entre 1992-1997, 45 prefeitos morreram assassinados em 15 departamentos” (p. 203).

²⁵ Cf. Comunicado das FARC do 20/02/02.

²⁶ Villamizar afirma que entre 1886 e 1900 morriam na Colômbia da maneira violenta um de cada 20 colombianos.

2.3.4 Pastrana e a paz. A eleição de Uribe

Em outubro de 1997, num plebiscito pela paz, “aproximadamente dez milhões de colombianos votaram pelo mandato que obrigava a todos os candidatos à presidência a buscar a paz na Colômbia através da negociação política” (PASTRANA, 2002, p. 01). Oito meses depois 6,5 milhões de colombianos elegiam Andrés Pastrana como presidente num resultado considerado histórico.

O concorrente do Pastrana, candidato de situação, Horacio Serpa, foi quem deu uma ênfase especial ao tema da violência e a paz, “enquanto que Pastrana tocou de maneira recorrente o tema da corrupção do governo *saliente*” (JARAMILLO&FRANCO, p. 233). Vale mencionar que, na época, Pastrana não colocou na sua agenda este tema perante os eleitores porém, na campanha manteve – poucos dias antes do segundo turno – contatos com os líderes das FARC. “Tirofijo” o chefe guerrilheiro, deixou transparecer seu apoio ao candidato, o que favoreceu as aspirações de Pastrana, em vista do grande interesse dos colombianos por um acordo de paz com a guerrilha. Pastrana então teve a aprovação de Marulanda o que pode ter determinado sua vitória. Assim, preocupou-se com a estratégia de falar sobre a corrupção, para não tornar mais complicado o tema da paz e não assumir compromissos delicados. Jaramillo&Franco observam que um triunfo de Horácio Serpa teria significado para Colômbia “continuar isolada internacionalmente, enquanto que a vitória de Pastrana contribuía para um rápido melhoramento das relações com os EUA” (p. 263). Ficou evidente que Pastrana era o candidato dos EUA. O Plano Colômbia, no entanto, foi levemente mencionado na posse do mandatário no dia 7 de agosto de 1998, como um “Plano Nacional de Desenvolvimento ‘Cambio para construir la Paz’” (CÓRDOBA, Piedad, p. 102).

Para esta autora, o vazio do Estado na Colômbia e as cifras sociais foram o teor desse plano: dois de cada três colombianos excluídos sem garantia dos direitos sociais; 70 por cento da força de trabalho estava desempregada (18,1%) ou em empregos precários (28% de subemprego, 54% na informalidade), ou seja, 2 milhões de desempregados pela violência. “A classe média, que luta pela sobrevivência e a tranqüilidade, opta por sair do país: 200.000 de forma legal, segundo o Departamento de Segurança da Colômbia DAS” (p. 100).

Originalmente O Plano “*Cambio para construir la Paz, 1999 – 2002*” tinha projetado um valor de US\$ 32,780 milhões, distribuídos assim: 48,6 por cento para recursos em

entidades públicas; 27.6 por cento com endividamento; 18.7 por cento de privatizações; e, 5,1 por cento em outros. Para um período de dois anos. Villamizar diz que no início o Plano “foi concebido pela administração Pastrana como um Plano Marshall para Colômbia, com o objetivo de obter fundos para a reconstrução do país” (p. 05). Com essa primeira versão o Plano foi discutido inclusive com a guerrilha das FARC. Mas as dificuldades de financiamento local²⁷ fizeram com que se iniciem as gestões de busca de financiamento no exterior. O governo então “desconheceu o Plano de Desenvolvimento aprovado pelo Congresso da República, recorreu aos EUA e surgiu o Plano Colômbia” (CÓRDOBA: 102).

Isso provocou a ira das guerrilhas, o que gerou a intervenção direta dos EUA no Plano, o início das fumigações às plantações, sustento das guerrilhas. Córdoba manifesta que o Plano longe das promessas de paz, prosperidade e fortalecimento do Estado, “iria causar todo o contrário: mais conflitos sociais, políticos, ambientais e o armado” (p.101). Há uma versão confirmada de que o Plano original foi trocado pelo Departamento de Estado dos EUA, por outro com um alto componente de guerra contra o narcotráfico e outra elaborada pelo departamento de Planejamento da Colômbia²⁸, com uma ênfase na paz, omitindo o tema das drogas – ambas com o assessoramento de um técnico da petroleira Oxy. Segundo a imprensa colombiana, em 13 de setembro de 2000 iniciou-se a aplicação do Plano Colômbia com a erradicação de plantações de 15 toneladas de coca, ou seja, sete mil hectares, e cinco mil hectares de papoula no departamento de Nariño. (*El Tiempo*, Política, 14/09/00).

Negociações de Paz:

Simultaneamente a paz começou a ser negociada em 1998. Pastrana tomou medidas radicais como a implantação da zona de distensão e uma mesa permanente de diálogo com o funcionamento de audiências públicas, com a participação de cidadãos. Embora tudo isso aconteceu no meio do fogo cruzado o que foi visto como um obstáculo permanente, e que no final de contas dificultou o processo e os avanços nos diálogos, pois não teve um cese de fogo definido. As negociações duraram três anos e meio e nela confluíram, a comunidade internacional como poucas vezes na história da América.

²⁷ Dos US\$23,3 milhões do Orçamento Geral da Nação, no ano 2000, o governo só dispunha de 50,4 por cento do requerido, correspondente a ingressos correntes para financiá-lo.

²⁸ Esta versão foi apresentada à Comunidade Europeia por Pastrana em 1999, segundo Villamizar.

Porém após o rompimento, Pastrana admitiu uma estratégia do governo que é parte integral do Plano proposto pelos EUA, qual seja, o fortalecimento do Estado através de seus corpos de segurança: “não fomos ingênuos durante todo o processo. Temos apostado pela paz mediante o diálogo, porém simultaneamente fortalecemos nosso poder militar”(PASTRANA, p. 03). Pastrana referiu-se ao Plano como “a maior estratégia de investimento social de nossos tempos: A revolução que a guerrilha pretende promover, nós já estamos fazendo. Porque a revolução social é feita com obras, não com terrorismo” (Idem, 02, 03).

Álvaro Uribe:

Meses antes da ruptura, em que o mundo estava ainda impactado pelo atentado de Nova York, a Colômbia iniciava sua campanha eleitoral. Uma nova discussão sobre o terrorismo começou, sobretudo pela inclusão dos guerrilheiros colombianos como grupos terroristas inimigos dos EUA. Sob essa premissa, Pastrana começaria a ser pressionado a romper as negociações e abrir passo ao novo estreante, candidato com poucas opções ainda nas pesquisas, porém o mais aberto a uma guerra contra os rebeldes, Álvaro Uribe.

O hoje presidente Uribe argumenta que o avanço militar outorga uma maior força à negociação. O Plano Colômbia, então pode ser o catalizador de tal negociação. O tema do Iraque e dos atentados em NY, os ataques no Afeganistão e a presença do Al Qaida diminuíram o campo de discussão que o processo tinha lugar na comunidade internacional. Pastrana tentou seus últimos passos mostrando uma imagem de lutador esforçado pela paz e só fortaleceu os cenários de guerra com um maior escalonamento de confrontação nas grandes cidades, o que já vem acontecendo com atentados como o de seis de fevereiro passado em Bogotá.

Nas eleições de junho de 2002 introduziu-se na agenda política aos patrocinadores da extrema direita dos AUC, que Carrigan (Idem: 01) denomina de criadores de gado, empresários rurais, narcotraficantes, políticos regionais, oficiais do exército ativos e da reserva. Álvaro Uribe foi o candidato sem-partido, educado em Oxford e Harvard e que os analistas políticos colombianos chamam a “cara pública política desses grupos de direita” (BIGGIO, 2002, p. 02). Uribe foi o governador de Antioquia; seu pai foi assassinado pelas FARC, e ele propôs na última campanha eleitoral a criação de uma milícia civil de proteção e

assumiu o compromisso de proporcionar armas a um milhão de colombianos. “Soava a legalizar o para-militarismo”. (*El Comercio*, Editorial, 23/08/02).

CAPÍTULO 3 – OS JORNAIS ANALISADOS

Os instrumentos de pesquisa do presente trabalho foram dois jornais do Equador. Sem pretender desmerecer o papel da TV e do Rádio, o estudo vai sustentar as razões pelas quais se fez o seguimento dos impactos e o tratamento do Plano Colômbia na mídia e especificamente nas edições digitais dos dois jornais.

As razões estão ligadas aos antecedentes históricos dos jornais e seu contexto regional. Dessa forma se pretende entender o conteúdo do publicado em relação ao Plano Colômbia. Justamente para não cair na negligência que, segundo Maldonado (2001), geralmente caem os cientistas sociais ao analisar mensagens e conteúdos ideológicos dos meios de comunicação, como fazer pesquisa de textos de ciência. Diz o autor: “O conhecimento do processo de produção, das características próprias de cada veículo, simplesmente costuma ser desconsiderado”.

Jornais, televisão e rádio disputam consumidores, e para isso desenvolvem estratégias cada vez mais ousadas para agradar ao público. Só que eles também têm uma responsabilidade. Há varias apreciações sobre os papéis das mídias. Brunner (1996), por exemplo, diz que a TV é inapropriada para formar um marco de conhecimento adequado por ela oferecer uma informação fragmentária, descentralizada e não específica. Distinto, no entanto, é o papel da imprensa escrita, cujo efeito é justamente o de ordenar e dar um contexto às notícias dispersas, pondo-as num determinado marco de interpretação. Por questões de tempo a TV recolhe um tema em forma superficial e pontual, cria no espectador a ilusão de estar informado, apesar de que em geral, os fatos só se alcançam a compreender em maior profundidade quando é agregada a leitura complementar de um periódico – no dia seguinte” (SCHENK, 1990 apud, BRUNNER, 1996, p. 31)²⁹.

Considerando o critério de Paolozzi (1996), de que foram os jornais os que fizeram história, com dados mais precisos do que a TV, cuja precisão está nas imagens, que, no entanto liberam ao espectador a interpretar fatos sem orientação adequada. Ou como afirma

²⁹ De forma particular menciono que em quatro anos e meio de repórter de TV a vida do telejornal esteve sustentada muitas manhãs à leitura dos jornais, para pegar temas a produzir e mostrar em imagens o que estava magnificamente escrito no papel.

Cohen (1963 apud PAOLOZZI, 1996, p. 13), em dizer aos leitores sobre o que eles devem pensar.

A este respeito Castells (1999) contradiz Cohen ao afirmar que: “Nas sociedades contemporâneas, as pessoas recebem informações e formam sua própria opinião política essencialmente por intermédio da mídia, e principalmente da televisão”³⁰. O efeito imediato é que “as reportagens exibidas na TV produziam um impacto muito maior no público” (PAOLOZZI: 125). Ou porque a televisão constrói uma estratégia discursiva predominantemente ‘ao vivo’ enquanto que os jornais trabalham com a noção de tempo e atualidade, em termos diferenciados, na apreciação de Fausto Neto (1989).

A experiência, porém, se repete em todos os telejornais do país e nos noticiários de rádio onde são lidos, aos ouvintes, as manchetes e conteúdos do que está escrito nos jornais. A veracidade do que está escrito vai ser determinada por quem está ouvindo ou assistindo. Eis que os jornais religiosamente consultados são os mais prestigiados e documentados. El Comercio e El Universo, cumprem esse papel no jornalismo do Equador, como seguramente o fazem o *The New York Times*, *The Wall Street Journal* e *Washington Post* nos Estados Unidos, por exemplo; ou a Folha de São Paulo no Brasil. Assim, a televisão, os jornais e o rádio “funcionam como um sistema integrado, em que os jornais relatam o evento e elaboram análises, a televisão o digere e divulga ao grande público, e o rádio oferece a oportunidade de participação do cidadão, além de abrir espaço de debate” (CASTELLS: 378).

3.1 História e descrição dos jornais pesquisados

A história da política da comunicação em diversos países da América Latina, revela um fracasso em relação ao logro da maior parte dos ideais. Os sonhos de desenvolvimento e autonomia culturais, de acesso e participação equitativos e de intercâmbio internacional equilibrado ficaram em nada (...) Os *mass - media* latino-americanos têm padecido sem cessar a comercialização, a errática intervenção governamental e uma exposição insensata à exploração estrangeira. Os critérios de desenvolvimento nacional têm guiado raras vezes o crescimento da mídia latino-americana³¹.

No Equador, historicamente o Estado não tem atribuído à mídia um caráter estratégico, porém ele também não foi excessivamente intervencionista, não havendo meios estatais de comunicação. Não foi este o caso da mídia eletrônica privada nos Estados Unidos, ou do

³⁰ Cf. CASTELLS, Manuel, 1999.

³¹ FOX, Elizabeth, 1989.

Reino Unido, onde o aparecimento de corporações midiáticas particulares (NBC) e estatais (BBC), visavam difundir a cultura do país de origem e tiveram um caráter estratégico. Mas o panorama descrito no início, revela o que aconteceu no Equador com a mídia: ela não foi integradora, só foi localista, como acontecia com os jornais quando apareciam. No entanto com o crescimento e massificação das telecomunicações a história mudou. A maioria das grandes mídias, sobretudo os jornais, globalizam seus conceitos e mudam suas estruturas para não serem arrastadas pelo que vem de fora. Considero que a mídia escrita no país é mais desenvolvida, quanto a conceito e qualidade, em relação às mídias eletrônicas.

Sendo assim, a televisão “constrói seu público para poder refleti-lo, e o reflete para poder construí-lo, televisão e o público pactuam um programa mínimo tanto do ponto de vista estético, como ideológico” (MATA, 2001, p. 10). Na lógica *mass- midiática* atual, muito se tem dito sobre a mudança na estruturação dos jornais impressos, como uma necessidade de modernizá-los, modificá-los para agradar aos leitores e atrair mais mercado, neste caso a faixa jovem do mercado de consumidores exigentes e modernos, mas sobretudo, para competir com a TV, que tirou muitos leitores ávidos de jornal, hoje seres preguiçosos e simplificadores. É, nessa mudança, que muitos jornais, mudaram seu formato convencional pelo tablóide, com o objetivo de facilitar a publicidade e atração gráfica nos postos de venda. Ao ponto que o jornal pareça mais “como uma ‘caixa tonta’ que vende e anuncia notícias usando as imagens – fotografias em cores – de fatos atraentes e espetaculares e não só manchetes, e longas reportagens” (NEUHART: 1989, p. 139). O caso dos jornais em estudo não é tão similar assim, ambos realizaram mudanças estratégicas nos seus formatos com o objetivo de agradar seu público e converter-se em mídia impressa moderna e relativamente não comprometida.

3.1.1 El Comercio

Sua primeira edição apareceu em 01/01/1906 com uma página que circulou pela cidade de Quito, e que incluía anúncios comerciais. *El Comercio* viu a luz durante a difícil época da revolução liberal que mudou os conceitos de Estado-Nação no país; um deles, a separação Igreja-Estado, das decisões públicas e da vida nacional, principalmente a educação.

Nesse então o país conseguiu modernizar as comunicações regionais entre o Litoral e a Serra, graças à visão do presidente liberal Eloy Alfaro de integrar o país através do trem. A

abertura liberal permitiu o aparecimento da indústria e o comércio capitalista num Equador agrícola e dependente do cacau.

El Comercio é o segundo jornal mais antigo do Equador³² e um dos mais influentes. Seus fundadores foram os empresários Carlos e César Mantilla Ortega, ligados ao comércio na capital. E coincidiu que o nascimento do jornal veio acompanhado de dois fatos econômico-sociais que marcaram Quito nesse ano: o aparecimento do *Banco del Pichincha* e da Câmara do Comércio, pouco depois. Esses três mídia-banca-comércio foram os símbolos da nova etapa política do país como fatores de influência e incidência das aristocracias na capital política do país e ainda então, símbolo do conservadorismo antiliberal, anti ‘alfarista’.

Poucos anos depois os Mantilla entraram na mídia eletrônica com a abertura nos anos 20 da *Radio Quito 760 Mhz*, considerada a mais tradicional emissora da capital. Na década de 50, *El Comercio* se expandiu no mercado nacional. Deixou de ser o jornal com notícias da capital, para circular nas principais capitais do país. Para compensar a nova imagem do *El Comercio*, os Mantilla lançaram o vespertino *Ultimas Noticias* com a finalidade de ampliar a informação da comunidade.

Hoje em dia, o Jornal se rege como uma companhia anônima. *El Comercio* constitui um grupo empresarial midiático em que a família Mantilla – dispersa também em outros jornais como o matutino *Hoy* – e em especial Guadalupe Mantilla de Acquaviva, dona e Diretora do jornal, possuem a maioria das ações da empresa. Conta também com capitais de grupos acionários de setores representativos de empresas quitenhas. *El Comercio*, há poucos anos expandiu suas inversões na mídia com a aquisição de uma frequência de rádio em FM, *Radio Platinum*. Depois veio a publicação de um jornal econômico e também de pequenas publicações comunais, que circulam na área metropolitana da cidade, além do jornal digital:

- *Líderes*: jornal – revista de informação econômica;
- *Correo del Valle, Correo de Carapungo/Calderón*: jornais semanais da região metropolitana;
- Revista mensal *Su Tienda*: dirigida ao pequeno comércio lojista da capital;
- *elcomercio.com*: A versão digital do jornal.

A edição impressa do jornal é de 18 mil residências e empresas em todo o país³³.

³² O mais antigo é *El Telégrafo*, aparecido em 1895 em Guayaquil, e ainda em circulação.

³³ Cf. *El Comercio*, www.elcomercio.com, 2003.

Detalhes e conceitos jornalísticos:

No decorrer da pesquisa foram examinados alguns aspectos jornalísticos e técnicos como a tendência do jornal é ser mais cosmopolita e “globalizado” e ao mesmo tempo que dá espaço para os temas locais – de Quito. A transcendência e análise que dá às notícias da política, da economia, do mundo e da ecologia é diferente de outros jornais do país. Tanto que *El Comercio* chegou a construir um discurso e posição com relação a estes temas, editorIALIZANDO-os diariamente numa coluna chamada “Análise”.

El Comercio dá prioridade à pesquisa jornalística; sempre há um tema de cunho próprio nas capas do jornal. Possui um manual de estilo e desenho próprios que criaram escola através do jornalista colombiano José Hernández, há dez anos atrás. O periódico tem como uma constante a mudança nos conceitos em diagramação. Recentemente, mudou seu desenho de capa, abrangendo nela a maior quantidade de notícias. É uma espécie de *briefing* informativo para agilizar a leitura dos temas, que permite ler o título da notícia e um breve *lead*. O interior do jornal se caracteriza pela profundidade dos temas.

El Comercio está aberto para que seus jornalistas exercitem crônicas e reportagens mais estruturadas, conhecidas como “temas”. Se eles estão dentro do teor conhecido como “humano”, o uso e abuso de recursos literários, descritivos e de certa informalidade é a regra, em sacrifício da informação breve e leve. Nas notas econômicas, a tendência é a de publicar cifras exatas. Os “temas” converteram-se em um espaço que em ocasiões se destacam aspectos positivos, onde tem relevância a particularidade dos eventos ou a criatividade e originalidade dos atores com um amplo material fotográfico, dados e tabelas explicativas.

3.1.2 El Universo

O jornal *El Universo* foi fundado em 16/09/1921 como resultado de uma transação entre seu antigo dono com Ismael Pérez Pazmiño, que comprou as instalações do Jornal. Na época, Guayaquil crescia no ritmo de seu porto, pois o comércio movimentava a cidade que ia-se convertendo na maior do país graças, também, à presença próxima das grandes fazendas agro-exportadoras de cacau, café e, pouco depois, da banana da qual o país é o primeiro produtor mundial. Guayaquil atraía muita mão de obra do interior e do exterior. Os bancos do

porto eram (e ainda são) os maiores do país. O poder dos bancos da cidade nesses anos fez com que, sob sua influência a economia do país funcionasse. Os ministros da Economia do Equador na época, eram homens de confiança de poderosos banqueiros, como Pedro Carbo e Víctor Emílio Estrada.

Pouco depois do aparecimento do Jornal, veio a grande crise econômica mundial de 1929, mas também a revolução “*Juliana*” no Equador – algo assim como uma revolução dos coronéis do ano 2000 em Quito –, que instaurou uma ditadura que tirou o poder de decisão e ingerência dos banqueiros guayaquilenhos e criou o Banco Central – unificando a moeda, o sucre –, assim como a Junta Monetária e outros organismos de controle econômico e político.

El Universo que está em mãos da família Pérez, é também parte de uma empresa midiática. O jornal escapa aos esquemas que caracterizam à mídia guayaquilenha, dependente, na sua maioria, de grupos econômicos envolvidos com setores financeiros, o que constitui uma salvaguarda em termos jornalísticos. Essa incidência faz com que eles se convertam em manipuláveis e sirvam ao jogo de interesses dos donos, envolvidos também em política.

Hoje, mais de 500 funcionários trabalham no jornal, considerado como o “maior jornal nacional”. É o terceiro mais antigo do país e, segundo seu último diretor (falecido há pouco), sem interesses políticos:

não há inquietude política na família Pérez. Possivelmente sejamos o menos político dos jornais e é por isso que tem criado zelo nos políticos. (...) Buscamos ser um elemento homogeneizador da nacionalidade equatoriana, que é muito frágil, quase inexistente. Nossa obrigação é que se os cuencanos sofrem, os guayaquilenhos sintam que esse é o seu sofrimento também, e que o que afeta a Quito, também afeta a Cuenca por igual³⁴.

O conceito do Jornal é de ser uma espécie de “supermercado da notícia” que define a estrutura do periódico, no sentido de ter seções para todos os tópicos o que, para seu ex-diretor, permite que se evite o amarelismo ou sensacionalismo³⁵. Admite que os jornais estavam em decadência, mas têm-se transformado, graças à aparição do jornal USA Today, que revolucionou as notícias de jornal com o uso da cor.

³⁴ Cf. PÉREZ PERASSO, Carlos, 2002.

³⁵ Idem, 01.

Detalhes e conceitos jornalísticos:

El Universo – sem esquecer a realidade do mundo lá fora – tem uma visão mais localista e mais ligada aos aspectos da região litorânea no que tange à política, produção, agricultura, comunidades e crônica policial. *El Universo* é mais convencional e é pouco comum que temas especiais como matérias de reportagens pesquisadas pela equipe do jornal, apareçam em capa.

El Universo é um jornal aberto à informação em quantidade, cuidando-se de manter uma imparcialidade política, que, no entanto não foge de certos estigmas regionalistas, como *El Comercio*. O Jornal modificou o desenho de forma conservadora, embora não tenha quebrado radicalmente a regra de ser um jornal com conteúdo denso, o desenho novo abriu espaço para a fotografia e a cor. A redação ficou mais dinâmica, caprichou mais na distribuição das notícias, que antes eram desordenadas.

El Universo privilegia as amplas e grandes reportagens com uma boa base de dados e fotografias, porém com conteúdo mais informativo e noticioso; não abusa de recursos literários, que só ocupam os espaços de jornalistas reconhecidos. *El Universo* absorveu uma quantidade de jornalistas de outros periódicos locais e dos melhores de Quito. Não tem uma escola, como acontece com o *El Comercio*. Porém, aparece exigente na precisão e noticiabilidade das reportagens.

El Universo e *El Comercio* não têm aquela visão jornalística de relações públicas de grupos empresariais e com interesses no meio, porém seu ‘negócio’ é a informação e a sua ideologia política não é abertamente de direita ou de esquerda. Sintonizam com os dois setores de forma moderada. Porém, mesmo que de forma discreta, por momentos não fogem a determinados jogos de interesses econômicos e políticos.

3.2 Contexto regional dos jornais e da mídia no Equador

É importante referir o conceito de Maldonado (p. 213) no que diz respeito às diferenças infra-estruturais na determinação de mudanças nos efeitos de sentido. Por que essa referência? A mídia no Equador não conseguiu um desenvolvimento que permitisse integrar o país. Não há um meio de comunicação que tenha cobertura cento por cento do país. Considero que a difícil geografia e topografia equatorianas foram mais um fator que complicaram o

desenvolvimento das mídias locais e, especificamente dos meios eletrônicos, rádio e TV e, com menor incidência, os jornais de grande circulação, como os jornais pesquisados, considerados, com justiça, como ‘nacionais’. Para a mídia impressa, no entanto, a cobertura do país é fácil e mais econômica, porque as edições impressas dos jornais chegam às populações afastadas por meios convencionais de transporte, cedo ou tarde, e para a internet, só basta ter uma linha telefônica e um computador.

Os jornais, aliás, têm uma rede de correspondentes estabelecidos no país, o que não acontece com a mídia televisiva e com o rádio, que se limitam à cobertura das agências, geralmente Quito e Guayaquil. Hoje, apenas uma rede de Cuenca conseguiu romper essa “tradição” e mantém três agências nas cidades mais importantes e, com certa dificuldade, um *staff* de correspondentes em algumas capitais do interior. A visão dos jornais neste ponto foi mais significativa que a televisão, que é mais um exemplo do bi-centralismo do país.

A relação com o conceito de Maldonado está em que as mídias centrais só oferecem um leque noticioso em relação ao que acontece nas suas localidades. O resto do país teve que ir desenvolvendo redes locais muito precárias para ver-se refletido e representado. A elaboração de mensagens e a cotidianidade da mídia audiovisual central é alheia à periferia e o resto do país, porque não oferece uma linha direta de comunicação e interação. Os Quadros 09 e 10 abaixo explicitam a origem dos meios impressos e das redes televisivas no Equador.

Quadro 09 – Principais meios impressos do Equador^(*)

MEIO	ORIGEM
El Comercio	Quito
El Universo	Guayaquil, com edição local e nacional.
Hoy	Quito, com três edições regionais.
Expreso	Guayaquil
La Hora	Quito, com edições locais em 5 cidades.
El Telégrafo	Guayaquil

Quadro 10 – Principais redes de TV do Equador^(*)

REDE	ORIGEM
Ecuavisa	Guayaquil, sub-sede em Quito e agência em Cuenca
Gamavisión	Quito, sub-sede Guayaquil
TC Televisión	Guayaquil, sub-sede em Quito.
Teleamazonas	Quito, sub-sede Guayaquil.
Telesistema	Guayaquil, sub-sede Quito
Telerama	Cuenca, sub-sedes Guayaquil/Quito; agências em 3 cidades.

^(*) Fonte, própria.

O trabalho jornalístico é distribuído segundo as políticas de cada jornal. El Universo tem um editor político em Quito, porém responde a outro editor de Guayaquil, a sede. El Comercio tem seu editor na capital Quito, e sua editora política em Guayaquil. A função 'machete'³⁶ é a que corresponde a estes jornalistas, pois eles decidem o conteúdo e a quantidade do produto final. Há uma espécie de equilíbrio na origem dos colunistas do El Universo; porém, El Comercio prefere os quitenhos, embora tenha, em menor proporção, colunistas de Guayaquil e de outras cidades.

Além disso, a questão política está colocada no começo do texto: os políticos dos centros políticos têm mais possibilidades de ver-se reproduzidos na grande mídia, sendo mais complicado para um político do interior que passa quase despercebido. Fica esclarecido então, o porquê das lideranças e dos candidatos presidenciais serem representantes dos poderes políticos e econômicos das duas capitais, Quito e Guayaquil. O critério utilizado pelos políticos para obter publicidade por parte dos jornais, vai depender do peso político desses jornais em cada cidade. Ernesto Trujillo, redator da revista *Diners* em Quito, e antigo repórter do jornal *Hoy* que fazia cobertura no Congresso Nacional³⁷, conta que a abertura à política nos jornais também vai depender da região a qual pertencem os deputados. Os deputados litorâneos terão maior cobertura no El Universo e El Comercio só os entrevistará ou publicará algo a seu respeito se tiverem algo importante a dizer.

São essas as políticas e a infra-estrutura das mídias que provocam os efeitos de sentido de que fala Maldonado. Mas há uma explicação para isso: os centros de decisão do poder político e econômico dos quais fala Mattelart (2000), o 'difusionismo' que é "o raio de influência que parte sempre de um centro decisório, que impõe sua visão de mundo às diversas periferias."³⁸

A conclusão a que chega Fox (1989), é que a política do meio de comunicação na América Latina tem ignorado a responsabilidade social nos objetivos da igualdade e da participação: "A centralização e muitas vezes a natureza autoritária do Estado latino-americano não permitiram o desenvolvimento de estruturas de comunicação independentes, participativas e representativas" (p. 228).

³⁶ No jargão jornalístico do Equador, 'machete' significa cortar as notas, e, portanto a qualidade das mesmas para garantir espaço.

³⁷ TRUJILLO, Ernesto. trujillote@yahoo.com 2001.

3.3 Dados básicos dos jornais *on line*³⁹

Com a globalização das comunicações os dois jornais investiram nas versões digitais. Eles se tornaram o melhor veículo de comunicação para os equatorianos que moram fora do país, sobretudo a importante comunidade emigrante nos Estados Unidos, na Espanha, na Itália, na Venezuela ou no Chile. Devo mencionar que esse fator se registra na constante correspondência e nos fóruns de debates nos quais muitos migrantes participam, e que diz respeito a questões da realidade nacional e da atualidade política, como foi observado.

A frequência dos visitantes do exterior é tal, que ambos dois jornais abriram enlaces especiais para migrantes no exterior, relacionados a temas de legislação migratória, oportunidades de emprego, contatos com as famílias, dicas, novidades, e outros. A seguir, uma rápida descrição dos jornais digitais:

El Comercio: lança em 1997 seu jornal digital, oferecendo aos visitantes “todo o conteúdo de qualidade que caracteriza o *El Comercio*”, assim como especiais de conteúdo editorial. A edição digital tem alcançado “a maior quantidade de assinaturas registradas em comparação com outros meios de informação local”, segundo o próprio jornal. O destaque das assinaturas se refere ao fato do jornal ter um serviço de resumo noticioso diário, de graça, para o correio eletrônico do assinante.

É uma fonte freqüente para outras mídias internacionais em relação ao Equador, entre elas a poderosa CNN. A organização da página digital é basicamente composta por três barras de enlaces verticais. A primeira da esquerda compreende as seções informativas clássicas do jornal, na seguinte ordem: *Opinión*, que inclui os editoriais e colunistas; *Política*: informação relacionada ao mundo político; *Negocios*: informações econômicas; *Mundo*: notícias internacionais; *Ecuador*: notícias nacionais; *Deportes*; *Sociedad*: novidades, educação, saúde e turismo. Fica evidente a importância que o jornal dá, inclusive na sua versão digital, ao espaço editorial e de opinião.

A barra é mais ampla, e abrange 20 seções permanentes com informação variada e que muda a cada dia. No espaço central está o conteúdo geral classificado hierarquicamente,

³⁸ Cf. MATTELART, Armand, 2000, pp.59,60.

³⁹ Para melhor compreensão, os termos em inglês usados na Internet foram aplicados em português, assim: *on-line*: digital; *website*: sítio na rede; *link*: enlace; *site*: página.

segundo a importância da notícia, como numa edição impressa. E na barra lateral direita, aparecem os especiais do jornal, relacionados à migração e temas especiais, sejam políticos, culturais, noticiosos, esportivos, ou turísticos. O leque pode ser aberto e indeterminado. E na parte inferior, os enlaces para acessar outros sítios da rede de organizações filiadas, como o Grupo Diários de América GDA e da Associação de Editores de Periódicos do Equador, AEDEP.

El Universo: dia-a-dia registra um vertiginoso incremento de novos usuários que se conectam à página digital do jornal. A política do jornal é informar aos leitores que vivem fora do país. Segundo seu ex-diretor, *El Universo* digital chega a mais de 125 mil usuários ao redor do mundo, o que a converteria na página mais visitada do Equador, especialmente dos migrantes. Durante a pesquisa foi observada a constante interatividade do jornal nos fóruns de debate. A correspondência dos usuários – que é revisada previamente pelos editores antes de publicar – deixa um dado curioso: a maioria das mensagens publicadas pertence a equatorianos de Guayaquil, residentes no exterior.

A estrutura da versão digital do jornal, no entanto, tem as mesmas características do *El Comercio*. Três barras informativas. Na esquerda, o que corresponde às seções informativas, distribuídas em três grupos diferentes em sentido vertical. O primeiro grupo, as barras de enlace: *Política, Internacionales, Deportes, Economía, Crónica policial, El País, Gran Guayaquil, Actualidad*. Nas barras inferiores seguintes, destaca-se a seção dos Editoriais e Colunistas. No resto, especiais e serviços informativos permanentes. Na barra do meio a informação noticiosa da capa, organizada hierarquicamente e com maior informação. Nesse sentido, a política do jornal é entregar a maior quantidade de informação possível sobre um acontecimento. E na barra vertical final, também os especiais informativos, enlaces com outros sítios como a BBC-Noticias, o clima, especiais de turismo do Equador e Bolsa de Valores.

As páginas especiais sobre o Plano Colômbia:

Neste estudo, as notícias relacionadas ao Plano Colômbia, estão classificadas segundo a seção jornalística onde foram publicadas. A explicação é feita devido a que os jornais produziram páginas informativas especiais sobre o Plano e as notícias que na fronteira se gerava. *El Comercio* colocou entre junho de 2001 e julho de 2002 uma página denominada: *Conflicto en Colômbia* que atualmente está fora do ar; e num período menor, publicou um

especial chamado: *Colômbia: el hermano que tenemos cerca*, editado com a intenção de contrapor o crescente ambiente adverso aos colombianos, com o objetivo de destacar o papel positivo daqueles colombianos que vivem e se destacam no Equador. El Universo fez um enlace denominado *Fronteras*, que organizou durante seis meses, entre abril e outubro de 2002, veiculando as notícias sobre os acontecimentos do norte e inclusive alguns da fronteira sul.

Um elemento em comum nos dois jornais digitais é a atualização a partir das 08h00 de cada dia, com material que chega das agências internacionais de notícias. Embora os jornais digitais não possuam uma estrutura jornalística consolidada e autônoma da edição impressa, é paradoxal que a própria informação nacional que é atualizada na página, chega das agências e não da mesma equipe do jornal, como será analisado na segunda parte.

CAPÍTULO 4 – MARCO TEÓRICO

4.1 Conceitos de esfera pública

Para começar, é indispensável citar a Habermas (1984) quem diz que “não existe possibilidade de existência de uma esfera pública autêntica no contexto de uma cena política dominada e pré-estruturada pela mídia”. Nesse sentido, Gomes (1997) conclui que a imprensa ou esfera pública de opinião é simplesmente um campo em que “proprietários privados agem sobre pessoas privadas, enquanto público, para influenciá-los” (p. 09). Ao analisar o tema do Plano Colômbia como objeto de estudo desde a esfera pública considera-se que ele está no imaginário popular de várias formas. E é justamente o fato de existirem muitos níveis e meios de interpretação, de análise e difusão do fato, que ele acaba virando um objeto híbrido. É o Plano Colômbia um objeto híbrido por si só?

Sem pretender chegar a conclusões imediatas neste capítulo, é necessário colocar previamente alguns conceitos sobre a esfera pública midiática que é o ponto de vista analisado sobre o Plano Colômbia. Porque pode existir uma unanimidade na ocorrência física de um fato, mas sua interpretação vai se dispersar quando da elaboração dele como notícia.

O Plano tem sido objeto de uso e abuso das mídias de toda índole. Bruner (1996) indica que na comunicação democrática:

os meios devem representar adequadamente a diversidade de interesses, símbolos culturais, preferências políticas e grupos sociais na esfera pública (...) quando determinadas pessoas ou grupos não vêm expressados seus interesses nessa esfera e não têm acesso à mídia para produzir símbolos culturais, acabam por não ser parte do Estado (p. 12).

Mas esse pode ser um ideal, considerando que a comunicação não é o mesmo que a informação, e ela não é democrática; porque informar é só um ato vertical, onde quem fala e informa, não está esperando uma resposta. Na rapidez em que a sociedade atual se desenvolve o consumidor e leitor de notícias só recebe informações, mas não as processa com a mesma velocidade. Ele recebe inclusive, mensagens processadas e depuradas ao máximo. “Quando chegam à esfera de visibilidade pública no espelho da mídia estão editadas, estruturadas e apreciadas de maneira uniforme. Mesmo que os receptores não as apreciem de maneira uniforme” (GOMES, 2001, p. 04).

Há grupos de interesse e forças de pressão, que organizados ou vinculados a grupos ou instâncias de referência, vão influenciar no receptor final. Gomes menciona aos chamados líderes de opinião, às suscetibilidades idiossincráticas como regionalismos, ideologias, racismo, convivências econômicas ou políticas de um meio X; e os estados de ânimo do editor ou editores de um meio de informação (Idem: 14). Serra (2001), no entanto, vai chamá-los de fatores internos e externos que exercem um papel mais ou menos ativo para os meios noticiosos. “Internos”, porque estão relacionados com os proprietários e as políticas editoriais das organizações jornalísticas, as quais chama de “constrangimentos organizacionais”. E “externos” porque são pressões de fora para dentro, exercidos pelos leitores, anunciantes ou fontes (p. 85). É a mídia vista como a estrutura liberal-pluralista, com poder social onde o jogo da livre empresa e livre consumo influi: o que os leitores querem ler; e onde o mercado concorre por notícias, qualidade e entretenimento.

Então, ao informar só se enviam mensagens, não há comunicação. E o objeto de estudo, Plano Colômbia, foi justamente – no teor da esfera pública – um reflexo da exclusão informativa. É uma exclusão no mesmo processo de captação de informação de fatos-notícia, que geralmente tem estado mais associado aos grupos pouco estruturados ou que lutam por aparecer no cenário público. Um caso exemplar, mesmo que radical, são os grupos rebeldes que têm acudido a ações violentas, para chamar a atenção midiática, além de cobrar com isso rendimentos econômicos.

De uma forma ou outra, um fato entra na esfera pública ou esfera de discussão pública, como prefere chamar Gomes (p. 07), por meio dos atos políticos processados pela mídia. Essa publicidade social que é a esfera pública nos remete à organização de uma agenda política, que vai depender da força ou peso que o fato representa e com o qual ele ingressa na esfera. A mídia se encarrega de agendar o fato e daí “os estratos discursivos e informativos da cena pública midiática fornecem os insumos para a formação privada da opinião” (Idem: 12) ou a agenda de discussão na esfera argumentativa de um Parlamento. Porque desde o Congresso Nacional, até as associações de classe, não é segredo que a pauta é organizada dependendo da discussão gerada ou agendada dentro do sistema expressivo da mídia.

O que a mídia pauta como interessante nos seus editoriais, análises, reportagens, perguntas, ou no tele-noticiário, é apresentado como urgente, prioritário e importante pelo

campo político; é aí que entra o trabalho das assessorias⁴⁰. Vê-se a rigor que os políticos ajustam seu discurso e agenda ao ritmo da mídia e se ela não mostra – como em muitas ocasiões acontece – um interesse básico ou comum, eles desistem e baixam a intensidade (o chamado *low-profile*) dos temas a tratar. Desta forma, a política deve-se adequar às regras da mídia; é com essa base que Chaia (2001) aponta para a transformação da política, em prisioneira dos meios de informação.

As relações dentro do campo político com os jornalistas são essenciais na determinação da pauta política, e na toma de decisões de parte do poder. O poder pauta sua agenda e é passada à mídia todos os dias. Esta é registrada na agenda da mídia de quem decide o que deve sair à esfera pública e que não deve. Serra refere o *Mr. Gates*⁴¹, que são os editores de jornal – ou também chefes de redação – que na instância noticiosa vão decidir que ponto, que assunto ou tema vai ser essencial na difusão, na cobertura do dia e o que deve virar “evento”; só que esses *Mr. Gates*⁴² recebem influências e constrangimentos organizacionais e políticos, muito fortes e de forma constante.

Só que não são exclusivamente os chefes de redação, mas também os colunistas e os editoriais que desde o cenário da visibilidade pública, exercem o poder de ditar as ações a seguir e tomam o nome da sociedade para falar e advogar por ela. Mediante os espaços de opinião, as ações da esfera pública midiática sobre a esfera política ou campo político, sugerem e apontam saídas relacionadas ao chamado “bem comum”. Fausto Neto (1994) vai dizer aqui que neste espaço de debate a mídia sugere o “Dever” como verbo utilizado direta ou explicitamente, para indicar ações a seguir ou apontando às saídas. Colocando insistentemente alguns clichês ou lugares comuns como o *bem do país*, ou pelo *bem da sociedade*. (Um tratamento mais profundo das relações mídia e política será abordado mais adiante).

⁴⁰ Assessorias políticas, de comunicação, de *marketing* ou RR. PP. que ganharam para o político moderno e que trabalham em movimentos sociais, ONGs, partidos ou o próprio governo.

⁴¹ Da concepção dada pelos estudos de Manning & White e também discutido pelo Bourdieu na sua análise sobre o Campo Político e Campo Jornalístico.

⁴² 'Gate' = saída em inglês.

4.1.1 Espetacularização e encenação político-midiática

Para referir este conceito ao tema da dissertação é preciso citar um exemplo do conflito Equador-Peru, quando em 1995 uma jornalista espanhola de TV, que fazia uma visita “guiada” a uma base militar equatoriana atingida pela artilharia peruana, apresentou sua notícia da “suposta guerra”⁴³ apenas como um “tiroteio” entre duas tropas. A estratégia militar equatoriana que era denunciativa, não foi suficiente para a jornalista, porque nos casos de conflito armado os jornalistas esperam no mínimo, expor suas notícias com cenários de tragédias com mortos e feridos e tropas em ação.

Na presente pesquisa, a encenação e espetacularização estão presentes, com elementos parecidos. Para entender esse fenômeno da política e da comunicação, é válida a divisão que delas faz Weber (2000), quem encontra dois tipos de espetáculo político: o autônomo que é um “meta acontecimento, um evento imprevisível e incontrastável, com a magnitude suficiente para provocar à ortodoxia estética das mídias e delas exigir um comportamento diferenciado” (p. 28). E o “espetáculo político articulado”, que são os eventos políticos “obrigatórios e programados, como eleições, plebiscitos, CPIs e outros (*blitz* policiais ou militares). São situações conjunturais com poder de provocar a participação da mídia, ou seja, são eventos agendados.

No caso dos eventos programados chamados de *blitz* militares e policiais, eles podem ser eventos noticiosos planejados e produzidos na esfera privada para temperar uma encenação com espetacularidade, ao mostrar bandidos pegos, evidências encontradas, ou os cenários onde a violência ocorreu. As câmeras só servem como recurso de constatação, que logo nas redações dos jornais e na edição, levam a maquiagem final para serem expostas na esfera pública, no telejornal. Alain Minc (1995) agrega um novo fenômeno na encenação, que vem da mão da justiça, na onda de outro fato político: a corrupção. Minc fala de uma “nova trindade” composta por juizes, meios de comunicação e jornalistas. Os juizes de instrução que têm apreendido a técnica da encenação – *mis en escéne* – da inculpação, para criar um fato irreversível e considero que até irresistível para a mídia, que se auto instrumentaliza como agente da lei (ou dos juizes?) durante os processos e “com maior descaso, todavia durante o período de instrução, saciando sua cumplicidade” (p. 97), com a finalidade de pôr em marcha uma dinâmica imparável onde além dos juizes, os jornalistas viram protagonistas.

⁴³ O uso de termo “guerra” foi o critério que a mídia do Equador manejou ao conflito militar com o Peru.

São os políticos, no entanto, que buscam a visibilidade, para fazer funcionar seu discurso e sem ela é difícil chegar ao público eleitor. A mídia é a mediadora nessa relação. E “sem a mediação e as regras da indústria cultural, não existe mais a política” (FAUSTO NETO, 1995 p. 32). Para ter essa visibilidade é necessário produzir uma informação que seja praticamente “vendida” aos espectadores, leitores e consumidores de notícias. É a lógica da diversão, o entretenimento e o drama nas telas da TV, nos noticiários de rádio, nas páginas dos jornais e na tela do computador. É a notícia tratada como mercancia.

A melhor notícia não vai ser aquela que oferece um acréscimo de informação sobre o estado atual do mundo, senão e, sobretudo, aquela capaz de produzir um efeito dramático sobre o destinatário, o consumidor de informação. Se bem a origem desse fenômeno nos consumidores de notícias esteve ligado aos escândalos na política, às transgressões à moral e boas costumes religiosas dos personagens públicos ou convertidos em públicos.

Dadas essas considerações, faz-se a seguir uma análise comparativa do escândalo político com o tema de pesquisa seguindo a ordem estabelecida por Thompson (2000):

- Sua ocorrência envolve transgressão de certos valores ou normas existentes
- Envolve certo segredo, mas se acha fortemente, que ele existe por, ou graças àqueles indivíduos não-participantes do escândalo.
- Os não-participantes desaprovam a transgressão
- Alguns não participantes denunciam a transgressão
- A descoberta e condena da ação ou ações, que podem danar a reputação dos responsáveis (pp. 13, 14).⁴⁴

Finalmente, ao aplicar a encenação e espetacularidade do evento, há uma relação com o exemplo colocado no começo deste item: o tratamento jornalístico durante uma crise militar ou guerra. Ruttemberg&Carter (2001) vão dizer que esses fatos sempre colocam aos meios de comunicação “em posição ambígua”, fazendo surgir a interrogante de “se deveriam ser um intermediário imparcial da informação ou atuar de forma patriótica e sem escusas em estilo e substância?”. Os citados, jornalistas dos EUA, estabelecem uma lógica nos procedimentos jornalísticos, transmitidos ao público no decorrer de um evento, como são os desastres naturais, as guerras ou atentados terroristas:

- Empatia com as vítimas, usando frases memoráveis e de elogio.

⁴⁴ No decorrer do texto da pesquisa se aprecia como esses lineamentos se enquadram nos preceitos motivados pelos grupos sociais e políticos contrários ao Plano Colômbia.

- O uso de elementos apelativos como cobrir com bandeiras ou fotografias das vítimas, os cenários de TV e páginas dos jornais para a cobertura jornalística.
- Cobertura total dos eventos através de um prisma patriótico e dramático quase sempre ao vivo.
- O uso de pronomes como nós, nosso, é comum nos acompanhamentos das coberturas e nos eventos ao vivo para contagiar na audiência ou no leitor, sentimentos de dor⁴⁵.

Ruttemberg&Carter acreditam que o uso destes recursos “mina a posição dos jornalistas como transmissores desinteressados das notícias e intensifica a opinião pública para a toma de posições em relação à guerra”, por exemplo (p. 02). Pode ser o reflexo de que as notícias continuamente refletem a disposição das pessoas em momentos determinados, como aconteceu no Equador, quando das ações bélicas com o Peru, e o que pode acontecer com a Colômbia. Essa pode ser uma atitude vista como racional e compreensível, num momento determinado na mídia de um país. Porém com a intensificação do conflito esta deve estar preparada também para ser crítica e questionadora, inclusive para dar abertura a outras posições e interlocutores internos – além dos externos – e independentes, para não comprometer de sobremaneira a imparcialidade.

4.2 Conceitos sobre opinião pública

O poder da sociedade, dos grupos sociais e dos indivíduos mais ou menos organizados pode ser identificado através da categoria abstrata da opinião pública, categoria que atribui poder de opinião a partir de determinados fatos, situações ou sujeitos⁴⁶.

Opinião pública é para Weber o termômetro que está intimamente ligado à política, ao desempenho dos políticos e ao exercício de poder (p. 23). Poderia se dizer que é o público leitor, espectador e ouvinte, que procura informação de forma consciente e voluntária para avaliar as atitudes e resultados da esfera política. Ao procurar informação ele está ligado à vertente da mídia, que segundo Bruner (Idem: 08) é o fluxo informativo a que estão expostos os critérios de avaliação das pessoas.

Porém, essa opinião é discutível e para isso basta usar os conceitos franceses, apontando que para as pessoas se posicionarem num determinado lado do debate, elas precisam estar orientadas. Eis que um círculo vicioso torna à opinião pública em uma opinião pública dirigida. Fausto Neto (1994) afirma que o discurso jornalístico pode fazer do campo

⁴⁵ Esta lógica está relacionada aos eventos do 11/09 em NY.

⁴⁶ Cf. WEBER, Maria Helena, 2000, p. 23.

da mídia um dos lugares estratégicos de constituição do discurso social, ou seja, da opinião pública. Porque a mídia crê que reproduz o sentimento da população em relação a certos temas, ou simplesmente porque quer ‘orientar’ essa opinião pública, que ela julga, não estar informada e quer ser orientada ou simplesmente segue as diretrizes de quem escreve nas páginas dos jornais.

Hoje em dia, a opinião pública se mede pelas pesquisas de opinião, que são uma categoria criada pela ciência política e o campo político, para organizar o discurso a ser exposto e as decisões a serem tomadas diante da esfera pública. “A democracia do sistema representativo está condenada e seu lugar está sendo ocupado por um fenômeno arrogante, imprevisível, tutelar e incompreensível, chamado de democracia da opinião pública”⁴⁷ representada, por três símbolos:

- Opinião pública
- Sondagens de opinião
- TV e jornais.

Alain Minc a denomina como “opinião publicada” com uma autoridade que vai “se impor ao resto, inclusive ao debate coletivo” (p. 102). Ela se converte então num “fenômeno totalitário e tirânico” (p. 117): poderia ser batizada de ditadura da opinião pública. E essa ditadura em certo sentido é contraditória com o movimento da sociedade civil, segundo Minc, porque supervaloriza as reações instantâneas que, no entanto, Champagne (1998) vai chamá-las de “julgamentos irrefletidos e peculiares das classes populares e ignorantes” (p. 46).

Embora, Champagne reformule seu conceito de opinião pública como “aquela que é fixada por pessoas instruídas em qualquer ciência” (p. 46). Ou seja, a necessidade de construir e orientar uma opinião pública tem a ver com a procura de auxílio interpretativo dos fatos políticos, econômicos e sociais. O depoimento de um especialista que tem a finalidade de orientar uma posição de forma fundamentada, científica e ideológica, serve para sustentar uma explicação que os jornalistas não querem assumir. Barnhurst (2001), afirma que o vocabulário das notícias transformou-se mais quantitativo enquanto valoriza os critérios dos “profissionais”, e dos “porta-vozes”.

⁴⁷ Cf. MINC, Alain, 1995, p. 10

Só que o risco é que a mídia venha a converter esses especialistas em estrelas, os formadores de opinião, muitos deles membros da elite político-jornalística, do campo acadêmico-social e empresarial, como ex-ministros, militares da reserva, banqueiros prestigiados, profissionais do ramo, todos diagnosticando eventos; tomando o pulso das sociedades em crise, e dando receitas às vezes ambíguas sem comprometimento.

4.2.1 A mídia entre a política e o “consumidor”

A hipótese levantada desde o começo da pesquisa foi saber qual a influência que o Plano Colômbia exerceria no campo das decisões políticas sob a perspectiva do que a mídia publicasse? Gurevitch (1982 apud FERNANDEZ, 1996, p. 240) vai traçar dois eixos na relação entre a política e a mídia. Elas têm uma interação ‘horizontal’ de uns com os outros, no processo de preparação da mensagem. E desde o ponto de vista ‘vertical’ funcionam separadas na discriminação e processamento da informação. Dessa forma, a mídia usa a política como uma fonte de consulta ao mesmo tempo em que orienta a opinião pública sobre o acionar político. A mídia institucionaliza o poder ao mesmo tempo em que o poder dá autoridade à mídia para reproduzir seu discurso. Weber (Idem: 13) considera que “juntas – política e mídia – detêm o poder das palavras. Elas carregam a legitimidade de quem as pronuncia”.

No sistema democrático a busca de consenso está relacionada ao acúmulo de opiniões positivas⁴⁸, que “permitirão novos votos e a manutenção de atitudes e programas políticos e econômicos” (p. 15). O lugar da reprodução natural desses discursos políticos é da mídia, que condiciona seu papel à variedade e ao ritmo. Frank Priess (1996) afirma que esta relação de intercâmbio torna vulneráveis a ambas partes: os “políticos são vulneráveis à instrumentalização dos meios e os jornalistas favoráveis a assumir esse papel de ‘co-político’ sem mandato”.

Entre os dois campos – o político e o jornalístico – gera-se uma disputa por estabelecer uma agenda. Há ocasiões em que certos fatos surgem de ações que pareciam não ser importantes, e viram eventos na agenda da mídia devido à espetacularidade da sua evolução.

⁴⁸ O acontecido no Plano Colômbia foi o uso desse consenso, que inicial – no caso da opinião pública colombiana – valeu como suporte de consenso pelas instituições políticas. É mais ou menos como o conceito da “guerra subliminal” do Adorno e que foi usado pelo Departamento do Estado dos EUA como uma ofensiva ideológica, através da mídia num momento determinado.

A mídia, na procura de mais informação provoca um debate público até encontrar um “fim”. Só que às vezes esses fatos acabam morrendo nas redações jornalísticas. E morrem não porque perdem importância, senão porque tanto a política como a mídia vão gerar outros fatos na agenda, que desviarão a atenção do consumidor de notícias. Como resultado dessa ação midiática os públicos se tornam “conscientes ou ignoram; põem atenção ou descuidam; enfatizam ou passam por alto elementos específicos da realidade circundante; incluem ou excluem de seu conhecimento o que a mídia inclui ou exclui” (BRUNER, p. 14).

Nesse cenário, situações que podem ser chamadas de interesse geral ou “coincidência global”, como prefere chamá-las Weber (p. 154), legitimam a ação da mídia ou de veículos de comunicação, em uma linha de engajamento ou alinhamento por tratar-se de um assunto de caráter geral e necessário. É a retribuição ao pensamento do seu público, é um retorno (*feedback*) às expectativas e demandas dos seus leitores, ouvintes, espectadores, ou cibernautas.

4.3. Conceitos sobre o uso e pesquisa na internet

Para sustentar esta dissertação tendo como instrumento de pesquisa a internet é preciso fundamentar alguns conceitos. Barnhurst (2001), por exemplo, realizou uma pesquisa nos Estados Unidos, que revelou uma tendência quase que geral nos jornais digitais: a transferência direta à internet dos textos das notícias da edição impressa, o que leva a concluir que – ainda como fenômeno prematuro – “o aparecimento das notícias pela Internet tenha tido um pequeno impacto no conteúdo noticioso” (p. 05). Ambos reproduzem em qualidade e quantidade o mesmo conteúdo de notícias que aparecem na edição impressa. As histórias do jornal digital diferem muito pouco daquelas que são impressas. As versões em Internet “não costumam aumentar ou cambiar o texto das histórias e sua apresentação visual é mais magra, comparada à impressa, que tem uma rica tipografia e apresenta muito mais imagens” (p. 04). Eis então o potencial do jornal digital como um concorrente da versão impressa. As edições de El Comercio.com e El Universo.com, são pessoas jurídicas diferentes do jornal impresso, porém são parte do mesmo grupo.

A Internet como espaço, que interage mais individualmente com as pessoas, está constantemente renovando informação, mesmo que existam páginas não exclusivamente sobre notícias; porém mais páginas de prestação de serviços estão oferecendo informação e

notícias atualizadas. No caso do Brasil, a rede aumentou seu número de leitores nas páginas digitais de jornais, durante as eleições e nas páginas digitais dos candidatos e dos partidos políticos.

A internet trouxe uma ferramenta poderosa à mídia impressa: a atualização constante de dados e informação. Não é ainda tão influente e rápida quanto à televisão, pois um câmbio radical mudaria os conceitos atuais da internet e da mídia impressa. Embora essa rapidez com que a internet reproduz informação em concorrência com a TV, nos leva a citar a seguinte reflexão de Juan Luis Cebrián⁴⁹:

Antes, os meios de comunicação contavam o que acontecia; agora as coisas acontecem para serem contadas pelos meios de comunicação. Já não é mais o fato o que gera a notícia, senão a necessidade de dar notícias que produz constantemente novos fatos.

Essa atitude leva a concluir que os jornais impressos estão cada vez mudando seu conceito de trabalho e produção de notícias, alterado pelo aparecimento da Internet, onde os jornais podem agora publicar as notícias quase ao vivo. A vantagem ainda é da TV e do rádio. Mas a desvantagem para os jornais está sendo suprida pela Internet que cumpre um papel até de 24 horas. Eis a urgência da mídia: a busca de informação e a necessidade de mais notícias que gerem mais fatos, como mencionava Cebrián.

Voltando à pesquisa de Barnhurst, ele argumenta que o conteúdo em ação do jornal nas páginas da Internet, não tem mudado em si mesmo, daquilo que os jornalistas escrevem. Segundo ele, “as estórias são mais longas e têm maiores explicações do ‘como’ e o ‘por quê’”. Enfatizam “mais aos grupos do que os indivíduos, e mais indivíduos são fontes oficiais ou externas” (p. 02). Vale destacar este ponto, pois na pesquisa os dois jornais usaram-se dessas fontes “externas”, que Barnhurst também as denomina de *people's named*, ou que poderia ser traduzido como “o povo com nome”, porque refere às pessoas comuns que servem como fonte e que podem contar histórias interessantes a serem noticiadas. Essa tendência, está presente também nesta pesquisa.

E se a Internet mudou ou está mudando o modo de trabalho dos jornalistas e da mídia, ela não mudou muito ainda o dos cidadãos, como a TV o fez. O que a Internet está mudando é a proximidade com as pessoas e as linguagens. Se bem que há mais atenção às notícias locais (comunidade), “o público prefere ainda espaços de diversão, como por exemplo, as páginas

⁴⁹ CEBRIÁN, Juan Luis. “El oficio del periodista”. IN: *El País*. Editorial. Madrid, 27/06/02.

ou enlaces com informes esportivos e de entretenimento, o que de todas maneiras está revertendo uma longa tendência do século” (p. 02).

Mesmo que os jornais digitais sejam ainda muito novos e geralmente não lucrativos, Barnhurst encontrou que seus editores usualmente “não produzem conteúdo para suas edições em internet, preferindo uma rotina mais econômica: montar o texto digital da sua edição impressa”. (p. 02). Nas edições digitais dos jornais analisados é comum encontrar que as matérias abordadas como de “última hora” e que aparecem na véspera da edição impressa, serão manchete no dia seguinte, só que mais completas. Os “especiais” e reportagens de “atualidade” ficam mais tempo no ar até serem renovados. A constância de uma notícia ser recente está no registro da hora em que foi publicada, junto ao título, o que dá a idéia de rapidez e concorrência: quem informou primeiro? O problema dos jornais digitais é a falta de jornalistas que atualizem esses dados e o “negócio” está ficando nas grandes agências de notícias, em sacrifício de um conteúdo mais democrático e em benefício das posições unilaterais, especialmente na grande mídia.

Mesmo assim, esta ampliação da “arena jornalística” ainda não está sendo explorada pelas assessorias no campo político, pelo menos do Equador. Sem desconsiderar que há partidos políticos ou gabinetes de Ministros que não precisam emitir comunicados de imprensa através de um papel, xerocá-los para os jornalistas ou enviá-los por fax. Estes simplesmente são publicados pela Internet, nas páginas digitais institucionais ou enviadas aos correios eletrônicos dos jornalistas. Castells (1999) diz que a mídia eletrônica como a Internet – além dos outros convencionais – passou a se tornar o espaço privilegiado da política. E a frequência de uso desta mídia é cada vez maior. Nos EUA pesquisas indicavam que no ano 2000, “um em cada três estadunidenses acudia aos jornais digitais pelo menos uma vez por semana; em 1998 era apenas um em cada cinco” (NORRIS, 2001, apud BARNHURST, p. 03). Numa entrevista informal a 10 colegas jornalistas do Equador⁵⁰, três deles responderam que consultavam a internet – além de outros meios – para informar-se dos pormenores do Plano Colômbia, sendo que sete deles também acompanhavam os jornais.

Apesar da brevidade e necessidade de informação, a Internet oferece cada vez mais notícias e dados; mais do que normalmente o fazem jornais e revistas. Está se convertendo

⁵⁰ Enquête realizada a jornalistas do Equador, porém não é considerada para efeitos da pesquisa. A maioria dos colegas solicitados não respondeu. O questionário foi enviado a 40 e só atenderam 10. A pergunta era: porque meio de comunicação se informa regularmente dos pormenores do Plano Colômbia?

numa data-base eletrônica que favorece inclusive a ampliação de informações que as edições normais de jornais, revistas, inclusive a TV não fornecem por causa das limitações de espaço e de tempo. A internet também continua a oferecer maior visibilidade às pessoas. Os leitores e usuários de páginas da rede participam cada vez mais da interatividade, opinando e debatendo temas ou notícias. Uma relação mais próxima da rede com os internautas, que segundo Sartori (2001), converte o espectador passivo da TV, que “é um instrumento monovalente, em espectador ativo de um instrumento polivalente” (p. 18), que o informa, o comunica com o mundo, o dá prazer, literatura, arquivamento de documentos, publicidade, debates (foros), bibliotecas, rastreamento de dados, inclusive TV e rádio ao vivo; ciber-vendas, supermercado, e um sem fim de possibilidades. A conclusão mais imediata é que a imprensa escrita não tinha uma melhor forma de concorrer com a TV, ou como afirma Sartori: “Após 50 anos apenas de seu advento, a televisão já é declarada obsoleta. As novas fronteiras agora são a Internet e o espaço cibernético”. (p. 38).

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA DE DADOS

Em setembro de 2000, durante uma viagem à cidade de Lago Agrio, na fronteira norte do Equador, foi possível conhecer – via depoimentos – de comerciantes de rua e de varejo, que a população estava acostumada às visitas esporádicas, mesmo que discretas e camufladas, de guerrilheiros e traficantes de droga. Mais interessante ainda foi saber que estes eram bons clientes, pela quantidade de compras e do consumo que faziam na tranqüila zona da Província de Sucumbíos. Inclusive, após intensos combates, os rebeldes feridos costumavam atender-se no hospital local. Essa espécie de silêncio cúmplice; essa normalidade numa cidade onde as autoridades e os meios de comunicação preferiam ocupar-se de outros assuntos mais emergentes, enquanto aqueles visitantes não causassem problemas, marcou também o interesse desta pesquisa, pois essa tranqüilidade tinha mudado quando a “novidade” chegou à face pública no resto do país, e na grande mídia, com a chegada do Plano Colômbia.

De novembro de 2000 a fevereiro de 2001, mediante uma recopilação de notícias dos jornais, constatou-se a diferença no tratamento deste tema, por parte dos jornais El Comercio e El Universo. A pesquisa propriamente dita iniciou a partir do dia 10 de abril de 2001 e foi concluída em 19 de agosto de 2002. A recopilação, embora feita em intervalos não programados, permite fazer comparações do conteúdo entre um mês e outro, e as mudanças constantes nas notícias. Os dados não foram categorizados por gênero jornalístico, e também não se fez uma análise dos *leads*, o lugar, os tipos de fotografia, etc. A pesquisa não procurou um perfil com teor jornalístico por encima do teor e tratamento político ou da análise mídia-política.

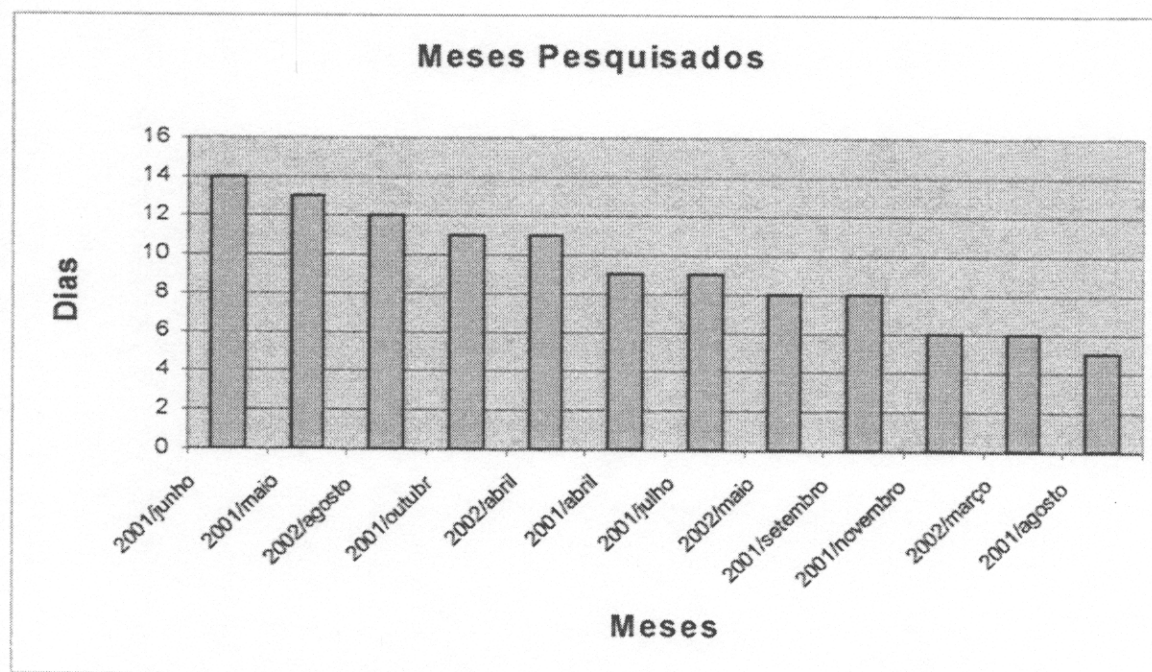
A recopilação dos dados colocados nos anexos de apóio, foi organizada em fichas, da seguinte forma:

- Data de consulta

- Nome do jornal
- Seção a que pertence a notícia
- *Encabeçado / lead* prévio (se tiver)
- Título
- Subtítulo (se for o caso e dependendo do jornal)
- Origem – cidade de onde provem a informação
- Conteúdo e sublinhados

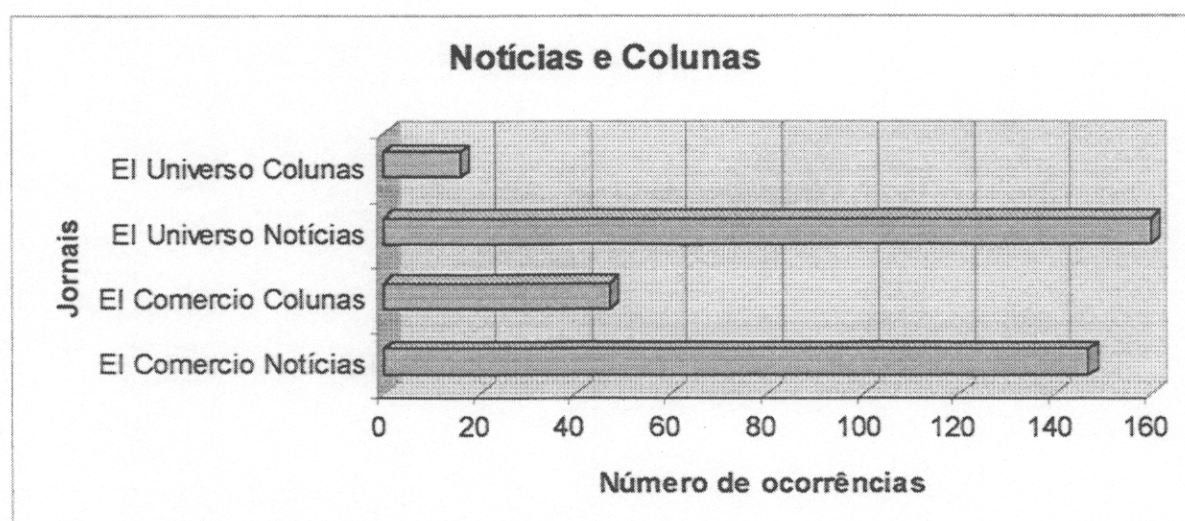
A recopilação foi feita de segundas a sextas-feiras, dependendo da disponibilidade de acesso à Internet no laboratório do curso. Foram doze meses pesquisados em intervalos irregulares. O feriado do verão 2001-2002, não está incluído. O mês de maio de 2002 contém alguns dados recolhidos do mês de junho. Depois de onze meses de pesquisa, houve um intervalo até agosto de 2002, nos dias prévios à posse do presidente Álvaro Uribe na Colômbia, e uma semana depois de sua investidura, com a finalidade de captar o clima gerado por tal acontecimento. O resultado foi rico em eventos e notícias. A seguir se apresenta uma miscelânea dos dados em média sobre a pesquisa em números, Gráficos 01 e 02:

Gráfico 01 – Meses pesquisados



Totais:

- 307 notícias recopiladas
- 64 colunas de opinião
- 112 dias pesquisados
- 9,3 dias/mês
- 1,3 semanas/mês

Gráfico 02 – Notícias e colunas:***Os assuntos noticiados e as seções:***

Mediante tabelas se mostrará a frequência e intensidade das notícias relacionadas ao Plano Colômbia. Primeiro uma tabela geral com os 10 assuntos mais noticiados durante os 12 meses pesquisados. Vale aclarar que não corresponde às manchetes em particular e sim aos assuntos que possuem as médias mais altas de frequência na pesquisa. Logo uma seqüência de tabelas jornal/mês vai detalhar cada assunto abordado com a porcentagem equivalente do mês em relação ao conjunto de notícias do tema Plano Colômbia. No capítulo seguinte se faz uma análise discursiva com base em conceitos teóricos de autores como Fausto Neto e Maldonado em relação a pesquisas de jornal. Há uma seqüência das manchetes para poder mostrar como evoluiu o discurso do Plano na mídia e perante o leitor. Com esse objetivo, o

Gráfico 03 vai mostrar a intensidade em que as notícias apareceram em cada uma das diferentes seções dos jornais. A intenção é seguir a tendência dos jornais em classificar o Plano, segundo a seção.

Medição dos personagens:

Foi feita uma medição da intensidade mensal das fontes relacionadas ao Plano Colômbia e que apareceram nos jornais. Inclui uma medição geral dos personagens participantes para estabelecer qual o grau de intervenção dos mesmos e a abertura dos jornais para tomá-los como referências. Contém, também, uma análise de cada categoria de fonte, ou seja: o governo, os militares, a sociedade civil, os colombianos, os estadunidenses, o Congresso e seus respectivos papéis no desenvolvimento do tema.

Dos editoriais e colunistas:

Não foi estabelecida uma estatística de gêneros jornalísticos (quantas notícias e quantas reportagens), e sim uma estatística de editoriais e colunistas que possibilita estabelecer comparativamente qual dos dois jornais foi mais analítico e deu mais transcendência ao tema, do que à mera informação. Sobre os editoriais, se fez uma análise do discurso manejado em relação ao Plano. Foram escolhidos trechos editoriais para um exame do discurso. Embora não tenha sido considerada uma análise de discurso dos colunistas por assunto abordado, foi feita uma listagem deles com a finalidade de observar qual esteve mais compenetrado no tema. Aliás, um perfil deles acompanhará essa listagem. O objetivo foi estudar os periódicos e não uma coluna editorial específica em relação ao Plano.

Fontes e Agências:

Um gráfico medirá as fontes adicionais do jornal, ou seja, agências de notícias e outros meios de informação. O objetivo é determinar a participação desses agentes na informação e quais as deficiências do jornal digital para informar.

5.1 Os assuntos mais noticiados

Na Tabela 03, se apresentam os 10 assuntos relacionados ao Plano Colômbia, que os dois jornais noticiaram com maior frequência durante o período de pesquisa. A classificação

foi feita a partir de um mínimo de quatro publicações/mês, equivalente à metade dos dias das médias semanas/mês pesquisadas; e um máximo que corresponde à notícia mais publicada e reproduzida em todo o processo. A Tabela ajuda a interpretar o conjunto das notícias e o comportamento dos jornais no tratamento do Plano Colômbia como um evento.

Tabela 03 – Os assuntos mais noticiados

Assunto:	(n)	%	Jornal/data
1. - Debate sobre os danos das fumigações na fronteira da Amazônia.	(9)	53	El Universo, 07/2001
2. - Reações à incursão guerrilheira na fronteira de Carchi.	(9)	25	El Universo, 06/2001
3. - Debate sobre fechamento da ponte de fronteira com a Colômbia em Carchi.	(6)	22.2	El Universo, 08/2002
4. - Incursão guerrilheira em Carchi.	(6)	16.6	El Universo, 07/2001
5. - Debate sobre fechamento da ponte de fronteira com a Colômbia em Carchi.	(5)	23.8	El Comercio, 08/2002
6. - Polêmica sobre a possível presença de Al Qaida na fronteira de Carchi com a Colômbia.	(4)	26.6	El Universo, 04/2002
7.- Incursão paramilitar em Sucumbíos.	(4)	33.3	El Universo, 04/2001
8. - Insegurança em zonas de fronteira, Carchi – Sucumbíos.	(4)	33.3	El Universo, 04/2001
9. - Debate sobre seqüestros na fronteira, em Carchi.	(4)	33.3	El Comercio, 05/2002
10.- Debate sobre os danos das fumigações na fronteira da Amazônia.	(4)	26.6	El Comercio, 07/2001

Os dados apresentados na Tabela 03 indicam a constância que mantém o jornal El Universo, na publicação de notícias, com sete posições na lista, e apenas três do El Comercio. Durante a pesquisa, o jornal El Universo deu maior espaço aos temas em várias perspectivas e versões. Um exemplo dessa diferença é possível observar na primeira e última posições. Correspondem a um mesmo assunto, com perspectivas diferentes. Por exemplo, o que El Universo tratou em duas notícias: uma versão geral de um fato e uma entrevista com alguma fonte, El Comercio, com a mesma nuance, o colocou numa única notícia.

Mas, as freqüências podem variar e o número não representa a mesma média, se um mês teve mais notícias relacionadas ao Plano; por exemplo, o caso das posições três e cinco sobre o mesmo tema do fechamento da ponte na fronteira. A média do número 5 é maior (23.8%), porém sua freqüência no universo Plano Colômbia foi menor (5 notícias).

A lista também nos apresenta um caso especial: a preocupação da mídia com um tema ambiental que foi o de maior divulgação; tema que ocupou a atenção durante junho de 2001

no El Universo (53%). Mas, a violência e a insegurança são assuntos que ocupam as notícias nas mais variadas perspectivas. Elas ocupam cinco dos dez maiores assuntos, relacionados às incursões guerrilheiras e seqüestros fronteiriços. Aliás, a notícia do fechamento da ponte na fronteira tem a ver como a consequência dessas incursões guerrilheiras. Esses temas estão colocados como “debates”. Ao classificar um assunto como *debate* se pretende dizer que o jornal dedicou espaços a fazer entrevistas com especialistas ou às autoridades em relação ao fechamento da ponte ou aos temas classificados como tal.

Para concluir a análise da Tabela 03, se deve mencionar que não é factível observar nenhuma notícia relacionada a políticas públicas do governo, ou notas dos Estados Unidos; e especialmente a pouca ou nenhuma importância que a mídia do Equador deu à Base de Manta. Esse, que desde a ótica geopolítica é um objeto de informação importante, para a mídia no entanto, gerou uma espécie de autocensura não justificada. Na cobertura, o assunto foi tratado com reserva pelas autoridades sob a cumplicidade da mídia, como se verá no resto dos resultados dos dados de cada mês.

A seguir, se faz uma análise dos dados buscando avaliar o comportamento dos jornais mês a mês. Tal leitura vai apontar, como os jornais trataram fatos estratégicos em relação ao Plano, sua profundidade, a análise ou o debate.

Tabela 04 – Abril 2001a

ASSUNTO	EL COMERCIO	%
Incursão paramilitar em Sucumbíos	3	25
Construção destacamentos fronteiriços	2	16.7
Reunião de presidentes em Cartagena.	2	16.7
Outros, 1 notícia cada ^(*)	5	41.6
Total	12	

^(*) Diálogos Governo-Índios – Plano Colômbia; EUA doa dinheiro para polícia antinarcóticos; Mím. Defesa/perigo do Plano Colômbia; Bush dialogara com Pdtes. Andinos em Quebec; Captura de armas para as FARC em Guayaquil.

Tabela 05 – Abril 2001b

ASSUNTO	EL UNIVERSO	%
Incursão paramilitar em Sucumbíos	4	33.3
Reportagens: insegurança em zonas de fronteira	4	33.3
Outros, 1 notícia cada ^(*)	4	33.4
Total	12	

^(*) Bush, IRA; Deslocados em Puyo; Noboa conversara com Bush sobre IRA em Quebec; Doação EUA para desenvolvimento fronteiriço.

As notícias giraram em torno da insegurança na fronteira e as primeiras incursões guerrilheiras. O que provoca o deslocamento dos militares para a região norte. O assunto da IRA é mencionado brevemente só pelo El Universo que, no entanto, começa a fazer um seguimento da vida dos povos de fronteira.

Tabela 06 – Maio 2001a

ASSUNTO	EL COMERCIO	%
Novo secretário de Comunicação do governo	2	15.3
Outros, 1 notícia cada tema ^(*)	11	84.6
Total	13	

^(*) Camponeses denunciam fumigações do Plano Colômbia; EUA lança IRA; Trabalho UDENOR / Entrevista diretor, 24 de maio: militares e segurança fronteira; Exército patrulha fronteira norte; Alarma deslocamento rebelde na fronteira; Estratégias governo-Plano Colômbia; EUA duplicaram soldados na Base de Manta; Embaixadora EUA deixa cargo; Interpelação política ministro Moeller, Pastrana defende Plano Colômbia no Peru.

Tabela 07 – Maio 2001b

ASSUNTO	EL UNIVERSO	%
Plano de segurança cidadã de Sucumbíos	3	21.4
Reunião COSENA /segurança fronteira norte &	2	14.2
Entrega guerrilheiro equatoriano	2	14.2
Outros, 1 notícia cada ^(*)	7	50
Total	14	

^(*) Construção destacamentos fronteiriços; Deslocados de Sucumbíos; Camponeses denunciam fumigações do Plano Colômbia; Novo secretário de Comunicação do governo; EUA lança IRA; Visita de Pastrana Putumayo; Jovens de Sucumbíos contra o Plano Colômbia.

Este mês é peculiar; é o segundo mês que mais produziu notícias relacionadas ao Plano e aquele que mais dispersou os assuntos. No acompanhamento de alguns deles, como por exemplo, a construção de bases militares, a cobertura se deu em menor proporção. Outro acompanhamento é o lançamento da IRA, que os jornais fizeram questão de não ampliá-lo e só o noticiaram com o material das agências de notícias. A ênfase no El Comercio é a posse do novo porta-voz do governo, relacionada à dispersão informativa dentro do executivo por causa do Plano. Mas, o destaque é para El Universo que fez novamente um seguimento, no que tange à cobertura da sociedade civil, como em Sucumbíos. A Base de Manta tem uma notícia isolada, sem grandes detalhes no El Comercio.

Tabela 08 – Junho 2001a

ASSUNTO	EL COMERCIO	%
Incursoão guerrilheira em Carchi	3	15.7
Debate controle fronteiriço/queixa a Colômbia	3	15.7
Efeitos das fumigações em Sucumbíos (denúncias)	2	10.5
Outros, uma notícia cada ^(*)	11	57.8
Total	19	

^(*) Reações à incursão guerrilheira; Governador do Carchi e insegurança; Controle militar em Esmeraldas; Militares farão curso anti-guerrilha; Viagem do chanceler para pedir fundos a EUA; Equador pede dinheiro na Europa para fronteira; Entrevista empresário, tema fronteiriço; Informe polícia sobre seqüestros na fronteira; Captura bando de seqüestradores colombianos; Caso seqüestro família Villarreal na fronteira; Polícia aumenta soldados/decreto Presidente.

Tabela 09 – Junho 2001b

ASSUNTO	EL UNIVERSO	%
Reações incursão guerrilheira na fronteira	9	25
Incursoão guerrilheira em Carchi	6	16.6
Debate sobre controle na fronteira	4	11.1
Encontro de militares sul-americanos em Quito	2	5.5
Bispos da fronteira criticam PC	2	5.5
Outros, uma notícia cada ^(*)	13	36.1
Total	36	

^(*) Pânico transporte de ônibus nas fronteiras; Captura guerrilheiro em Carchi; Enterro guerrilheiro morto; Detenção de armas em Carchi; Refugiados na fronteira norte; Controle militar em Esmeraldas; Equador pede dinheiro na Europa para fronteira; Entrevista militar EUA sobre perigos na fronteira; Exército EUA treinará militares Equador; Caso seqüestro família Villarreal na fronteira; Informe Acción Ecológica fumigações; Ameaças de greve contra fumigações; Índios da Amazônia criticam Plano Colômbia nos EUA.

Este é o mês mais dedicado ao Plano Colômbia durante a pesquisa. El Comercio se apresenta muito irregular; sua maior notícia chega apenas a 3% e tem a ver justamente com uma nova incursão guerrilheira, a notícia do mês classificada em duas partes: o fato em si e as reações. No caso do El Universo, ele enche as capas com o acompanhamento do evento. Entretanto, El Comercio se orienta mais pelo lado oficial, com as reclamações a Colômbia por parte do Equador. Porém, quando se observa o resto de notícias isoladas, há um *boom* de notas sobre a insegurança fronteiriça, o que não se repetirá nos meses subseqüentes. Os jornais começam a debater sobre maiores controles na fronteira enquanto que as fumigações ganham maior espaço.

Tabela 10 – Julho 2001a

ASSUNTO	EL COMERCIO	%
Debates sobre fumigações na Amazônia	4	26.6
Governo - ajuda externa para fronteira	2	13.3
Governo e fronteira do norte (vários)	2	13.3
Outros, uma notícia cada ^(*)	7	46.6
Total	15	

^(*) Detenção chefe das FARC na Amazônia do país; Militares seguem pistas de guerrilheiros das FARC; Bispo: FARC treinam equatorianos; Construção destacamento militar na fronteira; ONGs questionam PC; Refugiados em Imbabura; Reportagem sobre abandono/ povos do norte.

Tabela 11 – Julho 2001b

ASSUNTO	EL UNIVERSO	%
Debate sobre fumigações na Amazônia (vários)	9	53
Militares do Governo/ insegurança na fronteira	3	17.6
Informes EUA danos, cultivo de drogas e guerrilha.	2	11.8
Outros, uma notícia cada ^(*)	3	17.6
Total	17	

^(*) Detenção chefe das FARC na Amazônia do país; Caso fechamento passo de fronteira com Colômbia; ID e Plano Colômbia/ foro.

No mês de julho de 2001, constata-se que a notícia sobre as fumigações vem incrementando-se desde maio. Neste mês, o assunto virou evento de mídia pela mobilização social que provocou e lidera a lista dos assuntos mais noticiados pelo El Universo no quadro geral. Porém, ele lidera também no El Comercio, só que com frequência menor. Note-se que, apesar de dispersas, as notícias relacionadas às FARC têm vários tratamentos nos jornais, porém não há um acompanhamento investigativo com entrevistas aos líderes guerrilheiros ou os objetivos do grupo no país. O terceiro assunto no El Universo está relacionado a uma campanha paralela dos EUA a favor das fumigações, com o 11,8% de notas. Sobre políticas de governo, além da mobilização do exército, vemos por enquanto, pequenas manifestações oficiais sobre a situação de fronteira, além das nuances militares. Vale mencionar a notícia sobre o tratamento que o único partido político, a ID vai fazer do Plano; mesmo assim, o fato teve pouca cobertura e espaço.

Tabela 12 – Agosto de 2001a

ASSUNTO	EL COMERCIO	%
Relações com a Colômbia (vários)	2	40
Outros, uma notícia cada ^(*)	3	60
Total	5	

^(*) Embaixador da Colômbia: guerrilheiros se abastecem no Equador, Informe ONU deslocamento colombiano/Equador, Plano Min. Defesa “Visão 2010”.

Tabela 13 – Agosto de 2001b

ASSUNTO	EL UNIVERSO	%
Reações da Embaixada da Colômbia	2	25
Presença de guerrilha na fronteira/patrolhamentos Militar	2	25
Outros, uma notícia cada ^(*)	4	50
Total	8	

^(*) Debate fumigações CONAIE; Plano Min. Defesa “Visão 2010”; Batalha militares-guerrilha colombianos na fronteira com Equador, EUA reforça Plano na Colômbia.

Este mês teve menor quantidade de dias pesquisados. Porém, aqui se acompanham as seqüelas dos eventos em meses anteriores que saturaram à mídia do Equador e geraram reações adversas do governo colombiano; daí que a Embaixada desse país em Quito lidera a lista no El Universo. El Comercio, no entanto, analisa a conflituada relação que o Equador passou com o país do norte. O momento foi conflitivo entre as duas nações.

Tabela 14 – Setembro de 2001a

ASSUNTO	EL COMERCIO	%
Drama dos refugiados colombianos (vários)	2	25
Outros, uma notícia cada ^(*)	6	75
Total	8	

^(*) Implicações/fronteira comum Equador/Colômbia; Possível estratégia andina contra guerrilha; 24 assassinados na fronteira Nueva Loja; Não há 1.000 ha. de coca cultivadas na fronteira/desmentido à DEA; Casa Branca: FARC, ELN AUC são terroristas; Governo não qualifica de terroristas às guerrilhas.

Tabela 15 – Setembro de 2001b

ASSUNTO	EL UNIVERSO	%
Drama de refugiados/colombianos fogem ao Equador	50	
Capturado suposto paramilitar equatoriano na Colômbia	50	
Total	2	

O nono mês, a lista reflete a evidente diminuição de notícias sobre o Plano, por causa dos atentados nos EUA que mudam a rotina jornalística diante daquele evento. Porém, o destaque corresponde ao drama dos refugiados que ingressam ao país, e que lidera as notícias

nos dois jornais. El Universo registra muito pouco, no entanto, El Comercio está disperso em alguns assuntos e não fez o acompanhamento de eventos como a violência; só registra um informe policial. Neste mês, a Casa Branca declarou sua guerra ao terror, incluindo às guerrilhas colombianas como potenciais inimigos e alvos de ataques.

Tabela 16 – Outubro de 2001a

ASSUNTO	EL COMERCIO	%
Equador trás apoio da Europa para fronteira	2	18.2
Sobre bases militares na fronteira/segurança	2	18.2
Outros, uma notícia cada ^(*)	7	63.6
Total	11	

^(*) Drama povos da fronteira que convivem com a guerra colombiana; FHC no Equador: guerrilhas não são terroristas; Reportagem atentado prefeito Sucumbíos; Camponeses denunciam incursões paramilitares; Governo diz que subversivos não são terroristas; Candidato liberal na Colômbia, contra Plano Colômbia; EUA descarta no momento intervenção armada na Colômbia/ James Struble Secretário EUA de Assuntos Hemisféricos.

Tabela 17 – Outubro de 2001b

ASSUNTO	EL UNIVERSO	%
Reportagem atentado prefeito Sucumbíos	2	20
Equador trás apoio da Europa para fronteira	2	20
“Terroristas” atacam chefe da polícia civil em Sucumbíos	2	20
Outros, uma notícia cada ^(*)	4	40
Total	10	

^(*) Alerta pelo provável rompimento/processo de paz na Colômbia; Base de Manta restringe acesso a civis logoss dos atentados NY; FHC no Equador: guerrilhas não são terroristas; AUC operam no rio Carchi.

Neste mês se aprecia o diferencial noticioso entre os dois jornais. Mesmo com uma mínima diferença, El Universo vai ampliar o tratamento do atentado a um prefeito, enquanto que El Comercio apenas o reporta num dia só sem fazer nenhum acompanhamento complementar. Mesmo assim os temas são ainda muito dispersos, pois não há uma seqüência informativa de antigos assuntos. Só o noticioso convencional. Vale mencionar o destaque que a mídia deu à visita do presidente Cardoso do Brasil a Quito e que teve como pano de fundo o Plano Colômbia.

Tabela 18 – Novembro de 2001a

ASSUNTO	EL COMERCIO	%
Notas relacionadas a seqüestros pelas guerrilhas	2	25
Reportagem atividades marinha/povos Esmeraldas	2	25
Outros, uma notícia cada ^(*)	4	50
Total	8	

^(*) Turismo colombiano decresceu pela violência; Governo: as FARC não são terroristas; FARC ameaçam ruptura do processo; Congresso EUA. aprova orçamento menor pro Plano Colômbia.

Tabela 19 – Novembro de 2001b

ASSUNTO	EL UNIVERSO	%
Notas relacionadas a seqüestros pelas guerrilhas	3	37.5
Processo de paz na Colombia	3	37.5
Outros, uma notícia cada ^(*)	2	25
Total	8	

^(*) Governo: as FARC não são terroristas; Colômbia reinicia fumigações na fronteira com Equador.

No mês de Novembro se destaca o declínio noticioso do Plano e a crescente dispersão dos temas. Porém, reflete o crescimento de notas sobre seqüestros no país por parte da delinqüência colombiana. No caso do El Comercio há uma seqüência de reportagens sobre o trabalho militar nas fronteiras.

Tabela 20 – Março de 2002a

ASSUNTO	EL COMERCIO	%
Debate sobre controle militar trás fim de negociações de paz na Colômbia	3	37.5
Outros, uma notícia cada ^(*)	5	62.5
Total	8	

^(*) Noboa: Convênio base de Manta pode mudar; Presidente não viaja a encontro com Bush no Peru; Clinton visita Equador e fala do Plano Colômbia; Partido de centro-esquerda se reúne e tratam tema Plano Colômbia e Base de Manta; Min. Justiça da Colômbia: reduz-se 16% de cultivo de coca.

Tabela 21 – Março 2002b

ASSUNTO	EL UNIVERSO	%
Debate sobre controle militar trás fim de negociações de paz na Colômbia	2	40
Reunião presidentes Andinos com Bush no Peru	2	40
Novo destacamento militar na fronteira	1	20
Total	5	

O destaque em março, o décimo primeiro mês, são as eventuais conseqüências do fim das negociações de paz na Colômbia, acontecimento prévio à visita do presidente Bush ao Peru; fato que não foi muito destacado em proporção a outros, devido à ausência do presidente do Equador na reunião. Parece, também, que o Plano entrou numa nova fase e o temor se acrescentou na fronteira. Nesse momento houve um distanciamento entre o Equador e os EUA por causa dos atrasos nos fundos relativos ao Plano. Também só foi registrado o segundo debate sobre o Plano e a Base de Manta entre os partidos do centro-esquerda.

Tabela 22 – Abril 2002a

ASSUNTO	EL COMERCIO	%
Debate: possível pedido de visto a colombianos.	3	20
Debate: possível presença de Al Qaida na fronteira norte.	2	13.3
Detenção a colombianos com armamento sofisticado.	2	13.3
Outros, uma notícia cada (*)	8	53.3
Total	15	

(*) Governo esclarece versões do Presidente sobre Base de Manta; Polêmica pelo ingresso de DynCorp na Base de Manta; Governo presume tráfico de armas do Equador a Colômbia.; Guerrilha ameaça família em fronteira; Caso seqüestro empresário E. Paz e outros por guerrilheiros colombianos; Exército descobre instalações das FARC no país; Alto chefe militar reclama a não chegada ainda de fundos dos EUA; EUA quer fumigar indiscriminadamente Putumayo.

Tabela 23 – Abril 2002b

ASSUNTO	EL UNIVERSO	%
Debate: possível presença de Al Qaida na fronteira norte.	4	26.6
Debate: possível pedido de visto a colombianos.	3	20
Caso seqüestro empresário Paz e outros empresários por guerrilheiros colombianos.	3	20
Polêmica ingresso de empresa DynCorp na Base de Manta	2	13.3
Outras, uma notícia cada (*)	3	20
Total	15	

(*) Governo presume tráfico de armas do Equador a Colômbia.; Reportagem drama deslocado colombiano; Plano Colômbia tem os dias contados diz deputado colombiano.

Abril de 2002 é o quinto mês na lista com onze dias pesquisados. Novamente se vê a tendência do El Universo a ser mais abrangente para tratar os assuntos em relação ao El Comercio, como foi o caso da suposta presença de membros de Al Qaida no país. Mesmo assim, não existe uma nota de investigação nos jornais que acompanhe a falsa denúncia dos EUA. Esse assunto é um dos mais noticiados. Outros casos como a presença da empresa DYNCorp em Manta e o seqüestro do empresário Esteban Paz pelas FARC, revelam o pouco espírito investigativo dos jornais que remetem só informação de fontes oficiais e o simples denunciamento. O caso do visto para colombianos é também debatido com certa profundidade.

Tabela 24 – Maio/Junho 2002a

ASSUNTO	EL COMERCIO	%
Debate sobre seqüestros na fronteira.	4	33.3
Reações versões de plágios/ Governo – FARC	2	16.6
Análise jornal distanciamento Equador EUA	2	16.6
Polêmica: EUA diz que há poucos avanços no Equador contra terrorismo	2	16.6
Outros, uma notícia cada (*)	2	16.7
Total	12	

(*) Reportagem sobre vestígios de presença guerrilheira em Sucumbios, Alto chefe militar admite forte presença guerrilheira na fronteira com a Colômbia.

Tabela 25 – Maio/Junho 2002b

ASSUNTO	EL UNIVERSO	%
Polêmica: EUA diz que há poucos avanços no Equador contra terrorismo.	3	50
Outros, uma notícia cada ^(*)	3	50
Total	6	

^(*) Alerta em Sucumbíos por presença guerrilheira; Reforço de vigilância na fronteira/eleições na Colômbia; Uribe pede apoio ao Equador na fronteira.

Ainda com as seqüelas dos atentados de NY, Equador recebe uma advertência do governo dos EUA em relação ao combate ao terrorismo. A rebeldia do presidente Noboa e a recusa de não aderir de fato ao Plano parecem gerar as primeiras conseqüências. El Comercio vai ser mais analítico com o tema dos seqüestros e das relações com os EUA. El Universo dá maior publicidade às críticas dos EUA ao governo de Quito (50%).

Tabela 26 – Agosto 2002a

ASSUNTO	EL COMERCIO	%
Debate sobre fechamento noturno da ponte internacional Equador – Colômbia.	5	23.8
Debate sobre eventual pedido de histórico policial a colombianos	3	14.28
Debate sobre efeito das medidas de Uribe no Equador	3	14.28
Medidas de segurança na fronteira com a Colômbia.	3	14.28
Brasil diante do conflito colombiano/Quintão no Equador	2	9.5
Outros, uma notícia cada ^(*)	5	23.8
Total	21	

^(*) A. Uribe visita o Equador, Marinha aumenta sua presença na fronteira com Colômbia; Embaixada da Colômbia: de 15 mil a 4 mil diminui ingresso de deslocados; Udenor quer fazer obras conjuntas com Colômbia; Sobre eventuais ações militares países vizinhos da Colômbia Contra guerrilheiros (*autoridades colombianas/desmentidos*).

Tabela 27 – Agosto 2002b

ASSUNTO	EL UNIVERSO	%
Debate sobre fechamento de ponte de fronteira com Colômbia	6	22.2
Debate sobre efeito das medidas de Uribe no Equador	3	11.1
Sobre eventuais ações militares países vizinhos da Colômbia contra guerrilheiros.	3	11.1
Debate sobre eventual pedido de histórico policial/colombianos	2	7.4
Reportagens especiais sobre povoados da fronteira	2	7.4
Debate sobre aumento de violência na fronteira de Sucumbíos	2	7.4
Reunião Lima: Carta Andina de Segurança	2	7.4
Outros, uma notícia cada ^(*)	7	25.92
Total	27	

^(*) Aumenta a 62% os refugiados colombianos; Países doadores de Udenor visitarão Imbabura; Notas de repercussões de medidas colombianas; Tribunal de Contas da Colômbia detecta irregularidades no Plano Colômbia; Ex-Presidente colombiano sugere criar uma OTAN Andina; Igrejas da América do Sul contra regionalização de conflito na Colômbia; Presidente Noboa descarta distanciamento com o governo de Bush.

Este é o segundo mês na lista e com os temas mais similares. É o mês da pose de Uribe na Colômbia e em que o nervosismo toma conta de certas ações políticas. A tensão provocada pelos eventos leva ao governo do Equador a tomar medidas que irritam ao da Colômbia, mas que provocam um consenso no país perante as seqüelas da onda de violência causada pelas eventuais medidas que tome Uribe. O debate cresce, em relação à transição colombiana, e a segurança na região. El Universo parece ser mais prolífico na publicação de notícias este mês.

Análise geral:

Para encerrar a análise das tabelas é importante remeter à discussão, que o Plano Colômbia tem uma dinâmica diferente que os jornais adotam, que é: competir por ser diferente. Um jornal quer ser mais amplo na informação, enquanto o outro mais analítico. Há também uma disputa pela atenção aos problemas que acontecem e que são discutidos, mas isso não leva a que os jornais debatam algum tema de pesquisa ou denúncia própria, o que mais fazem é noticiar fatos em sacrifício da investigação jornalística e o acompanhamento político. Calcula-se que os assuntos mais relevantes ficam “no ar” pelo menos duas semanas e no máximo um mês de forma contínua nas manchetes dos jornais, até desaparecer da esfera pública de debate. Cabe mencionar aquela afirmação de que depois de certo tempo “uma questão começa a aborrecer ao público e é trocada por alguma outra, mesmo que não tenha ficado resolvida” (DOWNS, 1972 apud EDELMAN, 1991, p. 44).

Outra conclusão prévia deste primeiro trecho de tabelas, é que os jornais não têm uma nota que explique algo sobre o Plano Colômbia ao público. Há uma diferença entre El Universo e El Comercio em relação às referências analíticas sobre o papel dos Estados Unidos como o fator determinante do envolvimento do país no problema. Também não há uma orientação aos leitores sobre a ilegalidade do Convênio da Base de Manta, nem um discurso ou posicionamento dos jornais ao respeito. O caso é abordado com muita discrição e omissão para evitar confrontos quiçá com os EUA, embora eles não apontem aos responsáveis diretos no Equador. As poucas notícias da base de Manta e se remetem a comunicados militares.

A lógica que explica a atenção dos jornais aos problemas gerados pelo Plano Colômbia não dependem da gravidade destes, senão de seu atrativo dramático, e espetacular. Isso aconteceu com os assuntos mais publicados; e me remito a um deles: a suposta presença da rede Al Qaida no Equador. O assunto apareceu da nada e não teve mais que uma repercussão e publicidade midiática nas esferas oficiais e nas agências internacionais. A estratégia de governo pode ter sido não provocar maiores repercussões, e só um protesto diplomático. Mas os jornais não fizeram sua parte. Há que recalcar este ponto, dizendo que não houve nenhuma reportagem que esclareça e contradiga a versão estadunidense, tampouco um acompanhamento no lugar da suposta presença terrorista. Também não houve uma crítica ou posição oficial que questione o suposto de que estamos sendo espionados pelos EUA. Não existiu nem sequer uma interrogante nos jornais sobre o porquê um funcionário de terceiro escalão dos EUA apareceu em cena para acusar de que na fronteira há redes ligadas a Al Qaida.

Finalmente, há outra lógica na seqüência informativa, a da novidade dos assuntos publicados. Não se observou um 'reprise' de casos tratados com anterioridade; esse fator, segundo Edelman (1991), diminui ou aumenta com a saciedade da atenção e a novidade do tema. Com essa condição, que notícias podem ser interessantes e que possam saciar nossa atenção no seguimento do Plano Colômbia? A resposta está naquelas notícias que causam temor. O temor visto como o fator determinante para as notícias aparecerem na capa e todo o que representa uma ameaça externa. Pode-se explicar assim:

- Incurções de guerrilheiros: o país não tem guerrilhas; é um elemento quase desconhecido e que provoca temor.
- Fumigações: a possibilidade de contaminação e com ela, um corolário de doenças e danos físicos e seqüelas ambientais; também provoca temores.
- Os seqüestros e o terrorismo: o debate em torno ao fechamento da ponte tinha como causal estes fatores; a reação da sociedade e de algumas autoridades foi fechar as portas a o terror como se fechar diante do desconhecido, mesmo sem importar danar as relações com o vizinho, país acostumado a esses acontecimentos.
- Uma guerra dentro de nosso território: a constante mobilização de tropas e a constante figuração de militares nas notícias leva a pensar nesse cenário. O imaginário popular rejeita o Plano por essa capacidade da mídia de fechar o olho visor a um elemento mais no cenário de conflito: os militares; além de envolver o tema só como um problema militar. Guerra é igual a morte, então o temor não está demais.
- A "tragédia" de certos povos perdidos no mapa, onde o Estado não tem uma presença e são fáceis de influência e ações coercitivas da guerrilheira ou de paramilitares.

Daí que assuntos que os meios evitam publicar ou de pouco interesse são deste tipo:

- Os processos de deliberação como debates e discussões da sociedade civil, para evitar comprometimentos relacionados ao Plano Colômbia.
- Os debates legislativos sobre o Plano, que envolveram partidos políticos e discursos ideológicos.
- Investigações sobre as ações dos militares estadunidenses na Base de Manta.
- Investigação e seguimento do dinheiro e os fundos que supostamente chegaram ao país como parte do Plano Colômbia e da Iniciativa Regional Andina.

A dispersão dos temas levou a não focalizar os problemas e a distrair a atenção nos assuntos estratégicos do Plano. Os assuntos não foram tratados mais analiticamente. A favor dos jornais está o fato de apresentar as manchetes com um tom negativo, apontando-as ao Plano e suas seqüelas.

5.2 As seções dos jornais

Para este caso a amostra da Tabela 28 é geral, com os resultados totais da distribuição das notícias tenta explicar a política dos jornais em relação à distribuição das notícias sobre o Plano Colômbia.

Tabela 28 – Seções dos jornais

SEÇÃO	EL COMERCIO	EL UNIVERSO
Política	35	81
Ecuador – El País	62	24
Outros - Última Hora-Não especificados	21	28
Capa	25	23
Internacionais – Mundo	13	15
Especiais – Plano Colômbia	06	05
Crônicas/Sociedade	03	04
<i>Total</i>	<i>165</i>	<i>170</i>

A Tabela não reflete os resultados totais de notícias. O fator dessa irregularidade deve-se a inclusão no arquivamento, das notícias que aparecem na “Capa” da edição digital, e cujo conteúdo em detalhe estava nos enlaces respectivos de outras seções. A escolha da amostra, foi arquivada e consta nos anexos, assim: *Primeira Página / Seção Política*. O objetivo era saber quantas notícias do Plano foram motivo de capa nos jornais.

Pode-se observar que El Universo colocou com maior frequência as notícias do Plano Colômbia na Seção Política. Os atores participantes, a discussão, ou o cenário internacional foram orientados pelo jornal nesse contexto. Para as reportagens de conteúdo humano e relativas às populações de fronteira, El Universo valeu-se com certa frequência da Seção “*El País*”; mesmo assim, a maior parte foi publicada na *Política*. As notícias dos correspondentes de província ou “enviados especiais” foram encontradas nas duas seções. “El País” é uma seção que informa assuntos do interior do Equador, o que a diferencia da regra aplicada pelo El Comercio, que usou, no entanto, a Seção Equador – equivalente a “El País” – para publicar notícias relacionadas ao Plano. Mas se essa foi a mesma política que o jornal digital usou na versão impressa, não quer dizer que o jornal fez o mesmo na edição impressa e só fez essa distribuição na sua edição digital, como demonstrado nos arquivos de edições prévias à pesquisa formal.

Interpreta-se essa política do El Comercio, porque ele orientou o tema como um assunto de fronteira, por ele atingir províncias amazônicas, embora as fontes em geral sejam personagens ligados à política e ao governo. Porém, essa diferença entre seções nos dois jornais, é só uma política editorial, porque a proporção entre as seções subsequentes não é maior. Há quase uma paridade entre os dois jornais nas seções “Internacionais” e os “Especiais” do Plano; fator que se repete nas notas de “Capa”, onde os resultados são quase idênticos entre os jornais.

5.3 As fontes mais consultadas

Embora a divisão das fontes no início da pesquisa tenha sido feita de forma empírica e com critérios individuais, é importante mencionar que, no decorrer da dissertação, essa divisão segue o perfil traçado por Maldonado (2001), que considera que a classificação dos atores em "singular/plural, pessoal/impessoal, determinado/indeterminado, é muito limitada para classificar os sujeitos e os grupos que participam” no processo de pesquisa (p. 218). Dada essa observação, o estudo analisa as fontes com as considerações de tipo “classista”, mesmo que nas tabelas a amostra divida as fontes por personagens. Eis que se faz a seguinte classificação do desempenho destes grupos da seguinte maneira:

Governo→ Militares→ Sociedade Civil→ Estados Unidos→
 Colômbia→ Congresso→ Autoridades locais→ Outros não definidos.

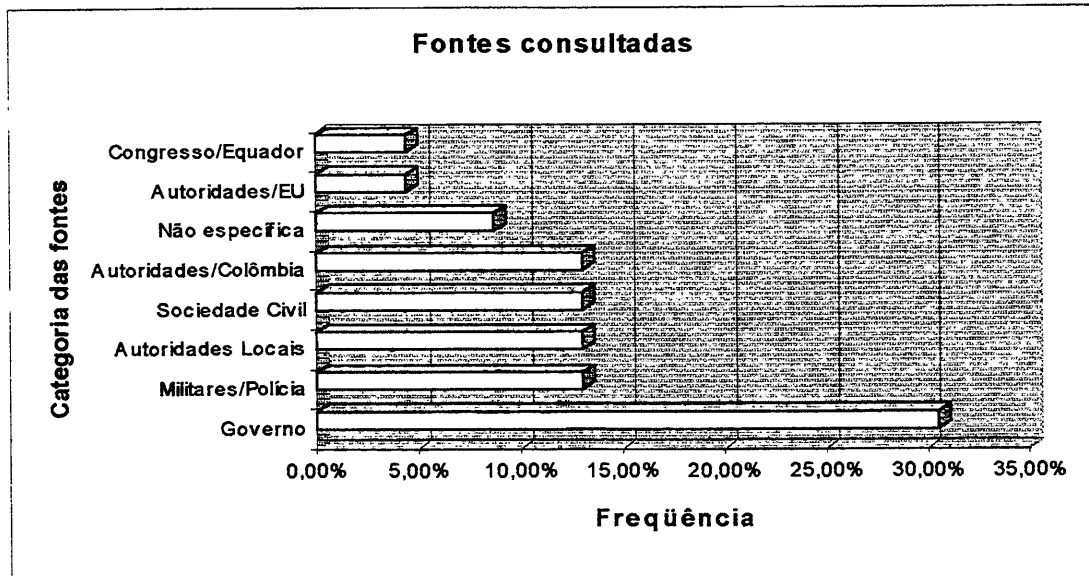
Na tabela a seguir, se examina o seguimento feito aos personagens intervenientes que influem dentro do cenário midiático. Em 307 notícias, as fontes mais consultadas – com um mínimo de cinco menções – ocupam 81,5% dos espaços noticiosos dedicados ao Plano Colômbia. O restante 18,5% corresponde as fontes com menos cinco citações nas notícias em todo a pesquisa. A amostra recolhe os nomes e cargos das fontes, as porcentagens totais (%) e as frequências numéricas (n) totais em cada jornal.

Tabela 29 – Fontes mais consultadas/Geral

Fonte – Personagem	Total %	El Universo (n)	El Comercio (n)
1. Heinz Möeller, ministro das Relações Exteriores	11,07	18	16
2. Sem citar nomes das fontes	10	14	17
3. Povo com nome	7,5	17	6
4. Hugo Unda, ministro da Defesa	6,5	12	8
5. René Yandún, prefeito de Carchi	6,5	12	8
6. Sem citar fontes	4	6	6
7. Jorge Molina, comandante da Polícia Nacional	3,2	4	6
8. Édgar Moscoso, governador de Carchi	3,2	5	5
9. Gustavo Noboa, presidente do Equador	3	3	6
10. Eliseo Restrepo, embaixador da Colômbia	3	6	3
11. Óscar Zuloaga, secretário das Comunicações	2,3	3	4
12. Luis Gallegos, vice-ministro Relações Exteriores	2	3	3
13. Rodolfo Barniol, ministro de Governo	2	3	3
14. Óscar Isch, chefe Comandante das Forças Armadas	2	3	3
15. Jaime Marchán, vice-ministro Relações Exteriores	2	2	4
16. Blanca Chancoso, CONAIE	2	3	3
17. Ministério da Defesa do Equador	1,63	3	2
18. Hugo Moreno, Comissão Amazônica do Congresso	1,62	3	2
19. Acción Ecológica	1,62	5	-
20. Máximo Abad, alcalde de Lago Agrio	1,62	5	-
21. Andrés Pastrana, presidente da Colômbia	1,62	4	1
22. Richard Armitage, subsecretário do Estado EUA	1,62	3	2
23. Parmenio Cuéllar, governador de Nariño/Colômbia	1,62	1	4
TOTAL	81,5		
% Fontes com menos de cinco menções em todo o processo			18,5

Fonte: Jornais *El Comercio* e *El Universo*, 2001 – 2002.

Gráfico 03 – Frequência dos personagens



A Tabela 29 indica que a fonte mais consultada pelos jornais foi o ministro das Relações Exteriores Heinz Möeller, quem aparece nos jornais constantemente graças às conjunturas internacionais ligadas ao Plano e à posição político – diplomática do personagem (seu caso será analisado no próximo capítulo). A posição do Möeller é parte da conjuntura geral das fontes governamentais que têm a maior presença no Gráfico 03 lista – 30,5 por cento – dos quais a maior parte pertencem ao Ministério das Relações Exteriores. A diferença entre os dois jornais em relação a esta categoria é mínima.

Em linhas gerais é visível a diferença entre El Universo e El Comercio no que diz respeito às fontes não governamentais ou as que podem ser chamadas de marginais. *Acción Ecológica* é uma ONG que aparece em El Universo no meio do contexto das fumigações, onde seu protagonismo e seu ativismo foram chave para levar o assunto a discussão pública. El Comercio deu espaço a este tema, mas não o microfone para essa ONG. O mesmo caso se repete com o prefeito de Lago Agrio no marco dos debates e discussões entre autoridades periféricas e a sociedade civil sobre a violência na fronteira; estes grupos recebiam maior espaço para expressar-se no El Universo. El Comercio, no entanto, foi direto aos altos “mandos” militares. Essa diferença entre os jornais é muito maior na classificação de “Povo com nome”, categoria dada a uma parte da sociedade civil nesta dissertação. O “Povo com

nome” são as pessoas anônimas entrevistadas pelos jornais e que são citados como fonte oficial e fidedigna do conflito, ganhando até um crédito por seu testemunho. A história de algumas pessoas, por exemplo, virou notícia de interesse.

A categoria “Sem citar nome da fonte”, em segundo lugar na estatística geral, está ligada a vários fatores: a) o anonimato das fontes, como uma medida de segurança pelo temor de retaliações dos entrevistados; b) a omissão do jornalista em colocar o nome da fonte; e c) o uso de tal termo como recurso jornalístico que fundamenta uma notícia. Estes dois últimos aconteceram nas narrações jornalísticas de descrição de dados e na emissão de informações certas em que as fontes são simplesmente contadas com nomes genéricos tipo: *campesinos do lugar, funcionários do ministério, militares que vigiam a zona*, etc. Um caso parecido é o de “Sem citar fontes”, onde os jornais publicaram notícias informativas pequenas, sem colocar nenhuma fonte. Ambas são classificadas de fontes não específicas com 8,7 por cento.

As fontes militares e da polícia são também as mais procuradas pelos jornalistas, por causas óbvias dentro de um conflito que implica segurança. Aqui o fator militar esteve ligado muito aos objetivos militares do Plano e da IRA. Além dos militares sustentarem um poder visível no país, neste conflito se atualiza sua influência (ver capítulo 6).

Um destaque importante, similar ao da sociedade civil organizada, tiveram as autoridades civis de localidades do interior, que viraram protagonistas do evento Plano Colômbia, principalmente René Yandún prefeito de Carchi. Entre os dois jornais as diferenças não são muito evidentes, somente o caso do prefeito Abad já mencionado antes.

O Congresso também foi classificado como uma categoria a parte por tratar-se de um poder político estratégico, porém muito marginalizado no processo político e informativo envolvendo o Plano Colômbia (ver capítulo 6). Finalmente os EUA e a Colômbia, ambas categorias presentes no material informativo e que não podiam ficar ausentes. Sua presença é permanente e protagônica.

Nas tabelas seguintes se aprecia o comportamento dessas fontes e de outras menos citadas, e que refletem a lógica comportamental dos jornalistas e da mídia em geral, no momento de buscar respostas para realidades e contextos políticos quando uma notícia mexe com a conjuntura midiática. Os jornais não fugiram dessa ordem. A presença de determinados personagens está de acordo aos fatos mais noticiados a cada mês, como visto anteriormente.

Tabela 30 – Fontes abril 2001

Fonte - Personagem	El Universo	El Comercio
Hugo Unda, ministro da Defesa do Equador	2	1
Luis Gallegos, vice-ministro das Relações Exteriores	2	1
Povo com nome	2	2
Máximo Abad, alcalde de Lago Agrio	2	-
Jorge Molina, comandante da Polícia Nacional	2	-
Marco Amores, chefe da polícia em Sucumbios	1	1
Luis Pogo, tenente Político de General Farfán	2	-
Homero Vinuesa, comandante Batalhão militar em Imbabura	-	2
Outras fontes	7	10

Sob o contexto da incursão paramilitar em Sucumbios, os personagens destacados são o ministro da Defesa; um alto funcionário diplomático. O item “povo com nome” corresponde aos civis vítimas da incursão; e o prefeito Abad, como um interlocutor do setor oficial que fez declarações referentes às políticas de segurança na fronteira.

Tabela 31 – Fontes maio 2001

Fonte – Personagem	El Comercio	El Universo
Oscar Zuloaga, secretário das Comunicações	2	1
Andrés Pastrana, presidente da Colômbia	1	1
Heinz Möeller, ministro de Relações Exteriores do Equador	-	2
Osvaldo Jarrín, comandante, IV Divisão do Exército	-	2
José Aldaz, presidente dos Cafeicultores de Sucumbios	1	1
Franco Rodríguez, chefe da fiscalia de Ipiiales/ Colômbia	-	2
Sem citar fontes	2	-
Povo com nome	-	2
Outras fontes	11	6

Sendo este mês muito disperso em notícias, a fonte que mais destaca é a do novo secretário das Comunicações, quem falará sobre o novo esquema de informação do governo perante o Plano Colômbia. Daí as intervenções do resto das fontes também é dispersa e oscila na média de duas aparições cada. Embora, em proporção, a maior quantidade de fontes corresponde à categoria de “outras fontes”.

Tabela 32 – Fontes junho 2001

Fonte - Personagem	El Universo	El Comercio
René Yandún, prefeito de Carchi	5	4
Heinz Moeller, ministro das Relações Exteriores do Equador	3	3
Édgar Moscoso, governador de Carchi	4	2
Ministério da Defesa do Equador	3	2
Sem citar nome da fonte	4	1
Gustavo Noboa, presidente do Equador	1	2

Jorge Molina, comandante da Polícia Nacional	-	3
Sem citar fonte	1	1
Forças Armadas de Equador	-	2
Polícia Nacional do Equador	1	1
Polícia da Colômbia	2	-
Povo com nome	2	-
Eugenio Arellano, bispo de Esmeraldas	2	-
Vladimir Jarrín, da Embaixada do Equador, C.Européia	1	1
Jeffrey Christiansen, subcomandante do Comando Sul dos EUA	2	-
Outras fontes	26	6

Neste mês a incursão militar em Carchi levou aos jornais a dirigir-se às fontes civis e militares dessa zona, assim como aos estamentos nacionais em torno ao mesmo ponto: políticas de segurança e diplomacia. As intervenções do presidente Noboa foram esporádicas e só responderam a um requerimento jornalístico em abordagens improvisadas.

Tabela 33 – Fontes julho 2001

Fonte - Personagem	El Universo	El Comercio
Eliseo Restrepo, embaixador da Colômbia em Quito	3	1
Acción Ecológica	3	-
Heinz Möeller, ministro das Relações Exteriores do Equador	1	2
Alejandro Suárez, vice-ministro das Relações Exteriores	3	-
Hugo Unda, ministro da Defesa do Equador	3	-
Departamento do Estado dos Estados Unidos	3	-
Sem citar nomes da fonte	1	1
Gustavo Noboa, presidente do Equador	-	2
Lourdes Luque, ministra do Ambiente do Equador	1	1
Hugo Moreno, presidente da Comissão Amazônica/Congresso	2	-
René Yandún, prefeito de Carchi	2	-
Povo com nome	-	2
Outras fontes	14	15

Em julho, a notícia das fumigações virou assunto de discussão ambiental no país, como poucas vezes aconteceu. Entretanto, os jornais deixaram este espaço para que o governo tentasse explicar o fato e não foram além desses depoimentos oficiais. Como parte da polêmica, os EUA aparecem em cena querendo minuar os efeitos e difundindo as bondades da fumigação.

Tabela 34 – Fontes agosto 2001

Fonte – Personagem	El Universo	El Comercio
Eliseo Restrepo, embaixador da Colômbia em Quito	2	1
Hugo Unda, ministro da Defesa do Equador	1	1
Sem citar nomes das fontes	2	-
Conaie (Blanca Chancoso)	1	1
Outras fontes	5	4

Tabela 35 – Fontes setembro 2001

Fonte – Personagem	El Universo	El Comercio
Luis Gallegos, Jaime Marchán, vice-ministros das R. Exteriores	-	3
Outras fontes	2	11

Embora entre agosto e setembro a amostra seja pequena, a notícia do mês relacionada às complicações com a Colômbia nesses dois meses, confirma a presença de fontes como a do embaixador colombiano e das autoridades diplomáticas equatorianas.

Tabela 36 – Fontes outubro 2001

Fonte - Personagem	El Universo	El Comercio
Heinz Möeller, ministro das Relações Exteriores do Equador	2	3
Sem citar nomes das fontes	2	3
Luis Bermeo, prefeito de Sucumbíos	2	1
Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil	1	1
Sem citar fontes	1	1
Povo com nome	1	1
Outras fontes	10	13

Em outubro, o atentado a uma autoridade local, a agenda de ajuda econômica ao país para evitar o contágio do Plano, e os pronunciamentos do Equador em relação ao terrorismo e as guerrilhas, colocam o ministro Möeller como a fonte mais citada, assim como o prefeito atacado. A presença das fontes sem nome está ligada às reportagens sobre os povos de fronteira.

Tabela 37 – Fontes novembro 2001

Fonte – Personagem	El Universo	El Comercio
Sem citar nomes das fontes	-	3
Povo com nome	1	2
Luis Gallegos, vice-ministro das Relações Exteriores	1	1
Fidel Andrade, equatoriano seqüestrado pelas FARC	1	1
Andrés Pastrana, presidente da Colômbia	2	-
Outras fontes	7	7

As notas humanas começam a aparecer com mais freqüência, e os seqüestros são o assunto do dia-a-dia cada vez mais. A fronteira vira um referente de perigo e de tensão. O anonimato e também o protagonismo dos civis expressa a atitude das pessoas diante das eventuais represálias e ao momento crítico.

Tabela 38 – Fontes março 2002

Fonte – Personagem	El Universo	El Comercio
Heinz Möeller, ministro das Relações Exteriores do Equador	1	2
Hugo Unda, ministro da Defesa do Equador	1	1
Wagner Bravo, comandante Batalhão militar em Carchi	1	1
Sem citar nomes das fontes	2	-
Outras fontes	8	10

Com a crise na Colômbia pela ruptura do processo de paz, o Equador entra com medidas provisórias de resguardo. Eis o motivo dos ministros de Exteriores e Defesa liderarem a lista do mês de março.

Tabela 39 – Fontes abril 2002

Fonte - Personagem	El Universo	El Comercio
Richard Armitage, subsecretário de Estado EUA	3	2
Heinz Möeller, ministro de Relações Exteriores do Equador	3	-
Óscar Zuloaga, secretário das Comunicações do Equador	1	2
Gabriel Martínez, funcionário da Embaixada da Colômbia	2	1
Sem citar nomes das fontes	-	3
Hugo Unda, ministro da Defesa do Equador	1	1
Óscar Isch, chefe Comandante das Forças Armadas Equador	1	1
Jaime Marchán, vice-ministro das Relações Exteriores	1	1
Santiago Chávez, funcionário Ministério das R. Exteriores	-	1
Ministério das Relações Exteriores	1	1
René Yandún, prefeito de Carchi	2	-
Jorge Molina, comandante da Polícia	1	1
Wilfrido Chugá, Diretor Unidade Anti-seqüestros da Polícia	1	1
Alfonso Barrera, ex- chanceler do Equador	1	1
Juan Méndez, ex- general, experto em segurança	1	1
Rodrigo Paz, ex – alcalde de Quito	2	-
Ecuavisa, canal de televisão	1	1
Outras fontes	14	10

Abril de 2002 foi o mês mais prolífico em temas polêmicos no ano: a suposta presença da rede Al Qaida no Equador, seqüestros a empresários pela guerrilha e finalmente a discussão de medidas equatorianas para pôr um basta à incursão de colombianos irregulares. Produz-se uma troca de declarações e aclarações entre funcionários militares do governo e até

o presidente, que chegou a brigar com familiares das vítimas dos seqüestros. Do outro lado, os colombianos da embaixada reclamando pelas medidas. Lidera a lista um funcionário estadunidense de segundo escalão que provocou a polêmica em relação à suposta presença da rede Al Qaida no país.

Tabela 40 – Fontes maio 2002

Fonte – Personagem	El Universo	El Comercio
Heinz Möeller, ministro das Relações Exteriores do Equador	-	3
Hugo Unda, ministro da Defesa do Equador	1	1
Óscar Isch, chefe Comandante das Forças Armadas Equador	-	2
José Luis Alvarez, presidente da Câmara de Turismo de Quito	1	1
Rodrigo Paz, ex- alcalde de Quito	-	2
FARC	-	2
Álvaro Uribe, presidente eleito da Colômbia	1	1
Miguel Jiménez, comissário El Carmen/Sucumbíos	1	1
Sem citar nome da fonte	-	2
Departamento de Estado, dos EUA	-	2
Outras fontes	11	10

As fontes estão relacionadas à polêmica provocada pelos EUA e a suposta falta de ações do governo do Equador para combater o terrorismo. Neste caso, como no mês de março, as autoridades diplomáticas e militares apareceram na mídia constantemente. Até os setores privados, como os empresários de turismo responderam as críticas estadunidenses. As FARC são objeto midiático por primeira vez na pesquisa, no marco dos seqüestros no país.

Tabela 41 – Fontes agosto 2002

Fonte – Personagem	El Universo	El Comercio
Heinz Möeller, ministro das Relações Exteriores do Equador	6	3
Rodolfo Barniol, ministro de Governo/Equador (Casa Civil)	3	3
Sem citar nome das fontes	3	3
René Yandún, prefeito de Carchi	1	4
Povo com nome	5	-
Hugo Unda, ministro da Defesa do Equador	3	1
Parmenio Cuéllar, governador de Nariño/Colômbia	-	4
Geraldo Quintão, ministro da Defesa do Brasil	2	2
Edgar Moscoso, governador de Carchi	1	2
Sem citar fonte	3	-
Pedro Pinto, vice-presidente do Equador	1	1
Hugo Moreno, presidente Comissão Amazônica/Congresso	1	1
Jorge Molina, comandante da Polícia	-	2
Jorge Rodríguez, comandante da Polícia de Carchi	-	2
Martha Lucía Ramírez, ministra da Defesa da Colômbia	1	1
Eliseo Restrepo, embaixador da Colômbia	1	1
Outras fontes	21	10

Já no mês de agosto destaca a ênfase jornalística que colocou em cena o debate sobre o fechamento da Ponte Rumichaca. A abundância dos personagens tem a ver, sobretudo, com a discussão do fechamento da ponte de fronteira. Por primeira vez um ministro da Casa Civil teve maior protagonismo, por tratar-se do responsável da segurança interna e porque é a autoridade civil que comanda à Polícia. As autoridades de Carchi, no entanto, foram as cabeças visíveis da polêmica. As fontes anônimas foram de novo alvo da mídia, que abordou o assunto dos riscos que correm os povos de fronteira pela vizinhança colombiana.

5.4 Editoriais e Colunistas dos jornais

No Gráfico 04 fica estabelecido qual foi a política de análise editorial dos dois jornais em relação ao Plano Colômbia. Existem claras funções analíticas da equipe editorial do El Comercio, como será analisado no capítulo a seguir. O Quadro 11 mostra cronologicamente e mês-a-mês os temas abordados pelos chamados “especialistas” e formadores de opinião:

Quadro 11 – Editoriais e colunas

2001.			
Data	Autor	Jornal	Assunto
10-04-01	Ángel F. Rojas	El Comercio	Perigos do Plano , a Base de Manta, IRA
17-04-01	Mauricio Gándara	El Comercio	Narcotráfico, ajuda EUA
25-04-01	César Montúfar	El Comercio	Reunião de Quebec/Iniciativa Andina
26-04-01	Rafael Pezantes	El Comercio	Insegurança fronteiriça
09-05-01	Néstor Ikeda (*)	El Universo	EUA, segurança embaixadas /terrorismo
21-05-01	Alfonso Oramas	El Universo	Informe EUA/democracia Equador
24-05-01	Carlos Cobos (*)	El Comercio	Visão geopolítica/Plano Colômbia
25-05-01	Mauricio Gándara	El Comercio	Segurança fronteiriça
06-06-01	Opinião jornal	El Comercio	Sobre incursão guerrilheira em Carchi
21-06-01	René Vargas (*)	El Comercio	Perigos na fronteira norte
22-06-01	Opinião jornal	El Comercio	“O Equador e a vizinha Colômbia”
22-06-01	Carlos Cobos (*)	El Comercio	Réquiem pelo Plano Colômbia?
25-06-01	Rudolf Hommes (**)	El Comercio	Problema colombiano desestabiliza região
25-06-01	Análise jornal	El Comercio	Delinqüência preocupante, vinda no norte.
26-06-01	Mauricio Gándara	El Comercio	Informe Corporação RAND: repercussões do Plano
27-06-01	César Montúfar	El Comercio	Informe Corporação RAND
28-06-01	Rodrigo Fierro	El Comercio	Fracasso do Plano/guerra na Colômbia
29-06-01	Hernán Ramos	El Comercio	Presença de militares/EUA no Equador
29-06-01	Franklin Barriga	El Comercio	Comunidade Andina e narcotráfico
04-07-01	César Montúfar	El Comercio	Análise Iniciativa Regional Andina, IRA.
19-07-01	Daniel Samper (**)	El Comercio	Sobre fumigações Plano Colômbia
21-08-01	Mauricio Gándara	El Comercio	Genocídio em marcha? Sobre fumigações
29-08-01	Javier Ponce	El Universo	“Triste destino de um glifosato”
03-09-01	Opinião jornal	El Universo	Violência preocupante em Sucumbíos
10-09-01	Pedro V. Bowen (*)	El Comercio	Vantagens da presença dos EUA em Manta

19-09-01	César Montúfar	El Comercio	Incidência dos atentados em NY na região
21-09-01	Análise jornal	El Comercio	Guerra contra Al Qaida, incidência em AL
27-09-01	Xavier Lasso	El Comercio	Análise sobre a ausência do Estado
28-09-01	Hernán Ramos	El Comercio	Sobre terrorismo imprensa escrita e TV
28-09-01	Gonzalo Ruiz A.	El Comercio	Envolvimento do país com Base de Manta
02-10-01	Opinião jornal	El Universo	Condena assassinato ministra colombiana
02-10-01	Opinião jornal	El Comercio	Hostilidades das FARC/assassinato C. Araujo
03-10-01	César Montúfar	El Comercio	Anti-terrorismo e região Andina
05-10-01	Eduardo Castillo	El Universo	Análise sobre terrorismo
09-10-01	Mary A. O'Grady (*)	El Comercio	Análise terrorismo guerrilhas colombianas.
10-10-01	Opinião jornal	El Comercio	Esforços de Andrés Pastrana pela paz
22-10-01	Mauricio Torres (*)	El Universo	A favor dos cascos azuis na fronteira
23-10-01	Hernán Pérez L.	El Universo	Análise terrorismo a favor da Base de Manta
25-10-01	Opinião jornal	El Comercio	Efeitos dos atentados na fronteira norte
13-11-01	Hernán Pérez L.	El Universo	Contra posição neutral do Equador conflito
16-11-01	Opinião jornal	El Comercio	Análise mídia e Plano Colômbia
19-11-01	Raúl Izurieta M.	El Universo	Falta de controle de Colômbia na fronteira.
2002			
01-03-02	León Roldós	El Comercio	Contra o uso do país como base de ataques à Colômbia
04-03-02	Plinio Mendoza (**)	El Comercio	90% na Colômbia quer cesse de diálogos de paz
26-03-02	Opinião jornal	El Universo	Os poucos resultados cita Bush/Pdtes. Andinos
26-03-02	Opinião jornal	El Comercio	Análise crítico da cita Pdtes. Andinos-Bush
26-03-02	Washington Herrera	El Comercio	"As regras de Bush", cita no Peru.
26-03-02	José Villamil	El Comercio	Riscos das relações com a Colômbia
01-04-02	Análise jornal	El Comercio	Crítica declarações do pdte. sobre Manta
01-04-02	Simón Pachano	El Universo	Sobre reunião em Lima, análise.
03-04-02	Opinião jornal	El Comercio	Polêmica possível visto a colombianos
15-04-02	Joaquin Villalobos (**)	El Comercio	Terrorismo, seqüestros e negociação
24-05-02	Hernán Ramos	El Comercio	EU e o combate ao terrorismo no Equador
02-06-02	Óscar Collazos (**)	El Comercio	Influência do conflito da Colômbia no país
18-06-02	Katia Murrieta	El Universo	"O conflito colombiano e nós"
08-08-02	Opinião jornal	El Universo	Câmbios na Colômbia, pose de Álvaro Uribe.
09-08-02	Franklin Barriga	El Comercio	Perigos da expansão da violência colombiana
13-08-02	Jaime Bejarano	El Comercio	Equador em relação ao Álvaro Uribe
13-08-02	Hernán Pérez	El Universo	Candidatos presidenciais e tema colombiano
14-08-02	Opinião jornal	El Comercio	Conseqüências do 'estado de sítio' da Colômbia
14-08-02	Javier Ponce	El Universo	Análise rituais militares antagônicos, e o PC.
15-08-02	Análise jornal	El Comercio	Análise efeitos medidas de Uribe no Equador
16-08-02	Andrés Hidalgo (*)	El Comercio	Omissões do governo diante da violência na fronteira
16-08-02	Franklin Barriga	El Comercio	Sobre violência das FARC na pose de Uribe

(*) Convidado

(**) Grupo Diários de América GDA: organização das empresas editoras de jornais na América Latina a que pertence El Comercio

Gráfico 04 – Editoriais e colunas

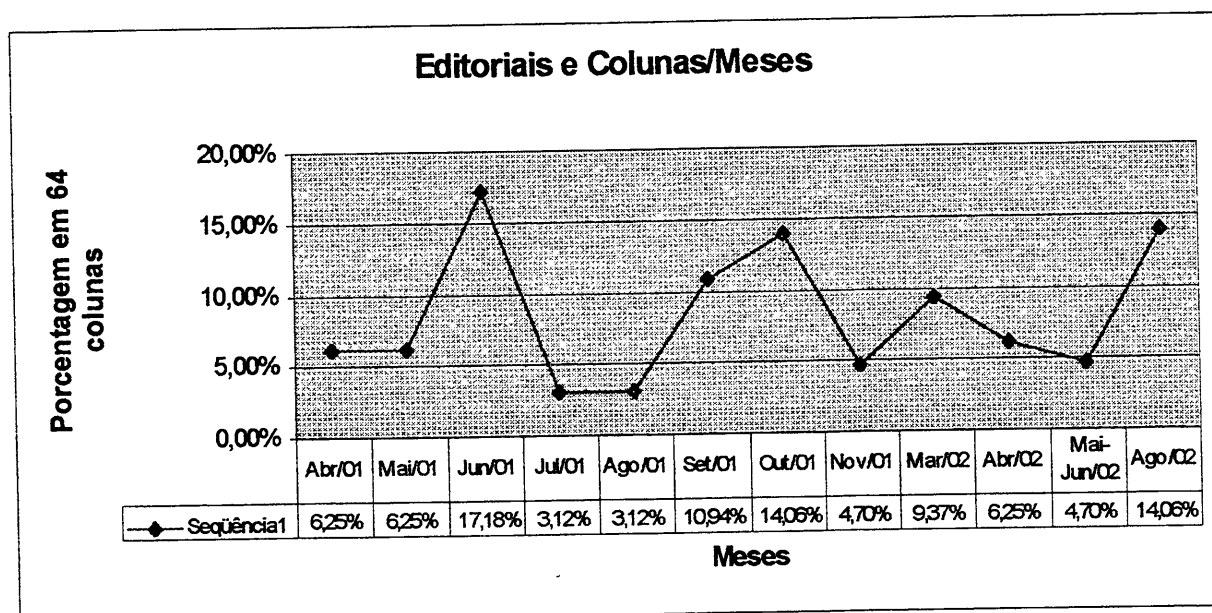


Gráfico: editoriais, e colunas.

No leque de temas e assuntos do acontecer diário de um país é obvio que tanto a diretoria editorial de um jornal, assim como os colunistas, opinem abertamente sobre muitos temas e tópicos; mas, tratando-se do tema em curso, há um rico fator de análise e uma evidente diferença entre El Comercio e El Universo. O primeiro maneja um critério de análise e opinião mais ativo, que o torna essencial para orientar a opinião dos leitores, sobretudo pelo acompanhamento das notícias políticas mais importantes do dia-a-dia. Mas, em geral, o conteúdo dos editoriais em ambos os casos, permitiu concluir que há uma posição crítica dos colunistas em relação aos perigos que representa o Plano.

É comum que as colunas de opinião sirvam justamente para fazer crítica e para analisar os temas, e, como neste caso, para construir um discurso sobre o Plano Colômbia, como será visto no Capítulo 6. Embora El Comercio não tenha escapado dessa regra, El Universo foi mais discreto – não é política do jornal criticar – em contraposição a sua abertura noticiosa que deu espaço a quanta informação fosse possível. Sua tendência é a de apenas opinar e não de analisar. A política editorial desse jornal foi a de deixar aos seus colunistas para falarem do tema, mas o espírito neles, segundo os dados analisados nesta dissertação, foi também discreto (Quadro 12).

Os colunistas do El Comercio acompanharam o desenvolvimento das notícias quando o assunto das fumigações acontecia, em junho de 2001, que foi o mês mais prolífico em colunas e editoriais. É contraditório ao acontecido na produção de notícias em que El Universo fez um maior acompanhamento. Mas também há dados interessantes, como ocorreu em outubro, que sendo um mês com menor produção noticiosa (quarta posição), foi o segundo mês em quantidade de editoriais e colunas publicados. A razão é simples, o conteúdo editorial esteve muito ligado às análises dos atentados em Nova York e às repercussões do evento na região andina. É o mês em que EUA declararam a guerra aos terroristas, incluídos neles os guerrilheiros colombianos. Isso tornou claro o caminho para um eventual caráter bélico do Plano como condição da ajuda à Colômbia. Similar é o caso de setembro de 2001, mês dos atentados e agosto de 2002, mês da investidura de Uribe na Colômbia. O resto dos meses é muito regular e as colunas, ao acompanhar esses processos, tentaram converter-se no vetor oportuno das atitudes a tomar com relação ao Plano por parte da opinião pública equatoriana. Os quadros a seguir mostram a constância ou interesse dos colunistas para falar do tema. Qual deles escreveu mais sobre o Plano Colômbia e suas repercussões durante a etapa de estudo:

Quadro 12 – Colunas El Comercio

Colunista/coluna	(n)
Opinião do jornal	13
Colunistas GDA	5
César Montúfar	5
Mauricio Gándara Gallegos	4
Hernán Ramos Benalcázar	3
Franklin Barriga López	3
Carlos Cobos	2
Outros nacionais e convidados	13 ^(*)
Total	48

^(*) Uma coluna cada: Angel F. Rojas, Rafael Pezantes, René Vargas, Rodrigo Fierro, Xavier Laso, Gonzalo Ruiz, Andrés Hidalgo, Jaime Bejarano, José Villamil, Washington Herrera, Leon Roldós, Pedro Bowen, Maria O'Grady.

Quadro 13 – Colunas El Universo

Coluna/colunista	(n)
Opinião Jornal	4
Hernán Pérez Loose	3
Javier Ponce Cevallos	2
Outros Nacionais e convidados	7 ^(*)
Total	16

^(*) Uma coluna cada um: Alfonso Oramas; Eduardo Castillo; Mauricio Torres; Simón Pachano; Katia Murrieta; Raúl Izurieta, Néstor Ikeda.

Breve perfil dos colunistas:

César Montúfar é o colunista que mais analisou os contextos do Plano. É sociólogo e professor da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais em Quito, dirige a ONG Participação Cidadã, que vigiou a transparência do último processo eleitoral. Em 1996 foi candidato a deputado pelo *Movimiento Ciudadanos Nuevo País*, e manteve, até pouco, um espaço de opinião junto a outros jornalistas na rede Gamavisión aos domingos. É parte do quadro de colunistas do jornal *El Comercio*.

Mauricio Gándara é advogado constitucionalista e antigo político conservador. Foi embaixador do Equador no Reino Unido e fundador do desaparecido partido *Unión Republicana*; militou no antigo *Movimiento Nacionalista Revolucionario* e foi deputado por essa agrupação. Durante um tempo atuou como colunista convidado pelo *El Comercio*. Seu conhecimentos do tema valeram até para que *El Universo* também o cite como fonte para algumas reportagens.

Hernán Ramos é o editor econômico do jornal, com um mestrado nos Estados Unidos. É também o editor chefe do semanário de economia do grupo *El Comercio*, *Líderes*. É colunista de plantão no jornal.

Franklin Barriga López é advogado e professor universitário em Guayaquil; está ligado a grupos intelectuais e não pertence a grupo político nenhum. É colunista de plantão do *El Comercio*.

Hernán Pérez Loose é advogado e consultor. Gerenciou várias empresas em Guayaquil e defendeu o polêmico banqueiro Fernando Aspiazu. Foi também colunista no antigo jornal de Aspiazu, o *El Telégrafo*. Teve uma posição favorável à presença estadunidense na Base, embora defendeu o candidato presidencial Lucio Gutiérrez no final das eleições. É colunista de plantão no *El Universo*.

Javier Ponce é jornalista de profissão e escritor; foi editor político e colunista do jornal *Hoy* de Quito. É colunista de plantão do *El Universo*.

Carlos Cobos é coronel da reserva, ex diretor do Instituto de Estudos Nacionais, uma espécie de instituto de pós-graduação militar em Quito, e secretário do Conselho de Segurança Nacional durante o conflito com o Peru. Atuou como colunista convidado do *El Comercio*.

Geralmente os colonistas, assim como os espaços editoriais dos próprios jornais, são uma espécie de campo institucional onde se reconhece sua posição de enunciadores de um discurso. Seu papel referenciador do real dentro dos enunciados nos meios de imprensa, assinala papéis a estes no discurso informativo para produzir credibilidade como efeito de sentido na medida que cada jornal pretende fazê-lo. Reconhece-se mesmo assim, a existência de um debate público sobre o tema, mais em um jornal do que em outro, porque se consegue identificar um certo número de intervenções mediante textos de colunas ou declarações publicadas.

5.5 O peso das agências de notícias

Diversos estudos citados no texto de Fox (1989) teriam demonstrado que os serviços de notícias dos EUA controlavam entre 60 e 83 por cento das notícias internacionais, inclusive as notícias relativas a outros países latino-americanos, em quase todos os jornais da região. O espectro quantitativo das agências pode ter mudado hoje em dia, porém nos jornais analisados a proporção pode ser similar na recorrência ao uso das agências. A invasão das agências com o serviço de notícias da região, inclusive do próprio país, supera o trabalho das agências dos jornais⁵¹, e do trabalho dos próprios jornalistas dos dois periódicos. Foi praticamente uma regra nos serviços digitais dos jornais, que as notícias de última hora ou aquelas que se atualizam constantemente na internet, tenham como origem alguma agência.

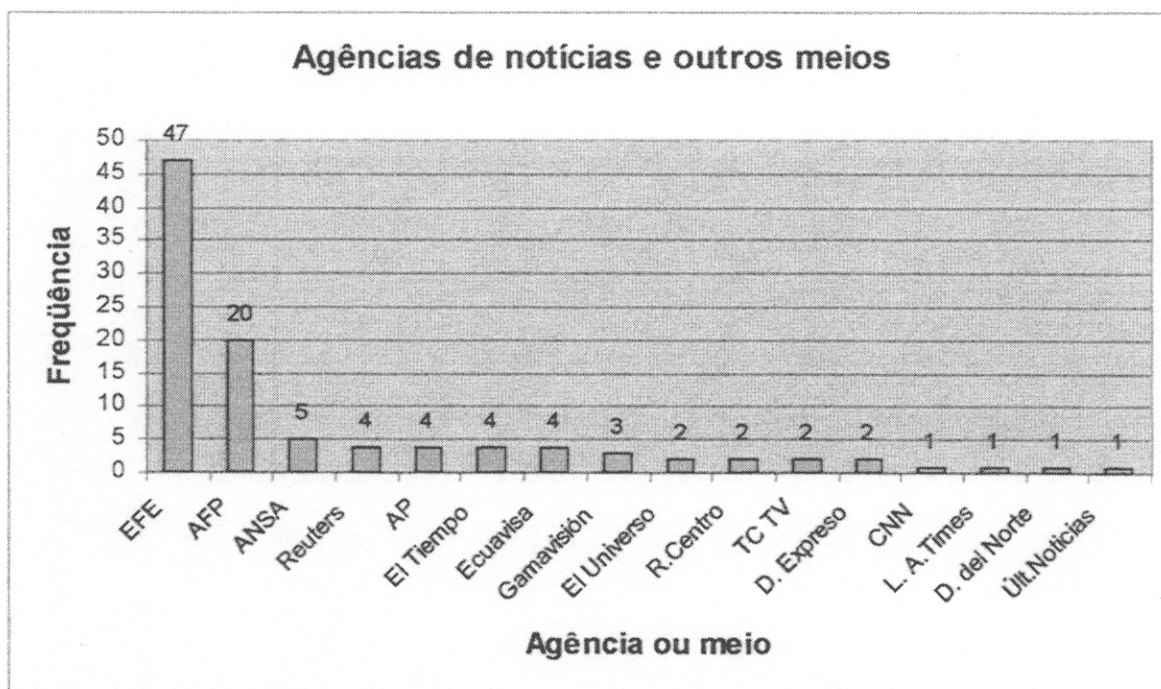
Estes serviços cumprem um trabalho tendencioso, manipulador⁵², cheio de lugares comuns e frases repetidas, usados para preencher espaços noticiosos; para particularizar um fato, que vai ser repetido como marco referencial, enquanto um evento central vai gerando mais novidades relacionadas. No esquema da pirâmide invertida da notícia de MacLuhan este pode ser um recurso noticioso, porém é muito excludente e preguiçoso. As agências que predominam este serviço o fazem para os jornais na Internet e são: EFE, espanhola; AFP, francesa; AP, estadunidense; Reuters, do Reino Unido; e, ANSA, italiana.

⁵¹ Caso de Ecuadoradio do *El Comercio*.

⁵² No conflito com o Peru em 1995, a fotógrafa e jornalista Dolores Ochoa, da agência *Associated Press* – dos EUA – em Quito, declarou que as notícias feitas para a agência durante o evento, mudavam constantemente quando estas eram enviadas para a sede regional da AP, que casualmente se encontrava em Lima, no Peru. O chefe da agência em Lima era um jornalista estadunidense radicado no Peru havia anos.

No Gráfico 05 se observa a demanda deste serviço pelos dois jornais, e a comparação com os fatos noticiados por outros meios, que também serviram como fonte noticiosa.

Gráfico 05 – Agências de notícias



Em total, 103 notícias foram veiculadas nos jornais digitais por meio desses serviços e outras fontes alternativas, como a mídia local e internacional. No caso da mídia local, a pesquisa determinou que foram notícias tomadas do que foi publicado naqueles veículos, às vezes até com atraso de um dia. No entanto, as notas tiradas das agências foram publicadas na hora por ser um serviço pago pelo jornal. A intenção do gráfico é mostrar o resultado total, sem discriminar o quanto cada jornal usou de cada agência. Daí que a EFE da Espanha é a mais usada pelos dois jornais. Aliás, se dá o caso de que o material publicado num jornal é reproduzido no outro, servindo-se de uma agência e com o mesmo conteúdo⁵³, sendo que em algumas ocasiões os fatos ocorreram no Equador.

A partir do jornal *El Tiempo* da Colômbia – no Gráfico 05 – o resto são fontes que os jornais pegaram como emissor principal para reproduzir um fato que não pôde ficar

⁵³ Cf. *El Comercio* 21/07/01.

particularizado por um meio só com a categoria de exclusividade, e que se multiplicou por essas outras vertentes informativas pela sua importância. Vemos como os jornais usaram mais, em proporção, os fatos noticiados pelos meios impressos (11 em total) e logo os telejornais das redes de TV (10 em total), e quase nada das fontes de rádio (2 em total). *El Tiempo*, aliás, foi contabilizado como fonte adicional no que respeita às colunas que El Comercio reproduziu nas suas páginas. São 23 notícias destas fontes e 80 das agências, a proporção é de 4 a 2. E em relação à quantidade total de notícias, corresponde a 26 por cento do total publicado.

CAPÍTULO 6 – O DISCURSO EDITORIAL DOS JORNAIS SOBRE O PLANO COLÔMBIA

6.1 Semântica jornalística em relação ao Plano como fato político

A análise semântica das notícias e editoriais apontou para o caráter do discurso, para os contextos políticos dos protagonistas e as etapas das notícias, o que permitiu fazer uma sinergia no tratamento de cada jornal em função da comunicação e da política. Estas entendidas desde os conceitos de esfera da opinião pública, de espetacularização e de encenação políticas, bem como de imagem pública, conceitos ligados à ciência política e à comunicação.

Há uma inserção do “discurso jornalístico sobre o Plano Colômbia” como um acontecimento. E este não está representado nas notícias como um fato regular, senão com o que poderia ser chamado de “quebra de rotinas” (FAUSTO: 186) à imposição dos jornais a sua programação de notícias, para evidenciar o tom de gravidade que querem outorgar à construção de enunciados.

Umberto Eco (1981, apud. FAUSTO NETO, 1994) falava dos “fatos mensagens” ou “fatos notícias”. Tecnicamente se sabe que fatos e notícias são duas coisas diferentes, que obedecem a duas ordens diferentes. O fato ocorre e a notícia nasce; é como dizer que é um resultado de um fato. Porém, o Plano Colômbia pode ser qualificado de “fato simbólico” (GOMES, 2001: 08), na medida que existe para significar e para que dele se fale ou se noticie.

O Plano Colômbia parece projetado com essa intenção desde seu nome; ganhou simbologia como tal no espectro político e midiático, mesmo que seu conteúdo nunca tenha sido amplamente difundido à opinião pública. Ao se falar de um Plano se está dando um equivalente a toda uma estrutura elaborada, uma estratégia; mas se esta só ressalta uma característica, como a militar, a mídia se vale desse aspecto e elabora um discurso ao redor dele, tocando levemente os outros tópicos. No caso do Plano Colômbia a mídia quase não menciona os planos sociais e alternativos.

Logo, com a finalidade de tirar esse estigma bélico do Plano, foram traçadas outras estratégias pelos EUA, como a *Iniciativa Regional Andina*, IRA, só que isso não evitou que a imagem do Plano Colômbia seja mantida. A IRA é pouco mencionada pela mídia e pela opinião pública, se a comparamos com o Plano, que é também um motivo de discurso político

dos grupos de oposição e da esquerda, exteriorizado pelo imaginário popular como um fator de temor, rejeição e a ser evitado por ser um elemento de conflito.

6.1.1 O conteúdo semântico nas manchetes, as notícias e as reportagens

Para acompanhar a construção de manchetes e notícias sobre o Plano Colômbia, foram citados conceitos teóricos usados por autores como Antônio Fausto Neto, Champagne e Efendi Maldonado na sua explicação da semantização do discurso em pesquisas de jornais e revistas. Alguns conceitos estabelecidos pelos autores estão acompanhados de trechos de textos de notícias ou manchetes, para referenciar a noção teórica. Logo, vem um acompanhamento comparativo de manchetes e das notícias do Plano de forma seqüencial, em momentos políticos determinados e outros contextos particulares, que demonstram a performance infomativa e a evolução do tema em certos momentos.

Champagne (1998) por exemplo, afirma que há lutas travadas pela hierarquização das informações que marcam a fabricação cotidiana dos jornais. Os jornalistas sabem que “o que é colocado na primeira página ou o que constitui a capa dos jornais e revistas será mais público do que o artigo interior” (p. 229). Os jornais desenham a notícia e as manchetes com a dramaticidade que as fotografias coadjuvam a formar um todo integral.

Para a construção de ante-títulos e títulos deve existir uma articulação ou enlace, que segundo Fausto Neto (1989), pressupõe que o leitor saiba do que se passa no país; que ele tem o domínio de uma série de dados e registros que não estejam necessariamente explícitos e/ou contidos aí, nessa edição. Vamos ver então como os jornais manejaram esse tópico nos quatro exemplos a seguir:

1. FARC pone en riesgo proceso de paz: **Colombia en alerta.** (*El Universo*, 01/10/01).
2. Cancillería: Iniciativa sí es necesaria: **Los presidentes Gustavo Noboa e George Bush conversarán en la Cumbre de Quebec, sobre Plan antidrogas.** (*El Universo*, 17/04/01).
3. Los empresarios dicen que el comercio no se afectará. Colombia se opone: **Rumichaca: presión por el cierre fronterizo.** (*El Comercio*, 16/08/02).
4. El ministro de Defensa, Geraldo Quintão, habla de un apoyo político: **Brasil observa con cautela a Colombia.** (*El Comercio*, 16/08/02).

Outra alternativa enunciativa nos títulos ou manchetes é a incorporação de diversas expressões lingüísticas pertencentes ao campo cultural do leitor. Fausto explica que é com o objetivo de “tornar o relato mais próximo da percepção e do entendimento deste” (Idem: 28),

e menciona as seguintes possibilidades, que podem ser comparadas com manchetes do tema em questão:

- Referências a títulos de filmes:
“La paz amenazada” (*El Universo*, Editorial, 02/10/01).
- Romances:
“Una confesión de parte” (*El Comercio*, Editorial, 10/04/01).
- Dispositivos publicitários:
“El Norte después del once” (*El Comercio*, Editorial, 25/10/01).

Um contexto literário similar se reproduz também na construção de artigos e reportagens sobre os diversos temas tratados, onde o uso de recursos literários com cargas de dramaticidade ou descritivos ajudou a compor um cenário sutil a ser acompanhado pelos leitores com atenção e interesse. E o melhor espaço para explorar este recurso foram as reportagens amplas:

Cuarenta y ocho soldados correctamente formados cantan a toda voz el Himno Nacional. Las notas musicales, difundidas por un altoparlante, inundan la minúscula parroquia de El Chical, ubicada a 102 km al noroccidente de la capital del Carchi. El himno ecuatoriano también se escucha en el pequeño poblado colombiano de Tayambí, un caserío de campesinos, ubicado a 150 metros de la frontera, que vive abandonada. Y que es frecuentemente visitada por los Comuneros del Sur, uno de los grupos armados de ese país. (*El Comercio*: “Las FF. AA. construirán dos destacamentos militares”, 12/04/01).

El Comercio apresentou com mais regularidade um estilo próprio de redação na elaboração de reportagens. O uso de fontes anônimas é comum, para acompanhar o relato noticioso:

Los rostros de los dos muchachos lucían tensos y sudorosos. Ambos se encontraban sobre el puente del río San Miguel, línea de frontera entre Ecuador y Colombia, y ayer esquivaban la mirada cuando alguien hablaba de lo ocurrido la madrugada del lunes en ese lugar. 'No, no sé qué pasó. Yo llegué tarde', recordaba con voz baja uno de ellos; él asegura tener 18 años pero carga la apariencia de un ecuatoriano de 16. 'Y no pues. A mí no me pregunte', decía el otro, un colombiano de 20 años, quien también se negó a revelar su nombre. (*El Comercio*: “Armados incursionan en Sucumbíos”. 18/04/01).

No entanto, El Universo apostou mais pelo protagonismo das fontes chamadas como “povo com nome”, convertido em fonte oficial, característico na elaboração de reportagens. O jornal aposta mais no tradicional, na narração jornalística, com rigidez na construção dos *leads*:

Humberto Escobar Mejía, oriundo de Medellín (Colombia), abandonó su país junto a su familia y después de buscar trabajo en Quito y Santo Domingo de los Colorados decidió establecerse en Loja. Hoy lucha por sobrevivir como vendedor ambulante y olvidar la violencia de la que huye. 'Me vine para acá porque la violencia no permite que esté en mi ciudad. Mataron a tres de mis hermanos y he recibido amenazas de muerte de la guerrilla', afirma Escobar, quien dice que en Medellín laboraba como guardián en una caja de compensación (cadena de almacenes). (*El Universo*: "Drama de un desplazado colombiano". 19/04/02).

No entanto, para tratar o tema da semantização da violência no discurso jornalístico, Verón (1967 apud MALDONADO, 2001: 218-219) define *seis operações* utilizadas pela mídia para organizar o "universo semântico" na construção dos *leads* noticiosos, como veremos nos exemplos a seguir:

1. *Contextualização*: que é apresentar o contexto da realidade mais ampla dentro da qual se localiza o fato central:

Los 266 millones de dólares que la comunidad internacional destinará a Ecuador para el desarrollo de la zona norte del país, no se emplearán en financiar ninguna acción de tipo militar o policial. Así lo subrayó ayer el canciller Heinz Möeller. (*El Comercio*: 25/10/01).

2. *Temporalização*: que consiste na referência direta ou indireta a uma seqüência de fatos do qual faz parte o fato central de que fala a nota (o tema):

Existe un consenso universal respecto a la fractura histórica producida por la tragedia del 11 de septiembre; la declarada lucha universal al terrorismo y los operativos bélicos que posteriormente se dieron en Afganistán. Aunque es muy temprano para evaluar el sentido en que se giró y por ende las transformaciones y cambios – ideológicos o geopolíticos – que se producirán a consecuencia de tan graves sucesos, es evidente que una de las zonas más sensibles para tales efectos es la frontera norte del Ecuador". (*El Comercio*: Editorial, 25/10/01).

3. *Classificação*: que caracteriza um fato como membro de certa classe:

Un posible cierre del puente Rumichaca que une a Colombia y Ecuador es considerado para la mayor seguridad del país". (*El Universo*: 15/08/02).

4. *Descrição*: que é a operação de enumerar os aspectos concretos do fato central (hora, pessoas presentes, etc.) que abrange os elementos constitutivos:

En forma nítida, de 06h00 a 19h00, se escucha en Sucumbíos la señal de radio La Voz de la Insurgencia, emisora del bloque Sur de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, FARC". (*El Universo*: 15/08/02).

5. *Circunstancialização*: onde apresenta as situações concretas que antecedem imediatamente o fato central que o seguem ou que estão associados a ele.

La Asociación Latinoamericana de Derechos Humanos (ALDHU) aseguró hoy que en la base aérea de Manta, donde funciona un centro de operaciones de Estados Unidos para luchar contra el narcotráfico, opera un "grupo de mercenarios". (*El Universo*: 29/04/02).

6. *Explicação*: é a menção explícita de causas, sejam quais forem seu tipo de grau de abstração e ou generalidade:

El Gobierno busca consolidar un frente interno para enfrentar las secuelas del Plan Colombia y el agravamiento del conflicto interno colombiano. Con ese objetivo fueron al Congreso, ayer, los ministros de Gobierno, Marcelo Merlo; Defensa, Hugo Unda; y Relaciones Exteriores, Heinz Moeller. (*El Comercio*: 06/03/02).

Já sob o conceito teórico de Antônio Fausto Neto, ele analisa o fato dos jornalistas terem se transformado em *omniscientes* (Idem: 61), quando na redação trasladam uma linguagem que o leitor, segundo as considerações dele, só as interpreta assim:

- Falam-nos de todos os lugares, mesmo que eles não tenham estado ali, mas na redação reproduzem diálogos ou ações como si tivessem assistido os fatos:

una motocicleta blanca Kawasaki, se acercó hasta la camioneta del Prefecto a las 08h45. Bermeo se dirigía a su oficina, al oeste de Lago Agrio. El pasajero de la motocicleta arrojó una granada contra la camioneta; esta rebotó e estalló. Los sicarios fugaron pese a que el conductor de la moto estaba herido. (*El Comercio*: “4 detenidos por el ataque a Bermeo”, 05/10/01).

- Captam reações com detalhes:

Un testigo recordó el suceso. Transcurrían las 05:30 del lunes y la lluvia nublaba los cristales de las seis camionetas. En cada una se encontraban los conductores y los oficiales, que son los hombres que cobran por el traslado de la gente. De pronto, 50 hombres vestidos de civil rodearon los vehículos, sacaron de sus bolsos pistolas de 9 mm y fusiles HK, y obligaron a bajarse a los ocupantes. En una operación que duró cinco minutos, los hombres abordaron los automotores y partieron hacia Colombia”. (*El Comercio*: “Armados incursionan en Sucumbíos”, 18/04/01).

- Narram fatos sobredimensionando-os:

El ciento por ciento de la población fronteriza cercana a las zonas en donde se realizaron las fumigaciones aéreas sobre los cultivos de coca... (*El Universo*: “Intoxicación por fumigaciones”, 28/06/01).

Como se aprecia, o texto pretende recriar uma história que seja “comovente, para construí-la em partes, e mexer com o leitor que lê, observa e imagina” (Idem: 62), o repórter tem a possibilidade de usar um inúmero de recursos do que ouve, vê e observa, para ir capturando informações e ir armando o drama, a notícia e a estória. O que Fausto Neto chama de “estratégia ecológica” que consiste em narrar o ambiente, a situação geográfica do lugar,

característica natural da zona ou entre as pessoas. A finalidade é enriquecer o texto, ainda que o jornalista não estivesse no lugar e só escutou um depoimento ou entrevista, e cujos detalhes vão ajudá-lo a descrever no texto; como o exemplo a seguir:

Cuando repentinamente salieron vestidos de camuflaje de unos matorrales pensó que eran militares haciendo un control de rutina. Pero cuando le apuntaron en la cabeza con un fusil y le ordenaron, con acento colombiano, que se baje de su auto concluyó que eran guerrilleros. Marco Bosmediano, fiscal de Tránsito del Carchi, fue el primero en ser obligado a entregar su auto, un Lada Niva 4x4, por el grupo guerrillero. Eran las 07h55 del lunes en el sector de La Calera, entre Huaca y San Gabriel, una zona deshabitada a unos 30 minutos de Tulcán. (...) El grupo armado tomó los tres vehículos y escapó hacia el sur por el desvío de Santa Martha de Cuba, en el trayecto lanzaron una granada de mano que explotó a un lado de la vía". (*El Universo*: "Preocupación por incursiones en la frontera", 06/06/01).

Há outro contexto, que Fausto Neto chama de "contaminação de temas no discurso" (Idem: 80) e que se constitui pela presença de cenários apropriados para aquilo. O caso dos temas colocados sem uma análise prévia e que originam uma repetição convertida em verdade. Nas seguintes manchetes e textos curtos apresentados em seqüência, se observa uma espécie de polêmica criada entre os dois jornais no que diz respeito ao conceito 'terrorismo'.

Antiterrorismo y región andina: ...el que EUA insista en identificar a los grupos armados que actúan en Colombia como grupos terroristas, obstaculizará la colaboración de nuestros países en la lucha contra las redes terroristas... (*El Comercio*, columnistas, 03/10/01).

Cardoso a favor de la Paz: ...el mandatario dijo que es fundamental distinguir entre los guerrilleros que tienen una vinculación política interna, como las FARC, y el terrorismo internacional 'que no propone nada sino que destruye'... (*El Universo*, política 02/10/01).

¿De qué terrorismo hablamos?: Tenemos que configurar debidamente el tipo para poder identificar al delincuente, sin ambigüidades ni subjetivismos (...) y el señor Cardoso, presidente del Brasil, que acaba de aleccionarnos respecto de los matices y las exclusiones en el conflicto colombiano que tanto nos afecta. (*El Universo*, columnistas, 05/10/01).

Möeller: subversivos de Colombia no son terroristas: ... se mostró contrario (...) por el momento a considerar terroristas a las guerrillas y paramilitares colombianos (...) 'quisiéramos aferrarnos a que Pastrana puede lograr la paz'... (*El Comercio*, política, 22/10/01).

Una propuesta razonable: El segundo objetivo de los EUA será algún grupo de Occidente "clasificado" como terrorista. No será europeo, pues la ETA y el IRA han demostrado su control sobre un objetivo (...) Queda Latinoamérica y en ella Colombia con sus FARC, ELN, y AUC todas vinculadas al narcotráfico que atenta contra la estabilidad... (*El Universo*, columnistas, 22/10/01).

Terroristas atacan en Sucumbíos: ... cinco sujetos armados inidentificados (...) atacaron (...) con disparos de cartuchera el domicilio del intendente (...) los cinco antisociales (...) dispararon a un vehículo de la intendencia... (*El Universo*, política, 29/10/01).

Pastrana: FARC son terroristas: EUA que logró un casi abrumador respaldo a su campaña militar en Afganistán en las NN.UU., incluyó en su agenda ayer a Colombia. (*El Universo*, internacionales, 12/11/01).

Cancillería: las FARC no son terroristas: Ecuador no comparte la definición que EUA ha hecho de las FARC como grupo terrorista, especialmente cuando tiene lugar un proceso de paz... (*El Comercio*, 16/11/01).

Prensa y Plan Colombia: ... la prensa andina y por extensión la ecuatoriana, tiene un desafío metodológico (...) a solucionar: aprender correctamente la información (...). Por ejemplo Plan Colombia no es lo mismo que conflicto colombiano. (...) Un rumor o un dato falso no es lo mismo que una noticia verificada.... (*El Comercio*, editorial, 16/11/01).

El Comercio tenta analisar e debater a situação para definir o termo; no entanto, El Universo coloca diretamente uma manchete, qualificando de terroristas a sujeitos ainda não identificados numa ação delinqüencial, reproduzindo assim o discurso oficial dos EUA. El Comercio encerra este tipo de debate, editorializando o tema sobre o manejo da questão jornalística em relação ao terrorismo, sua sustentação é a mesma usada pelas instâncias diplomáticas do Equador. Esse procedimento é a premissa editorial do Jornal sobre o seu tratamento dado ao Plano Colombia. El Universo parecia, no entanto, inclinado desde o início a orientar-se pelo discurso pró-estadunidense. Essa tendência é observável, inclusive, na posição dos colunistas, que logo se reverte aos jornalistas de plantão, como é o caso da notícia seis: “Terroristas atacan en Sucumbíos”.

Os temas que ocupam a atenção da opinião pública, tornam-se assuntos estratégicos de opinião e debate em circunstâncias marcadas ou momentâneas, porque geram atração nos leitores e o ímpeto necessário para a mídia ter espaços amplos e abertos. É uma espécie de produto à venda, que tem a garantia de consumo: A NOTÍCIA DO DIA; A NOTÍCIA DO MOMENTO. Sob essa perspectiva, o “mercado informativo” mobiliza seus repórteres, e suas redações ficam de olho em todo o que tem a ver com o “evento”. Os analistas produzem reações e opinião e as colunas abrangem, na sua maioria – monopolizam até – o discurso reativo a tal “evento”.

Na construção do atrativo das notícias, o acontecimento inesperado e a personalidade conspícua conseguem seu atrativo psicológico. O uso de clichês serve para enlaçar a notícia ao evento em geral. Ela se reproduz várias vezes numa só notícia como no exemplo a seguir, tomado do El Comercio; por meio dele se categorizaram algumas temáticas de reprodução

constante nas reportagens sobre o ambiente do Plano Colômbia, muitas motivadas pelos contextos da reportagem ou pelo discurso dos entrevistados:

“La Bermeja convive con los combates”: (*El Comercio*, Ecuador, 03/10/01)

1. - O abandono ou insuficiência do Estado:

La población está en las orillas ecuatoriana del río San Miguel, separada de General Farfán por dos horas de viaje en lancha. Las casas no tienen muebles. El Ejército solo los visitó una vez.

2. - A pobreza dentro do quotidiano:

Los niños de rostros pálidos y abdomenes hinchados gritan alegres en su juego Ecuador-Colombia. Corren detrás de una pelota de plástico duro y llevan la cuenta de los tiros de esquina.

3. - O medo e a violência como elementos comuns:

40 familias habitan en la selva sin contacto con el exterior; escuchan las balas de paramilitares y guerrilleros.

4. - Os referentes de costumes e cultura diferentes dos centros urbanos:

En La Bermeja los niños no han visto una televisión y apenas se enteran de lo que ocurre fuera de su aldea por las noticias y letras de canciones vallenatas que escuchan del viejo radio del profesor.

5. - A auto-suficiência e autogestão:

La gente no sabe contar hasta el 1 000 y los adultos no saben leer pero se dejan guiar por el profesor, David López. Él les indica los deberes que sus hijos deben cumplir: el número de páginas a llenar.

6. - O relato do assistencialismo:

Esta categoria – não encontrada nesta reportagem – aparece geralmente no discurso oficial, criado como um tipo de saída cômoda do Estado quando não quer assumir responsabilidades, replicando essa arenga de instituição carente para tudo. O discurso de pobreza enche os relatos do conflito em questão nos jornais, ecoando a posição dos governos só para justificar sua incapacidade na tomada de decisões, sua falta de iniciativas, de ousadia, o não apego às leis do país e a incapacidade de unir politicamente à nação. O exemplo do *El Comercio* se repete do mesmo jeito no *El Universo* com o exemplo a seguir:

“Pobladores de Chical se quejan por olvido oficial”: (*El Universo*, El País, 14/08/02).

1. - O abandono ou insuficiência do Estado:

Ángel demuestra algo de lucidez y relata sus penurias: ‘No tenemos (una) vía que sirva para sacar los productos. Todo se pierde, el plátano, la yuca...

2. - A pobreza dentro do quotidiano:

La pobreza es evidente en esta zona. Las casas son de tabla, para cocinas utilizan fogones de leña. El agua la cogen de los esteros...

3. - O medo e a violência como elementos comuns:

Evarista Cabezas afirma que los fines de semana llegan también los residentes de Tallambí (Colombia). ‘Al otro lado están, de vez en cuando, los de las FARC y vienen de civil a divertirse’, dice la mujer.

4. - Os referentes de costumes e cultura diferentes dos centros urbanos:

Es mediodía. Una decena de hombres están tendidos, duermen y deliran en la acera y la calle de tierra. (...) Las mujeres, con sus hijos en brazos o en la espalda, están atentas para levantar a sus parejas cuando se caen, para recibir los golpes cuando se enfurecen.

5. - A auto-suficiência e autogestão:

beben el aguardiente de una botella que cuesta dos dólares, el mismo valor que perciben como jornal por un día de trabajo (...) que sacan de sus fincas, luego de ocho horas de caminata (...). El agua la cogen de los esteros. Los menores ayudan a sus padres en la agricultura.

6. - O relato do assistencialismo:

‘No hay escuela, centro de salud, nadie se acuerda de nosotros’. Unos diez hombres tambaleantes nos rodean, se ponen furiosos y gritan contra ‘esas autoridades’.

Ao redor das fontes – sociedade civil das periferias fronteiriças – os jornais vão explicando a situação de abandono e medo que convivem com as cidadezinhas afastadas e até então, anônimas no contexto geográfico do resto de país. No caso das reportagens do *El Comercio* e *El Universo*, há nomes de povos que começaram a virar um referente à situação na zona. O leitor pode acompanhar a narração das reportagens, e das fotografias que testemunham o que a manchete já explica nesses povos:

“La Bermeja convive con los combates”, (*El Comercio*, 03/10/01);

“Pobladores de Chical se quejan por olvido oficial”, (*El Universo*, 14/08/02);

- “Montúfar es el más inseguro”, (*El Comercio*, 01/05/02);
 “Los paramilitares están a las puertas de Mataje”, (*El Comercio*, 13/11/01);
 “General Farfán reclama”, (*El Universo*, 25/04/01);
 “Chical y Maldonado fueron militarizadas”, (*El Comercio*, 31/05/01);
 “Puerto El Carmen está desolado”, (*El Comercio*, 19/07/01);

O abandono do Estado é o ponto central das reportagens que geralmente são uma continuidade das notícias sobre algum fato relevante e que causou choque. Embora se testemunhe esse abandono, os jornais destacaram sempre a presença de militares nas zonas visitadas, usados como um referente do tema da segurança, sem dar conta que o estamento militar é também parte do Estado e o referencial mais comum numa zona isolada.

6.1.2 O discurso político do governo e a imagem do Estado

Mediante o estudo foi possível encontrar uma alta visibilidade do governo por ser ele – como parte do Estado – quem toma e executa decisões. Porém, os dados revelam uma falta de institucionalidade política além da ausência de estratégias ligadas ao tema em discussão e debate, sobretudo em relação às políticas comunicacionais. Em conjunto, tudo isso explica a debilidade da esfera de governo e a falta de políticas e regras de comunicação coerentes para com as suas próprias instituições. Nos exemplos a seguir se constata essa realidade captada pelos jornais:

Además de coordinar la comunicación estatal, el nuevo secretario actuará como portavoz de la Presidencia, aunque en temas especializados lo hará quien determine Noboa, señaló. Zuloaga dijo desconocer que la salida de su antecesor hubiese tenido relación con su falta de acceso a la información sobre el Plan Colombia, supuestamente motivada por el hermetismo del Ministerio de Defensa y la Cancillería. (*El Universo*, “Zuloaga, en busca de información más ágil”, política, 15/05/01).

Lo que sí no será parte en la agenda de difusión de información son los temas de seguridad nacional (dentro de los cuales están los posibles impactos por la aplicación del Plan Colombia). Zuloaga señala que “todos deberíamos ser muy cautos en este aspecto y muchas veces es preferible guardar silencio”. Añadió que ese silencio no debe interpretarse como una intención de esconder o manipular información, sino como una prudencia por el bienestar del país. (*El Comercio*, “Un giro en la comunicación del Gobierno”, política, 17/05/01).

As apreciações citadas acima do secretário das Comunicações do regime 2001-2003, justifica que seu trabalho de porta-voz presidencial estará limitado no que atinge ao Plano Colômbia. Na pesquisa se observou que houve duas instâncias informativas para a mídia: o

Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa. Cada um com uma equipe de relações públicas estruturada, mas não com uma política que os identifique. A política no Equador, costuma ser a do Ministro de turno.

Para sustentar esse vazío, Przeworski (1995 apud FONTAINE, 2002: 06) ao explicar as razões da fraqueza dos Estados da América Latina, indica que eles são débeis e vulneráveis aos monopólios e burocracias públicas importantes, o que pode explicar em parte a desordem estabelecida nas políticas de comunicação do caso em estudo. Mas, para adentrar na análise do discurso da esfera de governo, vale esboçar alguns eixos nos quais o governo teve de se mover no enário Plano Colômbia. Podem-se anotar todos, porque os temas circularam, sobretudo, em espaços que envolviam temáticas e tópicos do Estado, assim:

Assaltos de guerrilhas = segurança pública→	Fumigações = políticas ambientais e agrícolas
Ajuda dos EUA = políticas assistencialistas→	Crise com a Colômbia = relações exteriores
Deslocados = bem-estar público→	Incursões rebeldes = políticas de assentamentos e defesa.

O Plano Colômbia praticamente foi um eixo horizontal sinérgico. Ou seja, dado o esforço coordenado que demandou, dificilmente o governo poderia tê-lo ignorado por completo. Porém, nos temas em que ele esteve mais envolvido e onde seu acionar e capacidade de reação estiveram à prova foram: os problemas nas relações com a Colômbia; os inconvenientes com os EUA; a suposta presença de Al Qaida na divisa com a Colômbia; o problema das fumigações; e, a segurança pública dos equatorianos em relação aos seqüestros.

Ao fazer-se uma narrativa jornalística que principalmente destacou a vida fora dos centros urbanos – alheios à violência guerrilheira e do confronto – para destacar a pobreza, o abandono, a perigosidade, o isolamento geográfico e a ausência do Estado, os jornais deixaram aberta a porta para que este e suas instituições reajam ou para que o governo replique. Esse discurso narrativo fez também com que o conceito dessas populações fosse mudando no imaginário das pessoas nos centros urbanos, pelo temor ao Plano e o temor de que a guerra na Colômbia se trasladasse ao país.

Contudo, o papel da mídia foi informar esses problemas, quiçá de acordo com o objetivo dos poderes executivo e legislativo do Estado: adiantar decisões para confrontá-los ou evitá-los diante a convulsão provocada por uma notícia e sob a alegação da pressão da opinião pública. Mas, o poder midiático foi também usado pelos dois lados em questão

(Estado-mídia), por reconhecerem a existência de um poder maior, o poder dos sujeitos que formam a opinião pública, traduzida nos leitores e público informado.

Dadas essas considerações, os exemplos a seguir mostram a evolução de notícias no círculo da mídia e do poder. A reprodução de conflitos, o cruzamento de palavras, os discursos e as ações, e os recuos ou silêncios nas esferas de decisão, está presente em alguns dos assuntos mais publicados na mídia e alvo de polêmica, como as fumigações:

Probarán daño a cultivos por fumigaciones.

Un centenar de campesinos de Sucumbíos, (...), está dispuesto a demostrar que las fumigaciones de los cultivos de coca (...) del Plan Colombia también afectan a sus cultivos. (*El Comercio*, 21/06/01).

Intoxicación por las fumigaciones.

El informe de Acción Ecológica se basa en diagnósticos médicos efectuados a personas que viven cerca de la frontera con Colombia. (*El Universo*, 28/06/01).

Paro por las fumigaciones.

Los agricultores de la amazonia aseguran que la fumigación ha arrasado los sembríos. (...) se cansaron de esperar una respuesta del Gobierno (...) y anunciaron un paro general...(*El Universo*, 29/06/01).

Fumigación en el debate de la región.

La ministra de Ambiente, Lourdes Luque dijo que no hay pruebas de afecciones por las fumigaciones y calificó de 'extremista' a Acción Ecológica. (*El Universo*, 03/07/01).

Acción Ecológica se ratifica.

Acción Ecológica criticó a la ministra de Ambiente, Lourdes Luque, por asegurar que no se han presentado daños en la frontera (...), a causa de las fumigaciones. (*El Universo*, 04/07/01).

Congreso pidió informes.

Congreso pidió a las Universidades Politécnica Nacional y Central del Ecuador que efectúen un estudio científico (...) que determine, (...) los efectos de las fumigaciones. (*El Universo*, 04/07/01).

Hay 2.000 personas en peligro.

Los efectos (...) se evidencian en los 36 síntomas de enfermedades presentados en las comunidades (...) en el cordón fronterizo, indicó Adolfo Maldonado, médico (...) auspiciado por Acción Ecológica. (*El Universo*, 04/07/01).

Comisión investigará daños.

Las investigaciones (...) se realizarán con (...) las comunidades (...) afectadas por los químicos. Cancillería pide a Colombia retroceder área de fumigación (*El Universo*, 17/07/01).

EE.UU.: Droga destruye bosques.

El (...) departamento de Estado de los EUA revela daños provocados por la producción de coca.(...) indica que a más de la deforestación del bosque tropical (...), se produce el impacto ambiental por el uso de químicos. (*El Universo*, 17/07/01).

La fumigación se dejó de aplicar en Putumayo.

Según la Policía de Colombia, en La Hormiga y La Dorada, entre diciembre y febrero, 4.289 personas se intoxicaron, 178.377 animales enfermaron y 7.252 hectáreas de cultivo se dañaron con plátano, yuca, maíz y coca. (*El Comercio*, 17/07/01).

Embajador defiende plan.

Según el diplomático colombiano Eliseo Restrepo en la frontera con Ecuador se dejó de fumigar a principios de este año. (*El Universo*, 18/07/01).

Severas afecciones respiratorias.

Los casos más graves provienen de lugares que están dentro de las áreas de fumigación o muy próximos. (*El Comercio*, 18/07/01).

El área de fumigación se revisa.

La tesis de que la aspersión sea a 60 kilómetros de distancia de la (...) frontera no tiene apoyo. (...) Colombia tomará su decisión final a mediados del próximo mes (*El Comercio*, 19/07/01).

Diluviando veneno.

Como la capacidad de resistencia de las especies aumenta - salvo la humana - ahora se ha multiplicado la de hacer daño. El nuevo veneno que receta Washington (...) se llama Cosmo Flux, se agrega en dosis mínimas al glifosfato y amenaza con dejar calva la selva. (*El Comercio*, Daniel Samper Pizano 19/07/01).

Malestar por visita postergada.

La decisión del Gobierno de no viajar a constatar los daños por las aspersiones con químicos, provocó reacciones de rechazo. (*El Universo*, 19/07/01).

Experta: Mezcla es dañina.

Según Elsa Nivia, presidenta de la Red de Acción en Plaguicidas y Alternativas de América Latina, la aspersión debe ser suspendida. (*El Universo*, 20/07/01).

Moeller y Unda no aclararon las dudas.

hay contradicciones en cuanto a las versiones sobre las aspersiones. Mientras el Canciller dice que cesaron en abril, el Presidente de la Comisión (...) sostiene que continúan (*El Comercio*, 20/07/01).

El triste destino de un glifosato.

Los defensores de la fumigación con glifosato en el Putumayo y toda la frontera norte del Ecuador, parecerían estar en retirada. Los últimos argumentos comienzan a caer en el vacío. (*El Universo*, Javier Ponce, 29/08/01).

Como se aprecia, há momentos altos e momentos baixos nesta seqüência de notícias e editoriais. Há notícias meramente informativas que apelam à espetacularização do assunto, outras com um fundo de drama e finalmente a análise dos especialistas. A seqüência do escândalo dura aproximadamente dois meses e os avanços no debate são lentos se tomarmos em conta a duração das notícias de uma semana para outra. Mas há também uma alta pressão e participação da sociedade civil organizada. A ONG Ação Ecológica torna-se um pivô no conflito e pressiona o governo do Equador a apelar ao da Colômbia para suspender as

fumigações, o que parece acontecer finalmente, segundo se observa na coluna de Javier Ponce (último parágrafo). Entre os protagonistas que defenderam a fumigação estão os governos da Colômbia e dos EUA; e no meio, paradoxalmente, os funcionários de governo do Equador que atuaram com letargo e indecisão. O governo, finalmente, teve de recuar e, depois, pedir a suspensão das fumigações. O papel mais ativo entre os jornais foi o do *El Universo*, que fez um acompanhamento mais ativo, mesmo sem uma maior investigação de campo, que quiçá teria apurado a conclusão da polêmica.

A seguir examina-se a evolução de outro assunto de interesse: a segurança dos equatorianos nas fronteiras.

Cinco meses en cautiverio.

Fidel Andrade fue liberado por las FARC en Colombia el pasado 7 de noviembre, tras el pago de una cantidad de dinero.(...) la Cancillería no le brindó el apoyo... (*El Universo*, 16/11/01).

Liberado el empresario Carlos Cerón.

Luego de 36 días de cautiverio, efectivos de las policías de Ecuador y Colombia lograron liberar al empresario Carlos Cerón, secuestrado el pasado 19 de marzo pasado. (*El Universo*, 26/04/02).

Liberaciones y nuevos intentos de secuestros, inquietan al país.

La Policía se reunirá con el empresario Rodrigo Paz y su hijo Esteban para conocer detalles sobre sus captores.(...) Paz aseguró, (...) que a su hijo lo secuestraron las FARC. (*El Universo*, 26/04/02).

R. Paz rechaza dudas de Noboa sobre la autoría de las FARC en el secuestro de su hijo.

Noboa pidió (...) pruebas sobre el presunto secuestro (...) por integrantes de las FARC (...). "No crean en cuentos", dijo Noboa.(...) Paz reaccionó en duros términos (*El Universo*, 29/04/02).

Los carchenses pagan para eludir los plagios.

la extorsión permanente de los grupos armados (...) también conocida como 'boleteo' (...) Los afectados son (...) propietarios de haciendas y (...) familias adineradas. (*El Comercio*, 01/05/02).

Oscar Isch pide pruebas a Rodrigo Paz de secuestro de las FARC.

El jefe (...) de las Fuerzas Armadas (...), instó el martes al banquero Rodrigo Paz a presentar pruebas que confirmen que su hijo fue secuestrado por las FARC. (*El Comercio*, 01/05/02).

Las FARC niegan plagio del hijo de Paz.

las FARC ratificaron su (...) "política de no realizar operaciones (...) fuera de las fronteras de nuestra patria". (*El Comercio*, 03/05/02).

Turismo afectado por informe sobre terrorismo.

Los empresarios de turismo (...) se sumaron a la oleada de críticas por un informe (...) de los EUA que soslaya los avances del país en la lucha contra el terrorismo. (*El Comercio*, 23/05/02).

Gobierno rechaza críticas de Estados Unidos.

somos un país soberano.(...) el régimen también destacó la falta de dinero para combatir los problemas en la frontera norte, derivados del conflicto colombiano (*El Comercio*, 23/05/02).

El terrorismo y su teoría.

Colin Powell, presentó (...) su informe "Tendencias del terrorismo mundial". Cuando leyó (...) sobre América Latina, las ronchas brotaron enseguida entre las elites políticas y militares de la región (...) "El secuestro de personas siguió siendo un problema pernicioso (...) Ecuador no mejoró el control de sus fronteras (...) ni reprimió la (...) inmigración ilegal (...) los secuestros... (*El Comercio* Hernán Ramos Benalcázar, 24/05/02).

Pinto apoya cierre nocturno de puente Rumichaca.

El vicepresidente se mostró partidario del cierre del puente que une a Colombia (...) "Por lo menos en la noche, para que durante el día se pueda hacer un buen control". (*El Comercio*, 08/08/02).

Vemos neste caso a evolução de um problema que se origina nos seqüestros, e acaba assumindo conotações internacionais, envolvendo os Estados Unidos cujo papel, embora possa ser considerado de intromissão, não desculpa o papel do governo do Equador que foi por demais questionável.

Primeiro, há uma total ausência de políticas de segurança e proteção para quem é equatoriano. As notícias refletem esse tópico e os jornais não fazem nada mais do que transmiti-lo. Porém quando se tratava de um cidadão comum (como o primeiro exemplo), os jornais se limitaram a fazer um perfil do seqüestrado, sem dar mais continuidade ao episódio, deixando de questionar o papel do governo ou dos organismos de segurança.

Segundo, não há uma política de relações exteriores, onde os cidadãos do Equador tenham uma garantia de sua condição. O informe dos EUA sobre o país tem muito a ver com o assassinato de um trabalhador estadunidense seqüestrado por delinqüentes colombianos na amazônia equatoriana. Acaso o governo do Equador teria a mesma atitude em relação ao seqüestro de equatorianos na Colômbia? Ao contrário, o regime questionou inclusive, à família das vítimas, como no caso do empresário Paz.

Terceiro, a produção em seqüência pela mídia dessas notícias, reflete a imagem pública e o papel do governo em situações de crise. A imagem construída – mesmo que involuntária – manifesta, como consequência, a desconfiança nas instituições do país por parte da população.

A imagem pública que o Plano Colômbia deixou – especialmente no governo Noboa – é a da ausência de políticas de Estado que reflitam uma posição definitiva do país. A solução

como paliativo proposto à crise – analisada nos exemplos anteriores – foi criar outro problema: fechar a comunicação terrestre com a Colômbia, por ser uma medida mais fácil, numa zona de fronteira pobre, abandonada e numa sociedade órfã de políticas de segurança. Os reveses políticos do regime revelam que o contágio da crise colombiana ao Equador pode ser questão de tempo e em condições mais fáceis do que se pode pensar.

6.1.3 O discurso dos editoriais em relação ao Plano Colômbia

O editorial vem a constituir-se numa orientação para o leitor mas também pode servir para fornecer sugestões a quem está no poder, aquilo da voz reguladora que estrutura regras num mundo não existente ainda, ou num mundo ideal, onde certos procedimentos devem ser seguidos; ou é a voz que só expressa pontos de vista sem dar luzes de saída e solução. Fausto Neto coloca que se a mídia *diz qual é a saída para a (uma) crise diz também o tempo da saída* (p. 187). Só que às vezes isso pode ser relativo. Há artigos que não apontam nesse sentido e não deixam um vazio para quem toma decisões, mas sim para quem lê e quer formar sua opinião – temporal ou permanente.

A despeito disso, o autor aponta para o editorial como um “campo de luta”, porque nele se trava um debate entre vozes, o sujeito de enunciação - os chamados especialistas – que escreve e analisa os fatos-notícia e “opera em *off* ou como uma voz anônima, se não se tratar de um colunista; *a quem* ele legitima, dentro do artigo, que geralmente é o poder ‘decisor’, mas também pode ser o leitor em função de opinião pública em procura de orientação; e, os adversários a combater e/ou silenciar” (Idem, p. 163), que são ambos, poder e povo ou os fatores em debate, em oposição, o objeto em disputa ou o alvo da crítica em si.

No que diz respeito aos jornais El Comercio e El Universo, a evocação de personagens políticos nos editoriais – como o alvo, o ator chave do conflito – geralmente apontaram ao governo ou ao Presidente, que foi um dos mais aludidos na apelação editorial e nas análises jornalísticas relacionadas ao Plano, para dar soluções, marcar orientações, arremeter críticas e exigir respostas. O que Fausto chama de ‘determinações performáticas’ dos referidos (p. 181).

Para analisar as mensagens que o corpo editorial contém no espectro do Plano Colômbia, antes vale referir ao esquema que Fausto Neto coloca na construção do discurso nos artigos editoriais:

- É um processo de *agendamento do tema*
- Os temas ou assuntos são *hierarquizados e tematizados* segundo eles vão acontecendo, no caso do Plano, eles variaram mês por mês.
- E ao editorializar o jornal vai sair do lugar de *observador* – que simplesmente noticia fatos – para *tomar lugar ativo* no debate, mobilizando-se e mudando o seu discurso jornalístico, porque vai trazer a reflexão os problemas a futuro.

Para a análise presente, se tomaram alguns trechos de oito editoriais. O número corresponde à metade das colunas que os periódicos publicaram no decorrer da pesquisa. Foram escolhidos quatro editoriais do El Comercio, e os únicos quatro do El Universo:

1. - Una incursión que es otro preanuncio.

Los peligros que plantea la frontera norte se van concretando paulatinos y cada vez más preocupantes. Los sucesos de antier, 25 kilómetros dentro del territorio ecuatoriano, son un nuevo y más drástico preanuncio. La incursión última trajo varios mensajes implícitos y hay que analizarlos y catalogarlos. (...) Son algunos de los primeros síntomas derivados de las consecuencias del Plan Colombia y de las luchas internas del país vecino. Ya hubo antes los dos secuestros masivos y la primera incursión, cuyo objetivo fue la captura de vehículos en la zona ecuatoriana. ¿Qué más puede venir? (*El Comercio*, 06/06/01).

Este enunciado (1) jornalístico tenta dar visibilidade ao suposto perigo do Plano Colômbia ligado a certos fatos de violência guerrilheira e os vai qualificando: *paulatinos, preocupantes* em relação às incursões subversivas. Fazendo o papel de quem prevê, expressa uma posição com relação ao assalto numa rodovia usando afirmações determinantes: *um drástico pré-anúncio que traz mensagens implícitas*. Mas logo evita aprofundar a análise e conclui indicando que são sintomas derivados do Plano Colômbia. O jornal se coloca numa posição contrária ao Plano, transmitindo a imagem do Equador como vítima. Encerra com uma interrogante que sintetiza uma situação de impotência perante os fatos, como estabelecendo um enlace com os leitores que seguramente se perguntarão: *Que mais pode vir*, que pode ser também uma posição crítica ou julgamento à falta de garantias do lado estatal sempre imprevisto perante surpresas como essas.

2. - Los extremos de la delincuencia.

La captura de los delincuentes autores o cómplices del secuestro de Pompeya relievaa en el país, la importancia de un tema que cada vez es más prioritario esto es la seguridad. Sorprende el número de comprometidos y muestra que los problemas de la vecina Colombia dan paso a aprovechamientos perversos.(...) La seguridad, en términos generales, es un tema cada vez más acuciante. Un problema nacional y no solo eso. Conviene una atención permanente a fin de dar batalla organizada y no permitir que la delincuencia nacional o foránea gane terreno o que los grupos e individuos que son perseguidos en territorios vecinos vayan usando al Ecuador para objetivos ilegales. (*El Comercio*, 25/06/01).

Situando-se no lugar do resto da sociedade, o jornal faz o papel de intérprete de suas prioridades (2). No caso conjuntural da segurança: *la importancia de un tema que cada vez es más prioritario*, comenta a captura de um grupo de seqüestradores, que um ano antes haviam tomado como reféns a um grupo de trabalhadores petroleiros. Igualmente, coloca o conflito colombiano como o centro da controvérsia que envolve o Equador, e atribui: *los problemas de la vecina Colombia dan paso a aprovechamientos perversos*. A segurança, como na citação anterior, é vista como o paradoxo do que é chamado “*el conflicto con el problema colombiano*”, e o jornal a situa no centro da temática noticiosa e de interesse geral. Inclusive chega a colocar-se como o intérprete de uma ordem necessária: *es un tema cada vez más acuciante. Un problema nacional*. E se converte também em orientador de soluções gerais e ambíguas: *Conviene una atención permanente a fin de dar batalla organizada y no permitir que la delincuencia nacional o foránea gane terreno*.

3. - Sucumbíos.

Tal como advirtieron sus representantes, se enrareció la atmósfera que afecta a Sucumbíos. Hay que cuidar más ese sector nacional. (...) Se entiende que apenas se aprobó el Plan Colombia, el Ecuador también se obligaba a velar con mayor énfasis y objetividad por los sectores que estarían cerca de las operaciones que eran de esperarse. (...) Esas precauciones y preferible atención comprendían cobertura de servicios urgentes para las provincias amazónicas. Mejorar su seguridad es imprescindible. Ellas lo pusieron en claro, fijando prioridades para no caer en mayor crisis. Hay que atenderlas con más dedicación. (*El Universo*, 03/09/01).

Neste caso (3), El Universo se limita a dar uma opinião. Se bem a narrativa jornalística do editorial começa com uma frase situada na margem, como reproduutor de outras opiniões: *Tal como advirtieron sus representantes, se enrareció la atmósfera que afecta a Sucumbíos*; esta conclui logo e tenta enunciar soluções gerais, para dar força ao editorial: *Hay que cuidar más ese sector nacional*. O restante do texto vai clamando mais enunciados de queixa e de sentença: *apenas se aprobó el Plan Colombia, el Ecuador también se obligaba a velar con*

*mayor énfasis y objetividad por los sectores que estarían cerca de las operaciones. Assume no início, uma posição óbvia de exigência, mesmo que encerra com posições ociosas, ou seja, faz uma demanda em linhas gerais e com clichês típicos: *Mejorar su seguridad es imprescindible. Hay que atenderlas con más dedicación.**

4. - El recelo de la región.

El atentado del 11 cambió la agenda de la administración Bush para América Latina, pues Colin Powell no pudo concentrarse, como estaba previsto, sobre la Iniciativa Andina. La oferta de priorizar los fondos para desarrollo sobre los gastos militares se congeló. Al mismo tiempo, persiste la inquietud de que la guerra anunciada pudiera involucrar ataques en Colombia, en virtud de la categorización que hace el Departamento de Estado sobre los grupos irregulares. La representante estadounidense se encargó de negarlo, mientras que la diplomacia de su país dice que la lucha contra el terrorismo va más allá del plano militar e implica un escenario integral: diplomático, político, económico y hasta policial. Pero los recelos sobre el escenario Plan Colombia tardarán en despejarse. (*El Comercio*, Análise, 21/09/01).

O artigo (4) interpreta somente fatos e julga alguns procedimentos. É a visão de um fato, mais do que uma análise, neste caso o atentado em Nova York e o conflito colombiano: *El atentado del 11 cambió la agenda de la administración Bush para América Latina.* E encerra o parágrafo fazendo enunciados pedagógicos: *Colin Powell no pudo concentrarse, como estaba previsto, sobre la Iniciativa Andina.* Quer transmitir certezas com o conhecimento de causa, não de uma suposição, e a coloca como verdadeira. Mas também entra no plano de intermediário geral ao exteriorizar preocupações: *persiste la inquietud de que la guerra anunciada pudiera involucrar ataques en Colombia.* Estabelece teses incertas e faz conclusões ainda prematuras relacionadas às guerrilhas, mas as relaciona à junção de informações vindas de fontes confiáveis: *en virtud de la categorización que hace el Departamento de Estado sobre los grupos irregulares.* No encerramento, novamente análises ambíguas. A única capacidade é deixar ao leitor interrogações óbvias: *los recelos sobre el escenario Plan Colombia tardarán es despejarse.*

5.- La paz amenazada.

Repudiamos las nuevas manifestaciones de violencia en Colombia, que amenazan el proceso de paz en ese país. (...) El asesinato de la señora Consuelo Araujo Noguera, esposa del Procurador General de Colombia, secuestrada por un comando de las FARC, ha sembrado dudas sobre el destino del proceso de paz en esa nación. (...) En estos días el mundo entero ha coincidido, de manera casi unánime, en condenar el terrorismo en todas sus variantes. Prácticamente no ha habido una sola voz que se haya atrevido a justificar o defender esa forma repugnante de hacer política, que atenta de manera indiscriminada e irracional contra vidas inocentes. (...) En los próximos días, el gobierno del presidente Andrés Pastrana deberá resolver qué actitud adopta ante estos acontecimientos. La decisión que finalmente tome tendrá repercusiones más allá de las fronteras colombianas, lo que justifica que los

ecuatorianos expresemos nuestro rechazo por esta nueva escalada de la violencia, así como nuestra aspiración de que Colombia pueda frenar a sus autores e imponer la paz. (*El Universo*, 02/10/01).

Longe de querer fazer uma reflexão, os enunciados acima (5) fazem com que o jornal tome uma posição perante o fato. Usa um poder deliberante, que pune. Usando a lógica da auto-referenciação o jornal faz questão de enunciar uma condenação tentando reproduzir posições: *Repudiamos las nuevas manifestaciones de violencia en Colombia, que amenazan el proceso de paz en ese país (...) Prácticamente no ha habido una sola voz que se haya atrevido a justificar o defender esa forma repugnante de hacer política*. Entra na arena da crítica direta, com referentes lingüísticos diretos e também diplomáticos para integrar e transmitir ao leitor de que faz parte de um consenso e que não está à margem dos fatos: *el mundo entero ha coincidido, de manera casi unánime, en condenar el terrorismo en todas sus variantes*. Está longe de querer ser o olho visor e quer mostrar a cara da imprensa sensata. Daí que enuncia uma série de afirmações conclusivas sobre o tema do assassinato na Colômbia, e estrutura valores: *ha sembrado dudas sobre el destino del proceso de paz en esa nación*. É interessante como manifesta uma posição abrangente e serve de mediador de aspirações que, se supõe, são de todos: *los ecuatorianos expresemos nuestro rechazo; como nuestra aspiración de que Colombia pueda frenar a sus autores e imponer la paz*. Para encerrar, novamente com um tom auto-referenciador e fazendo premonições, predetermina ações nos atores envolvidos do que, do ponto de vista da lógica, devem fazer: *En los próximos días, el gobierno del presidente Andrés Pastrana deberá resolver qué actitud adopta ante estos acontecimientos. La decisión que finalmente tome tendrá repercusiones más allá de las fronteras colombianas*.

6. - Las FARC cesan las hostilidades o....

La presión sobre el presidente Andrés Pastrana – el gran defensor de la paz – aumentó en tal forma luego de los dos episodios que, como lo proclama el diario *El Tiempo*, con evidente respaldo, solo un suceso "grande, audaz, contundente, histórico" puede salvar el proceso para la pacificación de Colombia. (...) Ese planteamiento descarta disculpas dudosas, medias tintas o nuevos plazos. Los dos sucesos, sobre todo el crimen contra la señora Araújo, quien incluyó en su apellido un elocuente "no a la guerra", resultaron gotas que derramaron el vaso. Fue – y así lo recibió el mundo – un acto de crueldad absurda, de frialdad implacable, tal vez igual a otros similares, pero que dolió más por la personalidad de la víctima y porque se añade a otros momentos violentos que chocan rudamente contra la idea de un auténtico plan de paz. (...) Si no hay el suceso audaz e histórico que reclama un importante sector de Colombia, los próximos pasos pueden ser impactantes. (*El Comercio*, 02/10/01).

É interessante como um evento da magnitude do que é editorializado pelos dois jornais, pode arrancar enunciados punitivos e posicionamentos uníssonos entre os meios de

informação. Primeiro o uso de adjetivos pouco comuns, que seriam usados só por uma parte na negociação da paz: *el presidente Andrés Pastrana – el gran defensor de la paz*. Com o termo está atribuindo qualidades que ainda a história não julga sequer. Também ecoa e legitima outros protagonistas da mesma linha: *como lo proclama el diario El Tiempo, con evidente respaldo, solo un suceso "grande, audaz, contundente, histórico" puede salvar el proceso*. Mais enunciados punitivos: *gotas que derramaron el vaso*; e auto-referenciadores: *Fue – y así lo recibió el mundo – un acto de crueldad absurda, de frialdad implacable*. Finalmente em um tom aconselhador também injunciona ações e conclusões ambíguas a seguir: *Si no hay el suceso audaz e histórico (...) los próximos pasos pueden ser impactantes*.

7. - La cita de Lima.

La reunión de mandatarios andinos con el Presidente norteamericano parece haber arrojado escasos resultados. (...) Sin embargo, más allá del acuerdo de continuar la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo de manera conjunta, los resultados del cónclave parecen ser muy escasos. Al menos, eso es lo que se desprende de la información oficial. (...) Es loable que el Ecuador haya dejado sentada su posición de evitar una regionalización del conflicto colombiano, pero queda flotando la preocupación de que hace falta que Estados Unidos y sus aliados en el área andina definan en términos más precisos sus intereses comunes. (*El Universo*, 26/03/02).

O editorial (7) chega a ser muito ocioso e fraco na análise do tema, pois ele não é concluyente e só usa enunciados vagos, suposições e julgamentos de outros: *los próximos pasos pueden ser impactantes; los resultados del cónclave parecen ser muy escasos; eso es lo que se desprende de la información oficial*. Entra no plano do portador das chaves da inteligibilidade, mas cai na obviedade: *Es loable que el Ecuador haya dejado sentada su posición de evitar una regionalización del conflicto colombiano*. E como em outros artigos ele só conclui com mais obviedades: *hace falta que (...) definan en términos más precisos sus intereses comunes*. O editorial aporta muito pouco ao entendimento do tema e à formação de um critério pedagógico no leitor.

8. - Cambio en Colombia.

Histórico es el cambio que reclama Colombia. Porque al nuevo Mandatario recibe el fracaso de Andrés Pastrana para alcanzar la paz que merece su país. (...) Los ecuatorianos estamos con Colombia en su legítimo afán de retomar a la unión, a la paz, al entendimiento. A pesar de que confusas corrientes de todo orden influyen para que tal fin se vea como prueba de fuego para los hombres de buena voluntad y definido carácter. Los ecuatorianos debemos ir más allá de las expectativas. Quienes tienen autoridad política y fuerza moral como recursos del actual Gobierno y del que elegiremos, deben preservar rigurosamente nuestra soberanía y nuestra vocación por la paz. (*El Universo*, 08/08/02).

Como se aprecia (8), o discurso midiático pode ser incongruente aqui, o “grande defensor da paz” que era Pastrana já é julgado como um fracassado. O uso dos recursos de mediação são abundantes: *Los ecuatorianos estamos con Colombia en su legítimo afán de retornar a la unión, a la paz, al entendimiento*. Há também um uso de recursos literário-religiosos pouco claros: *confusas corrientes de todo orden influyen para que tal fin se vea como prueba de fuego para los hombres de buena voluntad y definido carácter*. Aliás, quer se atribuir poder legitimador e pedagógico, levantando um discurso dogmático: *Quienes tienen autoridad política y fuerza moral como recursos del actual Gobierno y del que elegiremos, deben preservar rigurosamente nuestra soberanía y nuestra vocación por la paz*.

Para concluir, vale anotar que o poder dos editoriais é colocar os jornais num papel ativo e protagonista no debate. Sobre o Plano Colombia e o conflito se observou que eles entraram numa arena jornalística mais ativa. O El Comercio parece tornar-se um mediador que ordena, com critérios definidos, a informação a ser explicada ao público do que significa o caótico mundo da política. O El Universo fez um papel de observador que aprecia, aconselha, predica e atribui, sem querer às vezes “contaminar-se” de um espírito mais ativo. A estratégia discursiva foi mais de um debatedor ocioso, cheio de obviedades e com uma lógica comum à de muitos leitores com pouca opinião sobre o tema.

6.1.4 Personagens e instituições no cenário do Plano Colômbia

Há um princípio colocado por Gomes (2001) de que se as entidades ou organizações da sociedade civil, que não são capazes de introduzir-se na cena de debate midiático, terão reduzidas consideravelmente as suas chances de participar das decisões do Estado e da agenda nacional. Neste contexto é necessária uma introdução no campo da *política de imagem* que projetaram entidades do Estado, o próprio governo, a sociedade civil o Congresso Nacional, ou participantes genéricos, como os Estados Unidos e a Colômbia. Qual foi o discurso projetado por estes participantes midiáticos no cenário do Plano Colômbia?

A pesquisa estabeleceu que os papéis de alguns deles foram decisivos para mudar certos comportamentos do governo por causa do letargo nas decisões públicas que envolvem uma comunidade ou o país. A imagem pública destas entidades ou organizações deve ter mudado muito após sua participação direta e até militante no cenário em estudo.

Mas houve também uma disputa por papéis dentro do cenário do Plano Colômbia e a luta por uma voz de autoridade – produzida ou induzida – sobre os assuntos relacionados à

segurança, às políticas públicas, à proteção ecológica, à geopolítica ou simplesmente aos interessados, envolvendo um corporativismo institucional. Alguns com êxito, outros completamente ausentes e ignorados.

Muitos disputaram esse protagonismo, pretendendo definir o problema, o que iria outorgá-lhes essa autoridade e competência, para aparecer em público. Papel que também os próprios jornais o fizeram ao editorializar o tema, como já analisamos anteriormente.

Para o caso de estudo, foram identificados vários protagonistas como:

- Ex diplomatas
- Militares da reserva ou militares ativos
- Militantes ecológicos
- Militantes de DD.HH.
- Dirigentes de associações ou organizações sociais
- Cientistas sociais

Porém, no texto vão ser classificados em grupo, para analisar como os jornais colocaram estes atores na esfera pública de opinião e como o seu discurso ou estratégia discursiva foram expostas no debate político. A análise está referenciada por trechos de textos publicados no período de pesquisa, observando a seguinte categorização:

- Sociedade civil: organizada ou não
- Classe política: governo e seus atores
- Instituições armadas: militares e a polícia
- Congresso Nacional
- Os Estados Unidos
- A Colômbia

Sociedade civil

Os movimentos da sociedade civil, segundo Gomes, nascem ou são criados nas democracias contemporâneas como uma “terceira forma de atividade política” – ao lado do governo e do legislativo. Esses movimentos sociais surgem como instituições populares de pressão sobre o poder político, destinado a garantir a presença “de determinadas pautas orientadoras das políticas do executivo e do legislativo” (p. 07). São dentro do sistema democrático, sobretudo nos países chamados de emergentes, os substitutos dos partidos políticos.

Sob esta perspectiva, foi tomada no estudo, a sociedade civil representada por organizações como a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador CONAIE e o grupo Ação Ecológica, ou as organizações dos Direitos Humanos, como as entidades organizadas que mais encenaram no campo político e midiático contra o Plano, através de manifestações planejadas. O resto da sociedade civil contemplada no estudo é das províncias afastadas dos centros de poder e afetadas pelo Plano, que tiveram de se organizar de forma improvisada ou sair à esfera pública para debater temas sobre uma preocupação central: a violência e as fumigações. Ela foi o motivo que fez com que a sociedade civil agisse para exigir do Estado e do governo uma presença na zona de violência. Foi em ambos os casos uma iniciativa cidadã, onde também os políticos e autoridades locais tomaram a liderança nas iniciativas e decisões em nome do resto da população, e evidenciou a ausência e descuido ancestral do Estado numa zona periférica, porém rica em petróleo, como é Sucumbíos e Carchi, a província de fronteira de maior comércio e intercâmbio com a Colômbia.

A pauta de discurso destes grupos não foi improvisada, pois saíram na defesa dos grupos de seu interesse. Aqueles afetados pela contaminação nas fumigações e às atividades suspeitas dentro do desenvolvimento do Plano. Porém, a CONAIE foi o grupo que se manifestou contra o Plano com um discurso mais político-ideológico, e até porque as comunidades indígenas que vivem na Amazônia do Equador convivem também com as comunidades colombianas. A CONAIE chegou inclusive a pedir a saída da Base de Manta, o que nenhum grupo ou partido político no Equador o fez aberta e publicamente até hoje.

O caso é que a base permanece, inclusive com a garantia do novo governo, do qual faz parte o braço político da CONAIE o movimento Pachakutik. No que se refere às fumigações, o avanço neste assunto, que foi conseguido pela pressão da sociedade civil em parceria com estamentos burocráticos e que acabou com a solicitação do governo do Equador para que a Colômbia deixasse de contaminar os rios do país.

A sociedade civil representada nestes grupos, colocou nos temas mencionados, o tom de irreverência política ao governo, o drama e a emergência social, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública e a mídia sobre a necessidade de criar uma institucionalidade comum no país e que pretendia conseguir do governo uma posição firme como representante dos interesses cidadãos. Essa dramaticidade se traduz num discurso com seus equivalentes imediatos.

Quadro 14 – Estratégias Ação Ecológica

Assunto:	Fumigações do Plano Colômbia
Mensagem:	Representam um perigo para a saúde do país
Recursos na mídia:	Trazer uma equipe internacional de médicos para sustentar suspeita. Denúncia dos resultados positivos da presença de químicos pesados nos rios amazônicos. Respaldo para as comunidades afetadas que também denunciam.
Resultado:	Trabalho conjunto com autoridades dos ministérios de Relações Exteriores, Ambiente e Agricultura. Elaboração de um documento que oficializa o pedido do Equador para suspender as fumigações.
Referentes/ porta-vozes:	Lucia Gallardo e a organização como entidade.

Intoxicación por las fumigaciones.

ciento por ciento de la población (...) cercana a las zonas (de) (...) las fumigaciones aéreas sobre los cultivos de coca (...), sufrió intoxicaciones, revela (...) Acción Ecológica. (...) Este informe será presentado en los próximos días al presidente de la República, Gustavo Noboa. (*El Universo*, 21/06/01).

Acción Ecológica se ratifica.

Lucía Gallardo, (...) calificó a la posición de la Ministra como "una actitud ciega ante una realidad (...)" defendió la seriedad de la investigación realizada hace más de un año. Reiteró que el químico Roundup ultra, contiene 26% de glifosato en lugar del 1%, que es lo recomendado. (*El Universo*, 04/07/01).

Malestar por visita postergada.

Acción Ecológica, (...) expresa: "La decisión (...) coincide con la inconformidad del embajador Alejandro Suárez frente a la invitación de la Conaie y de Acción Ecológica..." (...) sostiene que no se puede excluir a (...) los legítimos voceros de la investigación de campo". (*El Universo*, 19/07/01).

Quadro 15 – Estratégias CONAIE

Assunto:	Plano Colômbia e Base de Manta.
Mensagem:	Soberania e segurança do país, em risco.
Recursos midiáticos:	Pronunciamentos coletivos. Mesas de discussão. Denúncias das ameaças às comunidades afetadas.
Referentes/ porta-vozes:	Blanca Chancoso e a organização em si.

La mesa del Plan Colombia sin problemas

Blanca Chancoso (...), planteó acciones urgentes para solucionar el drama de los desplazados internos, (...) que Ecuador se declare neutral y zona de paz. "Esto permitirá exigir indemnizaciones a EE.UU. y Colombia en caso de efectos negativos en el país". Para lograrlo es necesario revisar el convenio de Manta. (*El Comercio*, 11/04/01).

El Plano Colombia es cuestionado.

La propuesta de Blanca Chancoso, (...) fue radical y escéptica. Desde su óptica, el Plan Colombia (...) oculta el verdadero objetivo de EU: apropiarse (...) de los recursos de la cuenca amazónica (...) y de la extraordinaria biodiversidad de esas tierras. (*El Comercio*, 09/07/01).

Turismo afectado por informe sobre terrorismo.

Opiniones

Blanca Chancoso (...) "Indigna que (...) Bush busque pretextos con el fin de invadir nuestros territorios (...) bajo el paraguas del narcotráfico y ahora quieren entrar con el pretexto de la lucha terrorista(...) se está afectando la imagen y la soberanía del país. El terrorismo más bien lo imponen los EU con esas políticas de hambre (*El Universo*, 23/05/02).

Quadro 16 – Estratégias nas Províncias

Assuntos:	Violência fronteiriça e problemas com guerrilhas colombianas
Mensagem:	Alto índice de violência de grupos colombianos. O arrastamento provocado pelo Plano Colômbia de máfias, guerrilhas e delinquência.
Recursos midiáticos:	Atos públicos, mobilidade social; a própria violência que atrai à mídia.
Referentes/ porta-vozes:	Comerciantes, agricultores, grêmios produtivos.

Probarán daño a cultivos por fumigaciones.

campesinos de Sucumbíos (...), están dispuestos a demostrar que las fumigaciones (...) de coca como parte (...) del Plan Colombia también afectan a sus cultivos. (*El Comercio*; 21/06/01).

Rumichaca: presión por el cierre fronterizo.

Los carchenses ven en el cierre nocturno del Puente (...) una medida de protección (...) Los representantes de las cámaras de Comercio y Turismo (...) coinciden al decir que la medida no entorpecerá el intercambio comercial entre ambos países. (*El Comercio*, 16/08/02).

Jóvenes contra Plan Colombia.

Los estudiantes de los colegios de la provincia de Sucumbíos (...) expresaron un rotundo rechazo al (...) Plan Colombia. La mayoría (...) coincidió en calificar (...) como un plan de guerra y de muerte. (*El Universo*, 22/05/01).

Quadro 16 – Estratégias ONGs de Direitos Humanos

Assuntos:	DYNCORP na Base de Manta e refugiados colombianos
Mensagens:	Mercenários de guerra estadunidenses no país. Refugiados vivem um drama.
Recursos midiáticos:	Coletiva de imprensa. Alerta cidadã. Entrevistas.
Resultados:	Poucos, só ficam no imaginário o fato de perceber certa suspeita na Base, e que os refugiados são assunto de organismos de socorro.
Referentes/ porta-vozes:	Gustavo Larrea, Aléxis Ponce ambos com baixo perfil midiático.

Según la ALDHU hay mercenarios contratados en la base aérea de Manta.

donde funciona un centro de operaciones de EU para luchar contra el narcotráfico, opera un "grupo de mercenarios". (...) Por considerarlo un problema para la seguridad nacional, (...)

pidió al Parlamento (...) que dé por "concluido el acuerdo de (...) uso de la Base (*El Universo*, 29/04/02).

Aldhu advierte aumento de refugiados colombianos.

advirtió (...) posible oleada de refugiados colombianos hacia Ecuador por la escalada de violencia en el sur de Colombia. (...) Gustavo Larrea, portavoz (...) advirtió (...) que "en las próximas semanas y meses (...) tendremos muchos más (...) gente que solicite residencia en Ecuador". (*El Comercio*, 04/09/01).

Aumenta número de refugiados

Alexis Ponce, portavoz de la APDH, (...) apoya a los refugiados en el país, indicó que Ecuador ha sido una de las naciones que más ha avanzado en materia de legislación sobre desplazados. (*El Universo*, 20/06/02).

Como argumenta Gomes (1997) "a arte de produção de boas representações consiste em dominar os recursos pelos quais se estabelecem as estratégias que prevêm os efeitos poéticos na recepção" (p. 13). Daí que para os enunciadores, quem teve melhor performance midiática foi o grupo *Acción Ecológica*. El Universo foi mais favorável a dar publicidade a esta ONG; no entanto, El Comercio evitou manter um contato sequer. A CONAIE está acostumada a fazer encenação política mediante o recurso das manifestações públicas, congregando simpatizantes, organizando discussões públicas, além da irreverência de seus dirigentes. A ALDHU e a APDH não fizeram sucesso na encenação para denunciar o caso da DYNCORP em Manta, ou um acompanhamento mais continuo dos refugiados. A denúncia da ALDHU que prometia sucesso midiático, ficou no ar por não ter ido além da denúncia e pelo silêncio oficial ao redor dela. Uma parca resposta de um porta-voz militar equatoriano parou a continuidade na mídia, além do hermetismo das autoridades militares sobre o tema de Manta. El Comercio foi o jornal que de mais cobertura ao fato. No caso da APDH, sua iniciativa de criar o *Grupo Civil de Monitoreo de los Impactos del Plan Colombia en el Ecuador* não teve maior repercussão na mídia, pois esta nunca apareceu publicada.

Outra menção que poderia acompanhar o papel da sociedade civil é a dos personagens anônimos com um protagonismo rápido: o "povo com nome", categoria que apareceu como a terceira na lista de fontes nos jornais pesquisados. Estes elementos não serão referidos a fundo, pois os jornais usam os personagens e seus nomes como um artifício nas notas de caráter humanista ou notícias improvisadas, como aquela que analisada na parte de manchetes e notícias (ver: "Pobladores del Chical se quejan por olvido oficial", *El Universo*, 14/08/02, p. 127).

Segundo Barnhurst este tipo de recurso teve impacto particular em relação a “quem deveria aparecer nas notícias” (p. 03). Porém, no *recente jornalismo*, “o número de indivíduos com nome nas estórias declinou”. E ser identificado nas notícias, precisou mais freqüentemente uma descrição, que era usualmente a de pertencer a um grupo ou afiliação. Sob essa perspectiva o estudo coloca os setores sociais das províncias e não os indivíduos que esporadicamente apareceram nas reportagens de caráter humano ou policial.

Classe política: do Governo e outros atores locais:

É importante referir a tese de Fausto Neto (1995), que diz que os políticos sabem que “sem visibilidade irradiada, é difícil e impossível funcionar o discurso político” (p. 32). E é justamente a mídia a que acaba estabelecendo regras que vão mediar a existência da política, seja como uma mera informação, ou como um espetáculo político. Nestes casos, o governo teve mais visibilidade midiática e seus protagonistas respectivos: os ministros Heinz Möeller e Hugo Unda; e seus ministérios, do ponto de vista institucional, foram o alvo dos holofotes midiáticos. Estas duas correntes informativas – como ficou esclarecido no item respectivo – manejaram as crises envolvendo o Plano dentro e fora de casa; e a mídia projetou sua performance política desde vários ângulos. Também se incluem aí o presidente Gustavo Noboa e os atores políticos locais, principalmente o prefeito de Carchi, René Yandún.

Para analisar o uso que estes personagens fizeram da mídia e o tratamento que ela lhes deu se utilizaram exemplos das manchetes e das notícias dos jornais.

Heinz Möeller e o Ministério das Relações Exteriores:

Moeller preocupado.

por el posible contagio de la violencia colombiana en la frontera norte de Ecuador. (*El Universo*, 06/06/01).

Canciller Moeller viaja a EE.UU. para solicitar recursos.

con el fin de pedir al Departamento de Estado de EU los recursos ofrecidos para (...) plan de seguridad y desarrollo en la frontera con Colombia. (*El Comercio*, 08/06/01).

El Plan Colombia no perderá importancia

Lo dice Jaime Marchán, vicescanciller. La calificación a los grupos armados colombianos de terroristas es respetada (*El Comercio*, 28/09/01).

Moeller: subversivos de Colombia no son ‘terroristas’ (*El Comercio*, 22/10/01).

El vicescanciller ecuatoriano se opone a la posibilidad de solicitar visado a los colombianos. (*El Comercio*, 02/04/02).

No cenário do Plano Colômbia, uma das personalidades que aparentemente forjou sua imagem pública foi o ministro Heinz Möeller. Möeller, que é um dos protagonistas, que por ser um político com trajetória, trabalha com zelo essas questões. Ele já ocupou cargos importantes nos últimos 15 anos de democracia como ministro de Governo, Deputado – reeleito por dois períodos –, presidente do Congresso Nacional e do Parlamento Andino, e presidente da Comissão de Assuntos Internacionais do Congresso, período no qual se aprovaram os termos do Convênio da Base de Manta. Após o golpe dos coronéis de janeiro de 2001, Gustavo Noboa o indica para a pasta das Relações Exteriores, cargo que ocupou durante estes três últimos anos. Aliás, teve de assumir a pasta de Comércio Exterior e pouco antes de concluir seu mandato, quis se lançar à candidatura presidencial.

Os inconvenientes com o Plano, como os atrasos dos EUA na entrega dos fundos e os contatos diplomáticos com esse país, além da série de tropeços internacionais do Equador; o fracasso para trazer os banqueiros foragidos do exterior ou dos acordos de migração com a Espanha; e para culminar, a queda abrupta da balança comercial do país, teriam sido o melhor argumento da oposição para acabar com sua candidatura. Seu trabalho nos últimos meses foi de baixo perfil. Mas, como visto, ele usou a mídia e esta o usou por ter sido ele muito mais político do que o ministro da Defesa. Möeller foi o rosto civil do regime no conflito do Plano Colômbia durante estes últimos três anos. No entanto, seus Vice-ministros figuram também na lista de fontes mais consultadas pelos jornais. Aí é possível ver um jogo institucional dos personagens e seus discursos, mas também por motivos conjunturais, como as ausências do titular no país, ou a facilidade de contato para a mídia com o segundo escalão ministerial. O Ministério é uma entidade profissional, porém está submetido ao jogo político dos governos o que o deixa muito sensível a mudanças políticas conjunturais. A fraca estratégia diplomática do país é uma consequência disso.

Hugo Unda:

Unda: Plan Colombia es un ‘enemigo invisible’.

principalmente por la (...) posible incursión de paramilitares en el límite del país. (*El Comercio*, 19/04/01).

Unda advierte peligro en la frontera norte.

Esmeraldas, Carchi y Sucumbíos corren “alto riesgo”, ante la amenaza de grupos armados colombianos. (...) a futuro la situación se complicará, (...) se trata de “una guerra irregular donde intervienen intereses creados por diversos sectores” (*El Universo*, 09/07/01).

Estes são dois exemplos amplamente eloquentes do papel estratégico do ministro da Defesa; além da visão geopolítica progressista dos militares equatorianos, o ministro pessoalmente, não ocultou uma posição contrária ao Plano e suas seqüelas. Unda, que também esteve três anos no cargo, foi mais institucional nas suas apreciações; a mídia o procurou para obter informação, e é o protagonista mais pontual neste cenário. Unda já tinha sido Comandante da Marinha (1988-89) e das Forças Armadas (1989-92). A institucionalidade deste ministério é mais consistente do que a do Ministério de Exteriores, sobretudo pela tradição do país de indicar para o cargo a um militar aposentado que acaba sempre respondendo à lógica corporativa.

René Yandún:

Yandún: Necesitamos de diez helicópteros.

"Tras la incursión (...) del Ejército de Liberación Nacional (ELN) en Huaca (...) se llega a una conclusión: necesitamos más seguridad", expresó (...) Yandún. (*El Universo*, 06/06/01).

Prefecto pide cierre parcial de frontera.

sostuvo que la seguridad debe ser sectorizada en tres frentes: Ejército, Policía y gobiernos seccionales. (...) trabajarán (...) con las comunidades (...) portavoces de las necesidades y vigías de las novedades en cada comunidad" (*El Universo*, 21/06/01).

Prefecto del Carchi teme escalada de delitos.

"Si no tenemos la seguridad dada por la fuerza pública, (...) va a tener que ser organizada (...) en cada una de las comunidades, (...) fronteras, señaló Yandún (*El Comercio*, 22/06/01).

Yandún: Falta control.

prefecto de Carchi, insistió que la frontera requiere de un mayor control ante (...) "guerra entre guerrillas" que se libra (...) en territorio colombiano. (*El Universo*, 28/06/01).

Oigámosle.

Raúl Izurieta Mora Bowen

"El norte del país está severamente amenazado por grupos que afectan la seguridad (...)". Así se expresa el Gral. René Yandún (...) puede tener la razón. Oigámosle. (*El Universo*, 19/11/01).

René Yandún é um general da reserva convertido à política ativa. Como tal, seu papel também foi estratégico e consistente com a crise. Daí seu protagonismo ativo na mídia. Sua exposição permitiu que liderasse discussões mais do tipo militar e de segurança do que políticas. Falou inclusive em elaborar um plano integrado de segurança para orientar camponeses, comunidades e 'parroquias' (vilarejos) para "identificarem pessoas e veículos de

duvidosa procedência e comunicar ao Exército e a Polícia”⁵⁴. Com um clima de guerra não declarado oficialmente, a comunidade da província de Carchi se mobilizou sob a liderança de Yandún, que também deu a força à comunidade para fazer os julgamentos que ela acredite são necessários em relação às agressões e casos de violência, pouco comuns que enfrentavam. E como ele mesmo dizia *algo devemos fazer, não ficarmos de braços cruzados*.

Gustavo Noboa:

Noboa: No tengo idea.

"No tengo la bola mágica para saber de dónde son (...)", fue la respuesta del presidente (...) al ser consultado sobre la identidad del grupo armado que (...) incursionó violentamente en (...) Carchi. (*El Universo*, 06/06/01).

Si es necesario hablo con las FARC: Noboa.

presidente dejó abierta la posibilidad de conversar con las FARC. Sin embargo, aclaró que solo sucederá si hay motivos de Estado muy fuertes y un acuerdo con el Gobierno colombiano. (*El Comercio*, 17/07/01).

El Presidente no concurrirá a Lima. (*El Comercio*, 28/02/01).

Noboa: Ecuador ‘alerta’ ante incursiones guerrilleras.

gobierno (...) "no descarta" que la base de Manta, utilizada por EU para rastrear droga, se use para combatir el terrorismo, en caso de agravarse el conflicto colombiano, "aunque para eso habría que reformular el convenio", dijo Noboa (*El Comercio*, 26/03/02).

La Base y la negociación.

Las declaraciones del presidente (...) sobre la posibilidad de cambiar el uso de la Base (...) para combatir el terrorismo, causaron un escalofrío diplomático y político (*El Comercio*, Análisis, 01/04/02).

Rodrigo Paz rechaza dudas de Noboa sobre la autoría de las FARC en el secuestro de su hijo (*El Universo*, 29/04/01).

O papel do presidente no cenário do Plano foi mais discreto do que se esperava. No acompanhamento dos jornais foi evidente perceber que o chefe de Estado evitou até falar do assunto e quando o fazia, cometia gafes políticas e diplomáticas como registrado nas curtas intervenções que a mídia recolheu. Noboa chegou a confrontar-se com os EUA, mas teria sido por sua negativa a envolver-se diretamente com o Plano Colômbia; e mais que nada, por suas críticas à falta do apoio econômico dos EUA em troca da Base em Manta. Noboa chegou a recusar-se a assistir a um encontro com o presidente George W. Bush no Peru, numa reunião

⁵⁴ LA HORA. *Autodefensas ya funcionan en el Carchi. El riesgo de armar al pueblo*. Primera Plana, entrevista René Yandún. Quito: diario La Hora: www.lahora.com.ec, 28-06-01.

convocada pelo presidente norteamericano aos executivos andinos, viajando à China em visita oficial; sua ausência, inclusive, coincidiu com a visita ao Equador do ex-presidente dos EUA, Bill Clinton.

Outros atores locais:

Alcalde advierte el riesgo.

Máximo Abad, alcalde de Nueva Loja, considera latente el riesgo de que Sucumbíos se contamine con la violencia en el Putumayo, por narcotráfico y enfrentamientos entre grupos armados. (*El Universo*, 25/04/01).

'Carchi necesita reforzar su margen de frontera'.

gobernador de Carchi, Édgar Moscoso, le preocupa la ausencia de la Unidad de Desarrollo Norte en las provincias fronterizas. (*El Comercio*, 08/06/01).

Gobernador de Sucumbíos pide declarar emergencia en la frontera norte.

Víctor Velasco, solicitó el estado de emergencia (...) ante el auge de la violencia. (*El Universo*, 19/05/02).

Estes são outros três atores que tiveram um protagonismo influente no cenário do Plano Colômbia. Como visto no capítulo anterior, os *alcaldes* (prefeitos) *prefectos* de província e governadores das províncias fronteiriças figuram entre os mais procurados pela mídia dentro do contexto do Plano. Considera-se que o papel deles foi de mediadores entre a sociedade e a mídia, com a finalidade de exteriorizar as demandas locais que só a mídia podia colocá-las na esfera pública. Eles não foram parte de uma estratégia de comunicação planejada, até pelas rudimentares estruturas comunicacionais dos municípios do interior do país, mas sustentaram um discurso apropriado, o que permitiu à mídia alimentar informações sobre as províncias de acordo com a sua demanda.

Poderia mencionar o papel de outros ministros do governo como os da Casa Civil e do Ambiente, que tiveram suas etapas de protagonismo político na esfera de visibilidade pública, mas só foi um protagonismo conjuntural, relacionado a temas específicos.

Instituições armadas: militares e polícia.

A cobertura jornalística a uma fonte como a militar sempre leva uma carga de efeitos psicológicos outorgados não só pela redação do repórter, senão pela imagem que sua ação precisa. O fato de carregar uma arma, e a tarefa dura e arriscada são magnificadas com

heroicidade pela criatividade dos jornalistas, que acabam se convertendo nos escritores de histórias épicas de fatos às vezes corriqueiros dos fardados, nas rotinas de trabalho.

Na presente pesquisa isso não esteve ausente; e o produto descrito foi o cenário ou teatro de uma guerra. E era mesmo. O ritual jornalístico-militar se cumpria de certa forma como um jogo de imagens exato e planejado. Já aconteceu no conflito com o Peru, desta vez se repetiu, com outros atores e cenários. O inimigo não era o exército de outro país, senão rebeldes com o mesmo poder de ataque e até melhores condições de combate.

No caso presente, no entanto, na esfera midiática de visibilidade, foi factível perceber uma outra luta – se assim podemos chamá-la – por um protagonismo entre a Polícia Nacional e as Forças Armadas, sobretudo com o Exército, com uma óbvia vantagem dos militares que defendem sua condição de “guardiães das fronteiras”. Mas, quem se alimentou e aproveitou dessa luta pelo protagonismo foi sem dúvida a mídia. A seguir a descrição desse cenário com trechos dos jornais que descrevem essa teoria: Fatos-notícia como os encontros inesperados de bases guerrilheiras no meio da selva; detenção e prisão de subversivos; captura de armamentos ou drogas; libertação de seqüestros foram alguns dos temas em que os grupos de segurança do Estado jogaram um papel estratégico e que deu pontos a sua imagem pública:

No hay 1.000 ha de coca sembradas.

Ese día una patrulla de 20 soldados del Batallón Tungurahua junto a tres miembros del Grupo Especial Móvil Antidrogas (GEMA) de la Policía encontraron la base. El jefe de la Brigada dijo que unas 200 personas pudieron estar refugiadas en el lugar. (*El Comercio*, 24/09/01).

Descubren en Ecuador un campamento de las FARC.

El Ejército de Ecuador descubrió en una región selvática de la frontera con Colombia un campamento abandonado que presuntamente fue usado por guerrilleros de las FARC. (*El Comercio*, 05/04/02).

Liberaciones y nuevos intentos de secuestros, inquietan al país.

La Policía se reunirá con el empresario Rodrigo Paz y su hijo Esteban para conocer detalles sobre sus captores. El Ejército reforzó la frontera norte. (*El Universo*, 26/04/02).

A exclusividade não esteve de lado como política de manejo psicológico-estratégico com os meios de comunicação; viagens a locais recônditos da selva, inauguração de Bases militares foram parte da campanha que os fardados usaram para atrair a atenção midiática e da opinião pública. Levados a zonas inóspitas, os jornalistas ávidos de protagonismo e por obter um furo jornalístico, só reproduziam o cenário já “preparado” pelos militares e que foi perceptível em algumas notas. As operações não implicavam risco, até pela segurança dos

próprios militares e dos jornalistas. Um trabalho de inteligência militar previa a encenação a ser feita diante das câmaras. A estratégia é de uma operação psicológica bem montada e que serve para que fique claro na esfera pública e perante a opinião pública que os militares “estão sempre alertas”.

Una noche de control militar en la frontera colombo-ecuatoriana.

Adrián Acosta/Redactor. María Magdalena- Carchi

Los 3 grados de temperatura y el polvo a causa del viento, no son obstáculos para que los uniformados cumplan su vigilancia cerca a la frontera con Colombia. (...)Y aunque esa noche no se registró ninguna novedad, en días anteriores se han logrado decomisar armas, municiones y combustible, dijo un soldado ecuatoriano. (*El Universo*, 12/03/02).

Descubren en Ecuador un campamento de las FARC.

El periodista José Sánchez de TC Televisión, dijo haber llegado al lugar con una patrulla del Ejército que había recibido informes del asentamiento guerrillero, cuya construcción habría iniciado hace un año (*El Comercio*, 05/04/02).

No entanto, textos exultantes enchiam os espaços de reportagens obtidas graças também à ajuda logística militar e policial. Esse recurso não foi poupado para abordar o Plano Colômbia e ressaltar a imagem de duas instituições que justificavam assim seu trabalho.

Los militares refuerzan el patrullaje.

Los militares se reúnen en una tienda de víveres del pueblo, tras recogerse las mangas de la camisa y acomodarse la visera para cubrirse del sol amazónico. Rigoberto Gómez, un lugareño de cabello blanco los saluda con un gesto de manos y luego habla. "Vengan, vengan. Qué bueno que nos den seguridad". (*El Comercio*, 19/04/01).

'Tigres' patrullan la frontera.

Los militares practicaron dos meses y el patrullaje en la frontera formó parte de su instrucción. "Todo el tiempo la Escuela de Selva está en actividad y todo el tiempo la frontera estará custodiada. Debemos hacer presencia para mantener la soberanía". (*El Comercio*, 29/05/01).

Los paramilitares están a las puertas de Mataje.

En esa zona, la seguridad para civiles y militares es la máxima prioridad. No se permiten fotografías del personal ni de las instalaciones. Los marinos en los patrullajes no se separan de su arma y bajo ningún concepto caminan solos. (*El Comercio*, 13/11/01).

O ‘trabalho’ consiste – como abordado anteriormente – em organizar *pools* de jornalistas ou um jornalista de confiança, geralmente muito reconhecido e popular no meio, que faça um trabalho favorável à imagem institucional. A estratégia que funcionou na “Guerra do Cenepa” foi repetida agora no evento do Plano Colômbia por causa da violência guerrilheira na zona norte. Atitudes seculares à guerra fazem com que os jornalistas sejam sempre uma espécie de relacionadores públicos improvisados daquela abertura militar a ponto

de terem-se transformado na instituição intocável, impoluta e quase que transparente, da sociedade política e do poder estabelecido. Essa é uma estratégia seguida em muitos países, para retomar a confiança perdida em épocas de ditadura. Essa 'escola' de manejo de imagem é seguida também pela polícia, que no Equador está separada dos militares como instituição e como conceito de serviço e função:

Chical, el cuarto destacamento de FF.AA. en Carchi.

Las Fuerzas Armadas están empeñadas en mejorar la seguridad en la frontera norte. Con este motivo, hoy, a las 12:00 se inaugurará el destacamento militar de la parroquia El Chical. (*El Comercio*, 10/04/01).

Las FF.AA. construirán dos destacamentos militares.

Las edificaciones se levantarán en las parroquias Tobar Donoso y Maldonado. En la provincia hay cuatro puestos con 60 hombres cada uno. (*El Comercio*, 12/04/01).

Molina: Es difícil control de la frontera.

El jefe policial divulgó que la próxima semana participará en Sucumbíos de un simulacro de guerra con las Fuerzas Armadas. (*El Universo*, 19/04/01).

Más tropas cercan Esmeraldas.

Personal de la Zona Naval de San Lorenzo y el Grupo de Fuerzas Especiales de Esmeraldas unieron esfuerzos para controlar la frontera. El apoyo militar aumentó considerablemente las últimas semanas (*El Comercio* 26/06/01).

Os militares e policiais trabalharam uma imagem de credibilidade, confiança e respeito social – como ficou evidente na pesquisa – assim como seus personagens, desde Comandantes de alta classe e classe meia até os soldados. Ou também autoridades civis, antes militares ativos, como o Prefeito René Yandún, tornaram-se um referente de consulta, em fonte de primeira mão, num experiente analista sobre diversos temas.

Un nuevo Batallón se edifica en Sucumbíos.

Según el general Norton Narváez, jefe de la Fuerza Terrestre de Ecuador, el lugar no será un puesto de operaciones para intervenir en Colombia. "Hay prensa sensacionalista que escandaliza. Se trata de nuestra seguridad". (*El Comercio*, 02/10/01).

Fuerza pública fronteriza presentó plan de seguridad.

la estrategia de la Fuerza Pública para lograr la seguridad de la zona fronteriza no será la represión, la persecución, intimidación ni la militarización de la zona, sino la integración y participación social para la prevención, control y neutralización de la violencia y las actividades delincuenciales que afecten este sector. (*El Universo*, 11/05/01).

Gobierno rechaza críticas de Estados Unidos.

El comandante de la Policía, Jorge Molina, relievó el carácter negativo del estudio, pues “más bien debe reconocerse que el Ecuador está exento de terrorismo, a diferencia de lo que ocurre con nuestros vecinos”. (*El Universo*, 23/05/02).

Os militares usaram também à mídia para informar as estratégias de trabalho e, as geralmente bem sucedidas operações militares, com o objetivo psicológico de alimentar a imagem pública de uma instituição preparada e confiável, ainda que nem tudo tenha sido preciso ou correto:

60 estrategias tiene el plan del Ejército del Ecuador

El anuncio de la aplicación del Plan Colombia en el departamento de Putumayo (en el vecino país) alteró el tablero del Ejército de Ecuador. A mediados del 2000, generales y coroneles se reunieron de forma urgente en Riobamba para redefinir su misión. (*El Comercio*, 04/03/02).

Sucumbíos tiene dos bases elite.

El fortalecimiento de los cinco batallones forma parte del Plan de Seguridad Ciudadana que emprenden las Fuerzas Armadas y la Policía en Sucumbíos. (*El Comercio*, 02/10/01).

La Policía tiene 52 denuncias de plagios.

Aunque parezca contradictorio, la Policía Judicial (PJ) tiene cifras totalmente distintas a las de la Unase en el caso de secuestros en el país. (*El Comercio*, 26/04/02).

A demonstração mais eloqüente do nível de confiança social que esta instituição e seus membros ganharam no país, graças inclusive ao papel da mídia, se encontra no fato do Equador ter elegido um presidente militar da reserva.

Congreso Nacional.

Uma das instituições mais fundamentais durante o processo de trâmite e aprovação do Plano Colômbia nos Estados Unidos, foi o Congresso estadunidense⁵⁵. No Equador, o Congresso tem tido um papel muito discreto ou quase desapercibido. A pesquisa determinou que este não constituiu um referente essencial como fonte de consulta jornalística. A pergunta que fica é saber qual foi a razão para que os congressistas não interviessem no assunto, mais do que saber por que os jornalistas não tomaram o Parlamento como uma fonte de informação? Ficou claro que não houve um protagonismo parlamentar nas decisões e debates acerca do Plano, nem como um ente fiscalizador determinante.

⁵⁵ Cf. WELLSTONE, Paul. 2001. & GILMAN, Benjamin, 2001.

O único referente parlamentar com relativa constância no cenário em estudo foi o deputado Hugo Moreno, personagem pouco conhecido na cena política, mas que pela circunstância informativa apareceu, por ser ele o presidente da Comissão de Assuntos Internacionais da Câmara, para dar pronunciamentos não conclusivos, nem determinantes:

Congreso pidió informes.

La Comisión recomendó que el Gobierno asuma una posición neutral frente al Plan Colombia, lo que implicaría, según Moreno, dejar sin efecto el convenio por el que se permite el uso de la Base de Manta a las Fuerzas Armadas de los Estados Unidos. (*El Universo*, 04/07/01).

Mas, também parece que o papel parlamentar fica cada vez mais reduzido no campo político do Equador, ou quem sabe se é em geral, porque os partidos políticos nada aportaram nas discussões sobre o Plano. A sociedade civil foi a encarregada de fazê-lo. Bonilla&García-Rayó (1995) concluem que com os profundos câmbios operados a partir de 1989, desaparecera a possibilidade de identificar com facilidade os opostos: antes se era de esquerda ou de direita. Agora ecologista, defensor dos direitos humanos, militante das juntas de vizinhos ou de bairros, punkeiro, rappeiro, new age, 'skinhead', ou simplesmente um desencantado.

A falta de uma liderança parlamentar, que fiscalize os passos governamentais em relação ao Plano, se reflete no acompanhamento jornalístico a este setor político importante: quase nada, apenas um referente tradicional. A mídia se apegou ao discurso do executivo e dos atores analisados anteriormente. Mesmo assim, considero importante colocar esse fraco desempenho para destacar que o Plano acabou minimizando a atuação dos "opostos" nos campos políticos locais. Os Estados Unidos trataram diretamente com os governos executivos e tal como aconteceu com a Colômbia (ver capítulo sobre a Colômbia), o Plano passou sem debate público e político.

Como o descreve Alain Turrain (1998) o Congresso está rodeado de *forças poderosas* que *contribuem não só para formar a opinião pública, senão também para influenciar as decisões políticas*. Mas é possível que a crise política, as crises de governabilidade, ou a ignorância acerca dos temas da geopolítica tenham feito com que os congressistas desistissem de tomar um protagonismo ou liderança política para fiscalizar, como os grupos sociais o fizeram, inclusive atores políticos locais, das mesmas jurisdições dos deputados de província. As CPIs para conhecer o andamento do Plano no Equador, foram aparentemente só um requisito formal em que o Congresso não determinava nada e só escutava, além de ser o

cenário público onde os ministros do governo expunham relatórios e onde a mídia aproveitava para adquirir dados gerais e entrevistar os funcionários de governo.

La situación fronteriza fue revisada por el Congreso.

Los legisladores fueron herméticos respecto a la información que dieron los funcionarios. Pero coincidieron que la situación en la frontera norte es grave. (*El Comercio*, 06/03/02).

E com certeza, é cada vez menor a frequência dos deputados dos partidos chamados radicais a proferir discursos anti-estadunidenses nas acaloradas sessões parlamentares. Seu papel foi mais protocolar: aquilo de recomendar ou sugerir, sendo que são os representantes diretos dos eleitores:

Congreso: convenio a revisión.

La idea de revisar los convenios bilaterales Ecuador-Colombia sigue generando debate. Ayer, la Comisión de Asuntos Internacionales del Congreso presentó a la Cancillería varias observaciones al Convenio marco de tránsito de personas, vehículos, embarcaciones fluviales, marítimas y aeronaves. (*El Comercio*, 24/08/01).

Congreso ecuatoriano insiste en necesidad de salvoconducto en frontera.

El presidente de la Comisión de Asuntos Internacionales del Parlamento ecuatoriano, Hugo Moreno, insistió hoy en la necesidad de imponer un salvoconducto en la frontera entre Ecuador y Colombia para mejorar el control migratorio. (*El Comercio/El Universo*, 15/08/02).

Nestas duas notícias vemos como a observação legal dos convênios de trânsito de pessoas, feita pelo Congresso ao Ministério de Exteriores, não foi tomada em conta pelo governo. A discussão continuou a ser a mesma durante um ano, segundo as datas expostas.

Os Estados Unidos:

Fazer uma pesquisa sobre mídia a qual envolve uma análise do papel dos EUA é significativa, pois implica tentar compreender o comportamento dos jornais diante de um ator preponderante como é a potência referida. Diferente do que se verifica no Brasil, onde os meios de comunicação costumam criticar abertamente as posturas políticas estadunidenses, e com isso, não serem vistos como radicais. No caso do Equador penso que a dependência é maior ao sistema cultural complexo dos EUA, ligado às regras comerciais e ideológicas alienantes.

A grande mídia, não costumava criar conflitos com a Embaixada dos EUA, por exemplo. Os interesses dos proprietários de jornais ou redes de televisão são próximos e

dependentes da cultura estadunidense, muito mais do que no Brasil. Aliás, existe uma agenda social mútua e de intercâmbio constante com a Embaixada. Mesmo assim, para o caso do Plano Colômbia a atitude da mídia se mediu pela intensidade das informações e a troca mútua de mensagens; e o resultado da pesquisa mostra que a atitude dos Estados Unidos em relação ao Equador gerou uma crise diplomática e a mídia transmitiu essa crise com os elementos que envolvem a espetacularização da política. Só que além desse debate diplomático, os teores da dependência econômica que persistem no Equador, são trasladados ao discurso político, tudo pelas políticas assistencialistas dos EUA, que aparentam ser as da boa vizinhança, mas que acabam impondo regras e dádivas. A mídia reproduziu esse discurso como algo costumeiro, porque faz parte da estrutura econômica de dependência do país. E também porque não teve uma posição radical para opinar abertamente na defesa de alguns princípios soberanos. Assim, a experiência do Plano Colômbia valeu para que o discurso político-ideológico-midiático no Equador em relação aos Estados Unidos, mude e deixe de ser um espelho falso de adulações e de atitudes contemplativas e receptivas.

A seguir se observa como essa noção paternalista de “bóia salvavida” se refletiu na mídia, produto do discurso político com a esperança de que alguns milhões de dólares se traduzam para certos funcionários – que precisam justificar sua passagem pela burocracia – na inauguração de obras ou políticas públicas que sua incapacidade criativa não os permite aplicar. Discurso que se estendeu até setores militares, confiantes da “mão amiga” dos EUA.

Patiño: Apoyo de EE.UU.

empleo, el desarrollo productivo y (...) microcréditos para pequeños productores es la estrategia que, según el ministro Raúl Patiño, debe consolidarse para enfrentar (...) violencia en la frontera Norte. "La expectativa de mayores desembolsos de EU en la Iniciativa Andina, es clave", (*El Universo*, 19/04/01).

'EE.UU. debe entregarnos más recursos'.

Vinicio Jaramillo, de 'Udenor', dijo que los proyectos productivos serán prioritarios en las provincias fronterizas. Esmeraldas y Sucumbíos tendrán más recursos. (*El Comercio*, 21/05/01).

FF.AA serán entrenadas por EE.UU.

Las Fuerzas Armadas de los Estados Unidos entrenarán a los grupos militares ecuatorianos destinados al control de la frontera norte con Colombia. (*El Universo*, 28/06/01).

A imagem que a mídia projeta da potência é a do benefator com “voz autorizada”. Tal perspectiva não esteve ausente nas notícias:

Powell satisfecho con seguridad de embajada de Quito. (*El Universo*, Néstor Ikeda, 09/05/01).

El carisma de Clinton deslumbró en Quito. (*El Comercio*, 18/03/02).

Las reglas de Bush.

Parece explicable la posición de Bush respecto a condicionar la ayuda de los Estados Unidos al éxito que tenga un país en la lucha contra la corrupción. (*El Comercio*, Washington Herrera, 26/03/02).

Já nos exemplos a seguir examina-se o cenário da crise diplomática que rendeu boa quantidade de material jornalístico e a atenção da opinião pública. Há vários assuntos interligados que vão progredindo no tempo e que revelaram o que era considerado segredo: a intenção oculta dos EUA em relação aos seus interesses geopolíticos em relação ao uso da Base de Manta. A seqüência de manchetes e notícias publicadas durante a evolução da crise transmitem não só esse debate, senão o posicionamento dos jornais – especialmente o *El Comercio*.

EE.UU. lanza la Iniciativa Andina.

En medio de las dudas sobre los resultados (...), Colin Powell, defendió una inversión de USD 731 millones en la Iniciativa Regional Andina. (...) CNN informó (...) que Colombia produce mucha más cocaína de lo que se creía (...) el Plan Colombia (...) aún no ha dado resultados (*El Comercio*, 17/05/01).

EE.UU. duplicará militares en la Base de Manta. (*El Comercio*, 29/05/01).

EE.UU.: Gwen Clare dejará la embajada.

Por una enfermedad (...) El 4 de mayo pasado la embajadora de Estados Unidos presentó su renuncia formal ante el presidente George Bush. (*El Comercio*, 31/05/01).

El rompecabezas militar de EE.UU.

La presencia de altos jefes militares estadounidenses en Ecuador está volviéndose una riesgosa costumbre. A Washington no le faltan razones para enviar oficiales de seguridad. Las razones ecuatorianas, no se conocen y nadie ha tenido la molestia de informarle al país. (*El Comercio*, Hernán Ramos Benalcázar, Editoriais, 29/06/01).

Menos mal que aspirina, según EE.UU.

El departamento de Estado (...) defiende el uso del glifosato en la (...) fumigación (...) Estudios de toxicología —dice— han demostrado que el glifosato es menos nocivo que la sal, la aspirina, la cafeína, la nicotina y hasta la vitamina A. (*El Universo*, 20/07/01).

EE.UU. cree que Al Qaida y Hizbulá operan en Ecuador.

El Gobierno estadounidense cree que los grupos terroristas Al Qaida y Hizbulá operan en la zona de Ecuador fronteriza con Colombia y Perú, afirmó el subsecretario de Estado, Richard Armitage. (*El Comercio*, 18/04/02).

EE.UU.: Al Qaeda e Hizbulá en Ecuador.

El representante republicano Sonny Callahan expresó su preocupación por la decisión de Ecuador de prohibirle a EU usar la base de Manta para la guerra contra el terrorismo. (...) El canciller Heinz Moeller expresó (...) que su gobierno no permitirá a EU que use la base para actividades antiterroristas. (...) Callahan, insinuó que se le debería pedir a Ecuador que cambie esa posición antes de recibir cualquier ayuda. (...) Estados Unidos gastará millones de dólares en reparaciones de la base (...) y sin embargo "nos dicen que no nos permitirán usarla para nada que tenga que ver con la guerra contra el terrorismo", señaló Callahan. (*El Universo*, 19/04/02).

La ayuda de EE.UU. no ha llegado: Isch.

... el general Isch aseguró que la Base de Manta será únicamente para el control e interdicción del narcotráfico. (...) Al referirse al apoyo económico ofrecido por EU, dijo que (...) Por el momento, todo está en programas". (*El Comercio*, 26/04/02).

Relación entre Ecuador y EE.UU. con altos y bajos.

Las relaciones entre Ecuador y EU han sufrido, en los tres últimos años, una serie de traspies. (...) Adrián Bonilla (...) de la Flacso, considera que (...) "Estos hechos reflejan la poca importancia que el país tiene para la potencia, por lo que su Gobierno demora en poner un embajador o hace acusaciones basado en prejuicios o cuestiones ideológicas". También cree que Ecuador carece de una agenda exterior propia de los intereses nacionales. "Solo somos receptivos". (*El Comercio*, 14/05/02).

Ecuador protesta ante Estados Unidos.

Heinz Möeller: Ecuador es un país amigo, pero no incondicional de EU (...) rechazó "el reporte de marras" (...) de ese país sobre el terrorismo (...), en el cual también habla de Ecuador. (...) Marcelo Merlo, ministro de Gobierno (...) insistió en que si los países desarrollados permitiesen que los productos sanos se vendan en esos territorios, no proliferaría la migración. "La pobreza en el sur se produce, (...) por las políticas que se implementan en el norte". (*El Comercio*, 24/05/02).

O impasse não foi cíclico e só culminou com um *lobby* diplomático de chefes de Estado. Hoje o governo atual – de tendência centro-esquerdista – está mais perto dos EUA do que o anterior – de centro-direita. Mas, tudo faz parte do debate que o próprio Plano produz no cenário político, inclusive dentro dos Estados Unidos onde Henry Kissinger já disse que o Plano está destinado ao fracasso se ele continuar com o tom militar que possui⁵⁶.

A Colômbia

Há uma forte presença cultural colombiana no Equador. Muito do que a Colômbia produz em matéria audiovisual – como música, telenovelas e notícias – é sucesso no país. Muitos profissionais colombianos se trasladam ao Equador para trabalhar, fugindo da violência. A “colombianização” da mídia no Equador é um fenômeno recente⁵⁷, ele está

⁵⁶ KISSINGER, Henry, 2001. www.lahora.com.ec.

⁵⁷ Ver revista *Vistazo* novembro de 2000.

crecendo com maior força, inclusive como um efeito da dolarização, pois comprar produtos midiáticos colombianos resulta mais barato para a TV. Essa colombianização um pouco equilibra o preconceito aos vizinhos por causa do conflito, mas não driblou o temor da violência no imaginário popular.

A própria mídia tenta atenuar essas reações na população. Nos jornais, o assunto virou tema de reportagens especiais. Um especial que apareceu na versão digital do jornal *El Comercio*, em junho e julho do ano passado, chamado *Colombia: el hermano que tenemos cerca*, contrastava com o especial de notícias na mesma página digital chamado *Conflicto en Colombia*. O objetivo, expor essa outra realidade dos colombianos no país: o lado positivo.

O conflito colombiano que atinge aos equatorianos, parece repetir esse cenário prévio que acontecia com os peruanos. Essa é a consequência mais imediata que o Plano Colômbia está criando nas atitudes coletivas da sociedade equatoriana e sobretudo na classe política que empurrada pelas exigências de populações afetadas de fronteira, estão tomando medidas para driblar as ações violentas e as consequências do Plano. O discurso da proteção do Estado mediante os agentes de segurança, ganha cada vez mais terreno; e as medidas drásticas, como a de fechar as fronteiras por horários determinados, limitam a liberdade de trânsito das pessoas e veículos e a harmonia entre as pessoas.

Só que há uma perigosa tendência a relacionar o colombiano como narcotraficante, delinqüente ou guerrilheiro. O imaginário está se alimentando com esse discurso por causa das ações políticas, mas também, com o que as pessoas lêem nos jornais, que é tomado da realidade:

ELN planeó asalto a blindado.

El Comandante Alexander, de una fracción sur del ELN, planificó hace un mes el asalto al blindado que transportaba valores de Quito a Tulcán (*El Universo*, 08/06/01).

Ecuador reclamará a Colombia.

El ministro indicó que le corresponde a Colombia "preocuparse más del control fronterizo" para evitar que grupos armados irregulares atraviesen la frontera común. (*El Universo*, 21/06/01).

“Secuestrado ecuatoriano: ‘las FARC me preguntaban por Manabí’”. (*El Comercio*, 19/11/01).

El visado a Colombia causa recelo.

la Cancillería cree que esta medida debe ser la última en adoptarse. La Embajada de ese país en Quito mostró su preocupación por esta posibilidad. (*El Comercio*, 02/04/02).

Control de tránsito de colombianos en el país, se discute.

El ministro Marcelo Merlo, ratificó que es factible solicitar a Colombia dicha moratoria a los acuerdos binacionales de libre tránsito (...) a los ciudadanos de ese país (*El Universo*, 03/04/02).

Guerrilla amenaza a familia en Tulcán.

El Sábado de Gloria cuando la comunidad de Nariño asistía a una ceremonia religiosa en la capilla María Magdalena, dos encapuchados, con armas de gran calibre, ingresaron a la casa de José N. y amenazaron de muerte a sus ocupantes. (*El Comercio*, 04/04/02).

Detienen colombianos y armas en la frontera.

Cinco colombianos provistos con armamento sofisticado fueron detenidos por miembros del ejército ecuatoriano en la vía Sucumbios-Julio Andrade, sector fronterizo (*El Comercio*, 19/04/02).

Ecuador refuerza vigilancia en la frontera con Colombia.

El Gobierno de Ecuador reforzó la vigilancia policial y militar en la frontera con Colombia, país que este domingo realizará elecciones presidenciales (*El Universo*, 24/05/02).

“Uribe pidió respaldo al Ecuador y dice que debe sellar la frontera”. (*El Universo*, 28/05/02).

Ecuador: vecino agredido.

He estado en Quito una semana. No hay día en que no aparezca información sobre la alerta roja encendida en sus fronteras con Colombia. Parecería que los ecuatorianos solo tuvieran dos preocupaciones: el flujo hacia inciertos mercados laborales de EU y Europa, y la situación de guerra progresiva que se vive en sus fronteras. (*El Comercio*, Óscar Collazos, de *El Tiempo*, GDA, Bogotá, 02/06/02).

CAPÍTULO 7 – O PLANO COLÔMBIA E A MÍDIA NA TEORIA POLÍTICA

O Plano Colômbia como tal, responde como política pública a uma lógica perversa na sociedade de consumo: o narcotráfico nos países intervenientes. Edelman (1991) explica que assuntos originalmente vistos como não problemáticos podem chegar a ser aceitos como problemas, como a pobreza, o desemprego, a discriminação contra mulheres e minorias. Antes eram considerados características da *ordem natural* mas eles – os problemas – entram no discurso, e portanto na existência como *reforços das ideologias*. Eles significam quem é *virtuoso e útil* e quem é *perigoso ou inadequado*, que *ações serão penalizadas* e quais *recompensadas* (pp.19-21); e o narcotráfico e o consumo nos EUA, estão dentro dessa lógica.

O Plano Colômbia surge também como um problema a partir de um discurso ideológico: aquele da intervenção dos EUA na América Latina; e como problema dentro do Equador, como resposta à visão dos Estados Unidos, deste como um país intermediário ou de conflito médio. O Equador não tem tráfico nem consumo em níveis altos; não tem uma guerrilha poderosa; não tem a violência social do jeito que a Colômbia tem; não tem uma guerra interna ou civil – nem internacional. Sob essa lógica se pode explicar a pergunta que alguns políticos estadunidenses se fazem: por que o Equador se confronta tanto contra o Plano? O problema apesar da ajuda recebida é não ter um discurso coerente dentro do país sobre este tema. Eles acreditam que não há problema na aplicação do Plano, ou o uso da Base de Manta como centro militar de operações.

Fazendo um alinhamento comparativo do conceito de Edelman que explica o aparecimento dos problemas indicando que: as *pessoas socializadas, vêem aos índios, às mulheres, aos homossexuais, como inferiores*; consideram que *os defensores da legislação igualitária são malucos*; eles *podem ser um problema, mas não a discriminação contra os grupos em desvantagem* (p. 20). No caso em estudo, o governo dos Estados Unidos vê o narcotráfico como um problema dos países periféricos, e pouco faz para eliminar o consumo no seu próprio quintal. Assim também foi a crença dos estamentos de poder do Equador de crer que o narcotráfico nas zonas de fronteira não se introduzia ainda na população civil, até que o Plano Colômbia vasculhou numa realidade cujas conseqüências, com as políticas públicas corretas, poderiam ter sido evitadas.

Assim que os problemas passam a ser apontados pela mídia – quando ao ficar expostos na esfera de visibilidade pública, viram objeto de discussão da opinião pública – sua permanência nas notícias pode durar tempos específicos. Há problemas que persistem nas notícias por longos períodos, como a pobreza, a criminalidade, a discriminação, o preconceito, o desemprego, entre outros; são exemplos de questões que têm persistido em longos períodos. Para o caso do Plano Colômbia, como problema gerado na mídia e no discurso político, pode manter-se por um tempo indeterminado, mas sendo uma medida de política pública, ele pode mudar segundo as circunstâncias; mas sua causa, o narcotráfico, visa a ficar como um problema de longo período, enquanto outras políticas públicas e preconceitos não darem uma alternativa ou solução relacionada sobretudo a sua origem, o consumo. Na opinião de Edelman, o “fracasso histórico nas ações reparadoras (aos) problemas longos, provém de uma contradição profunda: o problema de alguns é o benefício para outros” (p. 21). O narcotráfico permanecerá porque economicamente rende dinheiro e lucro, inclusive aos bancos dos EUA, além dos outros componentes marginais que o integram.

O Plano Colômbia vem a suprir no Equador a ausência de um discurso bélico nos estamentos militares – após a Firma da Paz com o Peru – mas também, nos outros países vizinhos ao conflito, e da Colômbia. O problema criado pelo Plano, como conflito, beneficia também – e paradoxalmente – aos opostos no discurso; aqueles grupos que surgiram na protesta e na esfera do debate midiático, entre eles alguns setores políticos, que legitimam assim, sua existência enquanto o problema existir e as condições daquele também. O objeto deste capítulo é tratar este aspecto do Plano e logo após os resultados da pesquisa nos jornais, desde o eixo política-mídia: a esfera pública e a opinião pública.

7.1 Esfera pública e Plano Colômbia

Coloca-se de início o papel da imprensa escrita que, no modelo liberal capitalista, é o mais antigo sistema de comunicação moderno de massa, e considerado um instrumento privilegiado da esfera pública. Com o avanço de outras mídias, como a internet, essa esfera pública também mudou. Gomes (2001) ressalta que “não é de se surpreender que a mudança estrutural da esfera pública esteja profundamente vinculada à mudança do papel da imprensa, e da comunicação em geral” (p. 10). Ela ganhou o poder de abrir temáticas que antes não se atendia por temores totalitários e que hoje – como vimos no debate do Plano Colômbia –

põem na discussão pública entre outros temas, o papel das Forças Armadas, a segurança pública, a religião, a corrupção, o próprio papel dos EUA, entre outros.

Ambos tipos de mídia – impressa e internet – serviram como um instrumento de debate e opinião dentro da esfera pública. É a existência de uma *esfera pública de debate público*, colocada por Gomes, que coadjuvou a ampliar a visão de um problema, como o Plano Colômbia, para ele não passar despercebido aos sentidos da população. Neste ponto uma reflexão, quando se colocava o exemplo da Aliança para o Progresso, se conclui que um programa como este não teria tido o mesmo sucesso ou aplicação do jeito que a esfera pública de debate é concebida agora. Ainda outros problemas ou conflitos sociais e bélicos – como a guerra do Iraque – têm uma esfera de debate público mais aberta e complexa, que os tornam decisões ou assuntos também complexos e não unilaterais, para resolver.

A facilidade com que a imprensa abriu o debate do Plano Colômbia, permitiu que a sociedade de forma mais ampla participe: desde as elites do poder econômico e político acreditadas e autorizadas pelo modelo (*establishment*), até as organizações sociais agrupadas em movimentos diversos e mobilizadas num discurso que deu seu acesso privilegiado aos meios de comunicação para opinar. São o que Gomes denomina de categoria das “pessoas privadas” (Idem: 03), as que com a força da argumentação midiática fizeram seu ingresso na esfera pública do debate público.

Para analisar o tema do Plano Colômbia em relação à pesquisa, a análise está dividida em duas linhas de discussão da esfera pública: o próprio Plano como política pública e as manifestações decorrentes da sociedade e a opinião pública sobre ele, e que a mídia noticiou. Enquanto políticas ou programas elas se têm legitimado por meio da mídia, apesar de terem saído muitas vezes da discussão privada. Na verdade, Gomes diria que no Plano Colômbia o funcionamento da política “parece ter separado a função de produção de decisões socialmente legítimas – como num princípio foi o Plano – em duas: a função de produção de decisões, e por outro lado, a função de legitimação dos mesmos” (Idem: 03). Agora a esfera pública cumpre algum papel apenas, no que se refere à legitimação do Plano. A produção da decisão na Colômbia se estabeleceu fora do seu alcance, na negociação protegida do conhecimento público. E no Equador o caso é semelhante com a Base de Manta, que representa uma decisão tomada trás bastidores, quando a opinião pública nem sequer debateu a proposta dos EUA e nem o parlamento deu um parecer. O fato já acontecido foi legitimado quando se tornou público.

Conseqüentemente, a esfera de decisão, tanto do Plano como do Convênio da Base, em não sendo públicas, estabelece-se não mais protegendo-se do Estado simplesmente, mas protegendo-se da esfera pública em geral, inclusive da forma institucional de esfera pública que é o Parlamento, que como visto, foi um fator excluído e quase não participante. A proposta do Plano teve uma origem comum pública entre a Colômbia e os Estados Unidos que, afetados pelo narcotráfico, montaram particularmente um esquema de combate a ele. Na Colômbia, a crise que chegou ao fundo era um fato público evidente e a demanda social era tomar medidas e políticas públicas imediatas. A proposta, mesmo que como uma alternativa feita na esfera de decisão privada, foi uma responsabilidade direta de Pastrana que não a elevou à discussão pública, só pela urgência de ação política como resposta a um evento desgastante na sociedade colombiana. A mídia, claro, foi a primeira a sabê-lo e eis por que Gomes considera que – no caso colombiano – ela foi uma *esfera de representação pública de posições geradas de forma não pública*. A decisão estava tomada e o que correspondia à sociedade e à mídia era expô-la na vitrine de discussão e na esfera pública com seus níveis de exibição e encenação adequados, o que somente levaria a mudar alguns aspectos segundo as disputas de atenção ou adesão ao Plano, mas não a suprimi-lo ou apagá-lo. Significa que se tenta produzir legitimidade apenas pela exposição, como que a esfera de visibilidade pública fosse legitimadora de decisões relativas ao bem-comum.

E para referir as manifestações da sociedade civil, o conceito de “pessoas privadas” de Gomes é significativo. No cenário de estudo do Plano Colômbia há duas manifestações públicas de importância: as contrárias às fumigações; e as demandas de fechamento da ponte de Rumichaca. Poderiam mencionar-se também àquelas relacionadas à Base de Manta, porém, foram registradas em menor quantidade pela mídia. Champagne (1998) conceitua a “manifestação” como “uma ação que só produzirá efeitos (...) se vier a suscitar ampla cobertura de imprensa escrita, falada e televisionada” (p. 218). Basicamente a manifestação política de rua, é o que quer dizer Champagne, tanto que ele descreve que as manifestações *desfilam para a imprensa e a televisão*. Para o caso das manifestações produzidas no cenário do Plano, são aquelas constituídas como mobilidade social, pois graças ao avanço e mudança das tecnologias midiáticas, a manifestação de rua converteu-se em mais uma alternativa de mobilidade. Hoje, manifestações de repúdio podem fazer-se de maneiras diversas: desde um abaixo assinado formal, passando por mensagens em cadeia da internet, até as próprias

páginas digitais temáticas onde um tema a ser condenado, é objeto de páginas inteiras dedicadas só a esse assunto⁵⁸.

Chamar a atenção da mídia e suscitar a tomada de posições no campo político, mediante *atos chamativos e espetaculares* (Idem: 220) fazem parte dessas manifestações. Durante a pesquisa aconteceram manifestações dos estamentos produtivos da província de Sucumbíos, relacionados com as fumigações. A encenação pública daquela manifestação de protesto mediante a mídia, ajudou a reproduzir o reclamo daqueles atingidos pelas fumigações e suas ações de protesto. Outras foram as manifestações da sociedade civil em Sucumbíos e Carchi, que organizadas, intentaram encontrar saídas para conter o avanço da violência vinda da Colômbia. O resultado dessas manifestações encenadas na mídia, ajudou a que o poder tome decisões apontadas pela mobilidade social. Isso responde a uma lógica que Champagne menciona assim: “quanto mais a imprensa falar do assunto e produzir um trabalho de mobilização em favor do movimento, tanto mais este tenderá a aumentar suas exigências” (Idem: 221), porque o movimento se sentirá dotado de uma força maior.

Nessa lógica, a mídia vai continuar fornecendo sua cobertura e vai precisar ampliar também sua informação. Aqui vai se gerar uma dinâmica político-midiática interessante, que é o trabalho de relações públicas dos manifestantes, e o tipo de abertura que a mídia vai dar ou passar nos seus canais. Como menciona Champagne, os movimentos – no cenário do Plano – “fornecem às agências de imprensa todas as informações úteis sobre o desenrolar previsto de um acontecimento, e os jornalistas naturalmente apresentam eventos prováveis do que ainda não aconte e acabam constituindo o acontecimento antes mesmo de ter sido produzido” (p. 218). Parte desse discurso foi visto nas colunas de opinião e apareceu em certas notícias:

Según la ALDHU, con la presencia en la base de Manta de la empresa DynCorp, "Ecuador aparece directamente enlazado a la guerra sucia colombiana, de mano de una compañía privada que opera allá y acá en áreas de alta sensibilidad bélica y sin ninguna supervisión ni control" de las autoridades de Ecuador. (*El Universo*, “Según la ALDHU hay mercenarios contratados en la base aérea de Manta”, 29/04/02).

El profesor norteamericano Richard Mahoney (...) Como profesor que es de Economía y Política Internacional (...) dijo que (...) la política de combate a la producción (...) de la droga (...) va a tener un impacto aquí, en Ecuador, atrayendo el cáncer de armas, dinero sucio, terroristas, que ya está entrando... (*El Comercio*, “Una confesión de parte”, 10/04/01).

⁵⁸ O próprio caso do Plano é um exemplo na Colômbia, desde que o Plano foi anunciado, muitas páginas digitais apareceram na esfera de debate público para opinar, conhecer e expor posições, geralmente contrárias a ele.

Eis o papel que exercem os chamados *Mr. Gates*⁵⁹, como um filtro de informação do que deve ou não ser noticiado e o quem ou o quê deve receber cobertura jornalística. Para o caso do Plano alguns grupos, como Ação Ecológica, foram omitidos como fonte, no caso do El Comercio.

7.2 Opinião Pública e o Plano Colômbia

Alain Minc (1995) afirma que a opinião pública parece estar condenada a ser governada pela mídia *tão firmemente como a sociedade civil pudera está-lo por tal ou qual partido totalitário*, e como se observa na dissertação, a mídia inclusive se adiantou aos partidos políticos que, no caso do Equador, não construíram um debate e discussão em relação ao Plano Colômbia, nem sobre as seqüelas de violência que estava originando. A mídia tomou esse poder e além de colocar em público o fato-notícia, e opinou em nome da sociedade civil para orientá-la e ser o interlocutor com o poder público.

Mesmo assim, esse poder da mídia catalisou as preocupações da sociedade organizada, e as transformou em necessidades da agenda política. Nesse sentido, Tutivén (2002) afirma que a mídia tem o poder de mobilizar à sociedade, pois esta toma consciência de si mesma desde a agenda que eles discutem, como aconteceu no cenário em questão. Como ninguém pode plasmar a realidade – nem a imprensa – ela, porém, “tem o poder de criar realidades noticiosas contra ou em sintonia com os objetivos políticos de um governo” (Idem: 01), ou com os objetivos de outros participantes, como os grupos sociais organizados, segundo se plasmou no estudo do Plano; ou quem sabe, até dos interesses de outros países, como felizmente não aconteceu. Eis que, sem entrar em discussão do fato das pesquisas de opinião terem-se convertido na nova representação do que é a opinião pública, a seguinte tabela coloca os temas mais recorrentes na mídia, durante a campanha eleitoral de 1998 no Equador⁶⁰.

⁵⁹ Ver página 75.

⁶⁰ Cf. SÁNCHEZ-PARGA, 1999, p. 402.

Tabela 42 – Prioridades da população na eleição de 1998

Descentralização e autonomias	22%
Educação	16%
Medidas econômicas	16%
Medidas sociais:	16%
Reconstrução do Litoral (após El Niño)	13%
Controle da corrupção	9%
Outros	2%

Fonte: El Universo, 1998

Quatro anos mais tarde, para a campanha presidencial última, El Comercio em outubro de 2002, fez uma enquete⁶¹ aos seus leitores da edição digital, para determinar os temas que deviam preocupar aos candidatos à presidência. De um total de 883 respostas, os resultados foram os seguintes:

Tabela 43 – Prioridades da população na eleição de 2002

Desemprego	37%
Insegurança, luta contra a delinqüência	17%
Saúde	16%
Educação	16%
Dolarização	7%
Fronteira norte/ Plano Colômbia	5%
ALCA	2%

Fonte: El Comercio, 2002.

Como se aprecia, as prioridades mudaram; e o objeto desta pesquisa aparece pela força das circunstâncias e dos fatos. Mas também pelo que as pessoas seguem na mídia, o que é mais publicado nela. Iyengar&Kinder (1987) concluíram que as prioridades que mais aparecem na mente de um eleitor quando vai registrar seu voto para presidente, “parecem ser fortemente delineadas pelas preocupações de última hora nos telejornais” (p. 33). Para Minc (p. 10), a “democracia da opinião pública localiza-se no meio dos debates que a sociedade soluciona por si mesma, deixando às instituições políticas o poder de oficializar suas conclusões”. Então é claro que o Plano Colômbia preocupa a uma parte da sociedade, mas é o governo, as instâncias do poder que vão encarregar-se de solucionar esses inconvenientes, enquanto a população espera atenta. O referente do perigo das seqüelas do Plano no país, foi generalizado por vários fatos-notícia que viraram evento midiático e o imaginário público as

⁶¹ Os temas foram sugeridos pelo jornal.

reproduziu constantemente como os cenários ligados ao Plano. Exemplos dessa situação são listados assim:

“Unda: Plan Colômbia es un enemigo invisible”. (*El Comercio*, 19/04/01).

“Putumayo, zona de ‘paras’ y ataque de guerrillas”. (*El Universo*, 19/04/01).

Então, ao tornarem ao mesmo tempo público e importante o que dizem pelo simples fato de falar do assunto na primeira página, os jornalistas, como registrado no estudo, tendem a desencadear o que Champagne chama de “processo de tomadas de posição em cadeia, que transforma um ‘problema local’ em ‘problema nacional’, um problema politicamente secundário em problema ‘urgente’ e prioritário”. (p. 219), mas que ainda assim não costumam ser determinantes. O fato do Plano Colômbia e a insegurança na fronteira norte serem eventos noticiosos que implicam cenários muito mais complicados, eles não lideram a lista de prioridades ou preocupações, como se lê na Tabela 43. O Plano ainda está numa posição inferior a outras preocupações relacionadas a âmbitos já mencionados, como sendo problemas permanentes: o desemprego ou a pobreza. Porém, vale mencionar que a opinião pública tende dia-a-dia a estruturar-se em relação a âmbitos diversos: que além de educação e saúde, que são preocupações perenes, vão ampliar-se por outras recentes e ou emergentes, como a criação de riqueza, a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento regional e local, a afirmação cultural, o sexo, a religião, as etnias – no caso do Equador –, a idade – no caso do Brasil –, as crenças e estilos de vida entre outros, podem ser tomados como novas e mais recentes preocupações que estão muito ligadas a o que a mídia publica, também reproduz. Sendo assim, o papel dos meios de comunicação é cada vez mais complicado e intrincado. Brunner (1996) diz que eles devem refletir a emergência desses mesmos grupos que “constituem a base do pluralismo na modernidade, o pluralismo emergente” (p. 13).

Daí, qual a função dessa mídia aberta, pluralista e que se identifica com os grupos emergentes? A de abrir uma nova agenda política, que nem sempre é a dos poderes políticos ou burocráticos, até porque lhe permite ampliar seus públicos e justificar uma não consentida função social. Os dados da pesquisa desta dissertação sugerem que, por exemplo, o jornal El Comercio, parece estar nessa direção, porque está preocupado em estabelecer um diálogo com seus leitores e chega a ser inclusive muito pedagógico para informar e orientar. El Universo, no entanto, foi conseqüente com sua tradição no marco editorial – menos político – mas além das notícias, protegeu os grupos emergentes da sociedade civil e às comunidades afetadas de quem provavelmente, se deixou guiar para determinar, não uma verdade, senão o ponto de

vista que fazia falta. Porém, ambos revelaram uma espécie de auto-censura em muitas faces do Plano, já discutidas aqui.

7.2.1 Opinião pública, mídia e classe social

Em consequência do pluralismo emergente de que fala Brunner as opiniões públicas no cenário social e político também serão diversas. Algumas são maioria e outras minoria. Uma das inquietudes ao estudar o Plano Colômbia e a opinião pública, foi saber em que medida uma notícia pode influir na vida das pessoas ou nas decisões dos governantes. Em que medida ambos poderes podem mediar situações para que as notícias manipulem a atenção das pessoas e da vida do país, quando os públicos são diversos?

Ao falar de opinião pública a pergunta que aparece é se essa é uma corrente comum ou invertebrada dentro da sociedade? Acredita-se que quem emite uma opinião sobre um tema X vai responder a uma preocupação próxima a sua realidade. E o Plano Colômbia, mesmo que desde a visão geopolítica seja transcendental, na visão de um cidadão de urbe, como Guayaquil, Porto Alegre ou Quito não vai ser a mesma, a não ser que por exemplo, as fumigações o afetem diretamente.

Na constituição do Plano Colômbia, e no cenário prévio a este no país vizinho, o consumo e tráfico de drogas é maior nas grandes metrópoles. Quito provavelmente não seja um mercado de consumo maior que Porto Alegre, mas o discurso midiático sobre esse tema é diferente segundo o que projeta a mídia das duas cidades. O Plano Colômbia para combater o narcotráfico foi desenhado para ser executado num cenário afastado de grandes urbes. Por isso nem sequer atinge grandes mercados de consumo como Nova York, senão os campos produtores. Então, mesmo que a sua aplicação e consequências sejam catastróficas elas só poderam ser sentidas nas periferias. Minc fala uma verdade em relação à classe social, que é importante compará-la com o que respeita à opinião pública: a relação classe média, já não com o “*up*” ou “*down*” na escala social, senão o “*in*” e “*out*”, o centro e a periferia. Mas também com relação à quantidade de notícias. Na grande urbe, a onda de notícias em cascata faz com que as pessoas esqueçam alguns fatos não influentes, ou simplesmente eles chegam a perder importância diante das novas notícias que vão chegando nos jornais e telejornais, com conteúdos mais chamativos, mais polêmicos e com imagens mais impactantes (Idem: 110). Nas pequenas urbes, onde o impacto do Plano é maior, a notícia ficará latente com igual intensidade.

Como foi mencionado, o Plano aparentemente foi traçado com a finalidade de afetar zonas periféricas que não influem diretamente nos grandes centros urbanos, onde possam ser afetadas as camadas da classe média abastada e afastada desses temas e preocupada mais com os problemas ‘cidade-dentro’. Essa manifestação de desinteresse e individualismo se reflete, às vezes, na leve importância que a mídia deu ao Plano: como um fato noticioso, que teve conteúdo analítico, mas também não deixou de ser circunstancial e conjuntural ao universo de temas e problemas que pontualmente se apresentavam e mexem com a tranquilidade do momento. Essa diferença foi ainda mais radical entre o que El Universo opinou como veículo de comunicação nos seus editoriais, do que El Comercio fez ao aprofundar um pouco mais o problema. A diferença também do que são Quito e Guayaquil quanto à distância do lugar dos eventos, mesmo que seja um só país.

De forma mais radical, Champaigne diz que a opinião pública é “uma espécie de máquina de guerra ideológica improvisada pelas elites intelectuais e pela burguesia a fim de legitimar suas próprias reivindicações no campo político” (p. 48). No caso, a elaboração de enunciados por parte da mídia, serve para uniformizar discursos em relação a temas como o presente estudo. Vale dizer que o discurso anti Plano Colômbia nasceu nas proclamas da esquerda e dos grupos ecológicos e/ou movimentos sociais de esquerda. Porém, as decorrentes seqüelas da violência no nosso país, como os danos e prejuízos a setores sensíveis na área econômica – livre comércio nas fronteiras e livre fluxo turístico de colombianos – e a crescente insegurança – como os casos de seqüestros a fazendeiros e empresários, inclusive em Quito e Portoviejo – reforçou um pouco mais o discurso anti Plano, na classe média e obviamente na mídia. Funcionou uma espécie de racionalidade midiática em função das manifestações da classe média, parte dela pertencente à classe política. Isso permitiu uniformizar uma posição ao redor dos eventuais prejuízos do Plano. Mesmo que em Manta, as autoridades estejam preocupadas com que os dólares da Base fiquem na cidade, o resto do país está mais sensível a que essa Base e o ritmo do conflito convertam o país em alvo de tudo: uma guerra que não lhe pertence; o incremento da violência; os quadros de criminalidade colombiana trasladando-se ao país; e, a constante presença de grupos violentos que querem estabelecer-se no país, fugindo do Plano e do combate pelas forças estadunidenses ou colombianas.

7.3 Questões da geopolítica

Ao assistir nestes tempos a conflitos bélicos cada vez mais crescentes e junto com eles o acompanhamento da mídia a cada um desses eventos, fica cada vez mais claro, no conhecimento das pessoas que se interessam por essa realidade, que as razões para um conflito bélico devem estar bem sustentadas para justificá-lo. Se o caso da Colômbia for um caso isolado poder-se ia dizer que o país é culpado por não evitar a produção de narcóticos e merece uma luta para erradicar o cultivo de drogas. Mas, também tem que ver-se que o consumo é a causa dessa cadeia produtiva. E isso não é novidade.

O escalamento do conflito social e armado na Colômbia, como consequência direta da execução do Plano, não só afetará aos “grupos subversivos e ao setor camponês cocaleiro do Putumayo e Caquetá, senão também terá efeitos colaterais de grande magnitude nos âmbitos dos direitos humanos, o empobrecimento do país e o deterioro do meio ambiente” (CÓRDOBA, 2000, p. 109). Essa visão catastrófica sobre o Plano já foi prognosticada dois anos atrás por vários autores citados nesta dissertação. Também se pode colocar o exemplo do Plano Colômbia como uma imposição, como a única saída da Colômbia para sair do atoleiro. Já que o país viveu 40 anos de guerra, ele poderia agüentar mais um pouco até poder controlar os grupos de narcotráfico e as guerrilhas. Mas nada disso vai dar resultado, porque a produção mudará de casa e a violência guerrilheira não acabará, porque ela não luta mais por uma ideologia, ela agora vive do narcotráfico e disputa o poder de forma violenta. Seus membros se acostumaram a viver assim, seria difícil, ainda que eles ganhassem a guerra, deixar as armas, voltar à paz e construir um país no cenário atual.

A política da boa-vizinhança de Roosevelt no fim dos anos 30, e a contra-ofensiva cultural de Kennedy nos anos 60, foi concomitante com uma estratégia militar. Ela se desenvolveu no quadro de uma teoria geopolítica que consolidava o conceito de defesa hemisférica, que agora se vê justificada de novo, pela possibilidade de que o continente seja dominado pelos “últimos” grupos guerrilheiros, pelo narcotráfico terrorista (que porém, injeta dinheiro na bolsa e na economia estadunidenses) e nas possibilidades econômicas e científicas que oferece a selva amazônica, a maior fonte de recursos do mundo e reserva de vida, água doce e farmacológica do futuro, portanto o *business*. Se o petróleo é a causa cada vez mais visível do conflito no Iraque e no Oriente Médio, esses outros recursos naturais o serão no caso da Amazônia colombiana, equatoriana, peruana, venezuelana e brasileira. E a propósito destes dois últimos países, Kintto Lucas (2000) fala que a implantação do Plano forma parte

de um *novo modelo geo-estratégico* que tentam impor os EUA para “manter sua hegemonia política e econômica na América Latina diante de um reagrupamento geopolítico liderado pelo Brasil e a Venezuela” (p. 23), como se desprende do exemplo do grupo “Amigos da Venezuela”, que o Brasil tentou liderar a favor do frágil regime de Caracas, pressionado pelas oligarquias midiáticas locais e internacionais ligadas aos Estados Unidos.

Embora existam cenários e fatos reconhecíveis e possíveis de confirmar, nada ainda pode ser adiantado como uma conclusão, mas como uma tendência. A aposta de intensificar uma guerra na região, como se especula⁶² vai depender, do sucesso ou não dos conflitos no Oriente Médio, na guerra Israel-Palestina, no posicionamento Europeu nestes conflitos e na disputa deles com os EUA e a Ásia pela liderança econômica mundial. O xadrez geopolítico é muito complexo ainda. A superpotência está aí, se mantém incólume, mas se ela passar desses conflitos com a mesma força externa, todavia terá que confrontar suas vulnerabilidades internas que começam a acumular-se economicamente e também na questão da segurança, pois os efeitos após o 11 de setembro deixaram no país uma seqüela de paranóia que pode durar muito tempo. E o que parece evidente é que se está isolando e perdendo o brilho de antes. A visão estadunidense no exterior está muito deteriorada e o efeito psicológico do mundo em relação ao “*american way of life*” pode mudar também e ir-se contra o Império. Já o 11 de setembro foi um anúncio, outras retaliações poderão vir. Menciona-se inclusive a mudança que possa ter a política exterior dos EUA, caso um novo presidente chegue em 2005.

Enquanto na América do Sul, não se sabe se as guerrilhas representam um problema maior, porque nunca se confrontaram com um exército como o estadunidense, e a sua força tem estado visível nas chacinas e massacres a civis desarmados e contra um exército corrupto e envolvido com máfias e violações aos direitos civis. Está dito que eles não sairiam de seus limites geográficos e também não é evidente uma conexão com outras forças paralelas no continente; sua imagem está debilitada fora da Colômbia igual que os paramilitares de direita. Então a saída seria a paz, só que para isso ainda haverá muito caminho a percorrer e sangue por derramar. O jogo da guerra só dá rendimentos ao narcotráfico por enquanto, e nessa rede cíclica, aos próprios Estados Unidos, que como ficou publicado, são incompetentes para combater o consumo no seu próprio quintal:

El profesor norteamericano Richard Mahoney ha concedido, de paso por el Ecuador una entrevista sobre temas de la política internacional de Estados Unidos (...) Quien debe resolver el problema es Estados Unidos, a saber, controlar la demanda de droga. Y

⁶² Cf. LUCAS 2000, p. 26.

a la pregunta que se formula inquiriendo "¿por qué no se plantea un plan para erradicar el consumo?" el profesor Mahoney responde: "Por miedo, ignorancia, orgullo, estupidez, una amalgama de todo eso. Hemos creado una industria enorme de narcotráfico"... La política de combate a la producción no ha tenido ningún impacto en el control de la entrada de la droga en los Estados Unidos (*El Comercio*, "Una confesión de parte", Angel F. Rojas. Editoriais, 10/04/01).

E, finalmente, o papel do Equador neste cenário é seguir a forte dependência externa. Ele ainda está se consolidando como Estado-nação e vai ser muito difícil que supere os traumas do choque econômico que aos poucos vai deixando para trás. A governabilidade do país não está definida, porém a presença no governo, dos grupos a quem se atribuía essa falta de governabilidade, vai fazer com que a política interna amadureça. Eles estão governando sob as medidas fundo-monetaristas, à sombra do dólar como moeda, e num mundo globalizado, onde o poder de seu discurso vai ter que ser modelado segundo a força e congruência de suas ações de governo e a visão de longo alcance no que respeita ao Equador como país soberano e pelo menos economicamente saudável e não tão dependente quanto hoje é.

Sua situação com o Plano não mudaria, mesmo que o Convênio da Base de Manta não seja renovado. A alta dependência com os EUA só mudará se o país revisar sua política de intercâmbio, mas mesmo assim, ele vai ter que mudar para outros mercados e objetivos: a Europa ou os países fortes da região como o Brasil, ou consolidar uma situação interna forte que cada vez o converta em menos dependente de tecnologias e de capitais forâneos o que é difícil no curto prazo. A idéia hoje é a de ser o "grande aliado" dos EUA contra o terrorismo e de tornar-se um país confiável ao dinheiro de fora ou de quem queira arriscar em investir nele.

CONCLUSÕES

Para concluir o presente trabalho, que levou dois anos completos de pesquisa, leitura e seguimento quase diário dos jornais, devo encerrar apontando algumas conclusões sobre a pesquisa e sobre os elementos determinantes que foram encontrandos e que alimentam as noções do conhecimento científico sobre a política vinculada à comunicação.

Os documentos examinados permitem concluir que num conflito de natureza militar e com interesses geopolíticos no meio, a verdade é sempre a que mais padece e no caso do estudo feito fica demonstrado da seguinte forma:

Os jornais analisados praticaram – mesmo sem querer ou conscientemente – a auto-censura jornalística na medida de que não publicaram o conteúdo do Plano Colômbia na versão original ou na versão patrocinada pelos Estados Unidos. O Programa, dirigido à Colômbia e seus problemas internos, atinge, pela própria força dos acontecimentos, uma complexa rede de fatores políticos, geopolíticos, militares, sociais, econômicos, culturais, e de segurança pública, até agora pouco entendidos ou tratados pela mídia e também o Equador. Há aí uma omissão terrível dos jornais estudados, enquanto informação e comunicação, em relação a este aspecto.

Os jornais analisados praticaram – de forma premeditada – a auto-censura jornalística no sentido de nunca ter publicado ou informado o conteúdo do Convênio da Base de Manta por completo, mas, somente em linhas gerais, na sua versão final; e também o conteúdo do Convênio Operativo que estabelece os parâmetros de uso militar da Base de Manta (no primeiro Convênio) e das bases militares do Equador com os Estados Unidos num futuro próximo. Com as vantagens da internet, as referidas informações poderiam ter estado disponíveis aos leitores em enlaces adequados nos espaços *on-line*.

Os jornais praticaram a auto-censura ao não fazer uma análise jornalística dos critérios legais com que esses Convênios foram aprovados e cuja proibidade foi questionada pelos especialistas na matéria e publicada em veículos alternativos de comunicação⁶³

Os jornais examinados praticaram a auto-censura jornalística ao não fazer uma pesquisa adequada e transparente sobre o uso da Base e suas instalações, em território

⁶³ Cf. VARGAS PAZZOS, René, 2001, p. 02.

equatoriano, levada a efeito por pessoal equatoriano, para fins acordados com os Estados Unidos. Houve uma omissão editorial clara nas mensagens relacionadas à referida Base.

Os jornais analisados praticaram a auto-censura de forma negligente ao não disponibilizar o serviço de correspondentes com os centros de decisão política do Plano Colômbia, como as cidades de Bogotá e Washington, para realizar o acompanhamento dos procedimentos em relação à execução do Plano e as decisões que atingiam ao Equador, como país soberano.

Os jornais analisados praticaram a auto-censura informativa ao limitar-se a publicar e veicular nas suas versões digitais, informações e notícias elaboradas por terceiros, principalmente agências de notícias de outros países ou de países envolvidos no conflito, portanto, sem a imparcialidade requerida, inclusive para reproduzir notícias e informações do Equador.

Os jornais praticaram, também, uma sistemática auto-censura informativa ao limitar seu trabalho de consulta às fontes convencionais e oficiais, evitando ampliar o leque informativo e de especialistas na matéria, no campo dos meios de comunicação e acadêmicos. O trabalho neste aspecto foi muito disperso e não houve uma linha de trabalho, nem uma política editorial clara.

Os jornais examinados, fizeram poucos esforços editoriais em relação ao Plano Colômbia e suas seqüelas sociais e de violência no país. As notícias referidas, ainda que importantes e estratégicas para o país, obedeceram o critério provinciano de atribuir menor importância ao acontecimento que está afastado dos centros de poder. Não houve uma visão integrada de nação e ainda hoje se pensa que o que acontece longe das capitais são problemas periféricos.

Na análise feita aos jornais ficou evidente que seu trabalho reduziu-se a focalizar um estamento decisório como é o Congresso Nacional, o qual se omitiu na fiscalização das ações relacionadas ao Plano Colômbia. Os meios de comunicação sistematicamente se converteram em co-responsáveis da negligência parlamentar em opinar e fiscalizar os passos do governo em relação ao Plano, a Base de Manta e suas conseqüências, ficando ausentes do debate. Evidencia-se dessa forma, uma omissão mútua, mídia – Congresso.

Os jornais se tornaram cada vez mais críticos e analíticos do Plano e dos passos políticos, o que prova que a mídia só reagiu. Um dos jornais, El Comercio, foi mais analítico e reativo, porém fechou seu espaço às fontes alternativas da sociedade civil e deu maior

crédito às fontes oficiais e autorizadas. O jornal El Universo teve a tendência a informar, insinuar mas não a analisar e editorializar os fatos; deixou o debate a terceiros sem ser participativo e proativo.

Do que está escrito na mídia, a pesquisa conclui que a classe política equatoriana careceu de uma liderança ativa; os partidos políticos permaneceram no silêncio durante estes dois anos e aparentemente preferem ficar nesse silêncio. Há um processo de cumplicidade por temor a um desgaste político ou para evitar contagiar a imagem de político radical em relação a temas que envolvam os Estados Unidos como interventor. Nesse caso, a resposta evidente é que falta também profissionalização política.

Da análise feita nos dois jornais, se conclui que houve um excesso e limitação na forma de tratar o tema. Excesso em usar o tema como assunto de militares; e limitação por expô-lo como relativo somente à área militar e não aos outros contextos, como políticas de segurança interna, de desenvolvimento urbano nas zonas de fronteira de maior tamanho e desenvolvimento rural no campo; de promoção da cultura e valores locais na área geográfica da influência do Plano.

O estudo revelou que o Equador não madureceu sua política diplomática e ela é ainda muito volúvel a mudanças políticas conjunturais. Não há uma visão geopolítica e estratégica como nação.

Durante o processo de pesquisa e análise dos jornais, não houve abertura de espaço para análises acadêmicas mais abrangentes e participativas com a sociedade civil. A mídia não provocou esse debate na opinião pública de forma mais ativa, além das notícias e preconceitos teóricos.

Os jornais pesquisados praticaram uma auto-censura por não permitir uma cobertura, contato ou versão direta de outros atores envolvidos no conflito: as guerrilhas e paramilitares. Durante a pesquisa não foi possível encontrar material relacionado ao tema. Os jornais não se arriscaram a manter um contato permanente ou esporádico com essa fonte.

A pesquisa, por meio dos jornais mencionados, pode determinar que o cenário de crise, pela presença excessiva de fardados, se assemelha a um teatro de guerra que não é comparável nem com o colombiano. Isso permite alimentar o conflito armado nas populações de fronteira e essa visibilidade alimenta também os políticos na busca de um protagonismo e de um cenário de convulsão para captar votos e para criar um discurso adequado contra outro país – a Colômbia. O pretexto do controle não deve deixar escapar o bem da liberdade dos

cidadãos em zonas que os governos as convertem em tensos cenários de conflito, gerando o isolamento e forçando a migração interna das populações já isoladas pelo Estado central e local. A mídia ignora sua importância estratégica, quando deveria integrá-la para que os governos e os políticos as considerem.

A pesquisa, por meio, dos jornais demonstrou o pretexto belicista do Plano, por causa dos Estados Unidos estarem pretendendo estabelecer as bases de uma luta perene, tendo como centros de conflito direto os centros de apoio logístico dos países próximos ao conflito colombiano. O Equador tem recebido cobranças pela sua não participação mais direta e falta de colaboração com a luta estadunidense contra o terror. A tradução simultânea disso é o não fechamento de acordos econômicos com o FMI, como aconteceu com o governo equatoriano.

A pesquisa através dos jornais permite concluir que, mesmo não existindo a trilogia de Thompson referente a um escândalo midiático (poder-dinheiro-sexo), o tema em discussão tem outros elementos de espetacularização e da geopolítica tão em voga atualmente: poder-dinheiro-drogas-guerra. O poder traduzido no controle de uma zona frágil, porém rica em recursos; o dinheiro traduzido nas dívidas que os EUA condicionam na entrega de fundos e pela mesma fortuna que implica o tráfico de drogas nos mercados estadunidenses. As drogas, como o pretexto para o controle e a militarização. A guerra, como instrumento de submissão às políticas internacionais para um alinhamento unipolar do mundo.

A pesquisa feita mediante os jornais reflete uma grande dependência política e econômica do Equador aos ditames de outros países e a pouca capacidade de manobra por parte da classe política do país para exigir recursos em troca, como parte de uma negociação política internacional.

A pesquisa feita, revelou que o crescente discurso e a exposição pública de preconceitos e conceitos relativos ao conflito colombiano pode estar edificando a imagem pública do colombiano para além de um traficante ou delinqüente – elementos já considerados dentro do espectro do preconceito – mas como um causante de problemas, um inimigo a ser observado.

A pesquisa feita apontou, também, que o universo informativo do país é amplo e que o que tange ao Plano corresponde apenas a uma pequena porcentagem de notícias, o que reflete o dessitenesse dos centros urbanos – a grande opinião pública e a massa de eleitores – pelo que acontece nas zonas de fronteira, o que por sua vez, retira da agenda política muitos desses

temas. O interesse do discurso político e geopolítico ao redor do Plano fica reduzido a classes mais especializadas, para a *intelligenzia* midiática e militar.

A pesquisa identificou ainda o risco do unilateralismo informativo nos jornais, porque não existe uma competência cognitiva destes, pois aparentemente não possuem uma equipe jornalística especializada que possa manejar, desde a capital política do país, temas agudizantes de política exterior, forças armadas, conflitos. Trata-se de jornalistas limitados a informar e a estabelecer pontes informativas com suas fontes, os políticos; o que sugere uma relação clientelista entre jornalistas e políticos, servindo-se uns dos outros

Finalmente, a pesquisa feita nos jornais revelou que a mídia no Equador não possui estratégias emergentes que contribuam para a consolidação da “sociedade nacional” (MATTELART, 1996, p. 81), como um modo de coesão do país e consigam a unanimidade política e ideológica, mesmo que no conflito estejam envolvidas grandes potências.

REFERÊNCIAS

ASAMBLEA PERMANENTE DE LA SOCIEDAD CIVIL. *Gobierno y las FARC responsables por ruptura del proceso*. Bogotá. *Comunicado de Prensa*. Disponível em: <www.viaalterna.com.co> Vía Alterna.Com. Acesso em 21 fev. 2002.

BARNHURST, Kevin. *The content of reports on US newspaper internet sites*. Research of the Joan Shorenstein Center on the Press, Politics and Public Policy. Chicago: University of Chicago. Disponível em: <www.kevin.barnhurst.com>, 2002.

BIGGIO, Isaac. “¿Es viable el concepto de terrorismo?”. London School of Economics and Political Sciences. IN: EL COMERCIO. *Columnistas on-line*. Quito. Disponível em: <www.elcomercio.com> Acesso em: 06 mar. 2002.

BONILLA, Jorge & GARCÍA RAYO, Eugenia. “Nuevas Dinámicas de Representación Política. Movimientos Sociales, espacio público e redes de comunicación”. IN: *Diálogos de la Comunicación*, 42, Bogotá: Felafacs, 1995.

BRUNER REID, José Joaquín. *Comunicación y Política en la vida democrática*. **Revista Contribuciones**, Centro Interdisciplinario de Estudios sobre Desarrollo Latinoamericano, CIEDLA, # 2, Buenos Aires: Fundación Konrad Adenauer, 1996.

BUSTAMANTE, Fernando. *¿Y después de la insurrección qué...?*. **Revista Ecuador Debate**, # 49, Quito: Centro Andino de Acción Popular CAAP, abril 2000.

CABIESES, Hugo. *Y la ira de Mr. Bush por la Amazonia*. Bogotá, 2001. Disponível em: <www.viaalterna.com.co>, Vía Alterna.Com, Servicio Informativo. Acesso em: 25 jun. 2001.

CARRIGAN, Ana. *El objetivo político paramilitar en Colombia*. Disponível em: <www.koeyu.com>, Revista Koeyu Latinoamericano. Acesso em: 10 set. 2001.

CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade. A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEBRIÁN, Juan Luis. *El oficio del periodista*. **El País**. Madrid, 27 jun. 2002. Editorial.

CHAIA, Vera. “*Mídia e Política: Complementaridade e tensões – Trofeu ‘Cara de Pau’*”. IN: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: “POLÍTICA DESDE O SUL”. Porto Alegre: (ILEA-IFCH) UFRGS; pesquisa feita em São Paulo, 2001.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião. O novo jogo político*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CHOMSKY, Noam. *Um mundo sem guerras é possível*. Porto Alegre: IN: II FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, Porto Alegre, 2002.

CLINTON, Bill. *Plano Colômbia*. Documento com a sustentação que o presidente fez do perante o Congresso dos Estados Unidos. Disponível em: <www.viaalterna.com> Via Alterna.Com. Acessado em 11 jan. 2000.

COHEN, Barnard. *The Press and Foreign Policy*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

COHN, Gabriel. “Qual é a forma da sociedade da Informação?”. IN: FAUSTO NETO, Antônio, *et al: Práticas Midiáticas e Espaço Público*, Compos, Vol. I. Porto Alegre: EdIPUCRS, FAMECOS, Coleção Comunicação, 2001.

COLOMBIA. Ministerio de Relaciones Exteriores. *Dinámica fronteriza*. Bogotá: Documento del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República de Colombia, comisiones de vecindad. 2000.

CÓRDOBA RUIZ, Piedad. “El Plan Colombia. El escalamiento del conflicto social y armado”. IN: *Revista Ecuador Debate*, # 49, Quito: CAAP, 2000.

DE LA GARZA, Paúl & ADAMS, Daniel. *Estados Unidos quiere fumigar*. Bogotá. Disponível em: <www.viaalterna.com.co> Via Alterna.Com. Acesso em: 27 mai. 2001.

DIETRICH, Heinz. *Evaluación del Plan Colombia en la Región Andina y el Ecuador*. Intervención en el Congreso del Ecuador. Quito 2002. Disponível em: <www.keoyu.com> Revista Keoyu Latinoamericana. Acesso em: 24 jun. 2002.

DOWNS, Anthony. *Up an Down with Ecology: The Issue Attention Cycle*. Washington: The Public Interest, No. 28, 1972.

EDELMAN, Murray. *La construcción del espectáculo político*. Buenos Aires: Manantial, 1991.

EL COMERCIO. Quito. *La prensa escrita no circuló ayer*. Sección Mundo, EFE. Disponível em <www.elcomercio.com> Acesso em 15 abr. 2002.

_____. *Uribe y su retaguardia*. Análisis. Disponível em <www.elcomercio.com> Acesso em: 23 ago. 2002.

EL TIEMPO. Bogotá. *Piden suspender ayuda de Estados Unidos por escasos resultados*. Sección política. Disponível em: <www.eltiempo.com.co> Acesso em 26 fev. 2002.

EL UNIVERSO. Guayaquil. *Conflictos de la región pesan en la defensa nacional. Ecuador debe definir la política de estado frente al Plan Colombia. Sociedad debate sobre seguridad. II Seminario de Política de Defensa Nacional*. Sección Política. Disponível em: <www.eluniverso.com> Acesso em 04 jul. 2002.

_____. *Tráfico de armas en el Ecuador*. Política. Disponível em: <www.eluniverso.com> Acesso em 22 mai. 2001.

_____. *Los efectivos de las FARC*. Política. Disponível em: <www.eluniverso.com>. Acessado em 2001.

ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA. US Department of State. *Report to Congress: Regional*. Washington 2000. Disponível em: <www.state-dept.gov.us.com> Acessado em 27 jul. 2000.

FARC. *Comunicado de Prensa*. Bogotá 2002. Disponível em: <www.viaalternacom.co> Via Alternacom. Acesso em 21 fev. 2002.

FAUSTO NETO, Antônio. “Vozes do Impeachment”. IN: MATOS, Heloíza (org.): *Mídia, Eleições e Democracia*, São Paulo: Ed. Página Aberta, 1994.

_____. *O Impeachment na Televisão: Como se cassa um presidente*. Rio de Janeiro: Editora Diadorim, 1995

_____. *O Corpo Falado: a doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais*. 2da. edição, Belo Horizonte: PUC, Minas– FUMARC, 1989.

FERNÁNDEZ, Eduardo. “Medios de Comunicación: ¿Substitutos de la actividad política?”. IN: *Revista Contribuciones, Medios de comunicación en tiempos de cambio*, CIEDLA. #2 Buenos Aires: Fundación Konrad Adenauer, 1996.

FOX, Elizabeth. *Medios de Comunicación y Política en América Latina*. Ciudad de México: GC. Massmedia, 1989.

FONTAINE, Guillaume. *Crisis de la gobernabilidad y dolarización en Ecuador. Una mirada retrospectiva al golpe de estado del 21 de enero de 2001*. España: Disponível em: <www.gobernabilidad.com> Acessado em mai. 2002.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. “A Atualidade no Jornalismo”. IN: IN: FAUSTO NETO, Antônio, *et al. Práticas Midiáticas e Espaço Público*, Compos, Vol. I. Porto Alegre: EdUPUCRS, FAMECOS, Coleção Comunicação, 2001.

GILMAN, Benjamin. *El Plan Colombia y la Iniciativa Regional Andina. Audiencia en la Cámara de Estados Unidos*. Declaração como presidente do Comitê de Relações Exteriores da Câmara de Representantes na Subcomissão do Hemisfério Ocidental. Washington 2001. Tradução Via Alternacom. Disponível em: <www.viaalternacom.co> Via Alternacom. Acesso em: 17 jul. 2001.

GOMES, Wilson. *Theatrum Politicum. A encenação política na sociedade dos mass media*. Trabalho apresentado no GT Comunicação e Política, na III Reunião anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação. Campinas, 1994.

_____. *Duas premissas para a compreensão da Política de Espetáculo*. IN: SIMPÓSIO: POLÍTICA, MÍDIA, CULTURA. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1994.

_____. *Esfera pública política e mídia. Com Habermas, contra Habermas*. 1997. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <wilsonsg@ufba.br> em 08 out. 2001.

_____. *Esfera pública política e Mídia II*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <wilsonsg@ufba.br> em 08 out. 2001.

_____. *Opinião pública política hoje. Uma investigação preliminar*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <wilsonsg@ufba.br> em 10 out. 2001.

_____. *A Política de Imagem*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <wilsonsg@ufba.br> em 10 out. 2001.

GONZÁLEZ POSSO, Camilo. *Apuntes sobre el Plan Colombia. La ira y la paz*. Bogotá Disponível em: <www.viaalterna.com.co> Vía Alterna.Com. Acesso em: 29 ago. 2001.

GROSSMAN, Marc & BEERS, Randy: *Rueda de Prensa com Marc Grossman. Visita de senadores a Colombia*. Bogotá 2001. Disponível em: <www.viaalterna.com.co> Vía Alterna.Com. Acesso em 06 set. 2001.

GUILLÉN, Gonzalo. *Demanda contra el Plan Colombia en Estados Unidos*. *El Nuevo Herald*. Miami, 20 fev. 2002. América Latina, sp.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução F. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge: Polity, 1997.

IYENGAR, Shanti & KINDER, Donald. *News that matters*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

JARAMILLO, Juan & FRANCO, Beatriz. "Las elecciones presidenciales en Colombia 1998". IN: PRIESS, Frank & TUESTES, Fernando (Org.): *Campañas electorales y medios de comunicación en América Latina*. Tomo I, Buenos Aires: Fundación Konrad Adenauer / CIEDLA, 1999.

KISSINGER, Henry. *Colombia será otro Vietnam*. *La Hora*, Quito, 07 jul. 2001. Política, p.24.

LARREA, Marcelo. *La Base de Manta, enclave de Estados Unidos en Ecuador*. Disponível em: <www.keoyu.com> Revista Keoyu Latinoamericano. ADITAL. Acesso em: 27 ago. 2002

LUCAS, Kintto. *Plan Colombia. La Paz Armada*. Quito: Planeta, 2000.

_____. *Ecuador: Militares contra guerrilla. La seguridad de una frontera permeable*. Disponível em: <www.viaalterna.com.co> Acesso em: 06 set. 2001

_____. *Ecuador ante los efectos del Plan Colombia Las provincias fronterizas declararon paro indefinido*. Disponível em: <www.rebellion.org/plancolombia/ecuador010301.htm> Acesso em: 01 mar. 2001.

MACK, James. *El Plan Colombia y la Iniciativa Regional Andina. Audiencia en la Cámara de Estados Unidos*. Declaração como Vice-secretário adjunto do Departamento de Estado na Oficina de Assuntos Internacionais e Aplicação da Lei, na Subcomissão do Hemisfério Ocidental da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Representantes. Washington 2001. Disponível em: <www.viaalterna.com.co> Via Alterna.Com. Acesso em: 17 jul. 2001.

MALDONADO, Efendy. *Teorias da Comunicação na América Latina. Enfoque, encontros e apropriações da obra de Verón*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

MATA, María Cristina. *La construcción técnica de la democracia*. IN: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: POLÍTICA DESDE O SUL, Porto Alegre. ILEA-IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

MATELLART, Armand. *Comunicação – Mundo. História das idéias e Estratégias*. 2da. edição, Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

_____. *A globalização da comunicação*. Bauru: Editorial Universidade Sagrado Coração, 2000.

MILLÁS, Hernán. *Juegos de Relaciones entre Medios de Comunicación y Políticos*. IN: **Revista Contribuciones**, “Medios de Comunicación en tiempos de cambio”, CIEDLA. Buenos Aires: Fundación Konrad Adenauer, 1996

MINC, Alain. *La borrachera democrática. El nuevo Poder de la Opinión Pública*. Madrid: Ed. Gallimard, 1995.

NEUHART, Al. *Confissões de um F da P*. Rio de Janeiro: Ed. Xenon, 1989.

OPPENHEIMER, Andrés. *Los norteamericanos y el resto del mundo*. **El Nuevo Herald**, Columnistas. Miami, 16 jun. 2002.

_____. *EU y el laberinto colombiano*. **El Nuevo Herald**, Columnistas. Miami, 08 jun. 2001.

PAOLOZZI, Vítor. *Murro na cara: O jeito americano de vencer eleições*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

PARK, Robert. “A Notícia como forma de Conhecimento. Um capítulo da Sociologia do Conhecimento”. IN: STEIBER, Charles (Org.). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1972.

PASTRANA ARANGO, Andrés. *Mensaje a Colombia. Alocución televisada del Presidente*. Bogotá. Disponível em: <www.viaalterna.com.co> Via Alterna.Com. Acesso em 20 fev. 2002.

PÉREZ PERASSO, Carlos. *Los 81 años de El Universo*. Guayaquil. Disponível em: <www.eluniverso.com> Acesso em 16 set. 2002.

PONCE, Alexis. *La Sociedad Ecuatoriana y el Conflicto Regional Andino*. Editorial del Boletín “Bandera Blanca”, Asamblea Permanente de Derechos Humanos APDH, Quito. Disponível em: <www.viaalterna.com.co> Via Alterna.Com. Acesso em 2002.

PRIESS, Frank. *Política e Medios de Comunicación. Colaboración o competencia. Una perspectiva alemana*. IN: **Revista CIEDLA**, #2, Buenos Aires: Fundación Konrad Adenauer, 1996.

PRZEWORSKI, Adam. “Algunos problemas en el estudio de la transición hacia la democracia”. IN: O’DONNELL, Guillermo, et al: *Transiciones desde un Gobierno autoritario*. Tomo 3, Buenos Aires: Ed. Paidós, “Perspectivas comparadas”, 1988.

_____. *Democracia y Mercado*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ROMERO, Peter. *Save Colombia*. **The Washington Post**, Washington DC, 20 fev. 2002. Editorial.

RUBIM, Albino. “Sociabilidade, Comunicação e Políticas Contemporâneas”. IN: *Textos de Cultura e Comunicação* #27. Brasil, 1992.

RUTEMBERG, Jim & CARTER, Bill. *Atentados: la cobertura de TV en EU*. **La Nación**. Buenos Aires, nov. 2001.

SALAZAR, Ana María: *Una mano amiga para Colombia*. **El Nuevo Herald**. Miami, 12 abr. 2001. Columnistas

SÁNCHEZ – PARGA, José: “La campaña electoral: Ecuador 1998”. IN: PRIESS Frank & TUESTES, Fernando (organizadores). *Campañas electorales y medios de comunicación en América Latina*, tomo I, Buenos Aires: Fundación Konrad Adenauer / CIEDLA, 1999.

SARTI, Ingrid. *Onde está a Ciência Política?*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) UFRJ, 2001.

SARTORI, Giovanni. *Homo Videns. Televisão e Pós-pensamento*. Bauru: Editorial Universidade Sagrado Coração EDUSC, 2001.

SERRA, Sônia: “A produção de notícias e a Esfera pública internacional”. IN: FAUSTO NETO, Antônio, et al. *Práticas Midiáticas e Espaço Público*, Compos, Vol. I. Porto Alegre: EdPUCRS, FAMECOS, Coleção Comunicação, 2001.

TAYLOR, Francis. *Las FARC son hoy el grupo terrorista internacional más peligroso que tiene base en este hemisferio*. Declaración del Coordinador de la Oficina Antiterrorismo del Depto. de Estado ante el Subcomité del Hemisferio Occidental (Comité de Relaciones Internacionales) de la Cámara de Representantes. Washington. Disponível em: <www.state-dept.gov.us.com> Acessado em 10 out. 2001.

THOMPSON, John B. *Power and visibility in the Midia Age*. Cambridge: Polity Press/ Blackwell Publishers Ltd., 2000.

TURRAIN, Alain. *La parole et le sang. Politique et société en Amérique Latine*. Paris: Odeile Jacob, 1998.

TUTIVÉN, Carlos. *Los medios crean realidades noticiosas*. El Universo, 2002. Actualidad. Guayaquil. Disponível em: <www.eluniverso.com> Acessado em 16 jun. 2002.

VARGAS MEZA, Ricardo. *Plan Colombia: ¿Construcción de paz o sobredosis de guerra?*. Bogotá: Acción Andina Colombia, 2000.

VARGAS PAZZOS, René. Plan Colombia y Base de Estados Unidos en Manta. *Componentes de una estrategia militar*. Grupo de Monitoreo dos Impactos del Plan Colombia en el Ecuador. Quito, 2001.

VIA ALTERNA.COM. *Proyecto de asistencia de Bush 2002, para la Región Andina*. Bogotá. Disponível em: <www.viaalterna.com> acessado em 27 abr. 2001.

VILLAMIZAR, Dario: *Conflicto armado, Cultivos ilícitos y Plan Colombia*. IN: A DESARMAR LA PALABRA. Quito: Palestra en la Universidad Andina Simón Bolívar, 2000.

WEBER, Maria Helena. *Comunicação e Espetáculos da Política*. Porto Alegre: Editorial da Universidade UFRGS, 2000.

WELLSTONE, Paul. *¿Qué está pasando en Washington? Intervención del senador Wellstone (D-Minn) en el Pleno del Senado de los Estados Unidos*. Tradução Via Alterna.Com. Bogotá, 2001. Disponível em: <www.viaalterna.com.co> Vía Alterna.Com. Acessado em: 05 nov. 2001.

YANDÚN, René. *Autodefensas ya funcionan en el Carchi. El riesgo de armar al pueblo*. Quito: 28 jun. 2001. **Diario La Hora**, Primera Plana, interiores.